G20 no Brasil
País busca investimentos em transição energética, e também inspirar políticas de combate à pobreza
Caderno especial



Legislação
Compliance evolui nas empresas, com investimentos em tecnologia e abertura para novos temas E1



Olimpíada
Com nota 9,9, Gabriel Medina vence o japonês Kanoa Igarashi e vai às quartas de final contra o brasileiro Chumbinho B8

Terça-feira, 30 de julho de 2024
Ano 25 | Número 6054 | R$ 6,00
www.valor.com.br

Valor ECONÔMICO
25 ANOS

Furtos no comércio do país atingem o maior nível desde 2019

Varejo Essas ocorrências foram responsáveis por 31,7% das perdas do setor e representaram prejuízo de R$ 11 bilhões

Adriana Mattos
De São Paulo

O varejo brasileiro tem sofrido perdas significativas e crescentes com furtos praticados por clientes, funcionários e parceiros. Segundo a Associação Brasileira de Prevenção de Perdas (Abrappe), representaram 31,7% dos prejuízos do setor, maior nível desde 2019. O índice total de perdas do comércio (que inclui furtos e fraudes) também acelerou, e teve o maior patamar da pesquisa, feita desde 2016. O percentual geral atingiu 1,57% das vendas no ano passado, 0,9 ponto acima do ano anterior.

O total pode ter chegado a R$ 35 bilhões — o varejo movimentou R$ 2,23 trilhões em 2023, segundo o IBGE. Ao se considerar apenas a fatia projetada dos furtos (31,7%) dentro do total, representaram cerca de R$ 11 bilhões. É mais da metade do valor faturado pelo GPA, dono do Pão de Açúcar, e quase a venda bruta total da Renner no ano passado.

"Temos percebido hoje um aumento impressionante dos furtos", diz Carlos Eduardo Santos, da Abrappe. Pela estimativa, esses crimes cometidos por empregados passaram de 6,8% do total de perdas em 2022 para 9,8% em 2023, e os furtos causados por pessoas de fora da empresa subiram de 16,6% para 22%.

Simular compras para ficar com o produto, liquidar dívidas e usar a senha de chefes para "apagar" vendas e ficar com o dinheiro são algumas das práticas mais comuns. Supermercados e drogarias são alvos preferenciais nesse tipo de crime. Mas há modalidades envolvendo o Pix e também outros canais de pagamento, como os caixas automáticos, que abriram brecha para o aumento dos golpes.

A Abrappe destaca que os dados são estimativas, porque nem todos os casos levam a processos judiciais. A perda com furtos só foi menor que a verificada com as "quebras" de produtos no ano passado — 43% do total — e que lideram há anos o ranking geral. Nessa conta entram itens danificados e fora do prazo de validade, duas das principais fragilidades do setor.

Cerca de 95% das varejistas brasileiras têm áreas de prevenção de perdas, de acordo com a entidade. Mas a maioria diz que os gastos para manutenção do setor são altos. **Página B1**

Em meio a contestações, Maduro proclama vitória e rompe relações com 7 países

De São Paulo e Brasília

Em meio a questionamentos sobre a lisura da apuração, Nicolás Maduro proclamou vitória na eleição venezuelana, garantindo o 3º mandato de seis anos num resultado contestado pela oposição, que afirma haver fraude na contagem dos votos. O Conselho Eleitoral Nacional, controlado pelo regime chavista, disse que Maduro obteve 51% dos votos, enquanto o candidato adversário, Edmundo González, teve 44%. Líderes da oposição disseram ter acesso a 73% dos votos, afirmando que eles indicam que o vencedor é González.

O governo da Venezuela rompeu relações diplomáticas com Argentina, Chile, Costa Rica, Peru, Panamá, República Dominicana e Uruguai após os governos desses países terem questionado o resultado. Rússia e China reconheceram a vitória de Maduro. O Brasil — até agora parceiro político e econômico da Venezuela — anunciou que espera apresentação das atas das urnas antes de reconhecer o resultado. Celso Amorim, assessor especial da Presidência da República, encontrou-se ontem com Maduro, mas o Itamaraty orientou a embaixada, em Caracas, a não participar de ato convocado pelo presidente venezuelano. O **Valor** apurou que o presidente Lula só se pronunciará após encontro com Amorim.

Manifestantes na capital, Caracas, e em outras cidades do país bateram panelas em protesto contra o resultado, que deverá ser contestado pela oposição com auxílio de aliados, como os EUA.

Com acusações genéricas e no que é visto como manobra do governo, o Ministério Público abriu investigação para apurar suposto ataque hacker dos opositores María Corina Machado, Leopoldo López e Lester Toledo ao sistema de transmissão de votos. Em entrevista, Corina pediu que os apoiadores voltem às ruas para novas manifestações. Ao lado de González, disse que ameaças não funcionaram. "O resultado mostra o isolamento total" do chavista.

A continuidade de Maduro no poder tornará difícil para os EUA e aliados levantarem totalmente as sanções impostas ao regime por abusos contra os direitos humanos e corrupção, o que deverá prolongar a crise econômica que já levou ao êxodo de quase oito milhões de venezuelanos durante o atual governo. **Página A10**

Biden quer limitar poder da Suprema Corte

Andrea Shalal e Jeff Mason
Reuters

O presidente Joe Biden propôs mudanças radicais na Suprema Corte dos EUA, incluindo limite aos mandatos e um código de conduta vinculativo para seus nove juízes. A oposição dos republicanos no Congresso, no entanto, deve dificultar as chances de as propostas avançarem.

Biden pediu ao Congresso a aprovação de normas como a obrigação de revelar presentes recebidos, restrições à participação em atividades políticas públicas e vedação a participar de julgamentos em que eles ou seus cônjuges tenham algum tipo de interesse. A proposta também estabelece um limite de 18 anos para os mandatos dos juízes. **Página A11**

Nova direção



ROGERIO VIEIRA/VALOR

Roberta Soares acaba de assumir o comando da Novelis na América do Sul, primeira mulher a liderar a multinacional do alumínio em uma das quatro regiões do globo em que o grupo atua, informa a repórter Stella Fontes. À frente da divisão, poderá ser responsável pela construção de uma nova fábrica no Brasil, orçada em R$ 4 bilhões. B2

Aquisição de empresa listada cresce

Fernanda Guimarães
De São Paulo

O fraco desempenho da bolsa brasileira, em meio à queda do valor de mercado de muitas companhias, tem estimulado operações de fusões e aquisições envolvendo empresas listadas. Além de possíveis barganhas, têm sido alvo de interesse também aquelas que precisam passar por reestruturação de capital. Fundos de private equity estão entre os que têm aquecido esse mercado, apurou o **Valor**. O interesse maior é por empresas sem controlador definido, as chamadas "corporations".

Muitas dessas aquisições, segundo fontes, têm sido feitas por meio de fatias pequenas adquiridas em bolsa, exatamente para o fundo ter flexibilidade na hora da venda. Por outro lado, existe interesse em compra de controle, como o visto na aquisição da Zamp — que opera o Burger King no Brasil — pelo Mubadala. **Página C1**

Inflação nos EUA é ameaça para Lula se Donald Trump vencer
Christopher Garman A13

Oportunidades perdidas e obstáculos autoimpostos na política fiscal
J. Souza e P. Magalhães A12

Indicadores

Ibovespa	29/jul/24	-0,42 %	R$ 17,7 bi
Selic (meta)	29/jul/24		10,50% ao ano
Selic (taxa efetiva)	29/jul/24		10,40% ao ano
Dólar comercial (BC)	29/jul/24		5,6473/5,6479
Dólar comercial (mercado)	29/jul/24		5,6249/5,6255
Dólar turismo (mercado)	29/jul/24		5,6710/5,8510
Euro comercial (BC)	29/jul/24		6,1087/6,1116
Euro comercial (mercado)	29/jul/24		6,0880/6,0886
Euro turismo (mercado)	29/jul/24		6,1659/6,3459



Mudança de perfil



DIVULGAÇÃO

Após dois anos ruins e mudanças na tributação, o setor de fundos não será mais o mesmo, diz Walter Maciel, da AZ Quest. "Não vai ser melhor ou pior, será diferente. [A classe] multimercados não será mais tão grande." C6

Mover retoma negociação com CSN para vender InterCement

Mônica Scaramuzzo
De São Paulo

Os controladores da Mover (ex-Camargo Corrêa) buscam solução rápida para a venda da InterCement, o último grande ativo que restou sob o controle da terceira geração do grupo fundado por Sebastião Camargo. A empresa retomou o acordo de exclusividade com a CSN e, agora, o prazo para as negociações vai até 12 de agosto. Com dívida de quase R$ 12 bilhões, a empresa recorreu à Justiça neste mês para evitar uma execução antecipada de R$ 3 bilhões. A intenção dos herdeiros é preservar sua participação de 14,86% na CCR. Além disso, continuarão com um portfólio importante no segmento de ativos imobiliários. **Página B2**

Destaques

Exportações agrícolas para a UE
Exportadores de commodities se movimentam para que a Comissão Europeia adie a vigência da lei antidesmatamento. Após o setor de produtos florestais, o Cecafé pediu na semana passada esclarecimentos e o adiamento de sanções por até três anos. **B10**

Reforma da Previdência
Com a reforma da Previdência Social, a chamada taxa de reposição — indicador que mostra quanto o trabalhador mantém de sua renda após a aposentadoria — caiu, na média, de 92,1% em 2019 para 88,4% no ano passado. **A3**

Mídia Cerimônia de Ação de Graças pelo aniversário ocorreu na Capela Nossa Senhora da Vitória, na Igreja de São Francisco de Paula, no Rio

Missa pelos 99 anos do jornal 'O Globo' abre celebração do centenário

MÁRCIA FOLETTO/AGÊNCIA O GLOBO



Missa pelos 99 anos de "O Globo" dá início à celebração do centenário e de outros aniversários importantes do grupo

Thayná Rodrigues
"O Globo", do Rio

A contagem regressiva para o centenário de "O Globo" começou nesta segunda-feira, 29, e marca a celebração do último aniversário antes da tão aguardada data. Para comemorar os 99 anos do jornal, uma missa de Ação de Graças foi celebrada nesta segunda-feira na Capela Nossa Senhora da Vitória, da Igreja de São Francisco de Paula, no Largo de São Francisco, no Centro do Rio. Padre Jorjão, da Paróquia de Nossa Senhora da Paz, em Ipanema, na Zona Sul, foi o responsável pela cerimônia.

"'O Globo' acompanha a história de toda a nossa geração. Praticamente todo mundo que está vivo foi marcado pelo jornal. Ele faz parte da vida de todos que estamos aqui no Brasil e somos vivos neste momento. Então, é um aniversário que tem a ver com a vida de todos, com a história de cada um de nós", disse o padre.

João Roberto Marinho, presidente do Conselho de Administração e presidente do Grupo Globo, agradeceu aos colaboradores e enfatizou que se sente orgulhoso da história da família. O jornal "O Globo" foi criado por seu avô, em 1925, e depois dirigido por seu pai, a partir de 1931.

"É importante celebrar as vitórias, mas sempre com olho no futuro, refletindo, sempre buscando antecipar as mudanças da sociedade, os hábitos... É isso que a gente priorizou durante esse tempo, na vanguarda, e quer chegar ao centenário da melhor forma, com essa essência que nos trouxe até aqui e já de olho nos próximos 100 anos", frisou Marinho.

Também estiveram presentes na missa o diretor-geral de Mídia Impressa e Rádio do Grupo Globo, Frederic Kachar; o diretor de Redação de "O Globo", Alan Gripp; a diretora do **Valor Econômico**, Maria Fernanda Delmas; o diretor executivo de Jornalismo da CBN, Pedro Dias Leite; o diretor de Redação do "Extra", Humberto Tziolas; e a editora-executiva de Integração, Letícia Sander.

Kachar comentou sobre o papel do jornal "O Globo" de ir além da notícia e de seu compromisso de se antecipar ao futuro: "Hoje é, enfim, o último aniversário antes do grande marco dos 100 anos. E o que vem pela frente é pelo centenário. Serão muitas celebrações. A gente vai concretizar e entregar para os nossos públicos conteúdos e experiências que retratam os nossos valores e tudo que a gente construiu até aqui. E o desejo é chegar ao centenário numa posição ainda mais forte do que a de hoje, de jornal mais lido, mais respeitado, com maior credibilidade."

Alan Gripp, diretor de Redação de "O Globo", lembrou que a criação do veículo, décadas atrás, já mostrava qual seria sua essência: "É muito significativo que nossa história tenha começado com o desejo de um jornalista em criar um veículo de notícias profissional, independente e moderno", afirmou Gripp. "Até hoje, 99 anos depois da iniciativa do Irineu Marinho, em 1925, mantemos aqueles mesmos valores definidos por nosso fundador. É sobre esses valores que pautamos nosso trabalho, e é a partir deles que vamos celebrar com orgulho nossa trajetória até o dia do nosso centenário, em 29 de julho de 2025."

Até 29 de julho de 2025 diversos projetos e eventos especiais vão lembrar não apenas a trajetória do diário criado por Irineu Marinho como também os aniversários de novas frentes abertas a partir daquela data: os 80 anos da Rádio Globo (em dezembro de 2024), os 60 da TV Globo, os 30 dos Estúdios Globo, os 25 do jornal **Valor Econômico** e da globo.com, além dos dez anos do Globoplay (esses últimos em 2025).

> "É importante celebrar as vitórias, mas sempre com olho no futuro"
> *João Roberto Marinho*

Diretora de redação **Valor Econômico**, Maria Fernanda Delmas adiantou que o aniversário de um quarto de século da marca, em 2 de maio do ano que vem, também terá projetos e coberturas especiais.

"A longevidade do Grupo Globo, com O Globo chegando perto do centenário, mostra o compromisso com o jornalismo profissional voltado a diferentes públicos. Uma honra o **Valor** ser um pedaço dessa história, com seu jornalismo focado nos leitores de economia e negócios", disse a diretora.

Humberto Tziolas, diretor de redação do jornal "Extra", falou sobre a longevidade do Grupo Globo: " É um privilégio poder testemunhar a caminhada do maior grupo de comunicação do Brasil rumo a seu centenário. Sempre inovador, o jornal 'O Globo' deu a partida para uma história marcada pela informação de qualidade voltada a toda a população. O momento é de celebrar o passado e reunir os muitos aprendizados para construir o futuro, com um orgulho enorme dessa incrível trajetória", disse o diretor.

A programação do centenário — que, além de projetos especiais, terá eventos já tradicionalmente promovidos por "O Globo", como o Rio Gastronomia e o projeto Aquarius — vai refletir as ideias, as iniciativas e o compromisso com a sociedade e com o país presentes desde a primeira edição do jornal, que em 1925 fez uma aposta na comunicação direta com o grande público, na observação aguçada dos fatos cotidianos, nos problemas aparentemente menores — como um buraco na rua — e nas questões de interesse nacional.

O primeiro evento que vai celebrar o calendário terá sabor especial. O Rio Gastronomia, que movimenta o turismo e a economia da cidade desde seu primeiro ano, volta ao Jockey Club, na Gávea, a partir do dia 15 de agosto. A 14ª edição será a maior da história e acontecerá durante três fins de semana, com participação de restaurantes e chefs consagrados, um número maior de shows e atrações para os visitantes.

A trajetória do jornal também será tema de dois livros, com previsão de publicação para o primeiro semestre do próximo ano. Já na área audiovisual, os núcleos de Documentários e de Filmes dos Estúdios Globo preveem o lançamento, para meados de 2025, de uma série documental em quatro episódios sobre os cem anos de "O Globo" que percorrerá a história do jornal desde a sua fundação, com Irineu Marinho, passando pelos anos de comando de Roberto Marinho até os dias de hoje.

Dívida bruta sobe para o maior nível desde 2021

Gabriel Shinohara e Alex Ribeiro
De Brasília e São Paulo

A Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) atingiu o maior patamar desde novembro de 2021 ao subir para 77,8% do Produto Interno Bruto (PIB) em junho. Só no primeiro semestre, o indicador teve alta de 3,4 pontos percentuais (p.p.) depois de terminar 2023 em 74,4% do PIB.

Nesse patamar, a dívida bruta chegou a R$ 8,7 trilhões, acima dos R$ 8,1 trilhões registrados em dezembro de 2023. Para explicar o aumento na relação dívida e PIB este ano, os dados do Banco Central (BC) publicados nesta segunda-feira, 29, mostram dois fatores preponderantes — a incorporação de juros nominais e a emissão de dívida. Por outro lado, o efeito crescimento do PIB reduziu a alta. Como o PIB é o denominador do cálculo, quando ele sobe, o impacto é de diminuição do indicador.

Luis Otavio Leal, economista-chefe da G5 Partners, aponta que o pagamento de precatórios extraordinários e o gasto com a catástrofe ambiental no Rio Grande do Sul contribuíram para a alta no indicador. Além disso, houve a contribuição da desvalorização cambial e aumento de gastos com juros. Para o restante do ano, o economista espera uma valorização do real e "isso pode minimizar um pouco o impacto da piora fiscal e a nossa projeção é de que fechamos ao ano em 79% do PIB na DBGG".

A economista-chefe do Inter, Rafaela Vitória, aponta alguns fatores para a alta na dívida, como a "baixa credibilidade do novo arcabouço" que impacta os juros, o déficit primário e a desvalorização cambial. "A rápida elevação da dívida pública confirma a expectativa de deterioração da situação fiscal do país, o que é bastante atípico para um período de crescimento elevado do PIB e alta na arrecadação", disse.

O déficit primário também aumentou neste ano em comparação com 2023. No primeiro semestre, o déficit do setor público consolidado chegou a R$ 43,4 bilhões, ou 0,78% do PIB, estimado para o período. No ano passado, estava em 0,39% do PIB no mesmo período.

O chefe do departamento de estatísticas do BC, Fernando Rocha, ressaltou que o crescimento no déficit "ficou concentrado no governo central". No ano passado, o déficit no governo central foi de R$ 42,3 bilhões no primeiro semestre, e em igual período deste ano chegou a R$ 70,6 bilhões.

O resultado deste ano foi composto por um déficit do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) de R$ 198,2 bilhões e outro resultado negativo do BC, mas de R$ 269 milhões. Já o governo federal contribuiu com superávit de R$ 127,9 bilhões.

Rafaela Vitória, do Inter, apontou que a principal razão para a alta no déficit é um "forte aumento dos gastos". A economista afirmou que as despesas obrigatórias tiveram forte crescimento no ano com aumento do número de benefícios e impacto da alta real no salário mínimo nos benefícios vinculados. "Como não esperamos mudança no comportamento das despesas obrigatórias no curto prazo, e as taxas de juros continuam em patamar elevado impactando as emissões do Tesouro, a dívida pública e a dívida líquida devem continuar subindo ao longo do segundo semestre", disse.

Já na conta dos governos regionais houve superávit de R$ 33,2 bilhões no primeiro semestre. No ano passado, o superávit foi um pouco menor, de R$ 25,3 bilhões. Já no caso das empresas estatais, o déficit em 2024 foi de R$ 6 bilhões, contra R$ 3,3 bilhões entre janeiro e junho de 2023. O número não considera empresas do grupo Petrobras e a Eletrobras.

A conta de juros e o déficit nominal também integram as estatísticas fiscais e tiveram alta neste primeiro semestre. No caso dos juros, o resultado foi de R$ 454,8 bilhões (8,13% do PIB), acima dos R$ 337,3 bilhões (6,38% do PIB) do primeiro semestre de 2023. Rocha, do BC, explica que a conta teve grande impacto das operações de swap cambial, que trouxe resultados negativos neste ano por conta da desvalorização cambial, que chegou a 14,8% no primeiro semestre.

Com isso, o déficit nominal, que considera os juros e o resultado primário, chegou a R$ 498,2 bilhões até junho contra R$ 357,7 bilhões no mesmo período do ano passado. No acumulado em 12 meses, o déficit chegou a R$ 1,1 trilhão (9,92% do PIB).

CELSO DONI/VALOR



Luís Otavio Leal: precatórios e ajuda ao RS contribuíram para alta

Evolução da relação dívida/PIB
Dívida bruta registrou alta de 3,4 pontos percentuais em 2024, (em %)

90 / 80 / 70 / 60
52,6 — Jan 2014
87,7 — Out 2020
78,2 — Nov 2021
77,8 — Jun 2024

Fonte: Banco Central do Brasil

Índice de empresas citadas em textos nesta edição

Contas públicas Proporção que o aposentado recebe em relação ao último salário da ativa diminui de 92% para 88% e deve chegar a 60%

Valor de aposentadorias recua, mas se mantém acima da OCDE


EDU ANDRADE/ASCOM/ME
Rogerio Nagamine Costanzi: patamar se deve ao recebimento do salário mínimo

Edna Simão
De Brasília

Com a reforma da previdência, a chamada taxa de reposição — indicador que mostra quanto o trabalhador mantém de sua renda após a aposentadoria — caiu de 92,1% em 2019 para 88,4% no ano passado. O patamar continua alto se comparado ao de países da OCDE, porém, a tendência é de queda gradual, conforme especialistas em Previdência Social. Na OCDE, trabalhadores se aposentam com benefício médio equivalente a 50,7% do último salário recebido.

Os dados constam de levantamento elaborado pelo economista e relações institucionais da Polo Capital, Arnaldo Lima, com base nos dados da OCDE. Pelo diagnóstico, quando maior a taxa de reposição, menor a acumulação de ativos previdenciários em relação ao PIB. Atualmente, os ativos de previdência aberta e fechada no Brasil somam 26% do PIB enquanto a média da OCDE é de 49,3%.

Um dos principais objetivos da reforma previdenciária, promulgada em novembro de 2019, era justamente baixar o valor da aposentadoria em relação ao salário da ativa. Para isso, foi aprovada alteração na fórmula de cálculo do benefício. Na prática, o brasileiro hoje tem um benefício menor e precisa ficar mais tempo no mercado de trabalho. Mesmo com o ajuste, a expectativa é de que as despesas previdenciárias continuem crescendo, fortalecendo a preocupação de especialistas ouvidos pelo **Valor** sobre a necessidade de uma nova reforma da previdência no curto prazo. A projeção do governo de déficit com pagamento de aposentadorias e pensões do INSS é de R$ 272,55 bilhões em 2024.

"A tendência é que, passado o período das regras de transição estabelecidos pela reforma, a taxa de reposição efetiva no Brasil caia ano após ano, aproximando-se dos valores observados nos países desenvolvidos", explicou Lima. "A taxa efetiva deve chegar a algo em torno de 60% após a transição para quem ganha acima do salário mínimo", complementou.

O economista ressaltou que não há como se estimar uma taxa de reposição ideal pois as regras de aposentadorias dos países são diferentes, mas o percentual não pode comprometer a sustentabilidade da previdência e, ao mesmo tempo, precisa ser suficiente para sustento dos trabalhadores quando perderem a capacidade laborativa. "Logicamente, os atuais 88,4% do sistema público é um tanto quanto benevolente, mas o Chile (37,1%), por exemplo, não é uma boa referência para gente", explicou.

O professor associado da Faculdade de Economia e Administração da USP (FEA/USP) Luis Eduardo Afonso acrescenta que a taxa de reposição deve ser analisada com cautela, pois varia conforme o regime previdenciário em que o trabalhador se enquadra, por exemplo, se é servidor público ou não. Um ponto a ser considerado é que no RGPS, por exemplo, a taxa de reposição é elevada para os aposentados de renda mais baixa e menor para quem ganha mais. "A taxa de reposição é ainda alta no Brasil, mas a reforma da previdência de 2019 está atingindo seu objetivo de reduzir", afirmou Afonso. "No Brasil, se fez a escolha da adequação (garantir reposição de renda na aposentadoria) e isso afeta a sustentabilidade devido à dificuldade de pagar o benefício."

"A taxa efetiva deve chegar a algo em torno de 60% após a transição"
Arnaldo Lima

O especialista em políticas públicas Rogério Nagamine Costanzi reforçou que o patamar da taxa no Brasil está diretamente relacionado à garantia de recebimento do salário mínimo. Ou seja, se o aposentado recebe um salário mínimo, a reposição é de 100% e, se houver ganho real, será maior que isso. Segundo dados do Ministério da Previdência, 64% dos benefícios emitidos pelo Regime Geral de Previdência Social (RGS) em maio correspondiam a um mínimo.

O levantamento da Polo Capital faz ainda uma ilação entre a taxa de reposição e o potencial de crescimento da previdência privada. Países da OCDE com taxa de reposição menor têm ativos previdenciários maiores em relação ao PIB. No Brasil, a taxa de reposição era de 88,4% em 2023 e os ativos correspondiam a 26% do PIB. Na OCDE, os percentuais eram de 50,7% e 49,3%, respectivamente.

O estudo ainda reforça que mais de 70% dos ativos previdenciários no país estão aplicados em renda fixa. De acordo Lima, esse comportamento é explicado, em grande medida, pela elevada taxa de juros reais. Na comparação com os países da OCDE, apenas a República Checa direciona mais recursos para essa modalidade de investimento (81,8%). Só para se ter uma ideia, os Estados Unidos concentram apenas 19% em renda fixa.

"O que determina a alocação dos investidores é taxa real de juros, que leva em conta tanto a Selic quanto às expectativas de inflação. De nada adiantará reduzir a Selic se os investidores entenderem que o risco inflacionário aumentará", explicou o economista.

Segundo ele, se os investidores tiverem uma maior previsibilidade dos seus investimentos, a diversificação de produtos financeiros aumentará substancialmente porque os poupadores exigirão dos gestores uma maior rentabilidade dos seus investimentos para terem uma taxa de reposição adequada, sabendo que a previdência privada complementa a pública.

Para Lima, o Brasil ainda precisa superar vários desafios fiscais para que a taxa de juros reais seja compatível com os observados nos países mais avançados. "A sustentabilidade das contas públicas brasileiras no médio prazo é factível, especialmente porque já enfrentamos o maior deles: a aprovação da reforma da previdência. Logicamente, novos aperfeiçoamentos previdenciários precisam ser feitos continuamente", destacou, defendendo a necessidade da aprovação de uma reforma administrativa.

Renda após aposentadoria
No Brasil, valor do benefício representa mais de 80% do último salário

	Taxa de reposição da aposentadoria (% do último salário)	Ativos previdenciários totais (% do PIB)
Brasil	88,4	26
OCDE	50,7	49,3
Chile	37,1	57,7
Israel	38	61,3
Reino Unido	41,9	85,2
Suécia	62,3	97,9
Austrália	26	131,4
Estados Unidos	39,1	137,5
Holanda	74,7	150,7
Suíça	39,9	152,4
Canadá	36,8	152,8
Dinamarca	73,1	192,3

Fonte: OCDE/Pensions at glance 2023 e Pensions Markets in Focus 2023. Elaboração: Polo Capital

INÊS 249

Infraestrutura Expansão do terminal de Itaqui, acordo com Panamá e turismo são apostas do Estado

Porto é saída para MA impulsionar economia

Andrea Jubé
De Brasília

Em novo momento de atração de investimentos, o governo do Maranhão aposta na expansão do Porto de Itaqui, agora interligado ao sul pela Ferrovia Norte-Sul, no avanço do diálogo com o Panamá para integrar o porto ao canal e nas novas indústrias instaladas na região para se descolar do estigma de Estado mais pobre do país. Nos últimos dois anos, quase 2 milhões de maranhenses saíram das faixas de pobreza e extrema pobreza.

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, antecipou ao **Valor** que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinará a renovação da delegação do terminal por mais 25 anos ao governo estadual no dia 10 de agosto, em cerimônia em Brasília.

Mas um impasse para o salto desenvolvimentista, na visão do governador Carlos Brandão (PSB), é a reforma tributária, que impôs o fim dos incentivos fiscais. "Isso trava a competitividade", criticou, em entrevista ao **Valor**.

Brandão argumentou que atrai investimentos liberando incentivos fiscais para as indústrias interessadas em se estabelecer no Estado. Segundo ele, o governo deixa de receber até R$ 2 bilhões ao ano com a perda de arrecadação. Em alguns casos, o acordo com os empresários implica o pagamento de no máximo 25% do ICMS.

O fim da chamada "guerra fiscal" é uma das bases da reforma dos impostos sobre consumo e considerado uma modernização do sistema brasileiro. O novo modelo prevê que, ao fim da transição, a tributação passe a ser no destino, não na origem, como ocorre hoje. Como forma de compensar eventuais perdas de Estados, a nova legislação prevê um fundo de desenvolvimento regional.

Brandão reconheceu a importância histórica da reforma tributária, em fase de regulamentação no Congresso, mas lamentou o fim da guerra fiscal entre os Estados. "Ela [a reforma] nivelou todo mundo", observou. "Agora vamos fazer um estudo para ver como poderemos continuar mais atrativos que outros Estados", completou.

Em relação ao Porto de Itaqui, o governo federal decidiu antecipar a renovação do contrato que venceria em 2026. "Isso traz segurança jurídica e estabilidade para os empresários, que têm cerca de R$ 15 bilhões para investir no porto", comemorou Brandão.

O governador atua para tentar viabilizar a integração entre o Porto de Itaqui e o Canal do Panamá. Em visita oficial ao país, há 20 dias, ele se reuniu com autoridades panamenhas para discutir a redução de taxas aduaneiras e acordos na tentativa de construir um ambiente mais favorável ao porto e consolidá-lo como um "hub" das Américas. O próximo passo é a visita de técnicos panamenhos ao porto, em data ainda não agendada.

Na mesma semana em que o governador reuniu-se com ministros panamenhos, Lula teve uma agenda bilateral com o presidente do Panamá, José Mulino, durante a Cúpula do Mercosul, no Paraguai, no início do mês. O Panamá mira o status de "membro associado" do Mercosul, do qual já usufruem Chile, Colômbia, Peru, Equador e Guiana.

"O Estado mais competitivo para usar o Canal do Panamá é o Maranhão, que está mais perto dos Estados Unidos e da Europa; se passar pelo canal, o contêiner com a mercadoria exportada economizará até seis dias", argumentou o governador.


CADU GOMES/VPR

Carlos Brandão: "Vamos fazer um estudo para ver como poderemos continuar mais atrativos que outros Estados"

Com as obras de expansão, o porto vai passar a operar contêineres por meio das empresas Susano e Alumar [Consórcio de Alumínio do Maranhão, formado por Alcoa, South 32 e Rio Tinto]. "Qual é a estratégia? O navio leva commodities para a Ásia, e de lá traz produtos como eletroeletrônicos", observou.

O presidente da Inter B. Consultoria, Claudio Frischtak, chancelou ao **Valor** o otimismo do governador quanto ao potencial do Porto de Itaqui, que tem como "vantagem competitiva" o maior calado natural do país, que permite a atracação de navios com cargas de mais de 300 mil toneladas. Ele vê a movimentação do porto se intensificar ainda mais em alguns anos, quando a Ferrovia de Integração do Centro-Oeste (Fico) entrar em operação.

Frischtak revela ceticismo, todavia, nas negociações com o Panamá. "É o grande ponto de interrogação", observou. Ele pondera que o canal está pressionado pelo excesso de demanda e menor volume de água, em decorrência das mudanças climáticas. Além disso, mesmo que o Brasil consiga taxas atraentes, os navios passam dias nas longas filas, colocando em xeque a economia de tempo que Itaqui proporcionaria pela localização estratégica.

O governador também demonstra entusiasmo com obras de grande porte em andamento no Estado. O município de Balsas — localizado na região conhecida como "Matopiba" (formada por Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia), uma das novas fronteiras agrícolas do país — abriga o canteiro de obras da nova fábrica da Inpasa, que produzirá etanol de milho, em sintonia com o cenário de transição energética. Com investimentos de R$ 2,5 bilhões, o empreendimento gerou 2,5 mil empregos na construção da fábrica, e deverá preservar pelo menos 1,5 mil na fase de operação, que deve iniciar no ano que vem.

Outro empreendimento de grande dimensão é a construção do linhão de transmissão de energia pela chinesa State Grid Brazil Holding, um investimento de R$ 1,9 bilhão que vai interligar as subestações de Graça Aranha (MA) e Silvânia (GO) para conectar energia de fontes renováveis do Nordeste ao sistema interligado nacional. O trajeto se estende por 1.468 quilômetros, atravessando Maranhão, Tocantins e Goiás. A expectativa de Brandão é que o empreendimento gere mais de 1,2 mil empregos.

Outra expectativa do governador é com o incremento do turismo diante da recente declaração dos Lençóis Maranhenses como Patrimônio Natural da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco). O selo ampliará a visibilidade internacional do local.

Um empecilho vem sendo a falta de mão de obra qualificada. "Eu não abro mão do emprego, por isso tenho que qualificar essas pessoas", reconheceu o governador. Para isso, ele conta com a ampliação de convênios com entidades do Sistema S e cursos profissionalizantes dos Institutos Federais.

O Censo IBGE 2022 apontou o Maranhão como o Estado com a maior proporção de pessoas em situação de extrema pobreza no Brasil. Dos 6,7 milhões de habitantes, 8,4% vivem com menos de R$ 209 mensais, e outros 57,9% estão em situação de pobreza, com renda de até R$ 667 por mês.

Contudo, entre 2021 e 2023, pelo menos 919 mil pessoas saíram da faixa de extrema pobreza, enquanto cerca de 740 mil deixaram a condição de pobreza. Os dados fazem parte de um estudo do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre) com base na Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (Pnad) do IBGE.

O dado mais recente do Produto Interno Bruto (PIB) medido pelo IBGE é de 2021, quando a riqueza do Maranhão apresentou variação de 6,2%, maior do que a média do Nordeste naquele ano, de 4,3%.

Lupi nega revisão em teto de juro de consignado

Do Rio

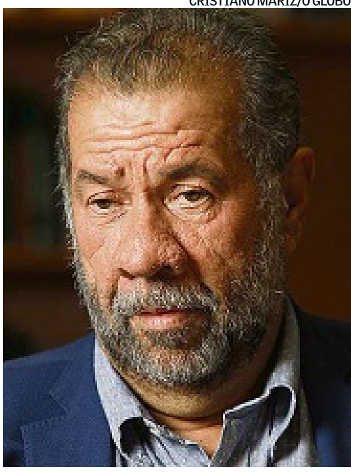
O ministro da Previdência Social, Carlos Lupi, afirmou nesta segunda-feira, 29, que não há previsão de reavaliação do teto de juros para empréstimos consignados a pensionistas do INSS.

Ele fez a declaração ao ser confrontado com informações do jornal "O Globo", de recente levantamento da Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) com dados da Dataprev. No estudo, a entidade aponta recuo de 11% no volume financeiro de novos empréstimos com margem livre no ano até maio, ante igual período de 2023.

Lupi comentou que a pesquisa "só considera empréstimos novos". Ele disse que, quando um tomador refinancia empréstimos, no entendimento dele, "é um novo empréstimo".

Segundo ele, não há previsão de reavaliação de teto de juros. "Inclusive porque, a pedido da federação de bancos, na reunião do conselho, eles pediram muito para que a gente combinasse isso com as decisões do Copom do Banco Central", afirmou. O ministro ponderou que, no cálculo de juros para consignado, sempre é preciso considerar o patamar da taxa básica de juros (Selic).

Lupi é presidente do Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS). Em maio, o conselho anunciou aprovação de redução do teto de juros do consignado do INSS de 1,68% para 1,66% ao mês. Foi a sétima redução da taxa máxima. No caso das contratações feitas através de cartão de crédito consignado a taxa, que estava em 2,49% ao mês, reduziu para 2,46%. Na ocasião, o governo anunciou que o objetivo das novas taxas era de acompanhar, proporcionalmente, os cortes na Selic. A mais recente redução foi em 8 de maio, de 10,75% para 10,50% ao ano.


CRISTIANO MARIZ/O GLOBO

Bancos pediram que revisão do teto fosse condicionada à fixação da Selic
Carlos Lupi

Lupi reiterou também decisão de rever, por parte do ministério, de 800 mil benefícios, como o auxílio-doença (auxílio por incapacidade temporária, no nome técnico). A decisão de realizar o "pente-fino" já tinha sido anunciada pelo ministro, no início de julho. "Já fizemos 30 mil iniciais nessas primeiras semanas", afirmou.

O ministro deu as declarações após participar de abertura da Conferência Nacional do Agentes Produtores e Usuários de Dados, nesta segunda-feira (29) no Rio de Janeiro. Na ocasião, o ministro e o presidente do IBGE, Marcio Pochmann, formalizaram também Acordo de Cooperação Técnica (ACT), para geração de estudos estatísticos sobre a seguridade no Brasil. *(AS)*

Pochmann diz que Lula garante verba para IBGE

Alessandra Saraiva
Do Rio

O presidente do IBGE, Marcio Pochmann afirmou nesta segunda-feira (29) que conversou por telefone com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) na semana passada e que o presidente teria garantido recursos para as pesquisas do instituto este ano.

O presidente Lula teria dito que "nós teríamos recursos necessários para poder fazer à frente tanto as pesquisas conjunturais quanto as pesquisas novas que nós estamos dispostos a fazer" disse. Pochmann citou especificamente duas pesquisas programadas para começar este ano: o Censo Agropecuário e a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF).

Há cerca de um mês o presidente do IBGE deu declarações sobre a possível falta de recursos poderia comprometer andamento de pesquisas do instituto. Na ocasião, ele informou que tinha orçamento de quase de R$ 2,7 bilhões para o ano, mas os recursos ainda não tinham sido liberados.

Nesta segunda, Pochmann informou que o instituto está aguardando a confirmação de recursos via "Diário Oficial". Mas pontuou que a programação da elaboração de pesquisas "segue, porque nos foi garantido de que haveria recurso", disse.

Ele deu as declarações após participar de abertura da Conferência Nacional do Agentes Produtores e Usuários de Dados. Na ocasião, chancelou uma série de convênios com diversas instituições, como Previdência Social e Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Uerj) para futuras parcerias em trabalhos de elaboração de dados.

O ministro da Previdência Social, Carlos Lupi, e Pochmann, assinaram Acordo de Cooperação Técnica (ACT) para geração de estudos estatísticos sobre a seguridade no Brasil. A ideia seria fazer, por meio da parceria, mapeamento de dados de sistemas públicos, como o Boletim Estatístico da Previdência Social (BEPS), os anuários estatísticos e o Censo Demográfico. Após esse mapeamento, seriam desenvolvidas análises demográficas com projeções detalhadas sobre o envelhecimento da população, taxas de natalidade, mortalidade e migração, bem como estudos atuariais relacionadas à sustentabilidade dos sistemas previdenciários, considerando diferentes cenários, como o econômico.

Pochmann aproveitou para reiterar planos do IBGE de coordenar centralização de dados público, por meio do Sistema Nacional de Geociências, Estatística e Dados. Disse que o sistema tem potencial de juntar informações de diferentes bancos de dados públicos.

Curta

Fiocruz faz parceria

O Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos (Bio-Manguinhos), da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) fechou acordo para se juntar à rede da Coalizão para Inovações em Preparação para Epidemias (Cepi) de fabricantes de vacinas no Sul Global. A rede trabalha para apoiar respostas mais rápidas e equitativas a futuras ameaças de doenças infecciosas emergentes. A Cepi vai investir US$ 17,9 milhões. e as duas instituições vão colaborar para diversificar as capacidades de fabricação de vacinas de Bio-Manguinhos, expandindo novas plataformas de tecnologia de imunizantes de resposta rápida de mRNA e vetor viral contra doenças infecciosas. Com isso, a Fiocruz torna-se o quinto membro da rede global de fabricação da Cepi. Outros membros incluem o Serum Institute, da Índia; a Aspen, na África do Sul; o Institut Pasteur de Dakar, no Senegal; e a Bio Farma, na Indonésia.

AMBEV S.A.

CNPJ nº 07.526.557/0001-00 - NIRE 35.300.368.941 - Companhia Aberta (“Companhia”)

Extrato da Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Companhia, realizadas, cumulativamente, em 30 de abril de 2024, lavrada na forma de sumário

1. Data, Hora e Local. Em 30 de abril de 2024, às 14h00, de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma Ten Meetings[1] (“Plataforma Digital”), tida como realizada, para fins do artigo 5º, §2º, inciso I, §3º, e artigo 28, §§2º e 3º, da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 81, de 29 de março de 2022 (“Res. CVM 81/22”), na sede da Companhia, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros, 1.017, 4º andar, Itaim Bibi. **2. Convocação.** Edital de convocação divulgado aos acionistas no dia 28 de março de 2024, via sistema Empresas.net da CVM e no site ri.ambev.com.br, e publicado no jornal “Valor Econômico” nas edições dos dias: (i) 29, 30 e 31 de março e 1º de abril de 2024; (ii) 2 de abril de 2024; e (iii) 3 de abril de 2024, nas páginas C7, A12 e B7 e em formato digital. **3. Presenças.** Na Assembleia Geral Ordinária, acionistas representando 89,65% do capital social votante, e, na Assembleia Geral Extraordinária, acionistas representando 89,82% do capital social votante, considerando os boletins de voto a distância enviados diretamente à Companhia ou através dos sistemas da B3 - Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) e do escriturador, e os acionistas que participaram da assembleia através da Plataforma Digital, nos termos do artigo 28 da Res. CVM 81/22. Presentes, também, na forma da lei, a Diretora Vice-Presidente Jurídica e de Compliance da Companhia, Sra. Letícia Rudge Barbosa Kina, o representante da PricewaterhouseCoopers (“PwC”), auditoria externa da Companhia, Sr. Alessandro Marchesino, o presidente do Conselho Fiscal da Companhia, Sr. José Ronaldo Vilela Rezende, o membro efetivo do Conselho Fiscal da Companhia, Sr. Fabio de Oliveira Moser, o Diretor Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia, Sr. Lucas Machado Lira, e o Diretor de Controladoria da Companhia, Sr. Eduardo Paoli. **4. Mesa.** Presidente: Sra. Letícia Rudge Barbosa Kina, conforme indicação do Presidente do Conselho de Administração, nos termos do artigo 11 do Estatuto Social da Companhia. Secretária: Sra. Monique Mesquita Mavignier. **5. Deliberações.** Após a dispensa da leitura do mapa de votação consolidado dos votos proferidos por meio de boletins de voto a distância, o qual ficou à disposição para consulta dos acionistas presentes, de acordo com a Res. CVM 81/22, foram tomadas as seguintes deliberações: **5.1.** Registra-se, inicialmente, que a lavratura da ata destas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária será na forma de sumário, nos termos do artigo 130, §1º, da Lei nº 6.404/76, ficando autorizada sua publicação com a omissão das assinaturas dos acionistas presentes, nos termos do §2º do mesmo artigo 130 da Lei nº 6.404/76. **5.2. Em Assembleia Geral Ordinária: 5.2.1.** Foram aprovados, por maioria e sem reservas, tendo sido computados 13.659.614.111 votos a favor, 282.625 votos contrários e 467.251.040 abstenções, depois de examinados e discutidos, o relatório anual e as contas da administração da Companhia, bem como as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas dos pareceres emitidos pelo Conselho Fiscal e pelos auditores independentes da Companhia, as quais foram publicadas, no prazo legal, no jornal “Valor Econômico”, no dia 29 de fevereiro de 2024, nas páginas A15 a A16, e divulgadas na mesma data aos acionistas, via sistema Empresas.net da CVM e no site ri.ambev.com.br. **5.2.2.** Foi aprovada, por maioria, tendo sido computados 14.116.260.684 votos a favor, 312.418 votos contrários e 10.565.076 abstenções, a destinação do lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, no valor de R$ 14.501.943.640,79, tendo sido destinados **(i)** R$ 2.552.742.772,26 para a Reserva de Incentivos Fiscais, sendo que, deste valor: **(i.a)** R$ 2.466.915.081,72 referem-se aos incentivos fiscais estaduais de ICMS recebidos por algumas unidades da Companhia; **(i.b)** R$ 85.071.980,70 referem-se ao incentivo fiscal estadual de Sergipe, conforme Lei nº 5.382/04, e **(i.c)** R$ 755.709,84 referem-se ao incentivo de reinvestimento do IRPJ concedido pela SUDENE, conforme artigo 19 da Lei nº 8.167/91; **(ii)** R$ 11.500.204.792,68 para a distribuição a título de juros sobre o capital próprio, já declarados pelo Conselho de Administração e pagos aos acionistas com base no lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; e **(iii)** R$ 3.730.197.243,38 para a Reserva de Investimentos. De acordo com o artigo 193, § 1º, da Lei nº 6.404/76, a Companhia deixará de constituir a reserva legal para o presente exercício em razão de o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o artigo 182, § 1º, da Lei nº 6.404/76, ter excedido o montante de 30% do capital social. **5.2.3.** Em votação em separado, por acionistas minoritários titulares de ações ordinárias, foram eleitos, por maioria, tendo sido computados 2.660.248.633 votos a favor, 5.392.744 votos contrários e 7.876.472 abstenções, para mandato até a próxima Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2025, os seguintes candidatos indicados pela acionista Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI, com fulcro no artigo 161, § 4º, alínea “a”, da Lei nº 6.404/76, para o Conselho Fiscal da Companhia: **(i) Fabio de Oliveira Moser**, brasileiro, casado, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 061.802.773 (IFP/RJ), inscrito no CPF sob o nº 777.109.677/87, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para ocupar o cargo de membro efetivo do Conselho Fiscal da Companhia; e **(ii) João Vagnes de Moura Silva**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº 1169742 (SSP/DF), inscrito no CPF sob o nº 584.043.411-68, residente e domiciliado na Cidade de Sobradinho, Distrito Federal, para ocupar o cargo de membro suplente do Conselho Fiscal da Companhia. **5.2.4.** Foram eleitos, por maioria, tendo sido computados 11.445.697.960 votos a favor, 92.043.826 votos contrários e 996.328.934 abstenções, para mandato até a próxima Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2025, os seguintes candidatos indicados pelos acionistas controladores para o Conselho Fiscal da Companhia: **(i) José Ronaldo Vilela Rezende**, brasileiro, casado, contador, portador da cédula de identidade RG nº M-2.399.128 SSP/MG, inscrito no CPF sob o nº 501.889.846-15, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para ocupar o cargo de membro efetivo do Conselho Fiscal da Companhia; **(ii) Elidie Palma Bifano**, brasileira, casada, advogada, portadora da cédula de identidade RG nº 3.076.167 SSP/SP, inscrita no CPF sob o nº 395.907.558-87, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para ocupar o cargo de membro efetivo do Conselho Fiscal da Companhia; **(iii) Emanuel Sotelino Schifferle**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº 01.433.665-5 IFP/RJ, inscrito no CPF sob o nº 009.251.367-00, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para ocupar o cargo de membro suplente do Conselho Fiscal da Companhia; e **(iv) Eduardo Rogatto Luque**, brasileiro, casado, contador, portador da cédula de identidade RG nº 17.841.962-X SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 142.773.658-84, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para ocupar o cargo de membro suplente do Conselho Fiscal da Companhia. Os conselheiros fiscais ora eleitos conforme itens 5.2.3 e 5.2.4 acima serão investidos nos respectivos cargos mediante assinatura dos termos de posse no livro próprio, oportunidade em que farão a declaração de desimpedimento prevista em lei. **5.2.5.** Foi aprovada, por maioria, tendo sido computados 13.780.249.288 votos a favor, 288.646.099 votos contrários e 58.228.357 abstenções, a remuneração global dos administradores para o exercício de 2024, incluindo as despesas associadas ao reconhecimento do valor justo (i) das opções de compra de ações que a Companhia pretende outorgar no exercício; e **(ii)** da remuneração baseada em ações que a Companhia pretende realizar no exercício, no montante anual de até R$ 183.982.172,00. **5.2.6.** Foi aprovada, por maioria, tendo sido computados 14.112.486.495 votos a favor, 2.109.175 votos contrários e 12.530.894 abstenções, a remuneração global dos membros do Conselho Fiscal para o exercício de 2024, no montante anual de até R$ 2.316.015,00, com a remuneração dos membros suplentes correspondendo à metade do valor recebido pelos membros efetivos, nos termos legais. **5.3. Em Assembleia Geral Extraordinária: 5.3.1.** Foi aprovada, por maioria, tendo sido computados 14.138.915.163 votos a favor, 3.807.776 votos contrários e 10.572.410 abstenções, a alteração do *caput* do artigo 5 do Estatuto Social da Companhia, de modo a refletir os aumentos de capital aprovados pelo Conselho de Administração, dentro do limite do capital autorizado, até a data de convocação destas Assembleias, o qual passa a vigorar com a redação constante do Estatuto Social da Companhia, na forma do **Anexo I** à presente ata. **5.3.2.** Foi aprovada, por maioria, tendo sido computados 14.141.560.119 votos a favor, 1.120.893 votos contrários e 10.614.595 abstenções, a retificação do artigo 15, §5º, inciso “h”, do Estatuto Social da Companhia, para a inclusão da palavra “não”, deixando expresso que, para a configuração de independência dos membros do Conselho de Administração, estes não poderão ter fundado a Companhia e ter influência significativa sobre esta, o qual passa a vigorar com a redação constante do Estatuto Social da Companhia, na forma do **Anexo I** à presente ata. **5.3.3.** Foi aprovada, por maioria, tendo sido computados 14.141.660.122 votos a favor, 931.603 votos contrários e 10.701.356 abstenções, a alteração dos artigos 22, 32 e 33 do Estatuto Social da Companhia, e a exclusão do artigo 34, para reformular a composição da Diretoria da Companhia, renomeando e redistribuindo as competências de determinados cargos, os quais passam a vigorar com a redação constante do Estatuto Social da Companhia, na forma do **Anexo I** à presente ata. **5.3.4.** Foi aprovada, por maioria, tendo sido computados 14.141.874.867 votos a favor, 814.789 votos contrários e 10.598.294 abstenções, a renumeração dos atuais artigos 34 a 46 e a consolidação do Estatuto Social da Companhia, em face das alterações deliberadas nos itens 5.3.1 a 5.3.3 acima, passando referido Estatuto Social a vigorar com a redação constante do **Anexo I** à presente ata. **6. Aprovação e Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, foi assinada pelos membros da Mesa e pelos acionistas. Mesa: Letícia Rudge Barbosa Kina - *Presidente*; Monique Mesquita Mavignier - *Secretária*. *Certifico que o presente extrato é cópia fiel de deliberações constantes da ata lavrada em livro próprio.* São Paulo, 30 de abril de 2024. Mesa: Letícia Rudge Barbosa Kina - *Presidente*; Monique Mesquita Mavignier - *Secretária*. **JUCESP** nº 206.078/24-9 em 23/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral. **Anexo I - Estatuto Social Consolidado: “AMBEV S.A.** - CNPJ nº 07.526.557/0001-00 - NIRE 35.300.368.941 - Companhia Aberta. **Estatuto Social - Capítulo I - Nome, Sede, Objeto e Duração: Artigo 1 -** AMBEV S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima que se rege por este Estatuto e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis. **Artigo 2 -** A Companhia tem sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e pode, para a consecução de seus fins e por deliberação conjunta do Diretor Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores e do Diretor Vice-Presidente Jurídico e de *Compliance*, abrir e fechar filiais, escritórios, depósitos ou agências de representações, em qualquer parte do território nacional ou no exterior. **Artigo 3 -** É objeto da Companhia, diretamente ou através de participação em outras sociedades: a) a produção e o comércio de cervejas, concentrados, refrigerantes e demais bebidas, bem como alimentos em geral, incluindo composto líquido pronto para consumo, preparado líquido aromatizado, guaraná em pó ou bastão; b) a produção e o comércio de matérias-primas necessárias à industrialização de bebidas e seus subprodutos, como malte, cevada, gelo, gás carbônico, e de tudo o mais que seja necessário ou útil às atividades relacionadas na letra “a” acima, incluindo a produção e comércio de embalagens para bebidas e a produção, comércio e aproveitamento industrial de matérias-primas necessárias à produção dessas embalagens, bem como a produção, comércio, aluguel, manutenção e reparo de aparelhos, máquinas, utensílios e equipamentos; c) a produção, certificação e o comércio de sementes e grãos, bem como o comércio de fertilizantes, fungicidas e outras atividades conexas às mesmas, na medida necessária ou útil ao desenvolvimento das atividades principais da Companhia previstas neste estatuto; d) o acondicionamento e a embalagem de quaisquer de seus produtos ou de terceiros; e) as atividades de cultivo e de fomento agrícolas, no campo de cereais e de frutos que constituam matéria-prima para a utilização nas atividades industriais da Companhia, bem como nos demais setores que demandem uma dinâmica máxima na exploração das virtualidades do solo brasileiro, principalmente nos planos de alimentação e da saúde; f) a atuação nas áreas de pesquisa, prospecção, lavra, beneficiamento, industrialização, comercialização e distribuição de bem água mineral, em todo o território nacional; g) o beneficiamento, o acompanhamento e demais serviços fitossanitários e a industrialização dos produtos resultantes das atividades relacionadas na letra “d” acima, seja para atender às próprias finalidades da sua indústria, seja para o comércio, inclusive, de seus subprodutos, incluindo, exemplificativamente, subprodutos para alimentação animal; h) a publicidade de produtos seus e de terceiros, incluindo o agenciamento de espaços para publicidade e a produção, comércio ou aluguel de materiais de promoção e propaganda, bem como a prestação de serviços de informação e conteúdo na internet e de intermediação de negócios; i) a promoção e intermediação da oferta de serviços financeiros e de pagamentos, e a prestação de serviços de assistência técnica, mercadológica e administrativa e outros serviços, sempre relacionados, direta ou indiretamente, às atividades principais da Companhia; j) a importação de todo o necessário à sua indústria e comércio; k) a exportação de seus produtos; l) a exploração, direta ou indireta, de bares, restaurantes, lanchonetes e similares; m) a contratação e/ou a prestação de serviços de logística, incluindo o armazenamento, gestão de estoques em depósitos próprios ou de terceiros, operação de armazéns gerais e o transporte de carga em geral; n) a impressão e reprodução de gravações, incluindo a atividade de impressão, serviços de pré-impressão e acabamentos gráficos e reprodução de materiais gravados em qualquer suporte; o) geração e comercialização de energia e equipamentos para a geração de energia, bem como qualquer outra atividade acessória a fim de viabilizar a implantação de projetos de geração, aproveitamento ou comercialização de energia relacionada, direta ou indiretamente, às atividades principais da Companhia; p) a coleta, transporte, tratamento, reciclagem, reutilização, destinação e/ou comercialização de sucata e resíduos sólidos próprios e/ou de terceiros; o reaproveitamento de tais resíduos, em seu ciclo de transformação ou em outros ciclos produtivos de terceiros, ou outra destinação final ambientalmente adequada (para logística reversa), entre outras atividades correlatas; q) a comercialização e/ou distribuição, diretamente ou através de terceiros, de produtos de consumo domiciliar, comercial e/ou pessoal em geral, sem restrição; e r) a criação, desenvolvimento, licenciamento, exploração, comercialização, incluindo locação, de sistemas informatizados (softwares), customizáveis ou não, e/ou qualquer solução tecnológica que viabilize o fornecimento de serviços, conteúdos e/ou comercialização de produtos por qualquer meio eletrônico ou de comunicação, assim como a prestação de serviços de consultoria, assistência técnica e treinamento, relacionados ao uso dos sistemas e soluções desenvolvidos ou comercializados pela Companhia. **Parágrafo Único -** Adicionalmente ao disposto no caput deste artigo, a Companhia poderá participar em outras sociedades, comerciais e civis, como sócia, acionista ou quotista, no país ou no exterior, ou a elas associar-se. **Artigo 4 -** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II - Capital Social e Ações: Artigo 5 -** O capital social é de R$ 58.177.928.601,85, dividido em 15.753.833.284 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **§ 1º -** Cada ação ordinária terá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. **§ 2º -** As ações da Companhia são escriturais, mantidas em conta de depósito em nome de seus titulares, junto à instituição financeira indicada pelo Conselho de Administração. **§ 3º -** É facultado à Companhia suspender os serviços de transferências e desdobramentos de ações e certificados para atender a determinação da Assembleia Geral, não podendo fazê-lo, porém, por mais de 90 (noventa) dias intercalados durante o exercício, e tampouco por mais de 15 (quinze) dias consecutivos. **Artigo 6 -** A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de 19.000.000.000 (dezenove bilhões) de ações, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, que deliberará sobre as condições de integralização, as características das ações a serem emitidas e o preço de emissão, bem como estabelecerá se o aumento se dará por subscrição pública ou particular. **Parágrafo Único -** Não haverá direito de preferência para a subscrição de ações emitidas nos termos de lei especial sobre incentivos fiscais (art. 172, parágrafo único, da Lei nº 6.404/76); ressalvado que os titulares de ações subscritas com recursos oriundos de incentivos fiscais não terão direito de preferência à subscrição de quaisquer ações emitidas após a referida subscrição. **Artigo 7 -** A emissão de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição - cuja colocação seja feita mediante: (i) venda em bolsa de valores; (ii) subscrição pública; ou (iii) permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle, nos termos dos arts. 257 e 263 da Lei nº 6.404/76 - poderá ser realizada com exclusão do direito de preferência para os antigos acionistas ou com redução do prazo de que trata o art. 171, § 4º, da Lei nº 6.404/76. **Artigo 8 -** O Conselho de Administração poderá, ainda, dentro do limite do capital autorizado, (i) com base em plano aprovado pela Assembleia Geral, outorgar opção de compra de ações aos administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a sociedades sob seu controle; (ii) aprovar aumento do capital social mediante a capitalização de lucros ou reservas, com ou sem a emissão de novas ações; e (iii) deliberar sobre a emissão de bônus de subscrição ou debêntures conversíveis em ações. **Artigo 9 -** A não realização, pelo subscritor, do valor subscrito nas condições previstas no boletim ou na chamada fará com que o mesmo fique, de pleno direito, constituído em mora, para fins dos arts. 106 e 107 da Lei nº 6.404/76, sujeitando-se ao pagamento do valor em atraso corrigido monetariamente de acordo com a variação do IGP-M na menor periodicidade legalmente admitida, além de juros de 12% (doze por cento) ao ano, *pro rata temporis*, e multa correspondente a 10% (dez por cento) do valor da prestação em atraso, devidamente atualizada. **Capítulo III - Das Assembleias Gerais: Artigo 10 -** A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento. **Artigo 11 -** A Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Presidente ou por um dos Copresidentes do Conselho de Administração, conforme o caso, ou pessoa por eles indicada, o qual poderá nomear até dois secretários. **Artigo 12 -** As deliberações das Assembleias Gerais, excetuados os casos expressos em lei, serão tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco. **Artigo 13 -** A Assembleia Geral Ordinária reunir-se-á dentro dos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social, cabendo-lhe decidir sobre as matérias de sua competência previstas em lei. **Artigo 14 -** A Assembleia Geral Extraordinária reunir-se-á sempre que os interesses sociais exigirem o pronunciamento dos acionistas, bem como nos casos previstos em lei e neste Estatuto. **Capítulo IV - Administração da Companhia: Artigo 15 -** A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria, na forma da lei e deste Estatuto. **§ 1º -** A Assembleia Geral fixará o montante global da remuneração dos Administradores, que será distribuída pelo Conselho de Administração, na forma do artigo 21 deste Estatuto. **§ 2º -** Os Administradores deverão aderir ao Manual de Divulgação e Uso de Informações e Política de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da Companhia, mediante assinatura de Termo de Adesão. **§ 3º -** O Conselho de Administração será composto, em sua maioria, por membros externos, isto é, conselheiros sem vínculo atual, empregatício ou de direção, com a Companhia, que podem ou não ser considerados membros independentes, observado o disposto no §5º deste artigo 15. **§ 4º -** Os cargos de Presidente ou Copresidente do Conselho de Administração, conforme o caso, e o de Diretor Presidente Executivo da Companhia não poderão ser cumulados pela mesma pessoa. **§ 5º -** No mínimo: (i) dois membros; ou (ii) 20% (vinte por cento) do número total de membros do Conselho de Administração da Companhia, o que for maior, serão conselheiros independentes, entendendo-se, para fins deste Estatuto, como conselheiros independentes aqueles que atendam os seguintes requisitos: a) não ser acionista controlador, cônjuge ou parente até segundo grau daquele; b) não ter sido, nos últimos três anos, empregado ou diretor (i) da Companhia ou de sociedade controlada pela Companhia, ou (ii) do acionista controlador ou de sociedade por este controlada (“Sociedade de Controle Comum”); c) não ter relações comerciais, incluindo não ser fornecedor ou comprador, direto ou indireto, de serviços e/ou produtos da Companhia, de sociedade controlada pela Companhia, do acionista controlador, sociedade coligada ou de Sociedade de Controle Comum, em todos os casos em magnitude que implique perda de independência; d) não ser funcionário ou administrador de sociedade ou entidade que esteja oferecendo ou demandando serviços e/ou produtos da Companhia, de sociedade controlada pela Companhia, do acionista controlador ou de Sociedade de Controle Comum, conforme item c) acima; e) não ser cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até segundo grau de algum administrador da Companhia, de sociedade controlada pela Companhia, do acionista controlador, de administrador do acionista controlador ou de Sociedade de Controle Comum; f) não receber remuneração da Companhia, de sociedade controlada pela Companhia, do acionista controlador, sociedade coligada ou de Sociedade de Controle Comum além de como membro do Conselho de Administração (proventos em dinheiro oriundos de participação no capital estão excluídos desta restrição); g) não ter seu exercício de voto nas reuniões do Conselho de Administração vinculado por acordo de acionistas que tenha por objeto matérias relacionadas à Companhia; h) não ter fundado a Companhia e ter influência significativa sobre esta. **§ 6º -** Serão também considerados conselheiros independentes aqueles eleitos na forma do art. 141, parágrafos 4º e 5º, da Lei nº 6.404/76, independentemente de atenderem aos critérios de independência previstos neste artigo. **Seção I - Conselho de Administração: Artigo 16 -** O Conselho de Administração será composto de 5 (cinco) até 11 (onze) membros efetivos, podendo ter de 2 (dois) até 11 (onze) suplentes, vinculados especificamente ou não a um Conselheiro efetivo, eleitos pela Assembleia Geral e por ela destituíveis a qualquer tempo, com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição. **§ 1º -** Respeitado o disposto no caput deste artigo, o número de membros que integrarão o Conselho de Administração em cada gestão deverá ser fixado previamente em cada Assembleia Geral cuja ordem do dia seja a eleição dos membros do Conselho de Administração, devendo tal matéria ser encaminhada pelo Presidente da Assembleia. **§ 2º -** O Conselho de Administração poderá determinar a criação de comitês de assessoramento, formados em sua maioria por membros do Conselho de Administração, definindo sua respectiva composição e atribuições específicas. Aplicar-se-á aos integrantes dos comitês de assessoramento a regra do art. 160 da Lei 6.404/76. Caberá aos ditos comitês a análise e a discussão das matérias definidas como de sua competência, bem como a formulação de propostas e recomendações, para deliberação pelo Conselho de Administração. **§ 3º -** Os membros do Conselho de Administração tomarão posse mediante a assinatura do termo respectivo, lavrado em livro próprio, e permanecerão em seus cargos até a posse de seus sucessores. **§ 4º -** O Conselheiro deve ter reputação ilibada, não podendo ser eleito, salvo dispensa da Assembleia Geral, aquele que (i) ocupar cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes da Companhia; ou (ii) tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia; não poderá ser exercido o direito de voto pelo Conselheiro caso se configurem, supervenientemente, os mesmos fatores de impedimento. **Artigo 17 -** O Conselho de Administração será presidido por 1 (um) Presidente ou 2 (dois) Copresidentes, conforme definido pelo voto da maioria dos seus membros, sendo que, no caso de copresidência, esta deverá ser realizada de forma compartilhada, tendo ambos os copresidentes idênticas prerrogativas e atribuições. O Presidente ou Copresidentes do Conselho de Administração, conforme o caso, será(ão) eleito(s) pela maioria de votos de seus membros, imediatamente após a posse de tais membros. **Artigo 18 -** O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, pelo menos uma vez a cada trimestre e, extraordinariamente, sempre que necessário, por convocação realizada pelo Presidente ou por qualquer de seus Copresidentes, conforme o caso, ou pela maioria de seus membros, através de carta, e-mail, telegrama ou pessoalmente, com pelo menos 24 (vinte e quatro) horas de antecedência. **Artigo 19 -** O Conselho de Administração instalar-se-á, funcionará e deliberará validamente pelo voto favorável da maioria de seus membros presentes. **§ 1º -** É facultada a participação dos Conselheiros nas reuniões por telefone, videoconferência, telepresença ou mediante envio antecipado de voto por escrito. O Conselheiro, nessa hipótese, será considerado presente à reunião para verificação do quórum de instalação e votação, e seu voto será considerado válido para todos os efeitos legais, devendo ser incorporado à ata da referida reunião. **§ 2º -** Nas deliberações do Conselho de Administração não assistirá ao Presidente ou a qualquer dos Copresidentes, conforme o caso, o voto de qualidade, no caso de empate na votação, mas apenas seus respectivos votos pessoais. **§ 3º -** O Conselheiro não poderá ter acesso a informações ou participar de deliberações do Conselho de Administração relacionadas a assuntos sobre os quais tenha ou represente interesse conflitante com a Companhia. **Artigo 20 -** No impedimento ou ausência permanente de qualquer dos Conselheiros, havendo suplente, caberá ao Conselho de Administração, a seu critério, efetivá-lo no cargo vago, ou indicar um substituto em caráter permanente para o mesmo cargo; caberá ao novo Conselheiro titular, em qualquer caso, completar o mandato do Conselheiro impedido ou ausente. **Parágrafo Único -** Em suas ausências ou impedimentos temporários, os membros do Conselho de Administração serão substituídos pelos respectivos suplentes vinculados, se houver, ou, na ausência destes, por outro Conselheiro, indicado para tal fim pelo próprio Conselheiro ausente. Nesta última hipótese, o Conselheiro que estiver substituindo o Conselheiro ausente ou impedido, além de seu próprio voto, expressará o voto do Conselheiro ausente. **Artigo 21 -** As deliberações sobre as matérias abaixo relacionadas competirão ao Conselho de Administração: a) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, aprovando as diretrizes, políticas empresariais e objetivos básicos, para todas as áreas principais de atuação da Companhia; b) aprovar os orçamentos anual e operacional de investimento da Companhia; c) aprovar os planos anuais estratégicos de longo prazo da Companhia; d) eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições; e) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitar informações sobre quaisquer atos celebrados, ou em via de celebração, pela Companhia; f) atribuir, do montante global da remuneração fixada pela Assembleia Geral, a remuneração de cada um dos membros da Administração da Companhia; g) definir os critérios gerais de remuneração e política de benefícios (benefícios indiretos, participação no lucro e/ou nas vendas) da Administração e dos funcionários de escalão superior (como tal entendidos os gerentes ou ocupantes de cargos de direção equivalentes) da Companhia; h) indicar os auditores independentes da Companhia; i) deliberar sobre a emissão de ações e bônus de subscrição, dentro do limite do capital autorizado da Companhia; j) manifestar-se previamente sobre o relatório da Administração, as contas da Diretoria, as demonstrações financeiras do exercício e examinar os balancetes mensais; k) submeter à Assembleia Geral proposta de destinação do lucro líquido do exercício; l) convocar a Assembleia Geral Ordinária e, quando julgar conveniente, a Assembleia Geral Extraordinária; m) aprovar quaisquer negócios ou contratos entre a Companhia e/ou qualquer de suas controladas (exceto aquelas integralmente controladas), administradores e/ou acionistas (incluindo os sócios, diretos ou indiretos, dos acionistas da Companhia), sem prejuízo do disposto na alínea “q” abaixo; n) aprovar a criação, subscrição, aquisição, cessão, transferência, oneração e/ou alienação, pela Companhia, a qualquer título ou forma, em qualquer valor, de ações, quotas e/ou quaisquer valores mobiliários de emissão de qualquer sociedade controlada pela Companhia ou a ela coligada, salvo nos casos de operações que envolvam apenas a Companhia e empresas por ela integralmente controladas ou de operação de endividamento, hipótese em que se aplica o previsto na alínea “o” abaixo; o) aprovar a contratação pela Companhia de operação de endividamento em valor superior a 10% (dez por cento) do patrimônio líquido da Companhia constante do último balanço auditado, valor este que será considerado por operação isolada ou conjunto de operações correlatas; p) aprovar a celebração, alteração, rescisão, renovação ou cancelamento de quaisquer contratos, acordos ou similares envolvendo as marcas registradas ou depositadas em nome da Companhia ou de qualquer sociedade controlada pela Companhia, salvo em casos de (i) contratos celebrados entre a Companhia e sociedades por ela integralmente controladas, ou (ii) licenciamento de marcas para uso em brindes, materiais e acessórios conectados a tais marcas, ou divulgação em eventos, ou, ainda, (iii) contratos em que o licenciamento de marcas seja um elemento acessório para a execução de seu objeto principal (desde que não dependam de aprovação do Conselho de Administração em razão de nenhuma das demais hipóteses previstas neste artigo 21); q) aprovar a concessão de empréstimos e a prestação de garantias de qualquer natureza pela Companhia, em valor superior a 1% (um por cento) do patrimônio líquido da Companhia constante do último balanço auditado, a quaisquer terceiros, exceto se em favor de sociedades controladas pela Companhia; r) aprovar a celebração pela Companhia de quaisquer contratos de longo prazo (entendidos como tal os contratos com prazo de duração superior a um ano) que envolvam valor superior a 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido da Companhia constante do último balanço auditado, valor este que será considerado por operação isolada ou conjunto de operações correlatas, exceto no caso de contratos celebrados entre a Companhia e sociedades por ela integralmente controladas; s) deliberar sobre a participação da Companhia em outras sociedades, bem como sobre quaisquer participações em outros empreendimentos, inclusive através de consórcio ou sociedade em conta de participação, que envolva (i) valor superior a 0,05% (cinco centésimos por cento) do patrimônio líquido da Companhia constante do último balanço auditado, considerado por operação isolada; ou (ii) qualquer valor, após verificado que o conjunto de operações com montante igual ou inferior àquele referido no item (i) atingiu, dentro do mesmo exercício social, o limite global de 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento) do patrimônio líquido da Companhia constante do último balanço auditado; t) deliberar sobre a suspensão das atividades da Companhia, salvo nos casos de paralisação para manutenção em seus equipamentos; u) autorizar a aquisição de ações da Companhia para permanência em tesouraria, cancelamento ou posterior alienação, bem como o cancelamento ou a posterior alienação de tais ações, observadas as disposições legais aplicáveis; v) deliberar sobre a emissão de Notas Promissórias Comerciais para distribuição pública, nos termos da Instrução CVM nº 134; w) deliberar, dentro dos limites do capital autorizado, sobre a emissão de debêntures conversíveis em ações, especificando o limite do aumento de capital decorrente da conversão das debêntures, em número de ações, e as espécies e classes das ações que poderão ser emitidas, nos termos do art. 59, § 2º, da Lei nº 6.404/76; x) autorizar a alienação de bens do ativo permanente, excetuados aqueles referidos na alínea “n” deste artigo, e a constituição de ônus reais, em valor superior a 1% (um por cento) do patrimônio líquido da Companhia constante do último balanço auditado, valor este que será considerado por transação isolada ou conjunto de transações correlatas; y) exercer as demais atribuições legais conferidas em Assembleia Geral ou por este Estatuto; e z) resolver os casos omissos neste Estatuto e exercer outras atribuições que a lei ou este Estatuto não confiram a outro órgão da Companhia. **§ 1º -** As decisões do Conselho de Administração constarão de ata que será assinada pelos presentes. **§ 2º -** A manifestação de voto favorável de representante da Companhia com relação a qualquer deliberação sobre as matérias acima relacionadas, em Assembleias Gerais e em outros órgãos societários das sociedades controladas pela Companhia, direta ou indiretamente, dependerá de aprovação do Conselho de Administração da Companhia. **Seção II - Diretoria: Artigo 22 -** A Diretoria será composta por 2 (dois) a 15 (quinze) membros, acionistas ou não, sendo (i) um Diretor Presidente Executivo, (ii) um Diretor Vice-Presidente Comercial, (iii) um Diretor Vice-Presidente de Vendas, (iv) um Diretor Vice-Presidente de Gente e Gestão, (v) um Diretor Vice-Presidente de Logística, (vi) um Diretor Vice-Presidente de Marketing, (vii) um Diretor Vice-Presidente Industrial, (viii) um Diretor Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores, (ix) um Diretor Vice-Presidente Jurídico e de *Compliance*, (x) um Diretor Vice-Presidente de *Beyond Beer*, (xi) um Diretor Vice-Presidente de Tecnologia da Informação e (xii) os demais Diretores sem designação específica, todos eleitos pelo Conselho de Administração e por ele destituíveis a qualquer tempo, com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição. **§ 1º -** Ocorrendo vacância de cargo de Diretor, ou impedimento do titular, caberá ao Conselho de Administração eleger o novo Diretor ou designar o substituto, fixando, em qualquer dos casos, o prazo da gestão e os respectivos vencimentos. **§ 2º -** Compete à Diretoria exercer as atribuições que a lei, o Estatuto Social e o Conselho de Administração lhe conferirem para a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia. **§ 3º -** Os Diretores tomarão posse mediante a assinatura do termo respectivo, lavrado em livro próprio, e permanecerão em seus cargos até a posse de seus sucessores. **Artigo 23 -** A Diretoria, cuja presidência será exercida pelo Diretor Presidente Executivo, reunir-se-á sempre que necessário, cabendo a convocação e a presidência da Reunião ao Diretor Presidente Executivo. **Artigo 24 -** Compete ao Diretor Presidente Executivo: a) submeter à aprovação do Conselho de Administração os planos de trabalho e orçamento anuais, planos de investimentos e novos programas de expansão da Companhia, promovendo a sua execução nos termos aprovados; b) formular as estratégias e diretrizes operacionais da Companhia, bem como estabelecer os critérios para a execução das deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração, com a participação dos demais Diretores; c) exercer a supervisão de todas as atividades da Companhia, imprimindo-lhes a orientação mais adequada aos objetos sociais; d) coordenar e superintender as atividades da Diretoria; e e) exercer as demais atribuições que lhe forem conferidas pelo Conselho de Administração. **Artigo 25 -** Compete ao Diretor Vice-Presidente Comercial: a) responsabilizar-se pela direção, planejamento estratégico e controle das áreas de vendas e marketing da Companhia; e b) exercer as demais atribuições que lhe forem conferidas pelo Conselho de Administração. **Artigo 26 -** Compete ao Diretor Vice-Presidente de Vendas: a) desenvolver o planejamento estratégico de vendas da Companhia; b) responsabilizar-se pela gestão da equipe comercial e desenvolver e implementar um modelo de atuação na área; e c) exercer as demais atribuições que lhe forem conferidas pelo Conselho de Administração. **Artigo 27 -** Compete ao Diretor Vice-Presidente de Gente e Gestão: a) gerir e administrar os recursos humanos da Companhia; e b) exercer as demais atribuições que lhe forem conferidas pelo Conselho de Administração. **Artigo 28 -** Compete ao Diretor Vice-Presidente de Logística: a) estabelecer, gerenciar e responsabilizar-se pela estratégia de distribuição e logística de pré-produção e pós-produção da Companhia; e b) exercer as demais atribuições que lhe forem conferidas pelo Conselho de Administração. **Artigo 29 -** Compete ao Diretor Vice-Presidente de Marketing: a) ser o responsável pela direção, planejamento e controle da área de marketing da Companhia; e b) exercer as demais atribuições que lhe forem conferidas pelo Conselho de Administração. **Artigo 30 -** Compete ao Diretor Vice-Presidente Industrial: a) administrar as filiais, armazéns, fábricas e demais unidades de negócios da Companhia relacionadas à sua produção industrial; e b) exercer as demais atribuições que lhe forem conferidas pelo Conselho de Administração. **Artigo 31 -** Compete ao Diretor Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores: a) gerenciar e responder pelo controle orçamentário da Companhia; b) prover informações financeiras e gerenciais; c) responder pelo controle de fluxo de caixa, aplicações financeiras e investimentos da Companhia; d) prestar toda e qualquer informação aos investidores, à Comissão de Valores Mobiliários e à B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão; e) manter atualizado o registro de companhia aberta da Companhia; e f) exercer as demais atribuições que lhe forem conferidas pelo Conselho de Administração. **Artigo 32 -** Compete ao Diretor Vice-Presidente Jurídico e de *Compliance*: a) estabelecer, gerir e coordenar a estratégia jurídica adotada pela Companhia, bem como supervisionar seus processos judiciais e administrativos; b) responsabilizar-se pelos atos societários da Companhia; c) implementar, gerir e operacionalizar o programa de compliance da Companhia, zelando por seu cumprimento, efetividade e contínuo aprimoramento; d) apurar eventuais alegações de violações ao programa de compliance da Companhia; e e) exercer as demais atribuições que lhe forem conferidas pelo Conselho de Administração. **§ 1° -** É assegurado ao Diretor Vice-Presidente Jurídico e de *Compliance*, no exercício de suas atribuições, acesso direto ao Conselho de Administração. **Artigo 33 -** Compete ao Diretor Vice-Presidente de *Beyond Beer*: a) coordenar e supervisionar os setores de bebidas que não sejam o de cerveja, ou seja, que envolvam outras bebidas alcoólicas e bebidas não alcoólicas, e estabelecer o planejamento de tais setores; e b) exercer as demais atribuições que lhe forem conferidas pelo Conselho de Administração. **Artigo 34 -** Compete ao Diretor Vice-Presidente de Tecnologia da Informação: a) ser o responsável pela direção, planejamento e controle da área de tecnologia da informação da Companhia; e b) exercer as demais atribuições que lhe forem conferidas pelo Conselho de Administração. **Artigo 35 -** Compete aos demais Diretores exercer as atribuições que lhes forem definidas em Reunião do Conselho de Administração, que poderá estabelecer denominações específicas para os seus cargos. **Artigo 36 -** Os Documentos que importem em responsabilidade comercial, bancária, financeira ou patrimonial para a Companhia, tais como contratos em geral, endossos em cheques, notas promissórias, letras de câmbio, duplicatas e quaisquer títulos de crédito, confissões de dívidas, concessão de avais e fianças, contratos de abertura de crédito, atos praticados por filiais, procurações *ad negotia* e *ad judicia*, e quaisquer outros atos que criarem responsabilidade para a Companhia, ou dispensarem obrigações de terceiros, bem como para com ela, terão para a sua validade as assinaturas de dois membros da Diretoria. **§ 1º -** A representação da Companhia nos documentos acima enumerados poderá ser objeto de delegação, podendo ser assinados por um Procurador em conjunto com um Diretor ou por dois Procuradores conjuntamente, desde que os instrumentos de mandato que constituírem os ditos procuradores sejam assinados por dois Diretores. **§ 2º -** A Companhia será representada isoladamente por qualquer dos Diretores ou por Procurador devidamente constituído, nos casos de recebimento de citações ou notificações judiciais e na prestação de depoimento pessoal. **Capítulo V - Conselho Fiscal: Artigo 37 -** A Companhia terá um Conselho Fiscal, em caráter permanente, composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros e suplentes em igual número, todos eleitos em Assembleia Geral e por ela destituíveis a qualquer tempo, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária que se seguir à sua eleição, sendo permitida a reeleição. **§ 1º -** Para que o Conselho Fiscal possa funcionar, será necessária a presença da maioria de seus membros. **§ 2º -** Caberá ao Conselho Fiscal eleger o seu presidente na primeira sessão realizada após a sua instalação. **§ 3º -** O Conselho deverá, adicionalmente às atribuições que este Estatuto e a lei lhe conferem, estabelecer, em seu Regimento Interno, procedimentos para o recebimento, registro e tratamento a ser dado às reclamações recebidas a respeito da contabilidade, controles internos contábeis e assuntos relacionados à auditoria da Companhia, bem como a quaisquer outras comunicações recebidas sobre tais matérias. **§ 4º -** Aplica-se aos membros do Conselho Fiscal o disposto no § 2º do artigo 15, deste Estatuto Social. **Artigo 38 -** A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os eleger. **Capítulo VI - Exercício Social, Balanço e Resultados: Artigo 39 -** O exercício social terá a duração de um ano e terminará no último dia do mês de dezembro de cada ano. **Artigo 40 -** Ao fim de cada exercício social, serão elaboradas, com base na escrituração mercantil da Companhia, as demonstrações financeiras previstas em lei. **§ 1º -** O Conselho de Administração poderá determinar o levantamento de balanço semestral ou em períodos menores, e aprovar a distribuição de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio com base nos lucros apurados nesse balanço, respeitado o disposto no art. 204 da Lei n° 6.404/76. **§ 2º -** A qualquer tempo, o Conselho de Administração também poderá deliberar a distribuição de dividendos intermediários e/ou juros sobre o capital próprio, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. **§ 3º -** Os dividendos intermediários e os juros sobre o capital próprio serão sempre considerados como antecipação do dividendo mínimo obrigatório. **Artigo 41 -** Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda. **§ 1º -** Sobre o valor apurado na forma do *caput* deste artigo serão sucessivamente calculadas: a) a participação estatutária dos empregados da Companhia até o limite máximo de 10% (dez por cento), a ser distribuída de acordo com parâmetros a serem estabelecidos pelo Conselho de Administração; e b) a participação estatutária dos administradores, até o limite máximo legal. **§ 2º -** Sobre o valor apurado na forma do *caput* deste artigo, poderá, ainda, ser calculada, até o limite de 10% (dez por cento), contribuição para atender aos encargos da fundação de assistência aos colaboradores e administradores da Companhia e de suas sociedades controladas, observadas as normas fixadas pelo Conselho de Administração a respeito. **§ 3º -** Do lucro líquido do exercício, obtido após as deduções de que tratam os parágrafos anteriores, destinar-se-á: a) 5% (cinco por cento) para a reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social integralizado ou o limite previsto no § 1º do art. 193 da Lei nº 6.404/76; b) do saldo do lucro líquido do exercício, obtido após a dedução de que trata a letra “a” deste artigo e ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76, destinar-se-á 40% (quarenta por cento) para pagamento do dividendo obrigatório a todos os seus acionistas; e c) importância não superior a 60% (sessenta por cento) do lucro líquido ajustado para a constituição de Reserva de Investimentos, com a finalidade de financiar a expansão das atividades da Companhia e de empresas controladas, inclusive através da subscrição de aumentos de capital ou criação de novos empreendimentos. **§ 4º -** A reserva prevista na alínea “c”, do § 3º, deste artigo, não poderá ultrapassar 80% (oitenta por cento) do capital social. Atingido esse limite, caberá à Assembleia Geral deliberar sobre o saldo, procedendo à sua distribuição aos acionistas ou ao aumento do capital social. **Capítulo VII - Liquidação, Dissolução e Extinção: Artigo 42 -** A Companhia entrará em dissolução, liquidação e extinção nos casos previstos em lei, ou em virtude de deliberação da Assembleia Geral. **§ 1º -** O modo de liquidação será determinado em Assembleia Geral que elegerá também o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação. **§ 2º -** O Conselho de Administração nomeará o liquidante, fixará os seus honorários e estabelecerá as diretrizes para o seu funcionamento. **Capítulo VIII - Disposições Gerais: Artigo 43 -** Os dividendos atribuídos aos acionistas serão pagos nos prazos da lei, somente incidindo correção monetária e/ou juros se assim for determinado pela Assembleia Geral. **Parágrafo Único -** Os dividendos não recebidos ou reclamados prescreverão no prazo de três anos, contando da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, e reverterão em favor da Companhia. **Artigo 44 -** A Companhia observará os acordos de acionistas registrados na forma do art. 118 da Lei nº 6.404/76. **Artigo 45 -** A Companhia assegurará aos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal ou aos membros de quaisquer órgãos sociais com funções técnicas destinadas a aconselhar os administradores, a defesa em processos judiciais e administrativos instaurados por terceiros, durante ou após os respectivos mandatos, por atos praticados no exercício de suas funções, inclusive por meio de contrato de seguro permanente, a fim de resguardá-los das responsabilidades por atos decorrentes do exercício do cargo ou função, com o pagamento das despesas processuais, honorários advocatícios indenizações e quaisquer outros valores decorrentes dos referidos processos. **§ 1º -** A garantia prevista no *caput* deste Artigo estende-se aos empregados que regularmente atuarem em cumprimento de mandato outorgado pela Companhia ou sociedades por esta controladas. **§ 2º -** Se alguma das pessoas mencionadas no *caput* ou no § 1º deste artigo for condenada, por decisão judicial transitada em julgado, em virtude de culpa ou dolo, deverá ressarcir a Companhia de todos os custos e despesas com a assistência jurídica, nos termos da lei.”. *Estatuto Social aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 30 de abril de 2024.*

[1] Plataforma Digital contratada pela Companhia, a qual adota o sistema de videoconferência Zoom para a realização das assembleias.

INÊS 249

INÊS 249

Congresso Para MP, texto de Flávio Bolsonaro prejudicará turistas, passageiros e pode piorar serviço

Projeto reduz indenização por atraso e cancelamento de voos

Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro
De Brasília

Prioridade do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), para o segundo semestre, o projeto da nova Lei Geral do Turismo pode reduzir substancialmente as indenizações aos passageiros por atrasos e cancelamentos de voos e impedir que o Código de Defesa do Consumidor seja utilizado nesses processos. São demandas antigas das empresas aéreas, que gastaram R$ 1,1 bilhão ano passado no Brasil para ressarcir clientes por problemas. Mas, para o Ministério Público e associações de defesa do consumidor, a modificação prejudicará os passageiros e turistas e pode inclusive piorar a qualidade dos serviços diante da falta de punição.

A mudança na legislação foi proposta pelo relator, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), e aprovada sem alarde pelo Senado Federal. O texto agora volta à Câmara, que o aprovou em 2019 sem as restrições à indenização de passageiros. Ao **Valor**, o deputado Paulo Azi (União-BA), que assumiu novamente a relatoria do projeto, disse concordar com a alteração. “Quando for efetivamente comprovado que a responsabilidade foi da empresa, ela será penalizada. Quando não foi, não há porque puni-la”, disse, acrescentando que o custo dessas indenizações acaba refletindo nos preços das passagens. Segundo Azi, a intenção é votar o projeto ainda em agosto e enviá-lo para sanção presidencial.

Na avaliação de Flávio Bolsonaro, a regra proposta é uma forma de “conceder segurança jurídica” e “incentivar a resolução de conflitos entre as partes [pela] via administrativa antes de recorrer ao Poder Judiciário, o que custa cerca de R$ 91 bilhões aos cofres públicos”, conforme escreveu em seu parecer. O parlamentar não destacou a mudança em seus discursos sobre o projeto. Procurado desde quinta-feira, Flávio não retornou aos contatos do **Valor** para comentar.

O texto altera a legislação e jurisprudência atual para reduzir o valor das indenizações. Proíbe que as companhias tenham que pagar danos morais em caráter presumido ou punitivo (ou seja, para que não repitam esses erros) e só permite a indenização com “o objetivo de compensar um dano comprovado”. Hoje, a prática no Judiciário é que as empresas sejam punidas em valores mais altos dos que o dano comprovado, como a perda de um show ou dia de serviço, para que evitem repetir a falha — o caráter “pedagógico” da punição.

Para o diretor de relações institucionais do Instituto de Defesa de Consumidores (Idec), Igor Britto, o projeto “está exclusivamente” voltado a proteger as empresas das “corretas condenações na Justiça”. “Há decisões divergentes, mas um juiz com visão mais clara do problema diz hoje: esta companhia aérea está toda hora aqui com um problema, vou condená-la a pagar indenização que tenha caráter pedagógico, que faça ela aprender que não vale a pena atender mal seus clientes”, diz. “Mas, se a lei for aprovada, esse poder será tolhido e a empresa recorrerá facilmente para a segunda instância para anular a condenação.”

Presidente da Associação Nacional do Ministério Público do Consumidor (MPCON), o promotor Luiz Eduardo Lemos de Almeida afirma ainda que isso pode piorar a qualidade do serviço. “A companhia aérea fará o cálculo de custo e benefício. Se o dano moral for meramente compensatório, muitas vezes a empresa vai, digamos assim, fazer um cálculo atuarial e não vai corrigir suas práticas, continuará cometendo ilícitos, porque será sabedora de que haverá apenas dano moral compensatório — e apenas se comprovado”, pontuou.

Além disso, segundo Almeida, a nova redação impedirá que o Ministério Público atue de maneira coletiva para reparar um dano causado, por exemplo, com o cancelamento de uma rota aérea após vendidas as passagens. “Se a companhia resolve suspender a operação daquele trecho, ela seria condenada apenas a restituir o dano material. E, no caso do dano moral, apenas se ele for comprovado e a título contestatório. Não poderia o Ministério Público pedir dano moral coletivo e com aspecto punitivo com relação a essa conduta abusiva.”

> “Projeto está exclusivamente voltado a proteger as empresas”
> *Igor Britto, do Idec*

Outra alteração no projeto é retirar os processos judiciais contra as aéreas do Código de Defesa do Consumidor (CDC) e remetê-los para a esfera do Código Brasileiro de Aeronáutica (CBA). Segundo o advogado Mário Sergio Galvão, especialista no setor, isso fará com que o passageiro seja tratado como um “consumidor de quinta categoria” e tenha menos direitos. “O Código de Defesa do Consumidor protege, como o próprio nome diz, o consumidor. O CBA protege o fornecedor, a empresa aérea”, explica.

Atualmente, há divergências no Judiciário sobre qual deve ser a lei adotada. Galvão dá como exemplo os processos de dois clientes, pai e filha, que tiveram atraso de seis horas num voo para Portugal e receberam o veredicto na semana passada. No caso do pai, a juíza entendeu que a demora foi descabida e que a empresa não “comprovou, tal como lhe incumbia, a regular e adequada prestação do serviço contratado, ou, então, qualquer das excludentes de ilicitude previstas no CDC”.

Com isso, ela determinou um ressarcimento de R$ 2 mil ao passageiro por “ofensa moral de leve intensidade” e pela “ vertente pedagógica da indenização”. Já no caso da filha, outro juiz negou a indenização dizendo que, “pelo CBA”, o pagamento de compensação por “falha na execução do contrato de transporte fica condicionado à demonstração da efetiva ocorrência do prejuízo”.

Outra alteração que ocorrerá caso o projeto de lei seja aprovado pela Câmara é determinar que, nos voos internacionais, serão utilizadas as regras da Convenção de Montreal para serviços aéreos, que restringe mais os direitos dos passageiros do que a legislação brasileira. Uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) já estabeleceu que danos materiais causados por atrasos e cancelamentos nos voos ou problemas com bagagens são regidos por este tratado internacional, o que limitou o valor da indenização a R$ 7,5 mil.

Mas essa decisão do STF ainda permite que os danos morais (que abalam o lado psicológico, como desgosto, humilhação ou angústia) sejam compensados conforme a legislação do Brasil mesmo no caso de voos para outros países. Se adotada a Convenção de Montreal, conforme prevê o projeto, não haverá mais essa possibilidade de ressarcimento.

O projeto é uma estratégia do setor para tentar diminuir o que eles acusam ser uma “indústria de indenizações”, com escritórios especializados em captar clientes que tiveram problemas em voos. De acordo com a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), 1% das despesas das companhias em 2023 foi com assistência a passageiros e indenizações extrajudiciais e 1% por condenações na Justiça. Ao todo, o custo da operação no Brasil foi de R$ 58,2 bilhões, para um faturamento de R$ 64,5 bilhões.

As mudanças nas regras de indenização foram incluídas pelo senador Flávio Bolsonaro no meio de 19 páginas de alterações legislativas promovidas pelo projeto e não foram objeto de debates públicos no Senado. No plenário, o texto foi votado rapidamente em junho, por consenso, enquanto as atenções estavam voltadas a outra proposta mais polêmica, a taxação das compras no e-commerce internacional, a “taxa das blusinhas”.

Procuradas, a Associação Internacional de Transportes Aéreos (Iata) e a Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear) também não se manifestaram.

PEDRO FRANÇA/AGÊNCIA SENADO — 28/5/2024



Flávio alega que restrição aumentará “segurança jurídica” das empresas, que pagam mais de R$ 1 bilhão por ano em ressarcimentos a passageiros

MÁRIO AGRA/CÂMARA DOS DEPUTADOS — 11/7/2024

Gadêlha: correligionário de Marina Silva, deputado articula projeto

Proposta para incentivar ecoturismo deve ser prioridade no 2º semestre

Marcelo Ribeiro e Fernando Exman
De Brasília

Aposta do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), para a pauta do segundo semestre, a elaboração de uma proposta para impulsionar a prática do ecoturismo no Brasil está sob articulação do deputado Túlio Gadêlha (Rede-PE). Segundo o **Valor** apurou, a escalação do parlamentar, que é correligionário da ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, visa abrir caminho para que a área ambiental do Executivo aponte quais são os limites aceitáveis em uma iniciativa como essa, a fim de aprová-la até o fim do ano.

A ideia já foi debatida pelos três em uma reunião no dia 11 de julho e ainda está em estágio inicial, segundo fontes a par das conversas. “Tudo está em fase de escuta e articulação”, afirmou uma delas.

Em recente entrevista ao **Valor**, o presidente da Câmara afirmou que pretende dar tração a uma pauta com três vetores: a agenda ambiental, um projeto que fomente o turismo no Brasil e propostas na área de segurança pública. Em relação à proposta voltada ao setor do turismo, disse, o objetivo é impulsionar “com equilíbrio” o aumento do fluxo de turistas brasileiros e estrangeiros no país.

Nos bastidores, contudo, parlamentares governistas temem que a proposição não consiga impor regras necessárias para a prática do ecoturismo de forma sustentável. Deputados também citam o receio de ocorrer o que consideram uma elitização do turismo em algumas regiões, caso uma das medidas adotadas seja a cobrança de taxas dos visitantes. Um exemplo citado é o arquipélago de Fernando de Noronha, em Pernambuco.

Por outro lado, entusiastas da ideia argumentam que a proposta pode assegurar que eventuais recursos arrecadados sejam direcionados diretamente aos locais turísticos. Sem passar por fundos federais, o risco de contingenciamento diminuiria e a economia local seria beneficiada.

Procurado, o Ministério do Meio Ambiente afirmou que mantém diálogo constante com o Congresso Nacional para contribuir com a construção e aprimoramento de projetos de lei.

Segundo dados oficiais, o consumo de turistas estrangeiros no Brasil alcançou um recorde no primeiro semestre, somando US$ 3,7 bilhões e ultrapassando os US$ 3,5 bilhões registrados no mesmo período de 2014 — ano em que o Brasil organizou a Copa do Mundo. Para autoridades, em comparação com outros destinos internacionais, o dado demonstra que há bastante espaço para o setor movimentar um volume maior de recursos.

Curtas

Na Justiça 1
O presidente nacional do PSDB, Marconi Perillo, afirmou que o partido vai questionar na Justiça o pronunciamento do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), veiculado no domingo (28), em rede nacional. Segundo Perillo, houve uso indevido da convocação da rede de rádio e TV. O presidente fez um balanço dos seus 18 primeiros meses de governo. Em seu discurso, Lula criticou a gestão de seu antecessor Jair Bolsonaro, destacou a aprovação da reforma tributária e voltou a dizer que está comprometido com a responsabilidade fiscal. Para o PSDB, o tom da fala teve conotação eleitoral.

Na Justiça 2
A Secretaria de Comunicação Social da Presidência (Secom) afirmou que o pronunciamento foi uma prestação de contas do governo. Sobre o questionamento judicial, a Secom disse que o governo analisará a ação quando forem oficialmente informados.

O fator Kamala na reeleição de Maduro



Maria Cristina Fernandes

As seções de votação tinham fechado as portas havia 23 minutos na Venezuela quando a vice-presidente americana Kamala Harris foi ao X para fazer três afirmações: a eleição havia sido histórica, a vontade do povo venezuelano deveria ser respeitada e os EUA, "a despeito de muitos desafios", continuariam lutando por um futuro mais democrático, próspero e seguro naquele país.

A líder da oposição, María Corina Machado, ainda não havia vindo a público para denunciar a falta de acesso aos boletins de urna e anunciar a vitória de seu candidato, Edmundo González. Seis horas depois do encerramento da votação é que o presidente do Comitê Nacional Eleitoral, Elvis Amoroso, decretaria a vitória de Nicolás Maduro.

Nada disso impediu que Kamala antecipasse um tom que, a despeito de manifestar solidariedade com a oposição, parecia de conformidade com um resultado adverso. As fronteiras americanas são responsabilidade do secretário de Segurança Interna, Alejandro Mayorkas, mas a missão dada pelo presidente Joe Biden a sua vice, de endereçar soluções para a pobreza, violência e falta de oportunidades nos países vizinhos que agravam a imigração ilegal, fez com que a vice se tornasse o principal alvo dos republicanos no tema.

A moderação de Kamala também se reproduziu nos pronunciamentos do secretário de Estado dos EUA, Antony Blinken. Na véspera da eleição, ele havia se recusado a fazer um pré-julgamento. Fechadas as urnas, ele expressou "sérias preocupações" com o anúncio do CNE e instou-o a agir de maneira transparente. Subiu o tom, mas sem carregar nas tintas da condenação.

A cautela, na avaliação de setores do governo brasileiro, pauta-se pelo receio de que o endurecimento americano, ao agravar a tensão nas fronteiras, cobre um preço da candidatura democrata. O governo Donald Trump esticou a corda na imposição de sanções e no apoio ao autoproclamado governo Juan Guaidó. O resultado seria colhido pelo sucessor.

Dados do Wola (Escritório de Washington sobre a América Latina) dão conta de que, em 2021, menos de 3 mil venezuelanos cruzaram o estreito de Darien, entre a Colômbia e o Panamá. Em 2023 foram 328 mil. Depois de Colômbia e Peru, os EUA são terceiro destino dos venezuelanos, com uma comunidade de cerca de 800 mil.

Na sexta-feira passada, o "Washington Post" trouxe à tona a existência de documentos sigilosos do Departamento de Segurança Interna dando conta de que o governo Trump foi advertido sobre os efeitos explosivos da imigração decorrente de sanções extremadas.

Um dos autores da advertência, o subsecretário de assuntos políticos do Departamento de Estado do governo Trump — e embaixador do EUA no Brasil durante o governo Barack Obama — Thomas Shannon, confirmou-a ao jornal.

Em função das sanções, a economia venezuelana teve um tombo de 71% entre 2012 e 2020, o maior de um país fora de zona de guerra da história moderna. No ano passado, com o acordo de Barbados, mediado por Brasil, Colômbia e Noruega com vistas a assegurar o compromisso de Maduro por eleições justas e transparentes, uma parte das sanções foi suspensa.

Seis meses depois, porém, foram reimpostas, o que não impediu a gigante americana Chevron e outras petrolíferas como Repsol e Eni, de retomar suas operações e anunciar investimentos de longo prazo.

A vista grossa em relação à retomada desses investimentos passa pela segunda razão pela qual os EUA, na visão do governo brasileiro, resolveram reagir com cautela aos sinais de manipulação do resultado eleitoral para além da recusa ao registro eleitoral aos milhões de venezuelanos que vivem no exterior e à candidatura de Corina Yoris, de oposição.

Com as tensões crescentes com a Rússia, mais do que explicitadas na guerra da Ucrânia, e a entrada da China no teatro de operações do Oriente Médio, os EUA não podem se dar ao luxo de isolar a Venezuela a ponto de deixar o país à mercê daqueles países. Acresça-se ainda o esgotamento iminente de suas reservas petrolíferas e estão dadas as razões pelas quais as hostilidades americanas em relação à Venezuela parecem ter chegado a um ponto limítrofe.

Sem relações diplomáticas com a Venezuela desde 2019, quando Maduro reagiu ao reconhecimento de Trump a Guaidó, os EUA dependem de mediadores em campo. Além dos 2 mil quilômetros de fronteira, dos cerca de 500 mil venezuelanos que vivem no país e da necessidade de retomada de um intercâmbio comercial hoje incipiente, abriu-se uma brecha para o Brasil.

Biden ainda não havia renunciado à reeleição quando Celso Amorim, em meados de julho, esteve em Washington, onde se encontrou com o conselheiro de Segurança Nacional, Jake Sullivan. O assessor internacional da Presidência resolveu se expor como a única autoridade estrangeira com seu status, em Caracas, durante a eleição. Nesse momento, a estratégia de Maduro já estava clara.

A eleição venezuelana estava marcada para dezembro, um mês depois da americana. Ao antecipá-la para julho, Maduro anteviu os constrangimentos que os EUA teriam para contestar, de maneira mais radicalizada, o resultado de sua eleição durante a campanha americana e a transformou em álibi de sua terceira posse.

Esse xadrez se move por cálculos, mas não pela aritmética. Por isso as pretensões americana e brasileira ainda serão testadas pela resiliência da oposição venezuelana, pelas respectivas reações domésticas e pela capacidade de Maduro de dobrar o preço que pretende cobrar para que a comunidade internacional não embarque na desestabilização de um regime que persegue adversários, cala dissidentes e ainda não provou ser capaz de fazer eleições transparentes.

Maria Cristina Fernandes é jornalista do Valor. Escreve às terças e quintas-feiras
E-mail mcristina.fernandes@valor.com.br

Eleições Contrários ao lançamento de Datena, tucanos participarão da convenção do prefeito da capital, que deve contar com Bolsonaro e Michelle

Ala do PSDB reforça pré-candidatura de Nunes em São Paulo

Cristiane Agostine e Lilian Venturini
De São Paulo

Uma ala do PSDB de São Paulo reforçará neste sábado (3) a convenção do prefeito da capital paulista e pré-candidato à reeleição, Ricardo Nunes (MDB), em oposição à candidatura tucana do apresentador José Luiz Datena, oficializada no dia 27. O evento de Nunes terá a presença do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e da ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro (PL).

Após o protesto contra Datena no fim de semana, a promessa é levar cerca de 1,5 mil militantes, uniformizados com camisetas e bandeiras, ao ato do MDB. A caravana é organizada pelo movimento "Tucanos com Ricardo Nunes".

Entre os nomes tucanos já anunciados está o filho de Bruno Covas, Tomás Covas, que participa da gestão Nunes como coordenador de Políticas para a Juventude, com um salário de R$ 8 mil. A mãe de Bruno, Renata, também é esperada na convenção. Renata Covas deixou o PSDB em junho, no mesmo dia em que o partido lançou Datena, e assinou um manifesto, junto com Tomás e filiados ao PSDB, pela reeleição do prefeito.

Nunes foi eleito como vice na chapa de reeleição de Bruno Covas em 2020 e assumiu a prefeitura em maio de 2021, depois da morte de Bruno.

O PSDB ocupa postos importantes na gestão Nunes, como as secretarias da Casa Civil, Educação, Trabalho e Justiça; a secretaria-executiva de gabinete; a SPTuris e a SP-Negócios, além de subprefeituras e cargos no segundo escalão.

No Legislativo, parlamentares eleitos pelo PSDB em 2020 estão ligados ao prefeito. Dos oito vereadores que foram eleitos pela legenda, quatro migraram para o MDB e os outros quatro foram para siglas da base aliada. Hoje, o PSDB não tem nenhum vereador na capital. Esses vereadores ex-tucanos, os secretários tucanos e filiados ao PSDB que têm cargos na prefeitura mobilizam militantes para respaldar Nunes. Para esse grupo, a reeleição do prefeito é "natural".

A participação de uma ala do PSDB na convenção do prefeito aprofundará ainda mais a divisão enfrentada pelos tucanos em São Paulo e deve desgastar Datena. No fim de semana, o apresentador foi alvo de protestos e de ações truculentas na convenção do PSDB. Vestidos com camisetas pretas, um grupo pró-Nunes intitulado "Militância Tucana" tentou impedir que o PSDB oficializasse o apresentador. Datena respondeu com xingamentos, chamou manifestantes de "canalhas", "vagabundos", "bandidos" e os acusou de receberem dinheiro para fazer o protesto.



REDES SOCIAIS

Ricardo Nunes com Tomás Covas: filho de Bruno Covas endossa pré-candidatura do prefeito e candidato à reeleição

O comando do PSDB-SP avalia que o protesto foi comandado por quem tem cargos na gestão e quer mantê-los. Um exemplo citado é o do ex-presidente do PSDB-SP Fernando Alfredo, que liderou os atos no sábado. A esposa dele, Ana Paula Franca de Souza, tem cargo na direção da Cohab e recebe um salário mensal de R$ 17,5 mil. Há suspeitas, entre dirigentes, de que houve transporte e pagamento ilegal de pessoas para fazerem o tumulto no evento.

O presidente municipal do PSDB e vice de Datena, José Aníbal, ainda avalia punições a Fernando Alfredo, como a expulsão.

Ex-presidente do PSDB paulistano, Fernando Alfredo disse que aguarda a publicação da ata da homologação da candidatura de Datena para questionar o evento na Justiça Eleitoral. Uma das queixas é a ausência de prévias, já que ele registrou-se para disputar a indicação. A confirmação da candidatura foi por um ato da federação PSDB/Cidadania, e não pela convenção. "Os caras são loucos. Viraram os Maduros do PSDB", disse, em referência ao presidente da Venezuela, Nicolás Maduro.

Sobre as suspeitas de irregularidades, o ex-dirigente afirmou que o caminhão de som foi alugado por ele e o transporte foi organizado pelos próprios filiados. "Se eu tivesse dinheiro para levar 800 pessoas eu seria o candidato a prefeito. A militância paga estava dentro do auditório", ironizou. "Ainda se a candidatura própria do PSDB fosse de algum quadro do partido, ok, mas um outsider, não dá."



DIVULGAÇÃO

Brito: deputado federal ganha apoio do PT à sua candidatura para a Prefeitura de Maceió; petistas podem indicar vice

PT vai apoiar nome do MDB ligado a Renan em Maceió

João Pedro Pitombo
Folhapress, de Salvador

O PT determinou a retirada da candidatura própria à Prefeitura de Maceió e definiu na segunda-feira (29) o apoio ao deputado federal emedebista Rafael Brito, candidato apoiado pelo governador Paulo Dantas, pelo senador Renan Calheiros e pelo ministro dos Transportes Renan Filho — todos do MDB.

A decisão, tomada pelo diretório nacional do PT por 16 votos a favor e 2 contrários, anula a escolha do diretório municipal do partido, que havia escolhido o ex-vereador Ricardo Barbosa para a disputa. A candidatura já havia sido oficializada em convenção e teria Eliana Silva (Psol) como vice.

No diretório nacional, contudo, houve um entendimento de que a candidatura de Barbosa não era competitiva e que a melhor estratégia seria uma composição com o MDB, partido da base aliada do governo Lula (PT).

"Vamos acatar a decisão da direção nacional mesmo entendendo que o melhor para Maceió seria uma candidatura própria", afirma o presidente do diretório municipal do PT, Marcelo Nascimento.

Ele destaca que a decisão passa pela estratégia nacional do partido de fortalecer as alianças com partidos da base de sustentação do governo Lula. Ainda assim, afirma, a decisão contraria o desejo da militância, que via a candidatura própria como fundamental para o crescimento do partido em Maceió.

A executiva municipal do PT se reúne nesta terça-feira (30) para reavaliar a estratégia e decidir se vai pleitear o posto de vice na chapa liderada por Rafael Brito. Uma parte do PT defende que o partido se concentre em ampliar a bancada na Câmara Municipal de Maceió, onde tem dois vereadores.

A eleição em Maceió tem o prefeito João Henrique Caldas (PL), conhecido como JHC, como favorito para renovar o mandato, com o apoio do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP). Com popularidade alta, JHC é apontado como potencial candidato a governador em 2026.

Rafael Brito posiciona-se como principal desafiante do prefeito com o apoio do PT, do governador e da família Calheiros, buscando uma polarização que se consolidou na eleição estadual de 2022 e deve se repetir em 2026.

Ainda disputam a eleição local o ex-deputado estadual Lobão (Solidariedade) e a jornalista Lenilda Luna (UP). Com a decisão do PT de sair da disputa, o Psol também pode ter candidatura própria na capital alagoana.

INÊS 249

Eleições Órgão eleitoral venezuelano declara vitória do presidente apesar das denúncias de fraude e dos pedidos de transparência

Maduro rompe relações com sete países da AL após ser reeleito

Agências internacionais

Horas depois de ter sido proclamado formalmente vencedor da eleição da véspera, o presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, rompeu ontem relações com sete países da região, ampliando seu isolamento e desafiando as acusações de fraude eleitoral, apresentadas pela oposição. Ao mesmo tempo, países do mundo todo questionaram o anúncio do Conselho Nacional Eleitoral (CNE), segundo o qual Maduro obteve 51% dos votos, enquanto o candidato da oposição, Edmundo González, teve 44%.

O Brasil — até agora um dos principais parceiros político e econômico da Venezuela — anunciou que espera a apresentação das atas das urnas antes de reconhecer o triunfo de Maduro. E os EUA emitiram comunicados exigindo transparência na verificação do processo eleitoral venezuelano. Rússia, China e Cuba reconheceram Maduro como presidente eleito para um terceiro mandato de seis anos.

Por meio de uma nota emitida por sua Chancelaria, a Venezuela anunciou a retirada de todo o seu pessoal das embaixadas na Argentina, Costa Rica, República Dominicana, no Chile, Peru, Panamá e Uruguai. "A Venezuela expressa seu mais firme rechaço às ações de ingerência e declarações de um grupo de governo de direita, subordinados a Washington e comprometidos com os mais sórdidos postulados ideológicos do fascismo internacional (...) que pretendem desconhecer o resultado das eleições. Ante este nefasto precedente, decidimos retirar todo o nosso pessoal nas missões [desses países] e exigimos que estes governos retirem de maneira imediata seus representantes do território venezuelano."

A oposição, liderada por María Corina Machado — que se tornou inelegível por ação do governo de Maduro e não pôde se candidatar —, disse ter pesquisas independentes de boca de urna que dão até 40 pontos percentuais de vantagem de González sobre Maduro. Corina também acusou o CNE de não ter dado à oposição o acesso à totalidade das atas eleitorais.

"Todos sabemos o que aconteceu aqui", disse Corina em uma entrevista coletiva que concedeu ontem ao lado de González. Ela afirmou que a oposição conseguiu computar 73,2% das atas e que elas mostram que González obteve uma vitória por larga margem. Temos como provar que vencemos."

"Temos em mãos os registros que mostram nossa vitória categórica e matematicamente irreversível", disse González, por seu lado.

Corina e González reiteraram o apelo que fizeram no começo da madrugada — logo após o CNE ter anunciado a vitória de Maduro — para que os venezuelanos fossem "defender nas ruas os seus votos".

> "Temos como provar que vencemos por larga margem"
> *M. Corina Machado*

Grupos de observadores oficiais da eleição, como o americano Centro Carter, também se queixaram de que não receberam todas as atas para validar o processo.

O governo alega que algumas atas não puderam ser acessadas por que o sistema foi hackeado, no que foi visto como uma manobra do governo . Com isso, também acusou Corina da invasão. Ela deve ser processada.

"Ao se envolver em repressão e manipulação eleitoral, e ao declarar um vencedor sem os resultados detalhados das pesquisas de boca de urna, os representantes de Nicolás Maduro tiraram qualquer credibilidade dos supostos resultados eleitorais que anunciaram", disse a repórteres um autoridade de alto escalão do governo de Joe Biden.

Nos últimos meses, o governo Biden ofereceu concessões à Venezuela em troca de compromissos para a realização de eleições livres, mas em vez disso viu Maduro tornar mais rígido seu controle.

Maduro, cuja ascensão de motorista de ônibus e delegado sindical a ministro das Relações Exteriores, antes de se tornar o herdeiro escolhido por Hugo Chávez, vem governando um país em declínio acentuado.

A continuidade de Maduro no poder na Venezuela rica em petróleo provavelmente tornará mais difícil para os EUA e seus aliados retomar relações diplomáticas normais e levantar totalmente as sanções impostas ao regime por abusos contra os direitos humanos e corrupção. Isso poderá prolongar uma crise econômica que levou ao êxodo de quase oito milhões de pessoas durante o governo de Maduro, com muitos se estabelecendo nos EUA e em vários países da América Latina.

Por parte do governo do Brasil, a reação foi a de aguardar mais informações antes de se posicionar. No início do dia, o Ministério das Relações Exteriores (Itamaraty) destacou o que considerou o "caráter pacífico" da jornada eleitoral e afirmou que aguardava a publicação das atas. O **Valor** apurou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva só deve se pronunciar sobre o resultado após se encontrar pessoalmente com o assessor especial da Presidência, Celso Amorim, que acompanhou a votação em Caracas. A informação foi inicialmente publicada pelo jornal "O Globo".

Hoje, Lula deve falar com Biden, por vídeo, sobre a Venezuela.

Amorim se encontrou ontem com Maduro e havia a expectativa de que ele se reunisse com González. "O governo brasileiro continua acompanhando o desenrolar dos acontecimentos para poder chegar a uma avaliação baseada em fatos", afirmou Amorim.

Já a embaixadora do Brasil na Venezuela, Gilvânia Oliveira, foi orientada pelo Itamaraty a não comparecer a uma reunião com representantes estrangeiros convocada por Maduro. ***(Com Murillo Camarotto e Fabio Murakawa)***

Apesar da repressão, opositores protestam em Caracas



MATIAS DELACROIX/AP

Centenas de manifestantes reuniram-se na Venezuela ontem, depois de o presidente Nicolás Maduro ter sido declarado vitorioso na eleição de domingo. Pessoas em vários bairros de Caracas gritavam "Fraude!" e batiam panelas e frigideiras nas janelas. Foram relatados distúrbios tanto em bairros mais pobres como em áreas de classe média. Alguns manifestantes montaram bloqueio de pneus em chamas na periferia da cidade, na estrada para o aeroporto nas proximidades de La Guaira. Os manifestantes marcharam pela cidade em direção ao centro e ao palácio presidencial de Miraflores. Muitos carregavam bandeiras venezuelanas e alguns tinham o rosto mascarado. Na foto, manifestantes protestam no centro de Caracas contra o resultado do pleito.

Resultado da eleição na Venezuela deve atrasar reestruturação da dívida

Roberto Lameirinhas
De São Paulo

A vitória suspeita de Nicolás Maduro para mais um mandato de seis anos na presidência da Venezuela deve atrasar a reestruturação da dívida em default do país, mas os acordos assinados pelo governo com empresas estrangeiras de energia devem ser mantidos por meio de "licenças especiais" das sanções internacionais, como vem ocorrendo desde outubro de 2023 — essas licenças foram renovadas em abril deste ano.

As licenças dos EUA devem manter a agenda dupla com relação a Caracas, na qual de um lado impõem sanções, mas ao mesmo tempo permitem que as empresas estrangeiras toquem seus negócios na Venezuela. Em Washington, funcionários e analistas sugerem que não interessa ao governo de Joe Biden causar confusão a poucos meses das eleições presidenciais americanas.

"Estamos obviamente no processo de avaliar a lisura dos resultados eleitorais", disse ontem, sob condição de anonimato, um funcionário graduado do governo Biden em conversa com repórteres. "Não posso especular sobre qual será nossa política de licenças [de empresas para atuar na Venezuela]", disse o funcionário. "Dito isso, não está sendo considerado agora alterar retroativamente licenças para contratos que foram concedidas anteriormente", completou.

Por outro lado, sob os limites impostos pelas sanções — que, na melhor das hipóteses, serão mantidos —, a perspectiva de que a Venezuela possa pagar suas dívidas se torna mais distante.

Sem acesso aos mercados de capital internacionais, a Venezuela tem US$ 150 bilhões em títulos em default, empréstimos e sentenças judiciais devidos a credores de Wall Street à China. Caracas começou a dar calote em sua dívida em 2017 após anos de caos econômico causado pela hiperinflação — que chegou a 1.000.000% em 2018 — e políticas autoritárias que a deixaram cada vez mais isolada de grande parte do mundo. Maduro tinha dado os primeiros passos recentemente na direção de um longo esforço para renegociar suas dívidas e recuperar o acesso aos mercados mundiais.

"No mínimo, a permanência de Maduro prolongará todo o processo de reestruturação", disse Alejandro Arreaza, economista do Barclays. "Isso tem um alto custo para os credores."

Ontem, os títulos da Venezuela para 2027 caíram para 19,8 centavos por dólar, o menor valor em uma semana, segundo a agência Bloomberg. Os títulos da PdVSA também caíram, com bônus com vencimento em 2026 recuando para 12 centavos por dólar.

Os mercados já esperavam que Maduro permanecesse no poder, precificando apenas uma chance em três de a oposição vencer, de acordo com estimativas do Barclays. Mas grandes evidências de fraude pressionaram ainda mais os títulos venezuelanos.

Segundo a S&P Global, os EUA não pretendem revogar as licenças das empresas de petróleo de atuação na Venezuela, o que ajuda a reduzir as perdas financeiras nos mercados internacionais, além de manter o acesso às reservas petrolíferas da Venezuela — que Caracas diz ser as maiores do planeta. Só a companhia americana Chevron já investiu mais de US$ 500 bilhões no país nas últimas duas décadas.

"A Chevron será provavelmente a última alavanca na qual os EUA tocarão neste caso", diz o venezuelano Daniel Lansberg-Rodríguez, professor da Kellogg School of Management, em Illinois. "Mas entendo que todas as opções de sanções estão sobre a mesa", afirma.

"Acho que muito [do futuro das relações comerciais e da economia da Venezuela] vai depender de quanto será caótica e violenta as próximas semanas. E, mesmo que a oposição entre em colapso, não creio que o governo dos EUA vá normalizar uma fraude tão evidente na região", analisa ele.

> "No mínimo, Maduro prolongará processo de reestruturação da dívida"
> *Alejandro Arreaza*

As novas sanções dos EUA serão definidas de acordo com a resposta de Caracas aos pedidos pela divulgação de detalhes da votação.

"A continuidade do processo de tímida recuperação que aliviou a situação econômica da Venezuela nos últimos três anos será determinada em grande parte pela dupla agenda com que os EUA têm lidado com o país", aponta a consultoria LLyC em nota a clientes.

De 2021 até agora, segundo a LLyC, houve uma melhora na situação de instabilidade, inflação e crise humanitária que tem afetado a Venezuela desde 2013, que levou a queda de cerca de 75% o Produto Interno Bruto (PIB) do país, como resultado de um aumento moderado no fluxo de bens e serviços, que resultou em cifras positivas de crescimento econômico. ***(Com agências internacionais)***

Brasil tem dificuldade de se opor a regime, diz consultor

Paula Martini
Do Rio

Especialistas ouvidos pelo **Valor** defenderam a cautela adotada pela diplomacia brasileira sobre o resultado eleitoral na Venezuela, mas destacaram as dificuldades do Brasil em se contrapor ao regime de Nicolás Maduro após duas décadas de proximidade entre os governos petistas e o regime chavista.

O Conselho Nacional Eleitoral da Venezuela (CNE) proclamou formalmente Nicolás Maduro como vencedor das eleições presidenciais nesta segunda-feira (29). A proclamação foi feita horas depois do fechamento das urnas no país, em meio a questionamentos de líderes internacionais e com cerca de 80% das urnas apuradas.

O diplomata Marcos Azambuja, que atuou como embaixador em Paris e Buenos Aires, pregou prudência no posicionamento do Brasil sobre o resultado das eleições presidenciais venezuelanas: "No momento me parece ser o caminho a seguir", avaliou Azambuja. "Daqui a 72 horas novas informações ou novos fatos podem surgir e sugerir novas atitudes", disse.

Para Azambuja, o fato de o Brasil não ter participado do pleito como observador direto, com representantes do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), dificulta a formação de opinião fundamentada sobre a legitimidade do processo. "A minha convicção é que, neste momento, o Brasil não deveria dizer nada. O Brasil não esteve com uma missão de observadores nas eleições. Nós não temos uma missão de observação. O TSE ia mandar uma equipe, o que foi cancelado de modo que nós não temos fontes próprias de avaliação", disse.

Thiago Vidal, diretor de análise política da consultoria Prospectiva, avalia que será difícil para o governo Lula fazer contraposição a Maduro devido ao histórico das últimas décadas. Em entrevista à rádio CBN, ele ponderou que a maior dificuldade se dá do ponto de vista político partidário, uma vez que vários segmentos do PT e de movimentos sociais que apoiam o governo são favoráveis a Maduro. "Nos últimos 20 anos, o Brasil atuou muito mais como facilitador do endurecimento do regime, fazendo vista grossa a Maduro, do que qualquer outra coisa."

Resta saber se a população terá estômago para mais luta

Análise

Michael Stott
Financial Times

Nos dias tensos que se antecederam ao da eleição presidencial de domingo, os venezuelanos traçaram as mais elaboradas conjecturas quanto aos possíveis resultados. No fim das contas, o desfecho foi o mais simples e previsível: o líder autoritário do país sul-americano, Nicolás Maduro, foi declarado vencedor em meio a reclamações da oposição.

A autenticidade da vitória de Maduro convencerá poucos. Pesquisas de opinião pública e contagens básicas não oficiais projetavam uma vitória esmagadora da oposição. Após o fechamento das urnas, houve um longo silêncio da autoridade eleitoral controlada pelo Estado, seguido pela declaração de um triunfo "irreversível" para o presidente, sem qualquer detalhamento dos números. Em seguida, vieram rápidas mensagens de congratulações de aliados importantes como Rússia, China e Cuba, e ameaças contra aqueles que questionaram o resultado.

"Diante da alta participação dos eleitores e do forte apoio à oposição, o governo de Maduro tinha duas opções", disse Ryan Berg, diretor do programa para países da América do centro de estudos Center for Strategic and International Studies, em Washington. "Admitir a derrota [...] ou empenhar-se numa fraude de uma dimensão nunca vista antes na Venezuela." A declaração de vitória "indica o caminho pelo qual ele optou: mega-fraude e possível repressão dos protestos de rua", disse Berg.

Nesta eleição, a oposição apresentou seu desafio mais sério até hoje ao governo de 11 anos de Maduro. Uniu-se em torno de um candidato único, conduziu uma campanha insurgente altamente eficaz nas plataformas de relacionamento social on-line e mobilizou dezenas de milhares de voluntários para atuarem como testemunhas nas seções eleitorais. Mas a maioria foi mandada embora sem a ata oficial impressa da contagem de votos à qual teriam direito por lei, e aos líderes opositores restou apenas poder questionar o resultado.

Maduro já havia inclinado bastante o jogo a seu favor antes da votação. Baniu a principal líder da oposição, María Corina Machado, orientou meios de comunicação controlados pelo Estado a ignorar a oposição e valeu-se de recursos estatais para comprar apoio. Ainda assim, à medida que a diferença para Edmundo González, que substituiu Machado como candidato, aumentava, Maduro, um ex-motorista de ônibus e ativista sindical, parece ter optado pelo que um analista em Caracas chamou de seu "botão nuclear".

"Os resultados do governo são difíceis de crer, não apenas porque contrariam pesquisas de opinião sérias prévias à eleição, mas também porque implicam que as pessoas reelegeram por livre vontade um presidente que de um governo associado a um desastre econômico da escala do venezuelano", disse Christopher Sabatini, pesquisador para a América Latina no centro de estudos Chatham House, referindo-se à queda de 75% na produção venezuelana acumulada nos anos de governo de Maduro.

A contestada vitória eleitoral de Maduro não resolverá seus maiores problemas: falta de reconhecimento internacional, sanções dos EUA, União Europeia e Reino Unido e processos judiciais contra ele e seu círculo mais próximo.

O resultado incongruente também representa um dilema para o governo de Joe Biden. Interessado em conter o fluxo de refugiados venezuelanos na direção da fronteira dos EUA e em melhorar o estoque de petróleo dos mercados internacionais após a invasão da Ucrânia pela Rússia, Washington apostou alto na estratégia de induzir Maduro a realizar uma eleição competitiva em troca do alívio das sanções, uma abordagem que agora está em frangalhos.

Os investidores internacionais ficarão decepcionados. Muitos tinham a esperança de que a eleição pudesse acelerar um processo de recuperação gradual do colapso econômico dos últimos dez anos, durante os quais a produção de petróleo entrou em queda livre e uma em cada quatro pessoas da população emigrou. Isso agora parece improvável.

As críticas provavelmente não incomodarão Maduro — sua vitória eleitoral anterior em 2018 também foi declarada falsa pelo Ocidente. Os principais aliados dele, a Rússia, China, Cuba e Irã, permanecerão a seu lado.

O único temor que ele poderia ter é com a própria população, embora reste saber se ela terá estômago suficiente para mais uma luta. Caso não tenha, o que antes era uma das nações mais ricas da América Latina poderá seguir o caminho de Cuba e Nicarágua e até deixar de realizar eleições competitivas no futuro.

Política Presidente dos EUA quer que juízes se abstenham em casos de conflito de interesse e tenham mandato de 18 anos, e não mais vitalício

Biden propõe reforma para limitar poder da Suprema Corte dos EUA

Andrea Shalal e Jeff Mason
Reuters, de Washington

O presidente Joe Biden propôs ontem mudanças radicais na Suprema Corte dos Estados Unidos, incluindo limites de mandato e um código de conduta vinculativo para seus nove juízes, mas a oposição dos republicanos no Congresso pode sinalizar que as propostas têm poucas chances de serem aprovadas.

Biden apelou ao Congresso para aprovar regras vinculantes que exigiriam que os juízes divulgassem presentes, se abstivessem de atividades políticas públicas e se abstivessem de casos em que eles ou os seus cônjuges tenham conflitos de interesses financeiros. Ele também pediu a adoção de um limite de mandato de 18 anos para os juízes, que atualmente cumprem mandatos vitalícios.

Biden apelou à reformulação e a uma alteração constitucional para eliminar a ampla imunidade presidencial reconhecida em uma decisão do Supremo Tribunal de 1 de julho envolvendo o ex-presidente Donald Trump, em um artigo de opinião publicado no "Washington Post".

"Esta nação foi fundada sobre um princípio simples, mas profundo: ninguém está acima da lei. Nem o presidente dos Estados Unidos. Nem um juiz da Suprema Corte dos Estados Unidos. Ninguém", escreveu Biden no artigo de opinião.

Biden encerrou na semana passada sua candidatura à reeleição e passou a apoiar a vice-presidente Kamala Harris como a candidata democrata para enfrentar Trump, o candidato republicano, nas eleições presidenciais de 5 de novembro nos EUA. Biden, que no início de sua presidência convocou uma comissão para estudar as mudanças na Suprema Corte, nomeou um dos nove juízes, o liberal Ketanji Brown Jackson.

"Na nossa democracia, ninguém deveria estar acima da lei. Portanto, devemos também garantir que nenhum ex-presidente tenha imunidade por crimes cometidos enquanto estava na Casa Branca", disse Kamala, ex-promotora e procuradora-geral da Califórnia, em comunicado na segunda-feira.

O principal republicano do Congresso, o presidente da Câmara dos Representantes, Mike Johnson, classificou as propostas de Biden como um esforço para "deslegitimar o tribunal" e disse que as mudanças não seriam consideradas pela Câmara, controlada pelo seu partido.

> "Esta jogada do governo Biden já está morta ao chegar"
> *Mike Johnson*

"Esta perigosa jogada do governo Biden-Harris está morta na chegada à Câmara", disse Johnson em um comunicado.

O Comitê Nacional Republicano classificou as propostas como parte de um esquema para lotar a Suprema Corte com "juízes radicais de extrema esquerda".

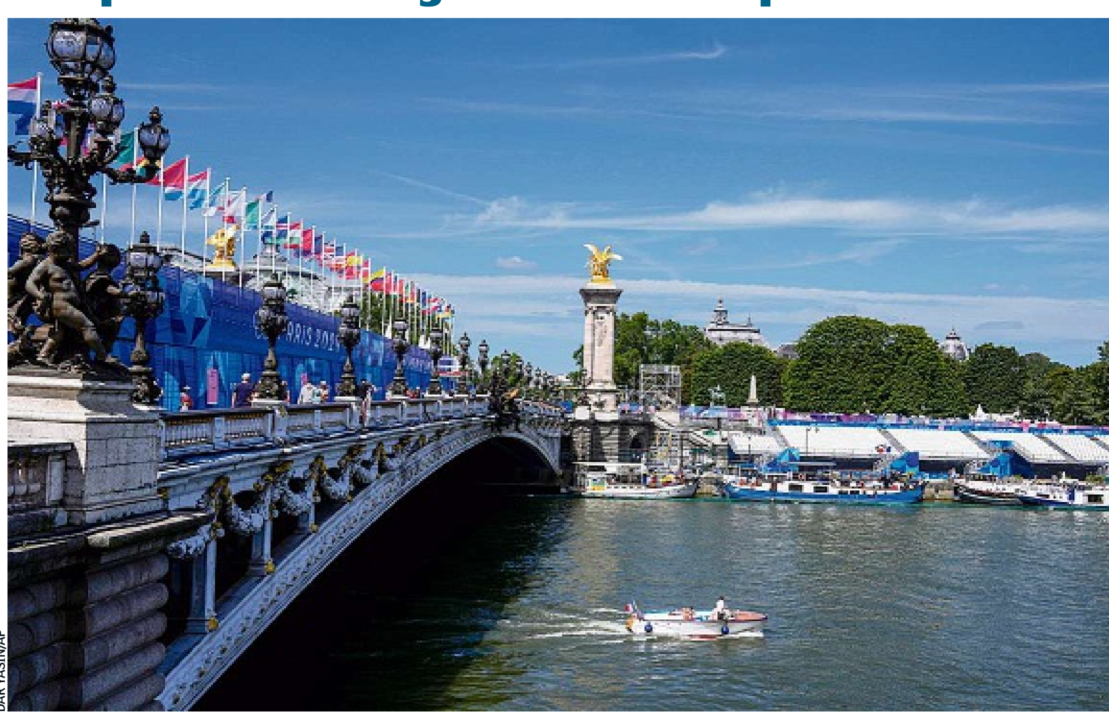
Steve Benjamin, diretor de engajamento público de Biden, disse aos repórteres que a Casa Branca entende os desafios que envolvem avançar, mas Biden está empenhado em lutar pelo que considera reformas importantes e oportunas.

Desde que o tribunal alcançou em 2020 uma maioria conservadora de 6 votos a 3, cimentada pelas três nomeações de Trump, moveu a lei americana para a direita.

Na sua decisão de imunidade, o tribunal decidiu que Trump, em um processo criminal federal envolvendo os seus esforços para reverter a derrota nas eleições de 2020, não pode ser processado por ações que estavam dentro dos seus poderes constitucionais como presidente.

Nos últimos anos, o tribunal também pôs fim ao reconhecimento do direito constitucional ao aborto, expandiu os direitos às armas e rejeitou admissões universitárias com consciência racial, bem como bloqueou a agenda de Biden sobre imigração, empréstimos estudantis, mandatos de vacinas e alterações climáticas.

Má qualidade das águas do Sena impede treinos



DAR YASIN/AP

A entidade que controla o esporte triatlo cancelou o treino de natação na Olimpíada pelo segundo dia devido à má qualidade da água no rio Sena. A entidade aposta em clima ensolarado e temperaturas mais altas para reduzir os níveis de bactérias até os limites necessários para realizar a parte de natação da modalidade, que também inclui ciclismo e corrida. Os organizadores do evento nos Jogos de Paris estão otimistas de que os triatletas poderão nadar no famoso rio da cidade quando a competição começar hoje. Segundo a World Triathlon, a decisão de cancelar o treino de natação na manhã de ontem foi tomada após uma reunião sobre a qualidade da água no Sena, que está ligada ao clima. Paris teve chuvas durante a sexta e o sábado. Na foto, vista do rio Sena próximo à ponte Alexander III.

França sofre novas sabotagens, dessa vez nos cabos de Internet



Bloomberg

Vários cabos de fibra ótica que transportam serviços de internet e telefone pela França foram cortados durante a madrugada de ontem, no mais recente ataque à infraestrutura do país durante a Olimpíada, após incêndios coordenados em linhas ferroviárias francesas interromperam trens antes da cerimônia de abertura na sexta-feira. Os cabos de fibra foram cortados em nove departamentos, informou a Federação Francesa de Telecomunicações.

Conexões que atendem Paris, cidade que está sediando a Olimpíada, e o próprio evento esportivo não foram afetadas, disse um porta-voz da parceira de telecomunicações dos Jogos, a Orange. O porta-voz da operadora francesa SFR disse que sua rede foi vandalizada e que equipes estão trabalhando nos reparos.

Os serviços de trem voltaram ao normal depois que os ataques ferroviários da semana passada interromperam os viajantes, anunciou o ministro do Interior da França, Gerald Darmanin, em uma entrevista na televisão France 2 ontem. "Defendemos que a França reforce as sanções criminais para vandalismo em infraestrutura de telecomunicações, que devem ser equiparadas ao vandalismo em infraestrutura de energia", disse Romain Bonenfant, chefe da Federação Francesa de Telecomunicações, em uma entrevista.

As autoridades francesas acreditam que grupos de extrema esquerda possam estar por trás da sabotagem nas linhas de trem de alta velocidade do país.

Darmanin afirmou que os métodos identificados na sabotagem ferroviária da semana passada se assemelham aos de extremistas de esquerda que realizaram ataques semelhantes em menor escala, mas disse que o quadro completo ainda não é conhecido.

"Identificamos perfis de pessoas que poderiam ter cometido esses atos. Tradicionalmente, é assim que os grupos de extrema esquerda agem", afirmou Darmanin.

Atividade econômica
Indicadores agregados

	jun/24	mai/24	abr/24	mar/24	fev/24	jan/24	dez/23	nov/23	out/23	set/23
Índice de atividade econômica - IBC-Br (%) (1)	-	0,25	0,26	-0,25	0,46	0,66	0,72	0,17	-0,01	0,01
Indústria (1)										
Produção física industrial (IBGE - %)										
Total	-	-0,9	-0,8	1,1	0,1	-1,1	1,1	0,7	0,0	0,2
Indústria de transformação	-	-2,2	0,0	1,2	0,5	-0,2	0,5	0,1	0,1	-0,6
Indústrias extrativas	-	2,6	-3,2	0,6	-1,3	-6,9	3,7	3,2	-0,5	6,3
Bens de capital	-	-2,7	2,9	-0,7	2,0	10,9	-1,7	-0,4	-0,4	-2,4
Bens intermediários	-	-0,8	-1,3	1,0	-0,8	-2,8	1,7	1,7	0,7	0,6
Bens de consumo	-	-1,3	0,1	0,5	1,5	-0,9	1,1	0,0	-0,9	-1,6
Faturamento real (CNI - %)	-	-3,8	0,9	-1,1	2,5	-0,3	2,1	0,7	-0,4	-1,3
Horas trabalhadas na produção (CNI - %)	-	-2,3	2,2	-1,6	2,5	0,2	1,6	0,6	-0,2	-0,7
Comércio										
Receita nominal de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	1,3	0,4	1,3	1,3	1,1	0,4	1,0	0,0	1,0
Volume de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	1,2	0,9	0,3	1,0	1,9	-0,7	0,3	-0,2	0,7
Serviços										
Receita nominal de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	-0,3	0,8	2,1	-2,0	2,5	-0,1	1,2	-0,1	1,1
Volume de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	0,0	0,3	0,6	-0,8	0,4	0,5	0,6	-0,3	-0,2
Mercado de trabalho										
Taxa de desocupação (Pnad/IBGE - em %)	-	7,1	7,5	7,9	7,8	7,6	7,4	7,5	7,6	7,7
Emprego industrial (CNI - %) (1)	-	0,0	0,0	0,3	0,3	0,6	0,1	0,3	0,4	0,0
Indicador Antecedente de Emprego - (FGV/IBRE) (1)(3)	0,5	-1,3	0,7	1,0	0,3	0,9	2,3	0,0	-1,4	-0,5
Balança comercial (US$ milhões)										
Exportações	29.044	30.338	30.584	27.718	23.457	26.711	28.786	27.886	29.682	28.713
Importações	22.333	21.804	21.895	20.491	18.222	20.511	19.463	19.097	20.501	19.532
Saldo	6.711	8.534	8.689	7.227	5.236	6.200	9.323	8.789	9.181	9.182

Fontes: Banco Central, CNI, FGV, IBGE e SECEX/MDIC. Elaboração: Valor Data (1) Metodologia com ajuste sazonal. (2) Nova série com índice base 2014 = 100. (3) Var. em pts

Atualize suas contas
Variação dos indicadores no período

	Em %									Em R$	
Mês	TR (1)	Poupança (2)	Poupança (3)	TBF (1)	Selic (4)	TJLP	TLP	FGTS (5)	CUB/SP	UPC	Salário mínimo
dez/22	0,2072	0,7082	0,7082	1,0489	1,12	0,6005	0,4670	0,4543	0,17	23,81	1.212,00
jan/23	0,2081	0,7091	0,7091	1,0398	1,12	0,6142	0,4812	0,4552	-0,06	23,93	1.302,00
fev/23	0,0830	0,5834	0,5834	0,8536	0,92	0,5546	0,4931	0,3298	0,00	23,93	1.302,00
mar/23	0,2392	0,7404	0,7404	1,0912	1,17	0,6142	0,4986	0,4864	-0,18	23,93	1.302,00
abr/23	0,0821	0,5825	0,5825	0,8527	0,92	0,5873	0,4907	0,3289	0,29	24,06	1.302,00
mai/23	0,2147	0,7158	0,7158	1,0465	1,12	0,6070	0,4812	0,4619	1,44	24,06	1.320,00
jun/23	0,1799	0,6808	0,6808	1,0014	1,07	0,5873	0,4622	0,4270	0,64	24,06	1.320,00
jul/23	0,1581	0,6589	0,6589	0,9694	1,07	0,5843	0,4464	0,4051	0,09	24,17	1.320,00
ago/23	0,2160	0,7171	0,7171	1,0578	1,14	0,5843	0,4321	0,4632	0,05	24,17	1.320,00
set/23	0,1130	0,6136	0,6136	0,9039	0,97	0,5654	0,4194	0,3599	-0,05	24,17	1.320,00
out/23	0,1056	0,6061	0,6061	0,8964	1,00	0,5478	0,4186	0,3525	-0,05	24,29	1.320,00
nov/23	0,0775	0,5779	0,5779	0,8481	0,92	0,5301	0,4337	0,3243	0,12	24,29	1.320,00
dez/23	0,0690	0,5693	0,5693	0,8395	0,89	0,5478	0,4519	0,3158	0,00	24,29	1.320,00
jan/24	0,0875	0,5879	0,5879	0,8582	0,97	0,5462	0,4551	0,3343	0,00	24,35	1.412,00
fev/24	0,0079	0,5079	0,5079	0,7380	0,80	0,5109	0,4456	0,2545	0,10	24,35	1.412,00
mar/24	0,0331	0,5333	0,5333	0,7733	0,83	0,5462	0,4400	0,2798	0,10	24,35	1.412,00
abr/24	0,1023	0,6028	0,6028	0,7830	0,89	0,5395	0,4456	0,3492	0,05	24,38	1.412,00
mai/24	0,0870	0,5874	0,5874	0,7576	0,83	0,5576	0,4630	0,3338	1,22	24,38	1.412,00
jun/24	0,0365	0,5367	0,5367	0,7268	0,79	0,5395	0,4796	0,2832	0,79	24,38	1.412,00
jul/24	0,0739	0,5743	0,5743	1,7268	0,91	0,5770	0,4970	0,3207	-	24,44	1.412,00
2024	**0,43**	**4,00**	**4,00**	**6,54**	**6,17**	**3,88**	**3,27**	**2,18**	**2,28**	**0,62**	**6,97**
Em 12 meses*	**1,01**	**7,24**	**7,24**	**11,47**	**11,50**	**6,80**	**5,52**	**4,04**	**2,31**	**1,12**	**6,97**
2023	**1,76**	**8,04**	**8,04**	**12,01**	**13,04**	**7,15**	**5,65**	**4,81**	**2,31**	**2,02**	**8,91**

Fontes: Banco Central, CEF, Sinduscon e Ministério da Fazenda. Elaboração: Valor Data * Até o último mês de referência
(1) Taxa do período iniciado no 1º dia do mês. (2) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos até 03/05/12 (3) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012 (4) Taxa efetiva; para julho projetada. (5) Crédito no dia 10 do mês seguinte (TR + Juros de 3% ao ano)

Produção e investimento
Variação no período

Indicadores	1º Tri/24	4º Tri/23	2024 (1)	2023	2022	2021
PIB (R$ bilhões) *	2.714	2.831	10.987	10.856	10.080	9.012
PIB (US$ bilhões) **	556	571	2.233	2.174	1.952	1.670
Taxa de Variação Real (%)	0,8	-0,1	2,5	2,9	3,0	4,8
Agropecuária	11,3	-7,4	6,4	15,1	-1,1	0,0
Indústria	-0,1	1,2	1,9	1,6	1,5	5,0
Serviços	1,4	0,5	2,3	2,4	4,3	4,8
Formação Bruta de Capital Fixo (%)	4,1	0,5	-2,7	-3,0	1,1	12,9
Investimento (% do PIB)	16,9	16,1	16,5	16,5	17,8	17,9

Fontes: IBGE e Banco Central. Elaboração: Valor Data
* Valores correntes. ** Banco Central. (1) 1º trim de 2024, nos últimos 12 meses

Inflação
Variação no período (em %)

			Acumulado em			Número índice			
	jul/24	jun/24	2024	2023	12 meses	jul/24	jun/24	dez/23	jul/23
IBGE									
IPCA	-	0,21	2,48	4,62	4,23	-	6.941,51	6.773,27	6.667,94
INPC	-	0,25	2,68	3,71	3,70	-	7.141,00	6.954,74	6.880,17
IPCA-15	0,30	0,39	2,82	4,72	4,45	6.833,52	6.813,08	6.645,93	6.542,57
IPCA-E	-	0,39	2,52	4,72	4,06	-	6.813,08	6.645,93	6.542,57
FGV									
IGP-DI	-	0,50	1,11	-3,30	2,88	-	1.117,79	1.105,54	1.082,11
Núcleo do IPC-DI	-	0,34	1,98	3,48	3,65	-	-	-	-
IPA-DI	-	0,55	0,49	-5,92	2,51	-	1.300,66	1.294,35	1.261,15
IPA-Agro	-	1,52	1,44	-11,34	2,39	-	1.811,00	1.785,32	1.753,26
IPA-Ind.	-	0,19	0,14	-3,77	2,55	-	1.096,06	1.094,53	1.063,37
IPC-DI	-	0,22	2,46	3,55	3,63	-	751,69	733,67	725,85
INCC-DI	-	0,71	2,80	3,49	4,02	-	1.118,83	1.088,31	1.076,63
IGP-M	-	0,81	1,10	-3,18	2,45	-	1.136,41	1.124,07	1.101,20
IPA-M	-	0,89	0,47	-5,60	1,94	-	1.340,52	1.334,20	1.301,20
IPC-M	-	0,46	2,65	3,40	3,70	-	735,41	716,46	709,98
INCC-M	-	0,93	2,63	3,32	3,77	-	1.114,75	1.086,15	1.074,90
IGP-10	0,45	0,83	1,63	-3,56	3,38	1.161,97	1.156,82	1.143,35	1.123,94
IPA-10	0,49	0,88	1,06	-6,02	3,14	1.381,26	1.374,57	1.366,78	1.339,16
IPC-10	0,24	0,54	2,98	3,43	3,88	742,33	740,54	720,87	714,60
INCC-10	0,54	1,06	3,27	3,04	4,20	1.105,16	1.099,18	1.070,21	1.060,64
FIPE									
IPC	-	0,26	1,87	3,15	2,97	-	687,92	675,27	667,19

Obs.: IPCA-E no 2º trimestre = 1,04%, IGP-M 2ª prévia jul/24 0,40% e IPC-FIPE 3ª quadrissemana jul/24 0,01%
Fontes: FGV, IBGE e FIPE. Elaboração: Valor Data

Dívida e necessidades de financiamento
Valores em R$ bilhões - no setor público

Dívida líquida do setor público	jun/24		mai/24		jun/23	
	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB
Dívida líquida total	**6.946,2**	**62,21**	**6.897,1**	**62,08**	**6.096,5**	**57,92**
(-) Ajuste patrimonial + privatização	-12,8	-0,11	-19,7	-0,18	9,0	0,09
(-) Ajuste metodológico s/ dívida*	-912,6	-8,17	-819,0	-7,37	-676,1	-6,42
Dívida fiscal líquida	**7.871,6**	**70,49**	**7.735,9**	**69,63**	**6.763,6**	**64,25**
Divisão entre dívida interna e externa						
Dívida interna líquida	7.706,3	69,02	7.604,4	68,45	6.744,8	64,07
Dívida externa líquida	-760,1	-6,81	-707,3	-6,37	-648,3	-6,16
Divisão entre as esferas do governo						
Governo Federal e Banco Central	5.954,1	53,32	5.923,8	53,32	5.169,6	49,11
Governos Estaduais	872,3	7,81	859,1	7,73	821,8	7,81
Governos Municipais	64,4	0,58	61,5	0,55	42,6	0,40
Empresas Estatais	55,4	0,50	52,7	0,47	62,5	0,59
Necessidades de financiamento do setor público	**jun/24**		**mai/24**		**jun/23**	
Fluxos acumulados em 12 meses	**Valor**	**% do PIB**	**Valor**	**% do PIB**	**Valor**	**% do PIB**
Total nominal	**1.108,0**	**9,92**	**1.061,9**	**9,56**	**662,4**	**6,29**
Governo Federal**	875,9	7,84	871,2	7,84	528,1	5,02
Banco Central	149,3	1,34	107,3	0,97	55,2	0,52
Governo regional	72,6	0,65	73,5	0,66	71,1	0,68
Total primário	**272,2**	**2,44**	**280,2**	**2,52**	**24,3**	**0,23**
Governo Federal	-47,2	-0,42	-47,6	-0,43	-217,6	-2,07
Banco Central	0,6	0,01	0,5	0,00	0,5	0,00
Governo regional	-25,6	-0,23	-23,6	-0,21	-19,7	-0,19

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data * Interna e externa.** Inclui INSS. Obs.: Sem Petrobras e Eletrobras.

Contrib. previdenciária*
Empregados e avulsos**

Salário de contribuições em R$	Alíquotas em % (1)
Até 1.412,00	7,50
De 1.412,01 até 2.666,68	9,00
De 2.666,69 até 4.000,03	12,00
De 4.000,04 até 7.786,02	14,00
Empregador doméstico	8,00

Fonte: Previdência Social. Elaboração: Valor Data *Competência jul/24. **Inclusive empregado doméstico. (1) Para fins de recolhimento ao INSS

IR na fonte
Faixas de contribuição

Base de cálculo* em R$	Alíquota em %	Parcela a deduzir IR - em R$
Até 2.259,20	0,0	0,00
De 2.259,21 até 2.826,65	7,5	169,44
De 2.826,66 até 3.751,05	15,0	381,44
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	662,77
Acima de 4.664,68	27,5	896,00

Fonte: Receita Federal. Elaboração: Valor Data
*Valor considera o desconto simplificado de R$ 564,80
Obs. Desconto por dependente: R$ 189,59

Principais receitas tributárias
Valores em R$ bilhões

Discriminação	Janeiro-junho		Var.	junho		Var.
	2024	2023	%	2024	2023	%
Receita Federal						
Imposto de renda total	**433,9**	**389,2**	**11,48**	**67,1**	**59,7**	**12,45**
Imposto de renda pessoa física	39,7	31,4	26,19	5,9	6,3	-6,69
Imposto de renda pessoa jurídica	170,0	165,9	2,44	16,9	15,5	9,27
Imposto de renda retido na fonte	224,2	191,9	16,88	44,3	37,9	16,92
Imposto sobre produtos industrializados	36,3	29,6	22,74	5,9	5,0	17,86
Imposto sobre operações financeiras	31,9	29,6	7,84	5,5	5,0	10,47
Imposto de importação	33,4	26,8	24,70	6,6	4,4	51,67
Cide-combustíveis	1,5	0,0	-	0,2	0,0	-
Contribuição para Finsocial (Cofins)	199,1	160,5	24,04	35,6	27,8	28,12
CSLL	90,7	85,4	6,20	9,5	9,0	5,75
PIS/Pasep	55,0	45,0	22,14	9,6	7,7	23,47
Outras receitas	416,7	376,7	10,62	68,8	61,9	11,14
Total	**1.298,5**	**1.142,8**	**13,62**	**208,8**	**180,5**	**15,72**
	fev/24		**jan/24**		**fev/23**	
	Valor**	**Var. %***	**Valor****	**Var. %***	**Valor**	**Var. %***
ICMS - Brasil	**51,2**	**-16,88**	**61,6**	**-5,42**	**50,7**	**-9,74**
	fev/24		**jan/24**		**fev/23**	
	Valor	**Var. %***	**Valor**	**Var. %***	**Valor**	**Var. %***
INSS	**47,9**	**-7,38**	**51,7**	**-32,82**	**44,1**	**-4,61**

Fontes: Receita Federal, Previdência Social, Secretaria da Fazenda. Elaboração: Valor Data * sobre o mês anterior. **preliminar

Imposto de Renda Pessoa Física
Pagamento das quotas - 2024

No prazo legal				
Quota	Vencimento	Valor da quota (Campo 7 do DARF)	Valor dos juros (Campo 9 do DARF)	Valor total (Campo 10 do DARF)
1ª ou única	31/05/2024		-	Campo 7
2ª	28/06/2024		1,00%	
3ª	31/07/2024		1,79%	+
4ª	30/08/2024	Valor da declaração		Campo 8
5ª	30/09/2024			
6ª	31/10/2024			+
7ª	29/11/2024			Campo 9
8ª	30/12/2024			

Pagamento com atraso

Multa (campo 08) - sobre o valor do campo 7 aplicar 0,33% por dia de atraso, a partir do primeiro dia após o vencimento até o limite de 20%; Juros (campo 09) - aplicar os juros equivalentes à taxa Selic acumulada mensalmente, calculados a partir de junho/24 até o mês anterior ao do pagamento e de 1% no mês de pagamento; Total (campo 10) - informar a soma dos valores dos campos 7, 8 e 9. Fonte: Receita Federal do Brasil. Elaboração: Valor Data

Mais informações: valor.globo.com/valor-data/, ibge.gov.br e fipe.org.br

Resultado fiscal do governo central
Valores em R$ bilhões a preços de maio*

Discriminação	Janeiro-maio		Var.	maio		Var.
	2024	2023	%	2024	2023	%
Receita total	**675,9**	**833,3**	**-18,89**	**229,1**	**212,5**	**7,78**
Receita Adm. Pela RFB**	446,9	540,1	-17,25	151,2	136,7	10,63
Arrecadaçao Líquida para o RGPS	152,5	191,1	-20,20	50,7	47,7	6,32
Receitas Não Adm. Pela RFB	76,6	102,2	-25,08	27,2	28,2	-3,56
Transferências a Estados e Municípios	**134,5**	**160,0**	**-15,92**	**36,5**	**35,2**	**3,87**
Receita líquida total	**541,4**	**673,3**	**-19,59**	**192,5**	**177,3**	**8,56**
Despesa Total	**521,0**	**623,4**	**-16,42**	**181,0**	**161,1**	**12,40**
Benefícios Precidenciários	215,2	273,8	-21,38	81,1	69,3	17,03
Pessoal e Encargos Sociais	88,6	113,2	-21,71	28,8	27,3	5,22
Outras Despesas Obrigatórias	103,2	92,1	12,04	28,0	24,6	13,80
Despesas Poder Exec. Sujeitas à Prog. Financeira	114,0	144,3	-21,02	43,2	39,8	8,41
Resul. Primário do Gov. Central (1)	**20,4**	**50,0**	**-59,18**	**11,5**	**16,3**	**-29,44**
Discriminação	**mai/24**		**abr/24**		**mai/23**	
	Valor	**Var. %**	**Valor**	**Var. %**	**Valor**	**Var. %**
Ajustes metodológicos	-0,1	-51,94	-0,1	-15,50	0,1	-162,62
Discrepância estatística	0,3	-	-2,5	756,31	1,8	20,90
Result. Primário do Gov. Central (2)	**-60,8**	**-**	**8,8**	**-**	**-44,9**	**-**
Juros Noniminais	**-66,5**	**-3,99**	**-69,3**	**24,42**	**-62,1**	**55,94**
Result. Nominal do Gov. Central	**-127,3**	**110,45**	**-60,5**	**5,01**	**-107,0**	**381,30**

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: Valor Data
* Deflator: IPCA ** Somando Incentivos fiscais (1) Acima da linha. (2) Abaixo da linha

INÊS 249

Valor ECONÔMICO

Venezuela, depois de eleição denunciada, ficará mais isolada

O presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, chancelado pelo Conselho Nacional Eleitoral (CNE), no qual o governo tem maioria, ganhou mais um mandato de 6 anos em uma eleição em que a oposição afirma que ocorreram fraudes em massa. Maduro, que, como seu antecessor Hugo Chávez, não gosta de alternância no poder, havia ameaçado com um "banho de sangue" caso perdesse o pleito. O CNE disse que o resultado final apontou Maduro em primeiro lugar, com 5,1 milhões de votos (51,2%), à frente de seu opositor, Edmundo González Urrutia, com 4,445 milhões de votos (44,2%), e os demais 8 candidatos à Presidência com 462.704 votos. O comparecimento teria atingido 59%.

Os truques bolivarianos de outras eleições compareceram novamente no ano eleitoral. A divulgação parcial dos resultados atrasou por um alegado ataque hacker ao CNE, e a primeira parcial, com 80% das urnas, foi divulgada com uma burlesca "irreversível" vitória de Maduro quando faltavam mais de 2 milhões de votos a serem contados. A diferença final a favor do chavista, sempre de acordo com o CNE, foi de 704.124 votos, ou 7% dos votos.

O aparato de Estado e a máquina de intimidação chavista foram usados amplamente. O pleito foi marcado para o dia de aniversário de Hugo Chávez, morto em 2013, e na cédula eleitoral a foto de Maduro aparece 13 vezes, uma no lugar de cada partido de sua coalizão Grande Polo Democrático. Bom número de colégios eleitorais no interior foi situado em locais onde a população recebe recursos dos programas sociais do governo. Ao lado dos pequenos golpes, outros mais graves vieram.

Após o Acordo de Barbados, no qual os EUA levantaram a maior parte das sanções em troca de eleições livres e transparentes, o governo manobrou para desrespeitá-lo logo nos dias seguintes. Maduro escolheu com quem queria competir. Os mais populares líderes adversários, como Henrique Capriles, Leopoldo López e Maria Corina Machado, já tinham sido punidos e foram considerados inelegíveis. Corina foi escolhida por unanimidade para disputar a eleição, em convenção da Plataforma Democrática, e esperava concorrer, com o novo momento propiciado pelo compromisso de Maduro em Barbados. Mas sua escolha foi invalidada. A oposição indicou então Corina Yoris, que não conseguiu se registrar a tempo por "problemas" no sistema oficial. O escolhido acabou sendo o obscuro diplomata González. Ao longo da campanha, foram presos vários assessores da oposição.

O maior entrave foram as exigências absurdas que impediram que pudessem votar 4,5 milhões dos 7,7 milhões de venezuelanos que deixaram o país para fugir de uma pavorosa e longa crise econômica — só 70 mil foram autorizados a fazê-lo. Em sua grande maioria, esses votos iriam para a oposição.

Não houve incidentes graves no domingo e formalmente a eleição ocorreu em paz. Após o CNE anunciar o trunfo de Maduro, boa parte dos países latino-americanos, os Estados Unidos, a União Europeia e o Carter Center pediram que as atas de votação por urna fossem divulgadas para comprovar a vitória governista. A eles se juntou o Brasil, cujo governo tem simpatia pelo chavismo — Lula chegou a apontar "excesso de democracia" no país vizinho, e seu assessor especial, Celso Amorim, que nele a "democracia estava consolidada". Em nota nesta segunda-feira, o Itamaraty solicitou corretamente a divulgação de "dados desagregados por mesa de votação (...) passo indispensável para a transparência, credibilidade e legitimidade do resultado do pleito". É fundamental que o Brasil não legitime uma eleição cercada de polêmicas.

É muito provável que os pedidos ao governo venezuelano não sejam atendidos. Ontem, em discurso no CNE, Maduro disse que a oposição preparava um golpe de Estado, e o procurador geral da República, Tarek Saab, acusou Maria Corina, Leopoldo López e Lester Toledo, oposicionistas, de envolvimento no alegado ataque hacker que teria atrasado a divulgação dos resultados. Os papéis então se inverteram: a oposição, que via chances reais de sucesso, estaria interessada em fraudar o resultado. A manobra judicial é peça para incriminar a oposição e dizer que ela, sim, não queria de fato eleições limpas, que teriam sido garantidas pelo governo.

O desfecho do episódio eleitoral não está concluído. Sem mostrar atas e provar que venceu, a Venezuela ficará ainda mais isolada que antes. Algumas sanções dos EUA foram restabelecidas. Uruguai, Paraguai e Argentina, parceiros do Mercosul, não permitirão o retorno do país ao bloco. Sem provas de transparência eleitoral, o Brasil, para ser coerente com a posição pública do Itamaraty, não poderá considerar legítima a reeleição de Nicolás Maduro, que desdenhou das preocupações do presidente Lula sobre suas ameaças de "banho de sangue".

Os presidentes petistas se empenharam em fazer vistas grossas à destruição progressiva da democracia venezuelana, para, em tese, manter seu poder de influência e impedir desvarios chavistas. O que se conseguiu nesse sentido até hoje não é digno de nota. A Venezuela se tornou uma ditadura, com um governo incapaz de impedir a gigantesca derrocada econômica do país com a maior reserva de petróleo do mundo — desde que Maduro assumiu o poder, há dez anos, o PIB encolheu 69%.

GRUPO GLOBO

Conselho de Administração
Presidente: João Roberto Marinho

Vice-presidentes:
José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho

Valor ECONÔMICO
é uma publicação da Editora Globo S/A

Diretor Geral: Frederic Zoghaib Kachar

Diretora de Redação: Maria Fernanda Delmas
Princípios editoriais do Grupo Globo: http://glo.bo/pri_edit

Editor-executivo de Opinião
José Roberto Campos
(jose.campos@valor.com.br)
Editores-executivos
Catherine Vieira
(catherine.vieira@valor.com.br)
Fernando Torres
(fernando.torres@valor.com.br)
Robinson Borges
(robinson.borges@valor.com.br)
Sergio Lamucci
(sergio.lamucci@valor.com.br)
Zinia Baeta
(zinia.baeta@valor.com.br)
Sucursal de Brasília
Fernando Exman
(fernando.exman@valor.com.br)
Sucursal do Rio
Francisco Góes
(francisco.goes@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Política e Internacional
Fernanda Godoy
(fernanda.godoy@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Finanças
Talita Moreira
(talita.moreira@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Empresas
Mônica Scaramuzzo
(monica.scaramuzzo@valor.com.br)
Editora de Tendências & Tecnologia
Cynthia Malta
(cynthia.malta@valor.com.br)
Editor de Brasil
Eduardo Belo
(eduardo.belo@valor.com.br)
Editor de Agronegócios
Patrick Cruz
patrick.cruz@valor.com.br

Editor de S.A.
Nelson Niero
(nelson.niero@valor.com.br)
Editora de Carreira
Stela Campos
(stela.campos@valor.com.br)
Editor de Cultura
Hilton Hida
(hilton.hida@valor.com.br)
Editor de Legislação & Tributos
Arthur Carlos Rosa
(arthur.rosa@valor.com.br)
Editora Visual Multiplataformas
Luciana Alencar
(luciana.alencar@valor.com.br)
Editora Valor Online
Paula Cleto
(paula.cleto@valor.com.br)
Editora Valor PRO
Roberta Costa
roberta.costa@valor.com.br
Coordenador Valor Data
William Volpato
(william.volpato@valor.com.br)
Editora de Projetos Especiais
Célia Rosemblum(celia.rosemblum@valor.com.br)
Repórteres Especiais
Adriana Mattos
(adriana.mattos@valor.com.br)
Alex Ribeiro (Brasília)
(alex.ribeiro@tvalor.com.br)
César Felício
(cesar.felicio@valor.com.br)
Daniela Chiaretti
(daniela.chiaretti@valor.com.br)
Fernanda Guimarães
(fernanda.guimaraes@valor.com.br)

João Luiz Rosa
(joao.rosa@valor.com.br)
Lu Aiko Otta
(lu.aiko@valor.com.br)
Marcos de Moura e Souza
(marcos.souza@valor.com.br)
Maria Cristina Fernandes
(mcristina.fernandes@valor.com.br)
Marli Olmos
(marli.olmos@valor.com.br)
Correspondente internacional
Assis Moreira (Genebra)
(assis.moreira@valor.com.br)
Correspondentes nacionais
Cibelle Bouças (Belo Horizonte)
(cibelle.boucas@valor.com.br)
Marina Falcão (Recife)
(marina.falcao@valor.com.br)

VALOR INVESTE
Editora: Daniele Camba
(daniele.camba@valor.com.br)

PIPELINE
Editora: Maria Luíza Filgueiras
(maria.filgueiras@valor.com.br)

VALOR INTERNATIONAL
Editor: Samuel Rodrigues
(samuel.rodrigues@valor.com.br)

NOVA GLOBO RURAL
Editor-executivo:
Cassiano Ribeiro
cassianor@edglobo.com.br

Valor PRO / Diretor de Negócios Digitais Tarcísio J. Beceveli Jr. (tarcisio.junior@valor.com.br)
Para assinar o serviço em tempo real Valor PRO: falecom@valor.com.br ou 0800-003-1232

Filiado ao IVC (Instituto Verificador de Comunicação) e à ANJ (Associação Nacional de Jornais)
Valor Econômico Av. 9 de Julho, 5229 – Jd. Paulista – CEP 01407-907 – São Paulo - SP. **Telefone** 0 xx 11 3767 1000

Departamentos de Publicidade Impressa e On-line
SP: Telefone 0 xx 11 3767-7955, **RJ** 0 xx 21 3521 1414, **DF** 0 xx 61 3717 3333.
Legal SP 0 xx 3767 1323
Redação 0 xx 11 3767 1000. **Endereço eletrônico** www.valor.com.br
Sucursal de Brasília SCN Quadra 05 Bloco A-50 – Brasília Shopping – Torre Sul – sala 301 – 3º andar – Asa Norte – Brasília/DF - CEP 70715-900
Sucursal do Rio de Janeiro Rua Marques de Pombal, 25 – Nível 2 – Bairro: Cidade Nova – Rio de Janeiro/RJ – CEP 20230-240

Publicidade - Outros Estados
BA/SE/PB/PE e Região Norte Canal Chetto Comun. e Rep.
Tel./Fax: (71) 3043-2205
MG/ES - Sat Propaganda
Tel./Fax: (31) 3264-5463/3264-5441
PR - SEC - Soluções Estratégicas em Comercialização
Tel./Fax: (41) 3019-3717
RS - HRM Representações
Tel./Fax: (51) 3231-6287 / 3219-6613
SC - Marcucci & Gondran Associados
Tel./Fax: (48) 3333-8497 / 3333-8497

Para contratação de assinatura e atendimento ao assinante, entre em contato pelos canais: Call center: **0800 7018888**, whatsapp e telegram: **(21) 4002 5300.** Portal do assinante: **portaldoassinante.com.br.** Para assinaturas corporativas e-mail: **corporate@valor.com.br**
Aviso: o assinante que quiser a suspensão da entrega de seu jornal deve fazer esse pedido à central de atendimento com 48 horas de antecedência

Preço de nova assinatura anual (impresso + digital) para as regiões Sul e Sudeste: **R$ 1.738,80 ou R$ 144,90 mensais.** Demais localidades, consultar o Atendimento ao Assinante. **Tel: 0800 7018888.** Carga tributária aproximada: 3,65%



Riscos têm se elevado unicamente por ações do governo. Por **José Ronaldo Souza Jr. e Paula Magalhães**

Oportunidades perdidas e obstáculos autoimpostos

O Brasil enfrenta um momento crucial em sua trajetória econômica, precisando decidir se quer aproveitar a maturação de reformas feitas anteriormente e o potencial de crescimento ou se quer manter o padrão errático das últimas quatro décadas. O país pode atrair investidores que estão em busca de um mercado emergente com boa disponibilidade de recursos naturais e grande mercado consumidor potencial.

Uma condição necessária para aproveitar este momento potencialmente positivo é manter o ambiente macroeconômico estável, beneficiando-se das reformas econômicas e regulatórias feitas desde 2016. No entanto, o Brasil convive com um desequilíbrio fiscal crônico, agravado pelo elevado crescimento dos gastos obrigatórios. Além disso, as duras críticas do presidente da República à autonomia do Banco Central contribuíram para uma desconfiança com relação ao compromisso do futuro presidente do BC com a meta inflacionária. Recordando da presidência de Tombini — quando a autoridade monetária trabalhava com uma meta de inflação implícita igual ao topo da banda de tolerância — as expectativas dos agentes do mercado para 2026 escalaram para 3,6%, ano que estará no horizonte relevante da política monetária do próximo presidente do BC.

O novo arcabouço fiscal (NAF), aprovado em 2023, possui dois pilares importantes: (1) limitar o crescimento real dos dispêndios em 2,5% em termos reais, e (2) metas de resultado primário. O governo tem articulado uma agenda de incremento de receitas para alcançar as metas. Mas as políticas públicas escolhidas pelo governo são inconsistentes com o arcabouço que ele mesmo apresentou.

Duas medidas aprovadas pelo governo atual aumentaram ainda mais rigidez dos gastos públicos. O NAF trouxe de volta a vinculação dos gastos com saúde e educação a percentuais da receita. Os aumentos reais do salário mínimo, que indexa o piso previdenciário, o Benefício de Prestação Continuada (BPC), o abono salarial e parte do seguro-desemprego. Segundo cálculos de Fábio Giambiagi, a nova fórmula de cálculo do salário mínimo elevará a despesa previdenciária em R$ 550 bilhões em 10 anos, mais da metade dos R$ 800 bilhões em economia que a reforma de 2019 nos proporcionou. As despesas discricionárias representam menos de 9% das despesas primárias, e cerca de 1/3 refere-se a recursos obrigatórios devido aos pisos constitucionais de saúde e educação. Esse excessivo engessamento praticamente elimina o espaço para escolhas de políticas e ajustes fiscais.

A clareza da inconsistência intertemporal e a ausência de soluções estruturais geram uma elevada desconfiança sobre a sobrevivência do NAF, agravada pelas mudanças das metas de primário no envio do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO). Fica claro, portanto, que o aumento de gastos públicos contratados não vai impulsionar o crescimento de forma sustentável, apenas gerando aumento temporário de demanda. A solução é melhorar a alocação dos recursos, fazendo escolhas com base na avaliação da eficiência das políticas públicas.



GERD ALTMANN/PIXABAY

Por enquanto, as ações prometidas pelo governo não abordam os problemas de longo prazo, atacando apenas cortes de R$ 25,9 bilhões em revisões de benefícios para 2025. Mas em termos práticos, três ações poderiam auxiliar a confiança no ajuste: (1) desindexação do salário mínimo em relação ao crescimento do PIB. Uma alternativa mais viável politicamente seria condicionar a concessão de aumentos reais do salário mínimo ao atingimento completo das metas fiscais do ano anterior; (2) o fim do abono salarial resultaria na eliminação de uma despesa que deve superar os R$ 30 bilhões no ano que vem. Estudo apresentado na Carta de Conjuntura do Ipea de 2019 mostrava que 59% do abono ia para famílias na metade de cima da distribuição de renda, não eficiente em diminuição da desigualdade; (3) desvinculação dos gastos de saúde e educação com a receita ou, no mínimo, a fusão das duas vinculações. Em função da rápida transição demográfica, a demanda por serviços públicos vai se alterar significativamente. Portanto, um piso conjunto de saúde e educação, embora não resolva o problema de crescimento dos gastos, pelo menos aumenta o espaço para escolha de políticas públicas.

As medidas fiscais insuficientes somadas às dúvidas a respeito da política monetária afetaram significativamente a taxa de câmbio e os juros futuros. Na reunião de junho, o Copom ressaltava que atingirá a meta de 2025 deixando os juros inalterados em 10,5% ao ano com a taxa de câmbio a R$5,30/US$. Com a depreciação recente, o Copom deverá utilizar câmbio de R$ 5,56 na sua reunião de julho, uma depreciação de quase 5% com relação à anterior. Com isso, a probabilidade de uma elevação da taxa Selic neste ano está aumentando, caso a depreciação recente se prove permanente.

Em nossos cálculos, a este nível cambial seria necessária uma elevação de 1 ponto percentual da taxa Selic neste ano para levar a inflação ao centro da meta, caso as expectativas de inflação continuem desancoradas devido à questão fiscal — a curva de juros precifica uma nova trajetória de alta da Selic. Mediante as críticas do governo ao nível dos juros, a desconfiança do mercado com a diretoria nova em 2025 exigirá uma postura mais Hawk do Copom para ancorar as expectativas de inflação, comprometendo o crescimento econômico de curto prazo. Por isso, o Comitê deverá manter uma postura dura e unânime com a inflação nesta reunião, mas evitando se comprometer com uma alta de juros — deverá esperar que a depreciação se prove perene.

Incerteza maior e juros mais altos tendem a reduzir os investimentos, que ainda estão em níveis muito baixos. Em comparação com o período anterior à recessão de 2014-2016, o investimento atual ainda se encontra 13% abaixo do registrado. Consequentemente, a taxa de investimento permanece significativamente abaixo dos níveis pré-recessão (16,9% do PIB no primeiro trimestre de 2024 contra 20,7% no início de 2014). Já a produtividade cresce a um ritmo muito baixo, impactada por problemas estruturais como a formação inadequada da mão de obra, baixa abertura da economia, insegurança jurídica, dispersão e má alocação dos gastos com inovação, um sistema tributário distorcivo e infraestrutura precária.

Ainda que o ambiente externo tenha impactado os ativos brasileiros, o risco idiossincrático tem se elevado unicamente por ações do próprio governo federal. Nesse contexto, os obstáculos autoimpostos à sustentabilidade fiscal e credibilidade monetária se transformam em mais uma oportunidade perdida.

José Ronaldo de C. Souza Jr. é economista-chefe e sócio da Leme Consultores e professor do Ibmec. **Paula Magalhães** é doutora em Economia pela EESP-FGV. Foi economista-chefe da A.C. Pastore Consultores.

Inflação é ameaça para Lula se Trump vencer

Christopher Garman



Uma série de eventos dramáticos colocou a eleição presidencial dos EUA ainda mais no centro das atenções globais no último mês. Primeiro foi um debate desastroso para o presidente Joe Biden contra Donald Trump; depois, um atentado contra o ex-presidente; e, por último, uma mudança na candidatura democrata que está animando suas bases.

As pesquisas de opinião publicadas depois que a vice-presidente Kamala Harris se tornou a virtual candidata democrata sugerem uma disputa mais apertada. Mas, na realidade, as intenções de voto estão voltando para o patamar de antes do debate, e Trump segue com leve favoritismo. A principal preocupação do eleitor americano continua sendo a economia, devido ao choque inflacionário de 2022 e 2023 que aumentou o custo de vida — e, nesse aspecto, Trump mantém vantagem. Logo, embora muito tenha mudado, os fundamentos da eleição continuam quase iguais.

Cabe refletir sobre o que está em jogo para o Brasil nessa eleição. Já argumentei neste espaço que uma vitória de Trump traria resultados mistos para o país. Mas fica cada vez mais claro que, se Trump vencer, a grande ameaça para o governo de Luiz Inácio Lula da Silva será a inflação nos EUA.

Para se reeleger em 2026, Lula depende cada vez mais de um cenário externo favorável, em que o Federal Reserve (Fed, o banco central dos EUA) reduza suas taxas de juros e a economia global vá bem. O governo brasileiro vive um momento muito delicado. Em dois meses, o dólar subiu de R$ 5,15 para mais de R$ 5,60. A expectativa para a inflação de 2024, medida pela pesquisa semanal Focus do Banco Central, subiu de 3,7% para 4,1% entre maio e o final de julho. Por trás desse movimento, estão incertezas sobre a política fiscal e monetária do governo, que explicam por que o BC parou de cortar a Selic.

O governo está tentando apaziguar essas inquietações. Lula aceitou um corte de R$ 26 bilhões em gastos permanentes no dia 4 de julho, e seu governo contingenciou e empossou R$ 15 bilhões para cumprir a meta fiscal deste ano. Ainda assim, há muito ceticismo sobre a capacidade de cumprir não só a meta deste ano, mas, especialmente, a de 2025. Sem uma agenda mais estrutural de corte de gastos — que o presidente Lula reluta em entregar —, os ativos devem seguir depreciados, limitando a capacidade do BC para reduzir juros.

Nessa situação, o cenário externo vira mais importante. Se o Fed reduzir juros, a liquidez externa aumenta e bancos centrais de países como o nosso ganham mais liberdade. As preocupações fiscais permanecem, mas impactam menos os preços dos ativos. Já que Lula não parece disposto a encampar cortes de gasto mais ambiciosos, seu governo precisa de um cenário externo favorável ao crescimento e a uma queda de juros.

O problema é que uma vitória de Trump deve resultar em mais inflação nos EUA — e, portanto, em juros mais altos e menos crescimento por lá. Para ter uma ideia do que está em jogo, basta ver as propostas que estão saindo de seu campo.

Trump e sua equipe vêm prometendo uma postura mais protecionista no comércio internacional, particularmente em relação à China. A proposta ventilada seria implementar uma tarifa geral de importação de 10%, e de 60% sobre produtos chineses, o que geraria um choque.

O banco UBS estima que a tarifa de 60% reduziria o PIB da China em 2,5%. O Peterson Institute, um renomado think tank de Washington, estima que as tarifas propostas pela equipe de Trump levariam a uma queda de 1,8% no PIB americano e a um aumento de 1% na inflação do país. As duas tarifas dificilmente serão implementadas plenamente — mesmo porque, do ponto de vista jurídico, não é possível estabelecer uma tarifa linear dessa forma. Mas ainda que um eventual governo Trump coloque em prática metade dessas propostas, os efeitos sobre o crescimento econômico e inflação seriam importantes.

Para se reeleger, Lula depende de um cenário externo favorável, em que o Fed corte os juros e a economia global vá bem

As prometidas deportações em massa de imigrantes ilegais devem gerar efeito semelhante, ainda que em menor escala. Embora os democratas devam sofrer por sua política menos dura em relação à imigração ilegal, o influxo de imigrantes teve impacto positivo sobre a economia americana. Os imigrantes passaram de 17% para 19% da força de trabalho do país em quatro anos, ajudando a conter a inflação e impulsionando o crescimento econômico.

Um governo Trump claramente não teria condições logísticas de deportar os 11 milhões de imigrantes ilegais que residem nos EUA, como ele tem prometido. Mas um estudo feito pelo mesmo Peterson Institute mostra que a deportação de apenas 1,3 milhões de pessoas levaria a uma queda de 2,1% no PIB ao longo de três anos e a uma alta de 1,3% na inflação nesse mesmo período.

Não por acaso o dólar se fortaleceu e os títulos do Tesouro dos EUA caíram no último mês. Investidores estão começando a reagir ao cenário de inflação maior que resultaria de uma vitória de Donald Trump. Para o presidente Lula, mais inflação nos EUA e menos crescimento lá e na China seria péssimo para suas pretensões em 2026. O real ficaria mais fraco, os juros mais altos, e o crescimento econômico menor.

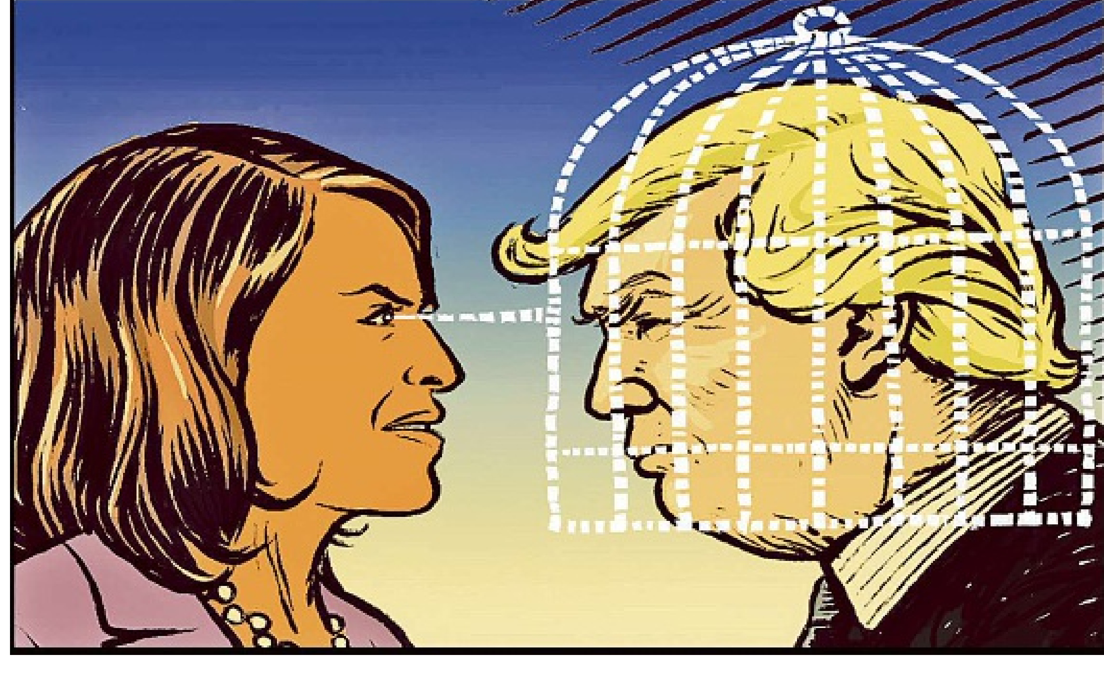
Se esse cenário se concretizar em 2025, o timing não poderia ser pior para o presidente brasileiro. Tudo isso sugere que as lideranças petistas e analistas não estão olhando para o que realmente importa. É verdade que, se Trump vencer em novembro, a oposição bolsonarista sairá mais mobilizada (o que deve ter um impacto bastante limitado na eleição de 2026). A relação bilateral deve sofrer. Mas a consequência mais relevante — de longe — seria um cenário de juros mais altos nos EUA, que afetaria a política monetária e crescimento aqui. E esse impacto será particularmente mais severo dadas as incertezas fiscais de 2025.

Christopher Garman é diretor-executivo para as Américas do Eurasia Group.

Réus como Trump se beneficiam da publicidade e suspeita de abuso de poder. Por **Eric Posner**

Processos e política não se misturam

Enquanto os Estados Unidos voltam suas atenções para a eleição presidencial entre Kamala Harris e Donald Trump, os processos contra o ex-presidente praticamente ficaram esquecidos. Os democratas, porém, têm a esperança de que o papel anterior de Kamala como promotora distrital possa ajudar a refrescar as memórias e a persuadir alguns dos cruciais eleitores indecisos a optar pela promotora em vez do criminoso. Será que isso vai funcionar? Ou será que a tentativa malsucedida de assassinato contra Trump mitificará retroativamente os processos, como se fossem as estações da Via Crúcis no caminho dele para se tornar quase um mártir?



Até agora, os processos não prejudicaram a campanha de reeleição de Trump. A acusação de ter lidado de forma indevida com documentos confidenciais, apresentada em 8 de junho de 2023 pelo procurador especial Jack Smith, foi derrubada quando a juíza responsável, Aileen Cannon, após realizar audiência após audiência sobre moções muitas vezes frívolas, acabou rejeitando o caso, sob o argumento de que a nomeação de Smith foi inconstitucional.

Da mesma forma, o processo federal por interferência eleitoral, também apresentado por Smith, ficou desarticulado diante da decisão da Suprema Corte de que Trump goza de imunidade contra algumas das ações apresentadas na acusação. E o caso de interferência eleitoral na Geórgia está interrompido desde que o tribunal tomou conhecimento de que a promotora, Fani Willis, teve um relacionamento romântico com um subordinado. O processo agora está em suspenso enquanto o Tribunal de Recursos da Geórgia considera se ela deve ser removida.

A única acusação bem-sucedida até agora foi o caso de fraude conduzido pelo promotor distrital de Nova York, Alvin Bragg, que resultou na condenação de Trump por falsificação de registros comerciais, aparentemente para ocultar pagamentos feitos a uma atriz de filmes adultos em troca do silêncio dela. Ironicamente, era o mais fraco dos quatro processos e o que tinha menos chances de resultar em prisão ou qualquer outra penalidade séria. O veredito não teve impacto nos números das pesquisas de Trump. Em vez disso, levou a uma enxurrada de doações para a campanha de Trump de eleitores indignados com o que viam como uma acusação política.

Os casos contra Trump meramente ilustram que julgamentos de oponentes políticos são um risco grande demais em um país democrático, porque os réus sempre podem virar a mesa e acusar os promotores de abusar do sistema judicial por motivos políticos próprios

Por fim, também houve a tentativa fracassada de deixar Trump fora da eleição com base na cláusula de insurreição da Constituição — um argumento que todos os nove juízes da Suprema Corte rejeitaram. Tudo isso deu aos republicanos o potente argumento político de que os oponentes de Trump abusaram do sistema legal para assediá-lo, porque não podem vencê-lo de forma justa na próxima eleição.

A realidade, é claro, é mais complicada. Trump praticamente implorou para que Smith entrasse com um processo ao se recusar a entregar os documentos confidenciais quando solicitado. O caos de 6 de janeiro de 2021 levou a centenas de processos legítimos contra manifestantes, e Trump, sem dúvida, pode ser considerado moralmente responsável pelos mortos e feridos naquele dia, independentemente de ter ou não violado a lei. Além disso, Smith teve azar com o sorteio que atribuiu o caso à juíza Cannon, que, na melhor hipótese, pode ser descrita como excessivamente cautelosa e, na pior, como não estando à altura ou possivelmente até como tendenciosa a favor de Trump, que a nomeou.

Ainda é possível que Trump acabe na prisão. Se ele perder a eleição, os processos nos três casos restantes seguirão adiante. Os processos, contudo, parecem ter melhorado suas perspectivas eleitorais e, se ele derrotar Kamala, eles certamente serão encerrados ou suspensos em razão das dificuldades de processar um presidente em exercício.

Muito disso poderia ter sido (e foi) previsto. No entanto, ainda há algumas lições a aprender. A preocupação usual quanto a ações contra autoridades políticas é que eles podem desencadear uma série interminável de processos retaliatórios. O próprio Trump disse que vai processar democratas em retaliação pelas acusações contra ele — e é fácil imaginar que, depois, futuros presidentes democratas retaliariam contra Trump, seus assessores e outros republicanos pelas retaliações.

Esse tipo de represália olho por olho, que poderia se espalhar para os Estados, inflamaria ainda mais a política dos EUA e poderia levar presidentes e outros membros do governo a fazer armações para continuarem no poder, em vez de correrem o risco de processos se deixarem o cargo voluntariamente após perderem uma eleição. Isso seria o fim da democracia americana.

Segundo essa teoria, a democracia constitucional sobreviveu precisamente porque a classe política resistiu à tentação de lançar processos na esfera política. Comenta-se que essa norma foi criada há cerca de 200 anos, quando ações contra vários adversários políticos encontraram oposição nos tribunais e na opinião pública, em parte pelas memórias ainda frescas do domínio britânico.

O problema desse ponto de vista, é claro, é que Trump violou essa norma sobre processos na esfera política muito antes de os democratas começarem a fazê-lo. Em 2016, ele prometeu indiciar Hillary Clinton; e desde então — tanto dentro quanto fora do cargo e tanto antes quanto depois dos indiciamentos contra ele próprio — Trump ameaçou ordenar a abertura de processos contra uma lista de oponentes políticos e até de apoiadores por quem ele acha ter sido traído. A atual rodada de ações contra Trump e seus assessores pode ser vista como o resultado inevitável de uma ruptura iniciada pelo próprio Trump.

Há, contudo, outra forma de analisar tudo isso, uma forma melhor. Os casos contra Trump meramente ilustram que julgamentos de oponentes políticos são um risco grande demais em um país democrático, porque os réus sempre podem virar a mesa e acusar os promotores de abusar do sistema judicial por motivos políticos próprios. Os réus se beneficiam da maior publicidade e da suspeita natural dos eleitores de que os governos tendem a abusar de seus poderes, fatores que tornam impossível para os tribunais ignorarem pequenos erros cometidos pelo lado da acusação.

As aventuras românticas de Willis provavelmente não teriam vindo à tona se ela estivesse processando qualquer pessoa que não fosse Trump. Da mesma forma, o ritmo lento dos procedimentos em todos os processos é resultado do razoável cuidado tomado pelos juízes, que são responsáveis por manter a confiança pública no sistema judicial. Eles vêm se deparando com questões delicadas e sem precedentes sobre como tratar um réu que concorre à Presidência.

O lado positivo é que, se Trump for eleito, provavelmente não cumprirá as ameaças de ordenar a abertura de processos contra metade da liderança democrata e um bom número de republicanos. E mesmo que o faça, os casos sairão pela culatra. Se há alguma lição dos julgamentos de Trump, é que processos na esfera política em um país democrático têm mais chances de prejudicar aqueles no poder do que seus oponentes. *(Tradução de Sabino Ahumada)*

Eric Posner é professor na Faculdade de Direito da Universidade de Chicago e autor de "How Antitrust Failed Workers". Copyright: Project Syndicate, 2024. www.project-syndicate.org

Frase do dia

"Vencer o fascismo, os demônios e demônias com a força de Cristo e de Chávez é uma proeza que o povo voltou a fazer".

Do presidente Nicolás Maduro, na proclamação de sua reeleição

Cartas de Leitores

Eleições na Venezuela

O ditador venezuelano Nicolás Maduro teve sua vitória para o terceiro mandato garantida, sem checagens por parte de agentes da oposição, pela sua marionetável — posto que por ele nomeada e controlada — Justiça eleitoral que divulgou uma vitória apertada com 51,2 % dos votos. Tudo não passou de um show, talvez mais bem organizado que o da iluminada e de gosto duvidoso, abertura dos Jogos Olímpicos em Paris.

Ao contrário deste, no entanto, foi responsável por vários estragos. Um deles ao prestígio de pelo menos um dirigente — Lula da Silva — que garantiu, como resultado de encontro com Maduro há menos de um ano, que o pleito lá seria limpo e respeitador da vontade popular; outro à credibilidade do sistema de apuração eleitoral brasileiro, quando o autocrata mencionou o fato, às vezes também ventilado por aqui, de que as urnas eletrônicas brasileiras não são auditáveis e, finalmente, acima de tudo, à própria democracia, ferida de morte pelas manobras suspeitas visando a obter a todo custo a vitória e passando ao largo da lisura e inclinação popular.

Resta agora esperar pela reação oficial do governo brasileiro. Será ela caracterizada pelo apoio explícito a toda esta engenharia eleitoral, o que levará o Brasil à condição de alinhamento a um regime contrário aos seus princípios constitucionais? Ou de crítica àquele processo de sufrágio, como se posicionaram vários chefes de Estado sul americanos?

Paulo Roberto Gotaç
prgotac@hotmail.com

•

Só os inocentes ou desatentos acreditaram que Nicolás Maduro sairia do poder na Venezuela através de um processo eleitoral por ele liderado.

Oscar Thompson
oscarthompson@hotmail.com

Combate ao crime

O ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, objetiva combater o crime e, segundo ele, para maior eficiência, informações e ações unificadas nos três níveis: federal, estadual e municipal.

Penas simbólicas são estímulos aos malfeitos: insegurança jurídica, impunidade e corrupção carecem de correções, ou seja, revisão nas leis e castigo idêntico a todos os infratores.

Punição integral a todo ato criminoso e aos reincidentes, dobrar a pena a cada reincidência. Corretivos mais pesados e sem atenuantes aos corruptos e funcionário público nos Três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), perda de emprego, prisão e confisco de bens.

Também pena rigorosa ao criminoso por qualquer agressão ao policial, que é o nosso anjo da guarda, protetor pessoal e de nosso patrimônio,

Humberto Schuwartz Soares
hs1971tc@gmail.com

Correspondências para Av. 9 de Julho, 5229 - Jardim Paulista - CEP 01407-907 - São Paulo - SP, ou para cartas@valor.com.br, com nome, endereço e telefone. Os textos poderão ser editados.

INÊS 249

Especial

Tributação Estudo de economistas do Banco Mundial contraria argumento da indústria de que oneração prejudicaria baixa renda e mostra que custo-benefício seria melhor com IS

Fora do Imposto Seletivo, alimento ultraprocessado afeta gasto com saúde



Marcelo Osakabe
De São Paulo

A inclusão dos alimentos ultraprocessados no Imposto Seletivo (IS), rejeitada pelos deputados na discussão da Reforma Tributária na Câmara, poderia elevar o consumo de alternativas mais saudáveis, reduzir despesas com saúde e também elevar renda dos brasileiros pela diminuição do tempo de vida perdido com essas doenças.

As conclusões constam de um trabalho recente do Banco Mundial, que mostrou também que a medida têm caráter progressivo: os benefícios são proporcionalmente maiores para as famílias que figuram entre as 10% mais pobres da população e se diluem à medida em que aumenta a renda familiar, até ter um efeito neutro para camadas mais ricas.

"Em discussões do tipo, a indústria alimentícia costuma argumentar que a tributação desses bens seria prejudicial aos consumidores, especialmente mais pobres. Os que os resultados do estudo sugerem é que não", resume Roberto Iunes, um dos autores.

Os economistas adaptaram uma metodologia bastante utilizada para avaliar o custo-benefício de taxar outros produtos prejudiciais à saúde, como tabaco, o álcool e açúcar. Tomando como base o perfil de consumo tirado da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF), do IBGE, eles analisam os efeitos de um imposto que eleve em 20% o preço final desses alimentos em três dimensões: variação da despesa total com esses bens e com possíveis substitutos, economia com despesas médicas e, por fim, potencial de incremento de renda obtido pela redução dos anos de vida perdidos por causas relacionadas a riscos dietéticos (relacionados à nutrição).

Via de regra, exercícios do tipo costumam gerar resultados negativos para o primeiro quesito e positivos para os outros dois. Isso ocorre porque muitos destes bens são considerados inelásticos — uma alta do preço tem pouco efeito sobre o consumo (já que se trata de um vício). Segundo Bernardo Dantas Coelho, que também assina o estudo, a ideia é mostrar que, apesar de o consumidor arcar com um custo maior pela compra do produto taxado, ele vai ganhar com menores despesas de saúde e uma vida produtiva mais longa.

A análise da taxação dos alimentos processados e ultraprocessados surpreendeu ao retornar resultados positivos também para o primeiro quesito, em praticamente todos os estratos de renda.

"Por serem produtos com maior elasticidade [mais passíveis de serem substituídos na cesta de consumo], a alta do imposto libera uma renda que, proporcionalmente, conseguirá comprar maior quantidade de alimentos alternativos, como os in natura", explica Coelho.

No primeiro decil de consumo, equivalente aos 10% mais pobres, uma alta de 20% dos preços de processados e ultraprocessados teria um efeito negativo de 2,3% sobre a cesta de consumo. Já no cálculo do consumo total, que leva em consideração que as famílias irão buscar substitutos a esses alimentos, como produtos in natura, o consumo sobe 4,20% para essa faixa.

Esse valor decresce, mas somente assume valores negativos para os três últimos decis. No último, que agrega os 10% mais ricos, o repasse do imposto seria de 0,89% sobre a cesta, mas a variação final sobre o consumo total seria de -0,49%.

Os autores também cruzaram os dados com estimativas sobre anos de vida perdidos por doenças ligadas ao consumo de ultraprocessados do estudo "Carga Global de Morbidade" (GBD, na sigla em inglês), um trabalho que investiga no mundo todo os efeitos sobre mortalidade e incapacitação de 107 doenças e 10 fatores de risco.

Transformando esses dados em acréscimo de renda obtido pela elevação dos dias de trabalho, eles encontram uma elevação de 3,85% da renda dos 10% mais pobres, porcentagem que decai até chegar a +0,44% entre os 10% mais ricos.

Por último, eles também fizeram um cruzamento com informações hospitalares do Sistema Único de Saúde (SUS), como o número de internações e custos médicos com tratamento dessas doenças, para estimar qual seria o impacto sobre as despesas com saúde dos brasileiros. O resultado sugere que um imposto do tipo reduziria em 6,56% os custos médicos do decil mais pobre, número que também decresce até chegar a 0,06% para o decil mais rico.

"Provavelmente, essa análise subestima a queda das despesas médicas, já que não contabiliza os custos de tratamento no setor privado. Mas é forma bruta de mostrar que realmente há um ganho para as pessoas e também para o SUS", diz Courtney Price Ivins, também do Banco Mundial.

A inclusão de alimentos ultraprocessados dentro do Imposto Seletivo é uma ideia que orbita a discussão da reforma tributária e tem o apoio de entidades ligadas à saúde pública e do governo. No entanto, até o momento, não teve força para passar pelo crivo das negociações no Congresso.

Caso esse quadro mude, o Brasil seria o primeiro país do mundo a aprovar uma taxação que toma como base o nível de processamento do alimento. Isso porque, via de regra, experiências do tipo miram determinados ingredientes ou tipos de produto, como o "imposto do refrigerante" ou o imposto sobre açúcar. Mesmo da Colômbia, que em 2023 começou a aplicar um imposto sobre "junk foods", a legislação mira determinados níveis de nutrientes, como o açucar, o sal e a gordura hidrogenada, explicam os economistas.

"Existe um debate sobre a melhor forma de gerar incentivo a uma alimentação mais saudável. O Brasil é um ponto fora da curva ao sugerir fazer isso baseado no nível de processamento", diz Coelho.

A proposta de regulamentação da reforma tributária aprovada na Câmara além de não taxar os ultraprocessados ainda inclui vários deles na cesta básica, o que isenta esses produtos dos impostos normais sobre consumo. Entre os alimentos ultraprocessados incluídos na proposta de cesta básica estão pão de forma, biscoitos recheados, macarrão instantâneo, mistura para bolo ou molhos prontos.

Os pesquisadores ressaltam que a literatura científica tem se voltado cada vez mais aos riscos associados não só ao consumo em excesso de determinados nutrientes, como também o próprio nível de processamento. Um estudo de pesquisadores da USP, Fiocruz, Unifesp e Universidade de Santiago de Chile, publicado na American Journal ou Preventive Medicine, apontou que 57 mil mortes prematuras por ano são atribuíveis ao consumo desses alimentos no país.

Iunes ressalta que a proposta de olhar o nível de processamento tem outra vantagem. "Em geral, quando se tenta desincentivar o consumo de um alimento tributando segundo a presença de ingredientes específicos, a indústria encontra formas de driblar a essa taxação. Por exemplo: reduzindo o nível de determinado ingrediente para escapar da lei, ou então substituindo-o por outros químicos que podem ser, inclusive, piores que o original. Por isso, a lógica dos ultraprocessados é muito feliz. Tira a indústria desse jogo", diz.

O estudo não foi feito pensando especificamente na discussão do regulação de reforma tributária que tramita no Congresso no momento, mas os pesquisadores concordam que a aplicação do IS sobre ultraprocessados é a forma correta de tratar o tema.

"Primeiro, porque muda a questão dos preços relativos — deixa os ultraprocessados mais caros na comparação com os in natura. Segundo, pela própria ideia do IS, que deixa claro que determinados produtos são nocivos à saúde. É importante que as pessoas entendam porquê estão pagando mais", diz Coelho.

Ivins chama atenção a outro aspecto retirado da análise da POF. "Os dados mostram que, no Brasil, os ultraprocessados ainda respondem por menos de 50% do consumo energético, independente da faixa de renda, e também que os estratos que mais consomem são os mais ricos. É um quadro diferente dos Estados Unidos e outros países de alta renda, onde essa porcentagem já é 60%", diz. "Ou seja, essa transição ainda não ocorreu no Brasil. Então podemos dizer que há uma janela limitada para implementar uma política fiscal que aborde essa questão de forma progressiva. Uma vez que os hábitos alimentares forem alterados e estejam arraigados, é muito mais difícil reverter isso."

DIVULGAÇÃO

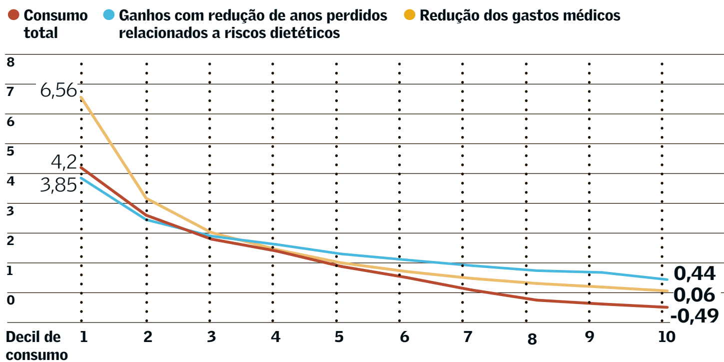


Alimentos ultraprocessados: sem IS, país perde oportunidade de melhorar qualidade de vida da população mais pobre

> "No Brasil, esses produtos ainda detêm menos de 50% do consumo energético, independente da faixa de renda"
> *Courtney Price Ivins*

Progressividade

Efeitos de imposto* sobre processados e ultraprocessados, em %



Fonte: Banco Mundial, com dados da POF 2017/2018, Global Burden of Disease 2019; e Sistema de Informações Hospitalares (SIH/SUS) *que eleve preço final em 20%

Teto na alíquota põe cesta básica em risco, diz Gianetti

Folhapress, de São Paulo

O economista Roberto Giannetti da Fonseca afirma que o teto na alíquota de referência dos novos tributos coloca em risco a desoneração da cesta básica.

Em especial, a isenção para as proteínas animais, aprovada pela Câmara dos Deputados, mas que ainda depende do aval do Senado.

Giannetti da Fonseca, que é presidente da Kaduna Consultoria, defende usar como teto o valor nominal da arrecadação dos tributos envolvidos na reforma, de R$ 1,383 trilhão, corrigido anualmente pela inflação.

"Melhor fazer isso do que falar desse 26,5%, que pode se tornar inexequível. Porque se você tem um maior consumo de produtos isentos ou de alíquota reduzida, é claro que vai cair o valor nominal da arrecadação. Dá um problema fiscal. E aí vai fazer o quê? Vai dizer, então tem que tirar produto da cesta básica", afirma.

A emenda constitucional da reforma, aprovada em 2023, prevê um teto de referência para o cálculo da alíquota dos novos tributos. Esse limite considera a manutenção da carga sobre o consumo, com base na média da arrecadação no período de 2012 a 2021, como proporção do PIB.

Os deputados incluíram no projeto de regulamentação da emenda um segundo limite. Nesse caso, para a alíquota, que ficaria em até 26,5%. Se o percentual não for suficiente para manter a arrecadação, caberá ao Poder Executivo encaminhar ao Congresso proposta para cortar benefícios fiscais.

O economista diz que há uma obsessão com a questão da alíquota. "Como se isso fosse a coisa mais importante do mundo. Não é. Nós temos um conceito de neutralidade. Significa manter a carga tributária no nível que ela é."

Patamar inaceitável

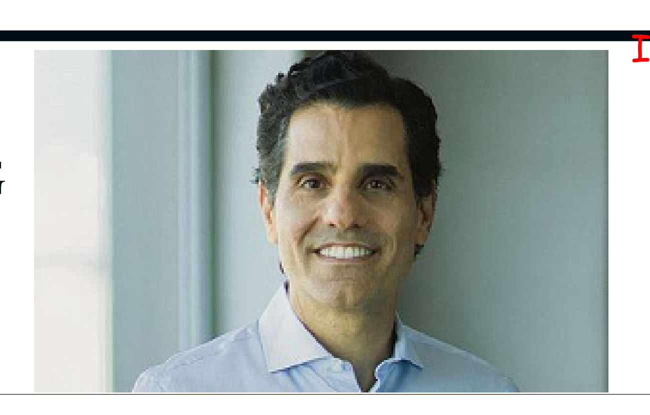
Ele afirma que uma alíquota única sobre o consumo ficaria em torno de 20% (mesma estimativa feita pelo Ministério da Fazenda), mas que esse patamar seria muito elevado e inaceitável se aplicado a todos os produtos.

A inclusão das carnes da cesta básica tem um impacto de 0,57 ponto percentual na alíquota, segundo estimativa do Banco Mundial, valor próximo do 0,53 ponto calculado pela Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária. Com isso, a soma dos novos tributos iria para mais de 27%. Giannetti diz que o impacto calculado por ele é de apenas 0,18 ponto.

Finanças
Operações de fusão e aquisição de empresas listadas na Bolsa ganham força
C1

INÊS 249

Telecomunicações
Telefônica fecha 2º trimestre com 5G em 229 cidades diz Christian Gebara, presidente B4



Logística
Terminais portuários de SC ampliam capacidade de olho no agro B3

Refino
Utilização total das refinarias da Petrobras entre abril e junho atinge 91% B5

Olimpíada
Japão se torna um duro adversário aos brasileiros em Paris B8

Perdas Ocorrências, que incluem golpe com pix, somaram R$ 11 bilhões em 2023

Furtos no varejo voltam a crescer e atingem maior nível desde 2019

Adriana Mattos
De São Paulo

Em meados de março, a gerência de um mercado de bairro de Piraí do Sul, município com 25 mil habitantes no interior do Paraná, percebeu que o valor e a quantidade de produtos que passavam pelo caixa de uma das funcionárias não “batia” com a soma arrecadada no fim do dia. Na dúvida, o gerente foi checar os vídeos no circuito de monitoramento, e viu que a atendente, em diversos dias, digitava uma senha (que era de uma supervisora, após investigações da empresa) para cancelar as vendas.

Discretamente, ela pegava o dinheiro do caixa logo depois e enfiava dentro da calça, ainda com a loja em funcionamento. A funcionária foi demitida por justa causa e uma ação criminal foi aberta.

Não se trata de um fato isolado, ou em comércios de pequenas cidades. Em Campinas (SP), a atendente de um caixa de supermercado de médio porte, com 20 pontos de venda, ficou devendo o aluguel de R$ 300 ao proprietário, e os dois combinaram que ela iria pagá-lo simulando compras de produtos nesse valor, pelo caixa da loja onde trabalhava, para liquidar a dívida.

“Ela fingia que passava a mercadoria pelo leitor de código de barras, mas isso não acontecia na verdade. A questão é que, ali na hora, eles acabaram fazendo uma compra bem maior, de R$ 3 mil, e isso deu uma diferença no caixa e disparou o alerta na empresa”, diz Juliano Camargo, CEO da Nextop, que tinha a rede vítima do golpe como cliente. Camargo atua desde 1996 na área de combate a furtos no varejo.

Simular compras para ficar com o produto, ou para liquidar dívidas, e mesmo usar a senha de chefes para “apagar” vendas, e ficar com o dinheiro, é prática comum entre os furtos no setor. Supermercados e drogarias são destaques para esse tipo de crime. Mas há novas modalidades na praça, envolvendo o pix, e também outros canais de pagamento, como os caixas automáticos, que abriram brecha para o aumento dos golpes.

Cálculos estimados pela Associação Brasileira de Prevenção de Perdas (Abrappe), com apoio da KPMG, mostram que, em 2023, os furtos internos e externos (de clientes, funcionários, fornecedores e promotores) representaram, somados, 31,7%, em média, das perdas, o maior nível desde 2019.

O índice de perdas totais do comércio (que inclui erros, furtos e fraudes) também acelerou, e registrou o maior patamar da pesquisa, feita desde 2016. A taxa atingiu, em média, 1,57% da venda em 2023, alta de 0,9% sobre 2022.

Parece pouco, mas o varejo brasileiro movimentou R$ 2,23 trilhões em 2023, segundo o IBGE, então, trata-se de uma perda estimada em cerca de R$ 35 bilhões. Ao se considerar apenas a fatia projetada dos furtos (31,7%) dentro do bolo total, eles representaram pouco mais de R$ 11 bilhões.

É mais da metade do valor faturado pelo GPA, dono do Pão de Açúcar, no ano passado (R$ 20,6 bilhões) e equivale a quase a toda a venda bruta da Renner em 2023.

“Temos percebido um aumento impressionante dos furtos. É algo que anda incomodando bastante”, diz Carlos Eduardo Santos, presidente da Abrappe. Pela estimativa, esses crimes cometidos por empregados passaram de cerca de 6,8% do total de perdas em 2022 para 9,8% em 2023, e os furtos causados por pessoas de fora das redes subiram de 16,6% para 22%.

“Isso está exigindo uma atenção muito maior das lojas sobre o tema de alguns anos para cá, porque há questões sociais e raciais envolvidas, além de econômicas, e o varejo está no centro desse debate, que é complexo e difícil”, afirma.

Para chegar nos números, fornecidos por associados, as redes se baseiam em dados como monitoramento de imagens por vídeo de clientes e funcionários, e evidências, como embalagens violadas logo após o manuseio de empregados. A entidade considera que são estimativas, já que os casos nem sempre geram estatística, por meio de inquéritos ou processos. Em certas situações, redes evitam processar clientes e empregados.

Isso ocorre, em parte, pelos riscos envolvidos. “Há certos furtos que criam um desgaste evitável, como os casos de clientes em situação vulverável. E a empresa não quer correr o risco de acabar exposta com toda essa visibilidade que há hoje no tema da discriminação e das questões raciais”, diz um diretor de sindicato do setor.

Pelos dados, o furto só foi menor que as perdas estimadas com “quebras” de produtos no ano passado, que atingiram 43% do total, e lideram há anos o ranking geral. Nessa conta entram itens danificados e fora do prazo de validade, duas das principais fragilidades do setor.

Ainda é preciso considerar a necessidade de as redes revisarem projetos internos de controles de perdas, incluindo os furtos, pós a pandemia. Houve cortes profundos de despesas, que afetaram o departamento de controles, e podem ajudar a explicar a alta hoje.

Como o volume vendido no varejo em geral sentiu o baque após a pandemia, e a taxa de juros subiu depois de 2021, foi preciso adequar as operações a outro nível de despesas e de dívidas, e a área de prevenção às perdas sentiu os cortes. “É aquela história, quando é preciso cortar, esse departamento é um dos primeiros a sentir, e depois a conta vem”, diz Camargo.

Outro dado do setor confirma esse cenário. Segundo levantamento da Nextop, foram 41 mil casos de furtos e fraudes no varejo alimentar de janeiro a junho, 55% acima de 2023, e o maior índice desde pelo menos, 2019, ano inicial do levantamento solicitado pelo **Valor**.

É mais que o dobro do verificado, por exemplo, em 2021, ano de pandemia, quando a taxa de desemprego foi a segunda maior da série do IBGE. Participam das análises 3,5 mil pontos de supermercados, parceiros da Nextop.

Outro aspecto que afeta os números são os lançamentos da indústria, e neste ano, já há expectativa que os furtos e roubos nas drogarias cresça versus o ano anterior, por conta da venda do Ozempic, para tratar diabetes. O medicamento, vendido a R$ 1,1 mil a caixa, virou uma febre entre os que querem emagrecer rápido. Neste caso, o produto tem sido mais alvo de roubo, do que furtos de funcionários, pelo aparatos de segurança em torno da Ozempic.

Para os especialistas, o avanço dos caixas automáticos nos supermercados e nas varejistas de moda, que vão ocupando as lojas ainda com controles precários em certos casos, tem pressionado as perdas das varejistas.

“As empresas falam que está indo tudo bem, que o furto é baixo, mas não é bem assim”, diz Camargo. “Já atuei em redes grandes com perda de 15% no caixa rápido, sendo que o normal seria 2%, 3%”.

Segundo ele, parte das cadeias, como o Pão de Açúcar, usa o sistema de leitura por bandeja. Nele, o cliente põe todos os itens de um lado do caixa, passa todos pelo leitor, e deposita tudo na outra bandeja. Só depois disso, o cliente pode pagar e embalar.

Outras cadeias, como a Renner e a Zara, fazem a leitura imediata de toda a compra depois que ela é depositada na bandeja. “Quanto mais difícil é fazer a compra, quanto mais amigável é o processo, maior é o risco do furto para a rede. A loja faz isso para se proteger”, afirma o CEO da Nextop, empresa com mais de 400 mil vídeos arquivados de clientes relativos a furtos.

Os dados ainda mostram como os furtos se espalharam no setor, para além de supermercados, historicamente os mais afetados.

Em 2021, nas redes de moda, as perdas não identificadas, que consideram furtos e fraudes, eram 1,10% das perdas totais, estima a Abrappe, e foram a 1,54% em 2023. Em varejo de construção, foi de 0,66% para 0,93% e no atacarejo, de 0,47% para 0,54%.

O avanço das operações de pix tem obrigado as lojas a melhorar os seus controles. A compra por meio de aplicativos, com o pagamento à distância, levou a um forte aumento de comprovantes falsificados entre mercadinhos de bairro, dizem os especialistas.

Uma desses golpes envolve o pagamento usando a conta do operador do caixa na hora de efetuar o pix. Nesse momento, o empregado fornece a sua chave, em vez de indicar a da rede. Por isso, as empresas já têm amplamente divulgado nos balcões de pagamento a sua chave do pix.

Um desses casos ficou conhecido no interior paulista, pelo abuso do comprador. Em abril, o cliente de um açougue em São Carlos (SP), comprou R$ 7,1 mil em carnes e cervejas pelo número de WhatsApp da loja. E enviou um comprovante falso de pix como pagamento. Como já tinha aplicado o golpe seis vezes, no mesmo lugar, sem nada acontecer, ele arriscou e foi retirar a compra no local. Uma funcionária desconfiou, foi checar a operação e viu o golpe. O cliente, que revendia os produtos por fora, foi preso em flagrante na retirada do pedido, segundo a Delegacia Seccional de São Carlos.

A profusão de novas modalidades desses crimes tem pesado no balanço do varejo — e no final, quem paga essa conta é o próprio consumidor. Em um ambiente de forte concorrência e de custo de dinheiro elevado, as empresas acabam repassando o baque ao comprador, ou, então, “tiram” da própria margem. Ocorre que a rentabilidade do varejo já é baixa, o que acaba sendo inevitável algum repasse para a conta do consumidor.

Esse aumento envolve um cenário mais amplo, de perdas de mercadorias em geral. O número tem crescido. As perdas incluem, por exemplo, as “quebras”, fraudes, erros administrativos e de inventário, além dos furtos (*leia texto ao lado*).

> “Temos percebido um aumento impressionante de furtos”
> *Carlos Santos*

> “Quando é preciso cortar, esse departamento é o primeiro a sentir”
> *Juliano Cardoso*

Os esquemas mais comuns de crime
Ações mais identificadas em monitoramento de vídeo e flagrantes

Consumidores



Na frente do caixa 1
O comprador deixa produtos dentro do carrinho e passa o carrinho sem que o caixa veja e, depois, põe a sacola da compra em cima do produto furtado, escondendo-o. É mais comum em carrinhos com dois andares.



Na frente de caixa 2
Parentes e amigos de funcionários passam produtos pelo caixa, que não registra tudo, ou registra com código de produto mais barato, num acerto entre as partes.



Pacotes dentro de pacotes
Consumidores colocam mercadorias dentro de outras embalagens de forma a ocultar o furto; podem usar também carrinhos de bebês, mantas e casacos para esconder o crime.

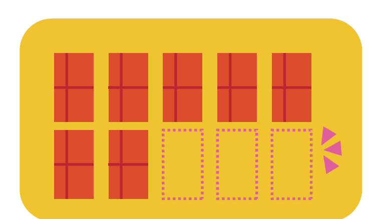
Funcionários



Dentro de saco de lixo
Produto é camuflado em saco de lixo por empregados que, depois, levam o saco para fora da loja e escondem para, depois, recuperá-lo.



No recebimento
Na área em que mercadorias são recebidas dos caminhões, funcionário desvia mercadorias ou acata recebimento de "pallets" vazios, em esquemas de desvio de quadrilhas organizadas.



Conta errada
Contagem de produtos anotada na conferência diverge daquela recebida efetivamente, para fraudar o desvio.

Fontes: Revista SuperHiper e Valor

Dinheiro pelo ralo
Índice médio de perdas anuais no varejo total (*)

Variação em %

Ano	%
2015	1,40
2016	1,32
2017	1,29
2018	1,38
2019	1,36
2020	1,33
2021	1,27
2022	1,48
2023	1,57

(*) Indicador considera varejo de alimentos, perfumarias, esportes, moda e calçados, drogarias, eletrônicos e construção

Fraudes caem e quebras de produtos sobem (**), em %

Distribuição da perda	2017	2019	2021	2023
Quebras operacionais	35	35	39	43
Furtos internos e externos	39	38	28	32
Erros de inventário e administrativos	19	16	17,5	12
Fraudes internas e externas	5	não informado	6	2
Outros	2	11	9,5	11

Fonte: Abrappe. (**)Considera, por exemplo, mercadorias fora da validade, deterioração, itens danificados, produto esquecido, entre outros

O crime por ‘necessidade’ e a lei nos EUA

De São Paulo

O tema do furto foi parar recentemente no centro das conversas de bastidor entre grandes varejistas por conta de debates sobre eventuais mudanças na legislação.

Um projeto de lei de 2021 (4540/21), propõe alteração no Código Penal para definir que não haverá prisão no caso de “furto por necessidade e furto insignificante”. Pelo texto, isso ocorre quando a pessoa furtar, em situação de pobreza ou extrema pobreza, para saciar fome ou a necessidade da família. O furto insignificante é aquele em que a lesão ao patrimônio é “de pequeno valor” — o PL não cita valores.

A proposta, de deputados do PSOL e do PT, está parada na Câmara desde março de 2023, e foi apresentada após uma lei, aprovada em 2014 na Califórnia, estado americano com maioria da população de democratas, ter viralizado nas redes sociais em 2022.

A lei na Califórnia transformou em contravenções alguns crimes não violentos contra a propriedade (furtos em lojas e emissões de cheques sem fundo, por exemplo), quando o valor não excede US$ 950 (R$ 5,3 mil). A lei prevê até seis meses de prisão ou multa de até US$ 1.000, caso a infração ocorra.

No Brasil, o projeto dos deputados gerou grande incômodo no setor, pelo risco de criar maior insegurança jurídica para investimento. “Não sabemos a inspiração foi na lei californiana. Mas o assunto não ‘andou’, e se isso ganhar tração, vamos no Congresso, porque abre um precendente grande. Afinal, como definir o que é um furto por necessidade ou não?”, diz o diretor de uma associação de farmácias.

Na rede Oxxo circulam informações de taxas recordes de roubos no país (com ameaça e violência) e de furtos, em comparação com outros países onde a marca atua, como Chile e Equador.

Segundo o **Valor** apurou, a rede procurou, neste ano, empresas de tecnologia e consultorias para tentar reduzir os furtos, concentrados especialmente em períodos noturnos. “Eles não têm muita tecnologia aplicada, e tem poucos funcionários, só dois por turno. Se um atrasa ou não vai trabalhar, um empregado só tem que cuidar da frente de caixa e do estoque. No Brasil, isso não funciona”, diz uma fonte a par do tema.

Procurada, a Oxxo diz que busca estratégias de segurança para criar ações preventivas, bem como parcerias com os órgãos públicos, instituições do setor e outras redes para ajudar a construir um ambiente mais seguro.

Nos últimos tempos, uma das ações tomadas pelo setor foi ampliar a cesta de produtos que fica em trancada em prateleiras de vidros nos supermercados. Cafés “premium” mais caros e o creme da marca Nutella têm sido vistos nessas áreas em lojas na zona leste e oeste de São Paulo desde a pandemia. O azeite frequentou esse espaço no começo do ano em lojas de atacarejo, por causa do pico de preços. Há anos, lâminas de barbear, pilhas e bebidas já estão nessas prateleiras.

Segundo Jean Carlo Klaumann, CEO da Neogrid, empresa de tecnologia e gestão de dados para o setor, o varejo tem, há muitos anos, sua política de prevenção de perdas. “Quando um produto atinge determinado valor, vira alvo de alguma medida de proteção. Na nossa experiência, não enxergamos que os furtos ocorram em uma dimensão suficiente para causar ruptura.” *(A.M.)*

INÊS 249

DIVULGAÇÃO



A venda da InterCement é considerada crucial para os herdeiros da família, formada pela terceira geração do grupo fundado por Sebastião Camargo, focarem em negócios menos problemáticos

Dívidas Terceira geração da família da ex-Camargo Corrêa quer preservar parte das ações da CCR dadas em garantia, mas negociação depende de Benjamin Steinbruch

Herdeiros da Mover retomam acordo com CSN para vender InterCement

Mônica Scaramuzzo
De São Paulo

Os controladores da Mover (ex-Camargo Corrêa) buscam uma solução rápida para a venda da InterCement, o último grande negócio que ficou nas mãos da terceira geração do grupo fundado por Sebastião Camargo.

Na semana passada, a companhia anunciou que retomou o acordo de exclusividade com a CSN, encerrado no dia 12 de julho, para a venda da divisão de cimento da família. O prazo é até amanhã (31), mas se as negociações forem engajadas valerá até o dia 12 de agosto. Até lá, o grupo corre para vender todas as suas operações do Brasil e Argentina para o empresário Benjamin Steinbruch, antigo concorrente da empresa.

Em comunicado ao mercado na semana passada, a CSN reitera o interesse nos ativos da InterCement Brasil, mas ressalta que até o momento não foram assinados documentos vinculantes que gerem obrigação ou compromisso para a realização da transação.

Uma pessoa próxima aos controladores da Mover afirmou ao **Valor** que a venda é crucial para os herdeiros da família, formada pela terceira geração do grupo, focarem em negócios menos problemáticos.

A atual geração é formada por netos e maridos das três herdeiras do fundador — Regina, Renata e Rosana, filhas de Sebastião Camargo —, que assumiu os negócios em 2015. De Alpargatas à fatia na CPFL Energia, importantes empresas do conglomerado foram vendidas para fazer caixa e áreas de negócios foram redesenhadas, após a Lava-Jato. O desmonte do conglomerado ainda não foi concluído.

> CSN reiterou, em fato relevante, que ainda não existe um documento vinculante

A InterCement era um ativo considerado promissor, mesmo com suas pesadas dívidas. Segunda maior produtora de cimento do país, a Mover tinha planos para fazer uma oferta inicial de ações (IPO, na sigla em inglês), que foram abortados em 2021 por conta do cenário adverso do mercado de capitais.

Desde então, a situação financeira piorou e a pressão dos credores só fez crescer. Com endividamento que beira R$ 12 bilhões, a empresa entrou na Justiça este mês para evitar a execução antecipada de R$ 3 bilhões que venceriam em julho.

O melhor cenário para a família, disse esse interlocutor, sob reserva, seria a venda de toda a operação do Brasil e Argentina para a CSN. A venda fatiada é mais demorada e não é tão vantajosa, embora segundo essa pessoa a par do assunto há interessados locais pela Loma Negra, listada em bolsa na Argentina.

Mas é preciso chegar a um acordo com os bancos credores — costura que já está em andamento. Ao mesmo tempo, tem de definir como Steinbruch vai conduzir o refinanciamento das pesadas dívidas. E os prazos são curtos demais. E não é só isso: no meio disso tudo, a família deu parte de suas ações da CCR em garantia para o Bradesco, mas não quer abrir mão delas.

A Mover tem 14,86% da concessionária geradora de caixa, considerada hoje o melhor ativo nas mãos dos herdeiros. O valor de mercado da companhia gira em torno de R$ 25 bilhões.

Uma outra fonte a par das conversas afirmou que as negociações das ações em garantia ainda seguem "complexas"

> A atual geração é formada por netos e maridos das três herdeiras de Sebastião Camargo

De acordo com essa fonte, há um acordo favorável em andamento nesse sentido. Mas ainda está tudo em aberto.

Se conseguirem resolver a questão, os herdeiros se mantêm como principais acionistas da CCR, e vão continuar administrando o portfólio de "real state" (mercado imobiliário) importante. A construtora HM, voltada para faixa econômica, pertence ao grupo, além de outras importantes incorporações.

Os herdeiros abriram mão de ter 100% do controle de suas empresas e preferem ser uma holding que administra ativos, que tem diminuído ano após ano.

Neste ano, a holding vendeu a Vexia, de outsourcing, para Francisco Ricardo Blagevitch, empresário que fundou a Asyst, depois vendida ao grupo Algar Tech, e Sami Arap, advogado especializado em M&A e compliance.

Procurada, a Mover Participações não quis comentar o assunto.

CCR tem alta no tráfego de concessões e lucro estável

Taís Hirata
De São Paulo

O grupo CCR teve um lucro líquido atribuído aos acionistas controladores de R$ 268 milhões no segundo trimestre deste ano, quase em linha com o mesmo período de 2023. No ano passado, o resultado foi 0,85% inferior.

Porém, excluindo os efeitos não recorrentes, o lucro líquido da companhia chega a R$ 411 milhões neste ano, o que representaria um aumento de 102,1% em relação ao ano passado. Os principais efeitos não recorrentes, retirados desse resultado, são as obras da ViaOeste que não geram benefício econômico futuro e um reequilíbrio contratual da Aeris (subsidiária de aeroportos na Costa Rica), que impactou o resultado do segundo trimestre de 2023.

A receita de venda dos serviços somou R$ 5,3 bilhões no segundo trimestre deste ano, um crescimento de 35,4% na comparação anual. O faturamento líquido ajustado — que, além dos efeitos não recorrentes, exclui as receitas de construção —, somou R$ 3,5 bilhões, alta de 12,5%.

O lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) ajustado somou R$ 2 bilhões, 14,4% acima do mesmo trimestre do ano passado.

No trimestre, a CCR registrou um aumento na movimentação de suas concessões em todos os modais operados. Nas rodovias, houve expansão de 3,8% do tráfego na comparação anual, totalizando 294,5 milhões de veículos equivalentes. Nas linhas de mobilidade urbana, a alta foi de 7,8%, somando 191 milhões de passageiros transportados. Nos aeroportos, foram movimentados 4,7 milhões de passageiros, 9,3% a mais que no mesmo período de 2023.

O grupo encerrou o segundo trimestre com uma dívida líquida R$ 24,9 bilhões, 11,95% maior do que no ano anterior. Depois disso, em julho, a companhia também anunciou um novo financiamento de R$ 10,75 bilhões junto ao BNDES, para a concessionária RioSP, mas o desembolso será gradual — neste momento, serão R$ 2,5 bilhões.

A alavancagem financeira do grupo (medida pela relação entre dívida líquida e Ebitda ajustado) teve uma pequena alta. O indicador ficou em 3,1 vezes, contra 3 vezes no mesmo trimestre do ano passado. A companhia tem como objetivo se manter em uma faixa de alavancagem entre 2,5 vezes e 3,5 vezes.

Brasileira é a 1ª mulher à frente de uma operação da Novelis

Alumínio

Stella Fontes
De São Paulo

Multinacional de laminados de alumínio e de reciclagem do material, a Novelis tem pela primeira vez uma mulher no comando de uma de suas quatro regiões de operação no mundo. Aos 46 anos, a brasileira Roberta Soares acaba de assumir a liderança dos negócios na América do Sul, com o desafio de manter o crescimento da empresa nesse mercado e, possivelmente mais adiante, tirar do papel um investimento estimado em cerca de R$ 4 bilhões para instalar uma nova fábrica no Brasil.

Principal empresa do grupo indiano Aditya Birla, a Novelis é maior fornecedora de chapas de alumínio para latas de bebidas do mundo e tem monitorado as condições de mercado para levar adiante o projeto bilionário, que ainda depende de aprovação final. Entre seus principais clientes na região estão as fabricantes de latinhas Ball Corporation, Canpack, Crown e Ardagh, com investimentos em expansão executados nos últimos anos.

ROGERIO VIEIRA/VALOR



Roberta Soares assume a presidência da multinacional na América do Sul

A nova fábrica poderá produzir 450 mil toneladas por ano, elevando a 1,2 milhão de toneladas anuais a capacidade instalada de chapas da Novelis no país. A capacidade de reciclagem chegará a 600 mil toneladas por ano. Todo investimento em produção é acompanhado de aportes em reciclagem, que é tratada como negócio. Na América do Sul, o conteúdo de reciclado nos produtos da multinacional é superior a 80%, acima da média global de 63%. Economia circular é estratégia, diz Soares.

"Temos o terreno, o projeto de expansão e estamos trabalhando no licenciamento. Vamos calibrar o investimento em função da demanda", contou a executiva ao **Valor**. A companhia já tem uma área de cerca de 380 mil metros quadrados onde será construída a nova fábrica de chapas, ao lado da operação atual em Pindamonhangaba, no interior de São Paulo. A Novelis conta ainda com uma fábrica de folhas de alumínio em Santo André (SP).

Segundo dados da Associação Brasileira do Alumínio (Abal), o consumo de produtos de alumínio — cabos, laminados e extrudados, entre outros — no mercado doméstico no ano passado alcançou 1,4 milhão de toneladas, queda de 2,7%. Nos três primeiros meses deste ano, contudo, o consumo avançou 6,3% frente ao mesmo período de 2023, para 386,9 mil toneladas, marcando o segundo trimestre consecutivo de crescimento na comparação anual.

O mercado brasileiro de latinhas, por sua vez, cresceu em 2023, após dois anos de desempenho mais fraco na comparação com os picos vistos no auge da pandemia, segundo dados da Associação Brasileira de Fabricantes de Latas de Alumínio (Abralatas). No ano passado, foram comercializadas 32,3 bilhões de unidades, 1,65% acima do registrado em 2022.

Enquanto aguarda o melhor momento para a nova unidade, a Novelis segue investindo nas fábricas existentes. Até o fim de 2025, vai elevar a 750 mil toneladas anuais a capacidade instalada de chapas, resultado de um aporte de R$ 450 milhões em Pindamonhangaba. Em 2021, já havia concluído investimento de R$ 750 milhões na mesma unidade.

Ao mesmo tempo, a empresa segue ampliando a rede de coleta de sucata, que vai assegurar o elevado conteúdo reciclado em seus produtos. Em setembro, vai inaugurar seu 15º centro de coleta no país, em Gravataí (RS). O uso de material reciclado garante à Novelis os produtos de alumínio de menor pegada de carbono do país, com duas toneladas de gás carbônico equivalente emitidas para cada tonelada produzida para os escopos 1, 2 e 3.

Formada em administração pela Fundação Getulio Vargas (FGV), Roberta Soares iniciou sua carreira na fabricante de chapas e placas de alumínio como estagiária, passou por praticamente todas as áreas da companhia e foi a primeira mulher na vice-presidência de operações na América do Sul. A diversidade também aparece no time que se reporta à presidência na região: hoje, são cinco homens e cinco mulheres na diretoria e vice-presidências. Sob seu guarda-chuva estão 1,7 mil profissionais. "O foco agora é gerir pessoas", afirmou.

> **R$ 4 bi**
> é o valor que poderá ser investido no país

Excepcionalmente hoje deixamos de publicar a coluna de *Rony Meisler*

Logística Somente a Portonave, em Navegantes, está investindo R$ 1 bilhão na adequação do cais para crescer em contêineres e cargas refrigeradas

Terminais ampliam capacidade em SC para atender agronegócio

Raphael Salomão
De São Paulo

Os terminais portuários privados de Santa Catarina estão recebendo investimentos em reforço de estruturas e ampliação de capacidade. As empresas justificam os aportes na necessidade de se adequar a uma demanda cada vez maior do mercado por operações mais eficientes e competitivas para seus clientes.

A Portonave, dona de um Terminal de Uso Privado (TUP) em Navegantes, está investindo R$ 1 bilhão na adequação do cais, que tem dois berços de atracação. A intenção é aprofundar o calado do canal de navegação para 17 metros, abrindo a possibilidade, no longo prazo, de receber navios de contêiner com até 400 metros de comprimento.

"Precisamos criar e crescer nesta infraestrutura, porque o mercado demanda e queremos ser competitivos. Os investimentos são constantes e temos feito esses investimentos", afirma o diretor-superintendente administrativo da Portonave, Osmari de Castilho Ribas.

O Terminal de Uso Privado de Navegantes está localizado no complexo do rio Itajaí-Açu, onde, na margem oposta, localiza-se o porto de Itajaí. A obra é feita em duas etapas, alternando entre os berços de atracação. Até a conclusão do projeto, a Portonave seguirá com apenas um berço operante na área.

"Temos uma estrutura com a qual conseguimos atender esse mercado de refrigerados e congelados. Nossa câmara frigorífica nos dá uma boa condição de competitividade, mas conseguimos atender a todo tipo de carga por aqui", diz Ribas.

Em outra região portuária de Santa Catarina, a Porto Itapoá também está se reforçando. O diretor de Desenvolvimento de Negócios e Experiência do Cliente, Felipe Fioravanti Kaufmann, conta que a empresa tem projetos em andamento para ampliação de área e aquisição de equipamentos para carga e descarga de contêineres.

"A expansão de áreas ainda não tem o projeto definido. Mas, com base na nossa visão, a expectativa é de que venha a dobrar a capacidade em dez anos, de 2 milhões para 4 milhões de TEUs (unidade que representa um contêiner de 20 pés)", afirma Kaufmann, sem revelar o potencial volume de investimentos.

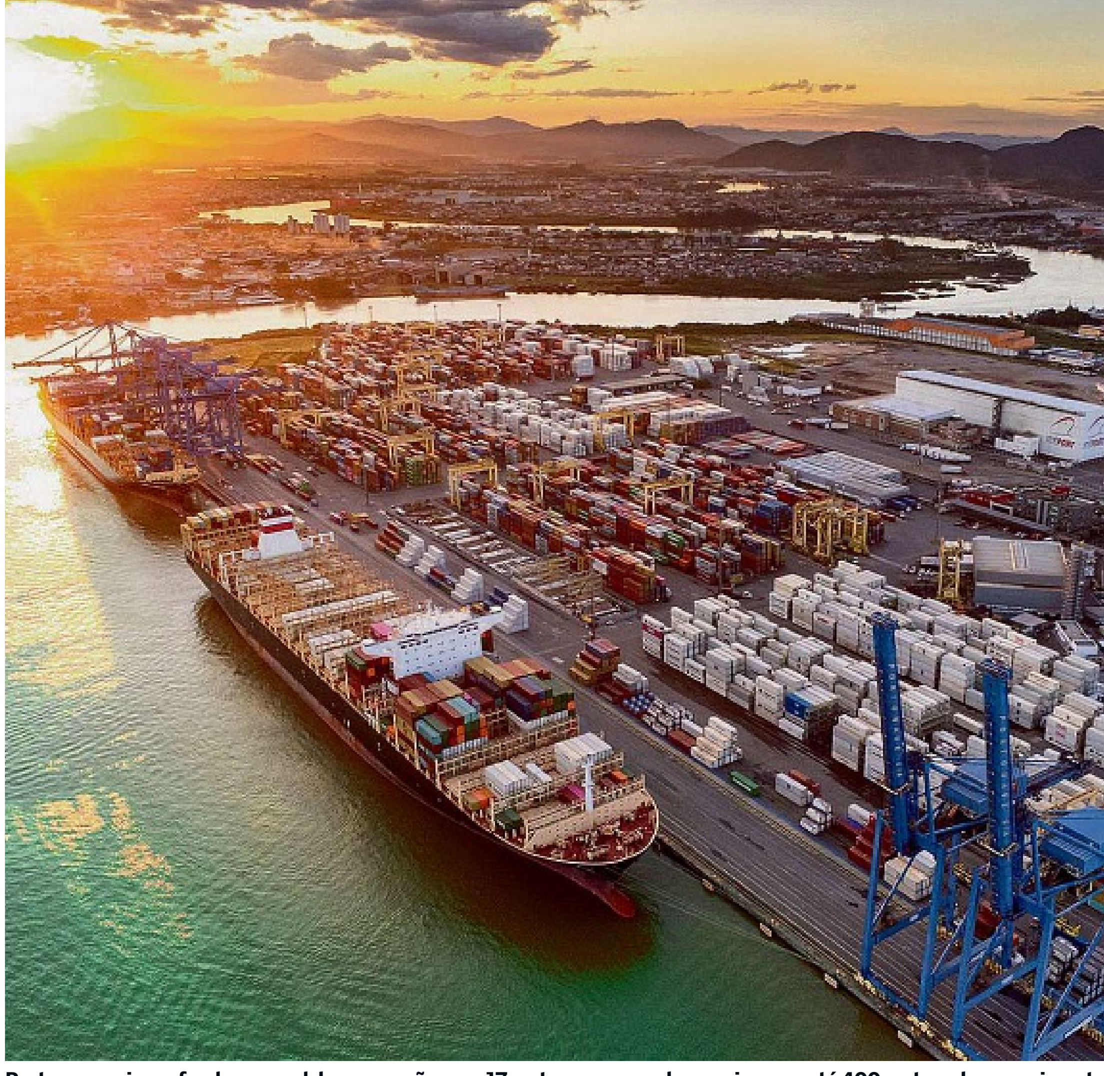
> "O algodão pode servir como espelho para outras cargas"
> *Felipe Kaufmann*

Segundo ele, a empresa aprovou recentemente um plano de aumento do número de tomadas, dos atuais 3 mil para 4,08 mil. É nesses pontos que ficam os contêineres refrigerados, usados, principalmente para a exportação de carnes de Santa Catarina e de outras regiões do Brasil.

"É um mercado que urge por capacidade de venda internacional. A relevância do agro para nós é grande, principalmente na exportação. Tem a proteína como carro-chefe, mas estamos desenvolvendo novos fluxos", diz ele.

Um desses fluxos é o algodão. No início de julho, a Porto Itapoá anunciou a conclusão de uma estrutura de estufagem específica para a commodity. Kaufmann explica que a operação dedicada começa em uma fase piloto e, conforme os resultados e o interesse das tradings e embarcadores, pode ganhar escala.

"Estamos redesenhando uma área para buscar esse fluxo conhecido por Santos. Itapoá vem se consolidando como alternativa. O projeto do algodão pode servir como espelho para outras cargas. São mercados com volumes muito grandes e nossa ideia é ter uma operação que gere escala para o cliente", explica.


DIVULGAÇÃO
Portonave vai aprofundar o canal de navegação para 17 metros para receber navios com até 400 metros de comprimento

Em São Francisco do Sul, quem está preparando investimentos é o Terminal Portuário Santa Catarina (TESC), com planos de ampliar a sua operação de granéis agrícolas, como soja e milho. A empresa tem como sócia majoritária a trading de grãos Agribrasil, que, pelo menos por enquanto, detém um contrato de exclusividade de operações no berço dedicado à movimentação de grãos, inaugurado há um ano.

O TESC é arrendatário de uma área dentro do porto público de São Francisco do Sul. Quando inaugurou sua operação dedicada a grãos, a expectativa inicial era a de exportar 700 mil toneladas nos primeiros seis meses de atividade. Foram 1,3 milhão de toneladas.

Operando no ritmo mais intenso, a capacidade é de expedir 3,5 milhões de toneladas em uma base anual. "O meu gargalo não é a expedição, mas o recebimento e a capacidade estática. Nossa percepção é de que o sistema precisa expandir, para atender os navios de forma mais regular e sequencial", explica Fábio Mota, diretor presidente do TESC.

> **90 mil**
> **toneladas podem ser armazenadas no TESC**

O terminal tem espaço para armazenar 90 mil toneladas de grãos em três silos. Está nos planos a construção de mais um, para outras 30 mil toneladas. Está nos planos também ampliar o número de tombadores.

"Antes mesmo da execução do projeto, já tínhamos a leitura para um silo a mais. Estávamos esperando maturar a capacidade atual para começar o processo de expansão", diz o executivo.

INÊS 249

Telecomunicações Companhia está em negociações para a compra da provedora Desktop

Telefônica vai expandir 5G de acordo com popularização dos aparelhos



JULIO BITTENCOURT/VALOR

Christian Gebara, da Telefônica Brasil: "Entre os clientes de planos pré-pagos, penetração de 'smartphones' compatíveis com o 5G fica muito abaixo de 15%"

Rodrigo Carro
De São Paulo

A Telefônica Brasil vai investir na expansão de sua rede móvel de quinta geração de maneira a acompanhar a penetração no país dos aparelhos compatíveis com a tecnologia 5G. Dona da Vivo, a Telefônica terminou o segundo trimestre com 229 cidades cobertas pelo serviço 5G. Dados compilados pela consultoria Teleco mostram que no fim de junho a TIM Brasil tinha 353 cidades cobertas com 5G e a Claro, 254.

A Telefônica fechou junho com 100,9 milhões de acessos em sua rede móvel, sendo que o total de clientes de planos pós-pagos era de 64 milhões, segundo os dados referentes ao segundo trimestre divulgados no fim da tarde de ontem. "Juntando os clientes [com planos do tipo] controle com os do pós-pago puro, estamos falando de uma penetração [de 'smartphones' 5G na base] próxima de 30%. No pós-pago puro, de mais valor, a penetração vai chegando mais próxima de 40%, mas a que nós temos no controle está mais próxima de 20% ou 25%. Mas, se eu entro no pré-pago, estou muito abaixo de 15% da penetração de 'smartphones'", detalhou o diretor-presidente da Telefônica, Christian Gebara, em entrevista ao **Valor**.

A operadora registrou lucro líquido de R$ 1,2 bilhão no segundo trimestre, o que representa uma alta de 8,9% na comparação anual. Entre abril e junho, a receita total da Telefônica somou R$ 13,7 bilhões, um incremento de 7,4% ante o faturamento do segundo trimestre de 2023.

O lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) totalizou R$ 5,5 bilhões, um incremento de 7,3% em base anual e a margem Ebitda no trimestre foi de 39%, recuo de 0,9 ponto percentual quando comparada a de igual período do ano passado (39,9%).

> Entre abril e junho, a Telefônica desembolsou R$ 2,3 bilhões em investimentos

"Não vamos deixar de investir na expansão de 5G, mas [vamos fazê-lo] de maneira muito racional, onde existe a necessidade e a demanda", acrescentou o executivo. Entre abril e junho, a Telefônica desembolsou R$ 2,3 bilhões em investimentos, voltados majoritariamente para o 5G e para a expansão da rede de fibra óptica.

Um ano antes, no segundo trimestre de 2023, o investimento da operadora foi de R$ 1,87 bilhão. Gebara argumenta que, considerando os números do primeiro semestre, a variação no investimento foi relativamente pequena: de R$ 4,04 bilhões nos primeiros seis meses de 2023, para R$ 4,2 bilhões em igual período deste ano.

"Meu indicador de capex [investimento] sobre receita, que eu, sim, indiquei ao mercado que vou reduzir, ele foi de 18,5% em 2023 para 17,1% nesse primeiro semestre de 2024", compara o diretor-presidente.

Em termos de expansão da receita, os destaques no segundo trimestre foram o serviço de telefonia móvel, cujo faturamento aumentou 8,8% na base anual, alcançando R$ 8,9 bilhões, e o de fibra óptica até a casa do cliente (FTTH, na sigla em inglês). No segundo trimestre, o faturamento do negócio de fibra foi de R$ 1,8 bilhão, um avanço de 17,1% em relação ao mesmo período do ano passado.

Em paralelo aos serviços de telecomunicações, a companhia — a exemplo do que acontece com outras operadoras — toca uma estratégia de diversificação de receitas. No segundo trimestre, os serviços digitais corporativos (B2B) somados aos financeiros, de entretenimento e saúde contribuíram com 9,9% da receita da Telefônica. O resultado representa um avanço de 0,4 ponto percentual em relação ao primeiro trimestre deste ano, quando a contribuição desses negócios para o faturamento da operadora foi de 9,5%. Já na comparação anual, com o segundo trimestre de 2023, o incremento foi de 1,2 ponto percentual (8,7% versus 9,9%).

Gebara confirmou que a Telefônica segue em negociações com a provedora de acesso à internet Desktop e atualmente realiza uma "due dilligence" (auditoria prévia) na companhia. O executivo, no entanto, não quis antecipar qualquer prazo para a conclusão das negociações nem qual seria o desfecho mais provável das conversas. "Nesse momento não tenho um prazo [...]. Estamos numa conversa ainda, analisando, estamos numa 'due dilligence'. Não tem prazo para isso", disse Gebara. Em fatos relevantes publicados em maio, Telefônica e Desktop confirmaram conversas acerca de uma possível operação de M&A (fusão e aquisição).

> **R$ 1,2 bi**
> **foi o lucro da Vivo no 2º trimestre**

"Nós sempre olhamos o mercado. [...] Mas temos [que analisar] aqui algumas premissas importantes. Primeiro, a sobreposição de rede [de fibra óptica]. Temos de olhar o quão sobreposta está a rede ou não. Segundo, a qualidade técnica dessa rede. [...] E o terceiro é o preço que se paga pela rede e pelo cliente", frisou o diretor-presidente da Telefônica Brasil.

Vendas patinam e nem Eurocopa salva Heineken e McDonald's



Consumo

André Ítalo Rocha
De São Paulo

A Heineken e o McDonald's, duas das principais companhias de consumo do mundo, têm sofrido com uma demanda que patina. Enquanto a cervejaria apresentou um crescimento tímido para as vendas no primeiro semestre, abaixo da expectativa do mercado, a rede de fast-food teve no segundo trimestre a sua primeira queda global de receita desde o primeiro ano da pandemia, em 2020.

Na Heineken, nem a Eurocopa, realizada entre junho e julho na Alemanha, foi suficiente para evitar uma frustração. Com os analistas prevendo avanço de 3,4% no volume de cervejas vendidas na primeira metade do ano, a companhia holandesa anotou alta de 2,1% no período. Só na Europa, a expansão foi ainda menor, de 0,6%, ante projeção de 2%.

Para o segundo trimestre da operação global, o volume de cervejas vendidas caiu 0,1% ante igual período do ano passado, com a empresa alegando uma temperatura menos favorável na Europa em junho e uma concorrência mais acirrada no Brasil, além do fato de que a Páscoa caiu no primeiro trimestre em 2024.

"Em geral grandes eventos esportivos como a Euro trazem um impacto positivo, mas o clima tem ficado significativamente abaixo das médias históricas e abaixo do ano passado, impactando nosso negócio", disse o CEO da Heineken, Dolf van den Brink. O mercado não engoliu a justificativa e reagiu mal na bolsa de Amsterdã — onde a segunda maior cervejaria do mundo é listada — e a ação da companhia caiu cerca de 10% no dia.

> **1%**
> **foi quanto caiu a venda do McDonald's**

Ao "Financial Times", um analista do Barclays disse que a reação negativa também está ligada a uma expectativa positiva que havia sido criada por executivos da companhia em uma conferência recente. "Os resultados ficaram abaixo da previsão, o que sugere que há uma lacuna entre a mensagem da companhia e a expectativa dos analistas", afirmou Laurence Whyatt.

O desempenho de vendas da companhia só não foi pior em razão da boa demanda de países como Brasil e México.

Segundo a empresa, o mercado brasileiro teve um avanço de um dígito alto na receita líquida no primeiro semestre e foi um dos que apresentaram expansão de dois dígitos para a marca Heineken, além de uma "forte performance" para a Amstel, que ampliou sua liderança entre cervejas puro malte de entrada no país. O Brasil também teve avanço de dois dígitos entre bebidas de baixo ou zero alcoólico, com o lançamento da Sol Zero.

Por outro lado, para o resultado líquido, o Brasil foi um dos mercados que pesaram contra. Segundo a companhia, o lucro líquido anterior a itens excepcionais e amortizações teve crescimento de 4,4% no primeiro semestre, para € 1,2 bilhão, abaixo do avanço do lucro operacional, de 12,5%, devido a maiores custos financeiros, em especial na Nigéria, e a despesas tributárias, a maior parte relacionadas à operação brasileira.

Já no McDonald's, o indicador que mais chamou a atenção do mercado foi o das chamadas "vendas comparáveis", referentes às lojas que operam há pelo menos um ano, no qual a rede apresentou recuo de 1% no segundo trimestre ante igual período do ano passado. A rede tem mais de 40 mil unidades em cerca de 100 países, mas 41% da receita vem dos Estados Unidos, o que contribuiu para alimentar preocupações entre analistas sobre uma desaceleração do consumo no mercado americano.

Tanto no caso da Heineken quanto no McDonald's houve um reajuste de preços que ajudou a repelir o consumidor. Enquanto a cervejaria praticou um aumento médio de 10,2% ao longo do ano passado, a rede de fast food viu o aumento do custo do Big Mac nos EUA crescer 27% desde 2019, para US$ 9,29. Segundo o CEO da empresa, Chris Kempczinski, os consumidores estão mais cuidadosos com os seus gastos.

> "O clima tem ficado significativamente abaixo das médias históricas"
> *Dolf van den Brink*

Em relação aos mercados fora dos EUA, a rede informou que o impacto continuado dos conflitos no Oriente Médio e os números em baixa em vendas comparáveis na China mais do que compensaram os resultados positivos na América Latina e no Japão. No resultado global, a rede teve receita líquida de US$ 6,49 bilhões no segundo trimestre, praticamente inalterado em relação a igual período do ano passado, e lucro líquido de US$ 2 bilhões, recuo de 12% em um ano.

Este texto foi originalmente publicado pelo Pipeline, o site de negócios do Valor Econômico

Curtas

ADN fatura mais

A incorporadora ADN, que atua no segmento de imóveis econômicos em sete cidades do interior de São Paulo, terminou o primeiro semestre com faturamento de R$ 217 milhões, alta de 41% sobre o mesmo período do ano passado. A empresa vendeu 914 unidades residenciais de janeiro a junho. Os lançamentos do período somaram R$ 220 milhões em valor geral de venda (VGV) potencial, em linha com o mesmo período de 2023. Foram cinco novos empreendimentos lançados, dos quais três são da marca Livon, para clientes de renda média. Para o segundo semestre, a empresa espera atingir mais R$ 400 milhões em lançamentos, com seis novos projetos.

Cbic vê PIB maior

A Câmara Brasileira da Indústria da Construção (Cbic) elevou de 2,3% para 3% a projeção de crescimento do PIB do setor no ano. Segundo a Cbic, contribuíram para a revisão a maior expectativa de crescimento para a economia brasileira como um todo, um mercado de trabalho mais resiliente, um esperado aumento nos lançamentos imobiliários e o crescimento dos financiamentos de imóveis com recursos do FGTS. Em apresentação nesta segunda-feira (29), a entidade destacou que foram criadas 159,2 mil vagas de emprego no setor de janeiro a maio, 7% mais do que no mesmo período de 2023. A construção tinha, em maio, com 2,9 milhões de trabalhadores com carteira assinada, 6% mais do que há um ano. O financiamento de imóveis com recursos do FGTS superou, em unidades, as contratações via Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), que ocorrem fora do Minha Casa, Minha Vida. Foram 310,7 mil unidades no primeiro semestre, alta anual de 41%, ante 247,7 mil unidades financiadas com recursos do SBPE. Entre os desafios de 2024, para a Cbic, estão um possível aumento dos impostos do setor, com a reforma tributária, a falta de mão de obra, a alta taxa de juros e a preocupação com a sustentabilidade do FGTS, destacando seu uso em consignados, no saque-aniversário e para financiar imóveis usados.

Alta de 2% nas tintas

A venda de tintas imobiliárias cresceu 2,1% no primeiro semestre, ante o mesmo período de 2023, segundo a Abrafati (Associação Brasileira dos Fabricantes de Tinta). Todas as regiões do país tiveram alta. O Nordeste foi o destaque, com 3,6% de aumento, seguido por Centro-Oeste (3,2%), Norte (2,9%), Sul (1,9%) e Sudeste (1,3%), que responde por metade de toda a comercialização no país, o que impediu uma maior elevação nas vendas. A Abrafati projeta alta de 2,5% nas vendas no ano, menos do que os 3,6% de 2023. Para o presidente Luiz Cornacchioni, o resultado do primeiro semestre deixa o setor "moderadamente otimista" com o resto do ano.

Unigel busca CEO

A Unigel e seus credores começaram a definir a futura administração da companhia, conforme previsto em plano de recuperação judicial que já foi aprovado por maioria, mas ainda precisa ser homologado. O **Valor** apurou que um dos executivos sondados para a presidência da petroquímica é o ex-diretor financeiro da Petrobras e ex-presidente da Lojas Marisa, João Nogueira Batista. Segundo fontes, o novo conselho de administração da Unigel, que será composto por três nomes indicados pelos credores e outros três pela família fundadora, Slezynger, deve ser presidido por Pedro Wongtschowski. O **Valor** informou em abril que Wongtschowski havia sido contratado para assessorar a empresa e poderia ser indicado ao colegiado. O ex-presidente do Ultra já foi conselheiro da petroquímica. O futuro CEO e o presidente do conselho serão escolhidos em comum acordo entre os atuais controladores da Unigel e credores, liderados pela gestora Pimco. O plano de RE contempla R$ 4,14 bilhões em dívidas, uma nova linha de crédito de US$ 120 milhões e a transferência de 50% da empresa aos credores. Procurado, João Nogueira Batista não se manifestou. A Unigel disse em nota que ainda não há definição, já que o plano não está homologado". "Neste momento, qualquer nome sugestionado é mera especulação", informou.

Petróleo Estatal extrai 2,66 milhões de boe/dia no período, com a operação de novas plataformas

Produção da Petrobras cresce 2,3% no 2º tri

Kariny Leal, Rafael Rosas e Fábio Couto
Do Rio

Na primeira divulgação de dados da gestão de Magda Chambriard à frente da Petrobras, a estatal registrou produção de petróleo, gás natural e líquido de gás natural (LGN) de 2,66 milhões de barris de óleo equivalente por dia (boe/dia) no segundo trimestre. O volume corresponde a uma alta de 2,3% ante igual período de 2023, segundo relatório divulgado ontem.

A produção de petróleo e LGN ficou em 2,15 milhões de barris/dia entre abril e junho, aumento de 2,6% frente ao verificado em igual período do ano passado, enquanto a produção de gás natural foi de 508 mil boe/dia, avanço de 1,4% na comparação com os mesmos meses do ano passado.

Segundo a empresa, os principais fatores para a alta anual foram o aumento gradativo da produção ("ramp-up") dos navios-plataforma (FPSO, na sigla em inglês) Almirante Barroso, P-71, Anna Nery, Anita Garibaldi e Sepetiba. Em nota no relatório de produção, a presidente da Petrobras diz que existe a expectativa de aumento dos volumes produzidos com a entrada de novas unidades. "A FPSO Maria Quitéria tem início previsto para último trimestre de 2024, antes do cronograma", disse Chambriard.

Também influenciou na variação a entrada em produção de 12 novos poços de projetos complementares, sendo oito na Bacia de Campos e quatro na de Santos.

MÁRCIA FOLETTO



> No pré-sal, a produção subiu 6,3% entre abril e junho, ante igual período de 2023, com 1,815 milhão de boe/dia

Segundo a estatal, em comparação com o primeiro trimestre de 2024, a produção foi 2,8% inferior devido, principalmente, ao maior volume de perdas por paradas para manutenções e ao declínio natural de campos maduros.

No pré-sal, a produção subiu 6,3% entre abril e junho, ante igual período de 2023, com 1,815 milhão de boe/dia. Mas comparada à produção do pré-sal nos três primeiros meses do ano, houve queda de 2,3%. A redução foi causada pelo maior volume de perdas por paradas programadas e manutenções e intervenções não planejadas nas plataformas de Búzios.

O fator de utilização total das refinarias da Petrobras no segundo trimestre de 2024 foi de 91%, queda de dois pontos percentuais frente a igual período do ano passado (93%). O documento mostra ainda que a estatal vendeu 1,7 milhão de barris de derivados, um recuo de 1,3% na comparação com igual período de 2023.

No caso do diesel, a Petrobras verificou aumento de 3,8% nas vendas internas na comparação com o primeiro trimestre, e pequena queda de 0,6% ante o segundo trimestre de 2023, mesmo com o aumento da mistura obrigatória de biodiesel de 12% para 14%, a partir de março deste ano.

> **2,6%**
> **foi a alta na produção de petróleo e LGN**

"O principal fator para o aumento das vendas deste derivado foi o consumo, tipicamente mais alto no segundo trimestre de cada ano em relação ao primeiro, reflexo de uma maior atividade econômica", disse a Petrobras.

A companhia vendeu 9,7% menos gasolina no mercado interno no segundo trimestre (392 mil boe/dia), na comparação anual. Quando confrontadas com o primeiro trimestre, as vendas internas de gasolina tiveram alta de 1,6%, devido, principalmente, à alta da competitividade do insumo frente ao etanol hidratado, no abastecimento de veículos "flex".

A empresa destacou ainda que as exportações de petróleo no segundo trimestre foram de 851 mil barris/dia, alta de 35,9% frente ao segundo trimestre de 2023. A China foi o destino de metade da produção vendida para o mercado externo: há um ano, as vendas para o país asiático representaram 28% do total.

A Europa recebeu 30% do total exportado, enquanto América Latina e Estados Unidos corresponderam, cada um, a 5% das exportações. O restante ficou distribuído entre Ásia (fora China) e o Caribe.

Roche acelera desenvolvimento de remédios para perda de peso

Farmacêuticas

Ian Johnston
Financial Times, de Londres

A Roche planeja acelerar o ritmo de desenvolvimento de seus medicamentos contra a obesidade para enfrentar as rivais Eli Lilly e Novo Nordisk nesse mercado em expansão, depois de anunciar dados promissores sobre um comprimido para perda de peso.

Seu executivo-chefe, Thomas Schinecker, disse ao Financial Times que os primeiros medicamentos para obesidade da Roche chegarão ao mercado "bem mais rápido do que as pessoas esperam", possivelmente até 2028.

Os tratamentos, que a Roche conseguiu com a aquisição da empresa de biotecnologia Carmot no ano passado, por cerca de US$ 3,1 bilhões, incluem um conjunto de injeções para perda de peso que estão prontas para começar os testes de fase II e um comprimido que em quatro semanas proporcionou redução de peso de 6,1% para seus usuários, em comparação com um placebo.

Schinecker afirmou que a empresa poderia ter "cerca de sete" medicamentos provenientes da aquisição da Carmot, sendo que vários estão em estágios iniciais de desenvolvimento. Ele só divulgou detalhes de três dos ativos.

Na semana passada, a divulgação dos dados a respeito de seu comprimido levaram as ações da empresa suíça a subirem 6% no mesmo dia. Os resultados também afetaram as ações da Novo Nordisk e da Eli Lilly, por causa dos temores de que a Roche pudesse contestar seu predomínio nessa área.

> **US$ 130**
> **bi deve movimentar essa área até 2030**

A expectativa de analistas do Goldman Sachs é de que o mercado de tratamentos contra a obesidade supere os US$ 130 bilhões até 2030, com várias empresas lançando medicamentos próprios.

Mas a Roche ainda tem de alcançar os dois líderes dessa área, que estão desenvolvendo medicamentos mais fortes e eficazes do que o Wegovy (Novo Nordisk) e o Mounjaro (Eli Lilly), que levaram a perdas de peso de cerca de 15% e 20%, respectivamente, em testes que duraram mais de um ano.

Outras empresas farmacêuticas, como a Boehringer Ingelheim e a Pfizer, também esperam lançar medicamentos, enquanto o preço das ações da empresa de biotecnologia dos Estados Unidos Viking Therapeutics subiu 30% na quinta-feira, depois que a empresa anunciou que colocaria um comprimido contra a obesidade nos testes de fase final.

Segundo o executivo-chefe da Roche, o escalonamento do comprimido para perda de peso da empresa será mais fácil, pois ele é produzido sinteticamente, e não com moléculas naturais vivas, conhecidas como peptídeos, como é o caso do remédio para perda de peso que está em desenvolvimento pela Novo Nordisk.

Emily Field, analista do Barclays, disse que é muito cedo para dizer se a empresa será capaz de "acabar com a vantagem que a Novo e a Lilly têm". "Se você olhar para o que foi divulgado, esse medicamento é melhor do que praticamente qualquer outro dentro do prazo de quatro semanas. Mas há muita coisa que ainda não sabemos", afirmou ela, ao apontar para a falta de detalhes sobre efeitos colaterais, como náuseas e vômitos.

Schinecker assumiu o cargo de executivo-chefe em março de 2023 e no último ano a Roche cortou 25% dos medicamentos que tinham baixo desempenho em termos de desenvolvimento. O grupo planeja se concentrar em um conjunto menor, mas mais promissor de medicamentos, inclusive para obesidade e Alzheimer.

"Isso cria espaço para novos começos e coisas que podemos trazer de fora, para que possamos não sejam levados por muito tempo e assim se consiga encontrar recursos que possam ser usados de forma muito mais eficaz para desenvolver novos medicamentos", contou Schinecker ao Financial Times.

> "Bem mais rápido do que as pessoas esperam (os novos medicamentos)"
> *Thomas Schinecker*

Mas esses planos da Roche foram anunciados depois de uma série de fracassos em pesquisas nos últimos anos, entre eles um teste de estágio final do medicamento tiragolumab, contra câncer de pulmão, este mês. O tratamento não foi capaz de aumentar as taxas de sobrevivência em comparação com o medicamento Keytruda, da Merck.

Schinecker disse esperar que os medicamentos para a obesidade da Roche também possam ser usados em combinação com outros tratamentos da empresa para doenças ligadas à obesidade.

Ele destacou o tratamento oftalmológico de grande sucesso da empresa, o Vabysmo, desenvolvido com sua subsidiária Genentech, que faturou 1,8 bilhão de francos suíços (US$ 2,1 bilhões) em vendas no primeiro semestre deste ano e se mostrou promissor no tratamento do edema macular diabético.

Curtas

Débitos da Sequoia

A Sequoia informou ter recusado uma proposta da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) que concedia descontos de juros e multa sobre débitos fiscais. O valor original do débito seria cortado de R$ 147 milhões para R$ 20 milhões, 87% de redução. A proposta também previa os mesmos benefícios para os débitos em aberto na Receita Federal de R$ 227 milhões. Contudo, em 25 de junho, em audiência com os procuradores da PGFN a empresa decidiu recusar a proposta "por falta de aderência ao fluxo de caixa projetado" e seguir com um pedido de revisão da capacidade de pagamento.

Delta busca indenização

A Delta Air Lines deve buscar indenização da CrowdStrike e da Microsoft pela recente interrupção global de TI que levou ao cancelamento ou adiamento de voos em todo o mundo. As ações da CrowdStrike caíram nesta segunda-feira à noite, enquanto os papéis da Microsoft sofreram pouca alteração. A Delta Air contratou um escritório de advocacia para obter indenização das gigantes do software, informou a "CNBC" nesta segunda-feira à noite. A companhia aérea cancelou mais de 6 mil voos desde a interrupção em 19 de julho, o que provavelmente custou à Delta centenas de milhões de dólares.

INÊS 249


ALBERTO GRISELLI
CEO DA TIM BRASIL E ASSINANTE DO VALOR
Valor ECONÔMICO

INÊS 249

Jogos Olímpicos A organização do evento consumiu US$ 9,1 bi, quase 4 vezes menos do que o Japão gastou para a competição de 2021

França organiza a Olimpíada mais econômica do século XXI



Natália Flach
De São Paulo

O legado da Olimpíada vai muito além das medalhas e dos louros de estar entre os melhores atletas do mundo. Somente a preparação para os Jogos pode ter gerado um impacto econômico para a França de € 9,3 bilhões entre 2017 e 2024, de acordo com cálculos da consultoria Statista. A maior parte desse valor se refere aos gastos com a organização do evento, que estão estimados em cerca de US$ 9,1 bilhões, ou € 8,4 bilhões. Por sua vez, essa soma se deve, em grande parte, ao investimento feito na construção da vila olímpica e paralímpica, que demandou € 1,5 bilhão.

Montar um evento dessa magnitude tem impacto direto sobre a mão de obra. Antes do início da competição, foram criados mais de 100 mil empregos em Paris, a maioria ligados à organização dos Jogos.

Também houve um aumento no número de vagas no setor de turismo, com 60 mil contratações. Entretanto, boa parte das funções tem contratos temporários, o que significa que não deve haver um incremento nos números do mercado de trabalho no longo prazo.

Apesar do desembolso elevado, se a Olimpíada francesa se mantiver dentro do orçamento previsto, entra para a história como a edição mais econômica do século XXI.

Mas, mesmo que exceda, o valor é muito aquém dos US$ 35 bilhões despendidos por Tóquio, em 2021 (a programação foi adiada por causa da pandemia de covid-19 em 2020), e dos US$ 52,7 bilhões gastos por Pequim, em 2008.

Para os anos de 2025 a 2034, a expectativa é que os Jogos resultem em um impacto econômico de até € 1,85 bilhão, de acordo com os cálculos da Statista. O turismo deve responder pela maior parte dessa soma. Isso acontece porque muitos turistas que tradicionalmente passam suas férias na França acabaram adiando a viagem para depois das competições.

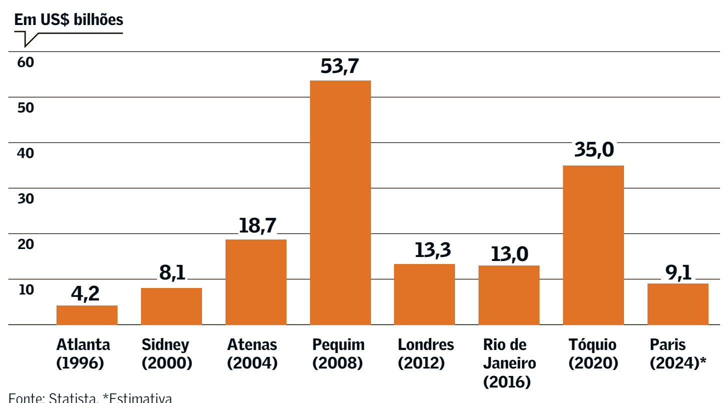
Outro legado está relacionado aos 2,8 mil apartamentos da vila olímpica. Segundo a Statista, um terço desses imóveis será destinado para habitação social. O restante será usado para acomodação estudantil ou vendido a proprietários particulares.

"No entanto, a construção da vila ocorreu supostamente à custa do despejo de centenas de refugiados e de pessoas em situação de rua que viviam naquele lugar", escreve o analista de esportes e turismo da consultoria, Gregory Stirton.

Além dos imóveis, Paris redirecionará o uso dos equipamentos esportivos para a população. Com a construção do Paris Aquatics Centre, por exemplo, os moradores terão fácil acesso a uma instalação de natação de classe mundial após os Jogos. O bairro onde ele foi construído era o que tinha o menor número de piscinas per capita, em julho de 2022.

Gastos olímpicos

Quanto cada cidade investiu nos Jogos nos últimos 28 anos



Fonte: Statista. *Estimativa

No Taiti, Medina conquista maior nota do surfe

Valor, de São Paulo

O surfista brasileiro Gabriel Medina deixou os torcedores brasileiros mais alegres ontem (29). Recebeu a nota 9,9 — a maior da história do surfe olímpico —, ao fazer um "tubo" perfeito no mar de Teahupo'o, no Taiti. Derrotou o japonês Kanoa Igarachi e se classificou para as quartas de final.

Seu colega brasileiro João Chianca, conhecido como Chumbinho, também avançou para as quartas de final, derrotando o marroquino Ramzi Boukhiam.

Assim, haverá um duelo entre dois brasileiros na próxima etapa, marcada para esta terça-feira (30) às 15h12 (horário de Brasília). A previsão é que a semifinal e a final sejam disputadas no mesmo dia, se o clima permitir.

As ondas de Teahupo'o, uma pequena vila no Taiti, na Polinésia Francesa, se originam de tempestades de inverno na borda sudoeste do Oceano Pacífico, perto da Nova Zelândia. Elas então viajam praticamente sem impedimentos por dias através de águas profundas, ganhando impulso e energia, antes de colidirem com o Taiti. A intensidade dessa colisão é amplificada pela topografia subaquática única da costa da ilha, que é bordejada por um recife extremamente raso que subitamente se aprofunda no abismo oceânico.

Ousadia para surfar em Teahupo'o exige disposição para se colocar no encontro de uma força imparável. À medida que a onda se curva ao longo do recife, os surfistas têm uma janela de alguns segundos para passar enquanto ela desaba atrás deles, gerando uma massa de espuma que os lança para fora do tubo.

"Nem se pensava que fosse possível surfar, realmente. No final dos anos 80, início dos anos 90, todos diziam: Será que realmente podemos fazer isso?", disse Joe Turpel, comentarista da NBC conhecido como a voz das competições internacionais de surfe.

Alguns pagaram o preço máximo em seus encontros com ondas de Teahupo'o. Em 2000, o surfista taitiano Brice Taerea tentou evitar uma onda mergulhando por baixo dela com sua prancha — uma manobra conhecida como "mergulho de pato". Mas a onda era tão poderosa que ainda assim puxou Taerea, lançando-o contra o recife e causando lesões no pescoço e na coluna que acabaram por matá-lo.

Keala Kennelly, conhecida como a Rainha de Teahupo'o por suas manobras pioneiras na onda, foi pega em um tubo relativamente pequeno, mas severo, em 2011, que a lançou diretamente contra o recife afiado como uma navalha, cortando seu rosto. Ela foi hospitalizada com dezenas de pontos.

A escolha dos organizadores de Paris de incluir um território tão remoto foi uma das maiores surpresas dessa Olimpíada. O esporte está fazendo apenas sua segunda aparição nos Jogos, após estrear em Tóquio em 2021. Los Angeles, em 2028, terá a costa da Califórnia, e Brisbane, em 2032, tem o paraíso do surfe da Gold Coast da Austrália em seu quintal.

Mas a França olhou mais longe. A última vez que um evento ocorreu tão longe da cidade-sede foi em 1956, quando as competições de hipismo dos Jogos de Melbourne foram realizadas a 15,6 mil km de distância, em Estocolmo — o motivo foram as longas restrições de quarentena da Austrália para cavalos. Teahupo'o está a cerca de 160 km mais longe da capital francesa. *(Com Dow Jones)*

GREGORY BULL/AP



O brasileiro Gabriel Medina fez um "tubo" perfeito e recebeu nota 9,90 — a maior da história do surfe olímpico

Com seis ouros, Japão impõe derrotas ao Brasil

Juliana Steil
De São Paulo

Torcedores brasileiros estão indignados com os atletas japoneses e seu bom desempenho contra o Brasil na Olimpíada de Paris 2024. Em pelo menos seis embates, brasileiros levaram a pior. As derrotas para o Japão — o país com o maior número de medalhas de ouro nesta Olimpíada, acumulando 6 até ontem — viraram piada nas redes sociais.

Na rede social X o assunto foi um dos mais comentados ontem (29). "O Japão se vingando do Brasil nas Olimpíadas por tudo isso aqui", escreveu um internauta, com imagens de pizzas de sushi. Até o perfil oficial do Time Brasil (@TimeBrasil) entrou na brincadeira e bloqueou o perfil oficial dos japoneses, o @TeamJapan.

Não é para menos: os japoneses estão mesmo atropelando os brasileiros em diversas modalidades. No domingo, o judoca Willian Lima levou a prata em sua primeira Olimpíada após perder para o japonês Hifumi Abe, agora bicampeão olímpico. Também no domingo, a seleção feminina de futebol perdeu de virada para a seleção do Japão, com placar de 2 a 1.

Rayssa Leal, a "fadinha" do skate, ficou com a medalha de bronze na modalidade "street". O ouro e a prata ficaram para duas japonesas, Coco Yoshikawa e Liz Akama.

Ontem (29), as coisas não melhoraram para os brasileiros. A seleção feminina de rugby perdeu para o Japão por 39 a 12.

Rafaela Silva perdeu a disputa pelo bronze para a japonesa Haruka Funakubo.

Nem os surfistas brasileiros escaparam. Na primeira "zebra" brasileira da Olimpíada de Paris, Filipe Toledo sofreu com o mar e foi derrotado pelo japonês Reo Inaba nas oitavas de final da competição. O japonês nunca esteve na elite do surfe mundial, ao contrário de Toledo, atual bicampeão mundial.

Mas ainda há esperança para o Brasil. Tentando restaurar a honra de brasileiros ante japoneses na competição olímpica, estão a dupla Bárbara Seixas e Carol Solberg que estrearam, no domingo, com vitória sobre as japonesas Miki Ish e Akiko Hasegawa no vôlei de praia feminino, com 2 sets a 0 (parciais de 21/12 e 21/19).

Além delas, o surfista Gabriel Medina teve uma atuação espetacular nesta segunda-feira (29), vencendo o japonês Kanoa Igarashi e avançando às quartas de final do surfe masculino. Medina pegou um turbo perfeito, que lhe tendeu a nota 9.90, a maior da história do surfe olímpico.

EUGENE HOSHIKO/AP

Rafaela Silva (de azul) perdeu a disputa pelo bronze para a japonesa Haruka Funakubo

Vitória fácil



WANDER ROBERTO/COB

A seleção feminina de vôlei de quadra do Brasil estreou com uma vitória, de 3 a 0, sobre o Quênia nesta segunda-feira (29) na Olimpíada de Paris 2024. O técnico brasileiro Luizomar Moura comandou o Quênia por três anos e classificou o time africano para a Olimpíada de Paris, mas pouco antes do início da preparação final para os Jogos ele deixou o cargo. Sem o experiente treinador, o Quênia, que já é tecnicamente mais fraco, não conseguiu fazer frente ao time de José Roberto Guimarães. O Brasil atuou quase o tempo inteiro com suas titulares. Os próximos jogos serão contra Japão, na quinta-feira (1), e Polônia, no domingo (4).

Movimento falimentar

Falências Requeridas

Requerido: **Transmiservice Comércio e Serviços Industriais Ltda. -** CNPJ: 11.144.456/0001-41 - Endereço: Rua Francisco Prizon, 234, Bairro Distrito Industrial - Requerente: Tubos Ipiranga Indústria e Comércio Ltda. - Vara/Comarca: 2a Vara de Sertãozinho/SP

Falências Decretadas

Empresa: **Bike Gt 50 Comércio de Ciclos Alternativos Ltda. Unipessoal Epp -** CNPJ: 22.120.321/0001-62 - Endereço: Caminho Quinze, 205, Galpão 04, Bairro Água Chata, Guarulhos/sp - Administrador Judicial: Ativos Administração Judicial e Consultoria Empresarial Eireli, Representada Pela Dra. Lívia Gaviolli Machado - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem da 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP

Empresa: **Design Indústria, Comércio, Importação e Exportação de Confecções Ltda. ME -** CNPJ: 85.327.336/0001-16 - Endereço: Rua Gisela, 50, Sala 04, Bairro Barreiros, São José/sc - Administrador Judicial: Rodrigues Advocacia e Consultoria Jurídica, Representada Pelo Dr. Luiz Fernando Alves Rodrigues - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais de Florianópolis/SC

Empresa: **Yah Sheng Chong Comércio e Indústria Ltda. -** CNPJ: 60.675.865/0001-80 - Endereço: Rua Guarani, 1020, Bairro Vila Conceição - Administrador Judicial: A Própria Administradora Judicial da Recuperação Judicial Rescindida, Laspro Consultores Ltda, Representada Pelo Dr. Oreste Nestor de Souza Laspro - Vara/Comarca: 2a Vara de Diadema/SP - Observação: Recuperação judicial convolada em falência.

Recuperação Judicial Deferida

Empresa: **A. L. D. Transportes e Locações Eireli -** CNPJ: 18.994.968/0001-46 - Endereço: Rua Atílio Farina, 48, Bairro Pacaembu - Administrador Judicial: Santana e Haddad Advogados Associados, Representada Pelo Dr. Carlos Henrique Santana - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais de Campo Grande/MS

Empresa: **Atanes Serviços Agrícolas Ltda. -** CNPJ: 14.586.947/0001-30 - Endereço: Rua Osvaldo Cruz, 108, Centro, Frutal/mg - Administrador Judicial: Dr. Bruno Devesa Cintra Sociedade Individual de Advocacia - Vara/Comarca: 4a Vara de Rondonópolis/MT

Empresa: **Boisul Carnes Ltda. -** CNPJ: 93.733.293/0001-05 - Endereço: Linha Ely, S/nº, 3º Distrito, Farroupilha/rs - Administrador Judicial: Flocke Hack & Milani Advogados Associados, Representada Pelo Dr. Ernesto Walter Flocke Hack - Vara/Comarca: Vara Regional Empresarial de Caxias do Sul/RS

Empresa: **Cerâmica Porto Ferreira S/A -** CNPJ: 55.186.423/0001-30 - Endereço: Av. Engenheiro Nicolau de Vergueiro Forjaz, 01, Centro - Administrador Judicial: R4c Administração Judicial Ltda., Representada Pelo Dr. Maurício Dellova de Campos - Vara/Comarca: 1a Vara de Porto Ferreira/SP

Empresa: **Cf Casa de Carnes Ltda. Me, Nome Fantasia Casa de Carnes Boisul -** CNPJ: 07.572.208/0001-24 - Endereço: Rua Luiz Michelon, 1810, Sala 02, Bairro Cruzeiro Ou Nossa Senhora de Lourdes - Administrador Judicial: Flocke Hack & Milani Advogados Associados, Representada Pelo Dr. Ernesto Walter Flocke Hack - Vara/Comarca: Vara Regional Empresarial de Caxias do Sul/RS

Empresa: **Ec Casa de Carnes Ltda. Me, Nome Fantasia Carnes Boisul -** CNPJ: 21.640.468/0001-10 - Endereço: Rua Luiz Michelon, 1810, Sala 02, Bairro Cruzeiro Ou Nossa Senhora de Lourdes - Administrador Judicial: Flocke Hack & Milani Advogados Associados, Representada Pelo Dr. Ernesto Walter Flocke Hack - Vara/Comarca: Vara Regional Empresarial de Caxias do Sul/RS

Empresa: **João Heros Ribeiro Atanes, Produtor Rural, Nome Fantasia Fazenda São José do Bebedouro -** CNPJ: 53.930.695/0001-77 - Endereço: Rodovia Br 153, Km 222 À Esquerda e 4 Km, S/nº, Zona Rural, Frutal/mg - Administrador Judicial: Dr. Bruno Devesa Cintra Sociedade Individual de Advocacia - Vara/Comarca: 4a Vara de Rondonópolis/MT

Empresa: **Logística e Transportes Central Eireli -** CNPJ: 22.770.311/0001-72 - Endereço: Rua Seiko Nakazato, 180, Bairro Jardim Itamaracá - Administrador Judicial: Santana e Haddad Advogados Associados, Representada Pelo Dr. Carlos Henrique Santana - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais de Campo Grande/MS

Empresa: **Transmano Transportes e Locação de Máquinas Ltda. -** CNPJ: 07.939.422/0001-76 - Endereço: Av. Zilká Corrêa Machado, 2488, Km 88, Bairro Jardim Itamaracá - Administrador Judicial: Santana e Haddad Advogados Associados, Representada Pelo Dr. Carlos Henrique Santana - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais de Campo Grande/MS

Empresa: **U. V. Agrícola Ltda. -** CNPJ: 41.228.265/0001-29 - Endereço: Av. José de Alencar, 196, Bairro Alto da Boa Vista, Frutal/mg - Administrador Judicial: Dr. Bruno Devesa Cintra Sociedade Individual de Advocacia - Vara/Comarca: 4a Vara de Rondonópolis/MT

Empresa: **V. Takahashi Atanes Serviços Agrícolas de Frutal Ltda., Nome Fantasia Irmãos Atanes Pulverizações Agrícolas -** CNPJ: 09.475.360/0001-14 - Endereço: Av. José de Alencar, 196, Bairro Alto da Boa Vista, Frutal/mg - Administrador Judicial: Dr. Bruno Devesa Cintra Sociedade Individual de Advocacia - Vara/Comarca: 4a Vara de Rondonópolis/MT

Empresa: **Victor Takahashi Atanes, Produtor Rural -** CNPJ: 33.531.420/0001-53 - Endereço: Rodovia Armando Sales de Oliveira, Km 518, S/nº, Zona Rural, Paulo de Faria/sp - Administrador Judicial: Dr. Bruno Devesa Cintra Sociedade Individual de Advocacia - Vara/Comarca: 4a Vara de Rondonópolis/MT

Empresa: **Vta Agrícola Ltda. -** CNPJ: 21.308.301/0001-57 - Endereço: Rua Osvaldo Cruz, 108, Centro, Frutal/mg - Administrador Judicial: Dr. Bruno Henrique Alves de Abreu - Vara/Comarca: 4a Vara de Rondonópolis/MT

Empresa: **Wagen Indústria e Automação de Máquinas e Equipamentos Ltda. -** CNPJ: 07.872.733/0001-65 - Endereço: Rua José Theodoro Ribeiro, 3890, Bairro Ilha da Figueira - Administrador Judicial: Fwjorge Advogados Associados S/s, Representada Pelo Dr. Frederico Wellington Jorge - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais de Jaraguá do Sul/SC

Homologação de Desistência de Recuperação Judicial

Empresa: **Aloísio Wessner, Produtor Rural -** Endereço: Fazenda Paraná, S/nº, Zona Rural, Gaucha do Norte/mt - Vara/Comarca: 1a Vara de Paranatinga/MT

Empresa: **C. M. Castilho Transportes ME -** CNPJ: 13.406.206/0001-68 - Endereço: Rua João Fregadolli, 482, Bairro Jardim Dias I - Vara/Comarca: 1a Vara de Maringá/PR

Empresa: **Gilmar Inácio Wessner, Produtor Rural -** CNPJ: 36.347.237/0001-90 - Endereço: Fazenda Paraná, S/nº, Zona Rural, Gaucha do Norte/mt - Vara/Comarca: 1a Vara de Paranatinga/MT

Empresa: **Karine Becker Wessner, Nome Fantasia Lua Nova -** CNPJ: 17.692.729/0001-79 - Endereço: Fazenda Paraná, S/nº, Zona Rural, Gaucha do Norte/mt - Vara/Comarca: 1a Vara de Paranatinga/MT

Empresa: **Maria de Lourdes Wessner, Produtora Rural -** CNPJ: 36.351.908/0001-97 - Endereço: Fazenda Paraná, S/nº, Zona Rural, Gaucha do Norte/mt - Vara/Comarca: 1a Vara de Paranatinga/MT

Hoje, excepcionalmente, deixamos de publicar a **Agenda tributária**.

Estratégia Em 2023 foram vendas totais de R$ 2,4 bilhões — este ano a expectativa é ir a R$ 2,7 bilhões

Como os Martinez desenham o grupo Santa Lolla

Ângela Klinke
Para o Valor, de São Paulo

"Louis Vuitton, Lacoste, Santa Lolla!". Na rua 25 de Março, tradicional centro de comércio popular em São Paulo, chama a atenção no "portfólio gritado" pelos vendedores ambulantes de peças falsificadas a marca premium de calçados e acessórios Santa Lolla.

"A gente encara essa oferta na 25 de Março como um desejo crescente pela marca. Até porque lutar contra falsificações é como enxugar gelo", diz Fábio Martinez, sócio-fundador da brasileira Santa Lolla.

No lugar de "desperdiçar energia" no combate às cópias, os irmãos e sócios, Fabio, Rubens e Vanessa Martinez estão criando o grupo SL Company, que incluía até então a Santa Lolla e a Degalls (nome derivado de 'design, gallery e shoes') lançada no ano passado. "Enquanto a Santa Lolla é uma marca mergulhada na moda, a Degalls é calma e atemporal", diz Vanessa Martinez.

O grupo se configura como tal com a estreia no universo masculino em agosto, com a marca de calçados SL3. O investimento, com recursos próprios, foi de R$ 10 milhões no desenvolvimento de produtos, com 120 modelos por coleção. Num primeiro momento focam nos tênis casuais ("sneakers"), distribuídos a lojas multimarcas, em espaços ("corners") exclusivos. O marketing, feito internamente pelo grupo, mira as redes digitais.

"Para a gente se manter relevante e em crescimento constante, nada melhor do que inovar na área de atuação que já dominamos", diz Vanessa. Além da SL3, o grupo lançará tênis masculinos com a marca Degalls.

A Santa Lolla também está sendo turbinada. O trio de sócios está investindo R$ 6 milhões numa loja própria de 140 m² no shopping Morumbi, em São Paulo. "Só operamos no varejo por meio de franquias e multimarcas, mas como o Morumbi é uma vitrine para o Brasil, decidimos adotar essa estratégia de marketing." A Santa Lolla tem 4, 3 milhões de seguidores no Instagram.

Ao mesmo tempo que ganha musculatura no setor calçadista, o grupo optou por uma extensão da marca Santa Lolla em outras categorias por meio de licenciamento. "Lançamos até o fim do ano 12 modelos de óculos de sol e 30 de receituário com a Avodah, de Goiânia, que tem uma ótima entrada nas óticas do país", diz Vanessa.

Há dois anos, os irmãos fizeram um teste de licenciamento de óculos de sol com o e-commerce Zattini. "Pudemos medir a força da marca porque eles vendiam 500 óculos Santa Lolla por dia, mesmo sem nenhuma tradição nossa nessa área", diz Rubens. Com a experiência, descobriram que os óculos de receituário representam 80% do mercado e construíram, a partir daí, o portfólio de licenciamento nessa categoria.

Outra aposta é no mercado de fragrâncias, com o lançamento do perfume cítrico Santa Lolla Pump 36, que começou a ser vendido nas franquias, e agora passa a ser distribuído em lojas especializadas. Pump é outra denominação para scarpin e 36 é a numeração mais vendida nas lojas. No frasco há ironica inscrição "I'm not a shoe".

Os irmãos olham para outros setores ampliando o entendimento da Santa Lolla como uma marca de estilo de vida. "No mercado de licenciamento há oportunidades em tantas áreas como pets e cama, mesa e banho que estamos olhando com interesse", diz Vanessa.


ROGERIO VIEIRA/VALOR
Rubens (à esq.), Vanessa e Fábio Martinez são irmãos e donos da Santa Lolla — ambição é faturar R$ 3,5 bi até 2028

No ano passado, a empresa registrou vendas totais ("sell out") de R$ 2,4 bilhões, com 12 milhões de itens comercializados, entre sapatos e bolsas. Este ano a expectativa é alcançar R$ 2,7 bilhões. A meta com a consolidação do grupo é bater R$ 3,5 bilhões até 2028. Parte desse resultado deverá vir das exportações que estão sendo feitas para quinze países, entre eles França e Estados Unidos, e que será reforçada na Europa na chegada a Portugal, Espanha e Itália.

Com o lançamento da SL3, o grupo quer ser reconhecido "como o melhor ecossistema de moda em calçados", diz Fábio. "Os varejistas que já trabalham com Santa Lolla, nos pediam pelo masculino", diz Rubens. "Temos um bom caminho pela frente com expectativa de chegar a um milhão de pares masculino em três anos", avalia Fábio.

Apesar de o mercado de sapatos masculinos ser pulverizado, "os produtos alcançam um excelente desempenho no e-commerce", diz Rubens. As redes de varejo monomarcas que existem, avaliam, são muito "caretas". Adotaram, assim, uma "linguagem mais contemporânea" para competir no mercado de moda, com os calçados de marcas como Reserva e Osklen. Então, avisam, não chamem seus "sneakers" de sapatênis.

A marca Reserva, integra o grupo Azzas 2154, fusão da Arezzo &Co e Soma, que como se sabe, começou sua jornada bilionária a partir dos calçados. A Osklen, por sua vez, pertence ao grupo Dass desde 2022, e busca inovar na área de tênis, principalmente com o uso de materiais sustentáveis.

"Essas marcas fazem um trabalho muito bom e vamos concorrer com muita qualidade e com um preço mais justo, em torno de R$ 400 contra a média de R$ 600 deles", diz Rubens. Os tênis serão fabricados por fornecedores em Franca (SP).

No ano passado, dos 865,6 milhões de pares produzidos no país, 115 milhões eram de sapatos masculinos (13,3% do total), segundo o relatório setorial da Abicalçados (Associação Brasileira das Indústrias de Calçados). Esse percentual cresceu em relação a 2022, quando foram fabricados 886 milhões de pares, sendo 12,2 % masculinos. O Brasil ocupa a quinta posição entre os produtores mundiais de calçados em geral e a expectativa do setor para este ano é crescer entre 0,9% e 2,2%, em especial no mercado doméstico.

O SL Company funciona no "modelo da leveza", como Rubens batizou. "Somos uma empresa de serviços", insiste. O que significa que têm a autoria do design, desenvolvem fornecedores, centralizam as encomendas, mas não administram estoques. Os fabricantes faturam diretamente para os franqueados. Nesse sistema, garantem, chegam a um custo médio 30% inferior ao da concorrência e a remuneração do grupo é feita por royalties equivalentes a 22% do preço de custo.

O desenvolvimento da SL3 aconteceu, portanto, dentro de uma estrutura já azeitada, com fabricantes e canais de distribuição estruturados. O grupo estuda ainda a entrada no segmento infantil, mas aí, mesmo com a expertise desenvolvida, seria por meio de licenciamento com a marca Santa Lolla Mini.

Hoje, o grupo conta com 300 lojas franqueadas e tem contratos assinados para fechar o ano com 350. Nessa conta entram unidades Santa Lolla, Degalls e outra aposta do grupo, lojas só de bolsas com a bandeira SL Hand Bags. "Já temos três franquias operando em Fortaleza, João Pessoa e Aracaju e chegaremos a 10 este ano, sendo duas em São Paulo." Dos 12 milhões de itens vendidos no ano passado, 50% foram garantidos nas franquias, 35% nas multimarcas e 15% no e-commerce.

Com 21 anos, a Santa Lolla começou com os três irmãos buscando aviamentos e tecidos na rua 25 de Março para criar sapatos mais alinhados com a moda, diante da oferta borocoxô da época. Curiosamente, no mesmo endereço em que hoje suas criações "inspiram" cópias.

21
anos tem a marca de calçados Santa Lolla

Agro 4.0 Empresa que atende setor de petróleo lança ferramentas de rastreamento bovino e para melhoria de produtividade em aves

Sonda Brasil busca dar escala a tecnologias para o campo

Marcos Fantin
De São Paulo

Fornecedora de soluções tecnológicas para os setores de petróleo e gás e mineração, a Sonda Brasil colocou também o agronegócio entre suas prioridades este ano. A empresa, que teve faturamento de US$ 1,48 bilhão em 2023 — sendo cerca de US$ 340 milhões no Brasil — está prestes a lançar duas ferramentas no mercado, uma de rastreamento do gado bovino e outra para melhorar a reprodução de frangos.

Ambos os projetos foram desenvolvidos pela vertical especializada em agronegócio criada pela companhia no início de 2022, quando a empresa captou clientes no setor.

De lá pra cá, a multinacional investiu cerca de R$ 5,6 milhões para desenvolver as duas aplicações, de acordo com Rafael Munhoz, gerente de pré-vendas de multi-indústrias da Sonda. Segundo ele, as ferramentas já são utilizadas por duas grandes empresas no Brasil — um frigorífico de bovinos e uma empresa de genética de aves (cujos nomes não são revelados) — e devem chegar ao mercado em larga escala ainda neste semestre.

O sistema de rastreamento de bovinos chamado "Boi Seguro" funciona com blockchain, sensores e geolocalização para acompanhar o animal desde as etapas de seleção genética, nutrição, sanidade, manejo, até o abate e a venda nos mercados.

Munhoz afirma que essa aplicação começou a ser desenvolvida nos primeiros passos da vertical agro da Sonda Brasil, atendendo à demanda do frigorífico. Dois anos depois, segundo ele, o projeto está validado e com novos clientes interessados.

A importância do Brasil no mercado global de carnes justifica os investimentos da Sonda nessa ferramenta, diz o executivo. "O Brasil é o principal exportador de carnes do mundo, faz sentido investir nisso. Nós adequamos o que era um produto focado para um cliente e demos escala para ele", afirma.

A outra ferramenta já é oferecida pela Sonda para outros segmentos do agro há cerca de dois anos. Na agricultura, por exemplo, com imagens captadas por drones, uma ferramenta de inteligência artificial escaneia as lavouras para identificar pragas e solos inférteis.

Agora, a tecnologia foi adaptada para aperfeiçoar a reprodução de frangos. A ferramenta é capaz de identificar problemas nas patas das aves, o que compromete o desenvolvimento e o acasalamento dos animais. Nesse caso, as imagens são captadas por câmeras de alta resolução e as informações são repassadas ao veterinário, explica Munhoz. Com os dados, o profissional pode optar por corrigir o problema ou trocar o animal para manter o nível de fertilidade do galpão de frangos.


DIVULGAÇÃO

"Adequamos produto que era para um cliente e demos escala" Rafael Munhoz

Segundo o gerente, há demandas pelas duas ferramentas por parte de fazendeiros, cooperativas e grandes empresas. "Existia um mito que tecnologia só funcionava para grandes empresas e exportadores. Hoje, percebemos que os pequenos produtores também estão indo atrás de tecnologia para se tornarem competitivos e brigarem com os grandes".

A multinacional tem matriz no Chile e atuação no Brasil, além de Estados Unidos, Argentina, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Equador, Canadá, México, Panamá, Peru e Uruguai.

Manaus tem 'berçário' para peixe-boi órfão

Ambiente

Nayara Figueiredo
De Manaus

A caça ao peixe-boi ainda tem níveis elevados na Amazônia e deixa muitos filhotes órfãos pelos rios. Ao perderem as mães, esses mamíferos encontram abrigo no Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), onde são criados em "berçários" até que tenham condições de voltar para seu habitat natural.

Somente neste ano, 19 filhotes já chegaram ao instituto, de acordo com o veterinário do Inpa Antony Filho. O número é quase o dobro do registrado nos anos anteriores, quando o local recebia cerca de dez animais.

"Eles chegam aqui muitas vezes machucados. As mães do peixe-boi são caçadas por um costume cultural para alimentação humana e a carne do animal tem um valor comercial grande", explica o veterinário.

Diferentemente do peixe-boi marinho, o mamífero presente nos rios da Amazônia é alvo de caçadores porque o acesso a ele é mais fácil e o animal de água doce tem menor porte, apesar de atingir mais de 100 quilos na idade adulta.

De acordo com o especialista do Inpa, o peixe-boi da região ainda não é um animal em extinção, mas são necessários cuidados para que a espécie não corra esse risco. É para evitar que isso aconteça que o instituto faz o trabalho de revitalização dos filhotes órfãos.

O berçário abriga os animais desde pequenos, onde são alimentados com legumes como abóbora e inhame do tipo cará. Ao crescerem, eles são transferidos para tanques maiores e permanecem por um período de, em média, oito anos.

O Inpa é um instituto vinculado ao Ministério da Ciência e Tecnologia, localizado em Manaus (AM), focado em pesquisa para desenvolver conhecimentos específicos sobre a região amazônica. Além disso, o órgão também abriga mamíferos como o peixe-boi e ariranhas.

A jornalista viajou a convite da Expedição Amazônia, promovida pelo Itaú e Aberje

RS reitera extinção do foco de Newcastle

Sanidade

Rafael Walendorff
De Brasília

As equipes técnicas que trabalham na contenção do foco da Doença de Newcastle no Rio Grande do Sul concluíram as visitas às 858 propriedades no raio de 10 quilômetros da granja comercial de aves de corte onde o caso foi confirmado. Nenhum vestígio do vírus foi encontrado.

A diretora do Departamento de Vigilância e Defesa Sanitária Animal da Secretaria da Agricultura, Pecuária, Produção Sustentável e Irrigação do Rio Grande do Sul, Rosane Collares, disse que agora os trabalhos estão concentrados na revisita a todos os estabelecimentos rurais da região. Nesta segunda visita, as equipes estão aplicando questionários aos produtores para avaliar os procedimentos de biosseguridade aplicados por eles.

Segundo ela, o objetivo é analisar como estão os procedimentos de biosseguranca nas granjas e identificar medidas que podem ser aprimoradas para reforçar o processo contra o surgimento de doenças, como a de Newcastle. A diretora disse que segue a investigação para descobrir a causa da ocorrência da doença na granja de Anta Gorda (RS). O governo federal já deu por encerrado o foco e informou à Organização Mundial de Saúde Animal (OMSA).

A visita às propriedades no raio de 10 quilômetros do foco (858 estabelecimentos) ocorreu na sexta-feira (26/7). No raio de 3 quilômetros, já foi concluída a revistoria.

Desde sexta-feira, foi reduzido o número de barreiras sanitárias. Agora, são três em funcionamento ininterrupto.

A granja onde o foco foi confirmado teve a desinfecção concluída. Ficará interditada por um período mínimo de 42 dias, a contar do encerramento do foco. Ao fim do prazo, poderá trazer uma carga de aves "sentinelas" para o local, em quantidade que não ultrapasse 20% da capacidade do galpão.

858
propriedades rurais foram visitadas

INÊS 249

Agronegócios

Por GLOBO RURAL

Comércio Após setor de celulose levantar receios sobre aplicação da regra, Cecafé solicitou postergação do início de sua vigência

Exportador pressiona para que UE adie lei antidesmate

Camila Souza Ramos
De São Paulo

Os produtores e exportadores globais de commodities que terão de cumprir a Regulação sobre Desmatamento da União Europeia (EUDR, na sigla em inglês) estão aumentando a pressão para que a Comissão Europeia adie a vigência da lei, estabelecida para 30 de dezembro deste ano. Na semana passada, exportadores brasileiros de café pediram o adiamento das punições por até três anos, meses após exportadores de produtos madeireiros terem manifestado preocupação com atrasos da União Europeia (UE) na definição dos detalhes operacionais.

Mesmo os produtores de outras commodities estão preocupados com os detalhes da implementação da regra. Entre os receios, estão o de que o mapa que servirá de base para identificar florestas não diferencie árvores produtoras de vegetação nativa. Outra dúvida é se os bois criados antes de 30 de dezembro e cuja carne entrará no bloco depois também terão de provar adequação à lei.

A EUDR exigirá que produtores de soja, carne bovina, café, óleo de palma, borracha e produtos madeireiros comprovem que não desmataram de 2021 em diante.

O movimento mais recente foi dado pelo Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (Cecafé), que representa 96% dos exportadores brasileiros. Em carta, o Cecafé pede o adiamento por um a três anos para adequações na lei. O Brasil é o maior exportador de café e principal fornecedor da UE. O Cecafé também assinou uma carta com a Federação Europeia de Café (ECF) pedindo esclarecimentos sobre como a lei será aplicada.

Uma das preocupações centrais dos produtores globais de café, produtos florestais, cacau e palma é em relação ao mapa desenvolvido pela Joint Research Center (JRC) com inteligência artificial. Ele é capaz de identificar em todo o planeta, por meio de satélites, onde e quando havia cobertura florestal.

O problema é que commodities como café, cacau, palma e madeira são produzidas em árvores cortadas de tempos em tempos para renovação das áreas. Se a UE usar só esse mapa para checagem, pode identificar como desmatamento o que é apenas uma parte do ciclo produtivo da commodity que consomem, alegam os produtores.

Segundo o Cecafé, se o mapa da JRC for a única ferramenta usada, "muitas áreas produtivas que se adequam à regulação podem ser identificadas incorretamente como tendo se estabelecido às custas de desmatamento após 2020", o que causaria "consequências sérias, incluindo atrasos na entrega de produtos e trabalhado adicional para esclarecer os mapas".

No caso dos produtos madeireiros — como a celulose, principal commodity exportada pelo Brasil ao bloco —, o uso do mapa pode bloquear qualquer carga do setor. "Se não tiver um filtro, quando colhermos uma gleba de árvores, vai acender a luz vermelha do desmatamento", disse o embaixador José Carlos da Fonseca Junior, diretor de relações internacionais da Indústria Brasileira de Árvores (Ibá).

Também pode haver problemas para uma atividade que eventualmente suceder um plantio de árvore produtiva após 2020. "O mapa vai entender que a cultura substituiu uma floresta nativa", disse.

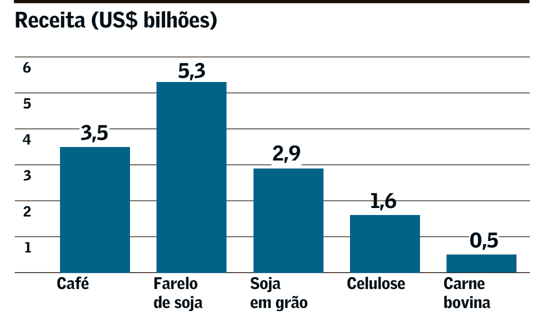
Em abril, a Ibá enviou, junto com International Council of Forest and Paper Associations (ICFPA), que reúne associações nacionais do setor no mundo todo, uma carta à Comissão Europeia elencando esse e outros receios a respeito da viabilidade técnica da lei entrar em vigor até o fim do ano.

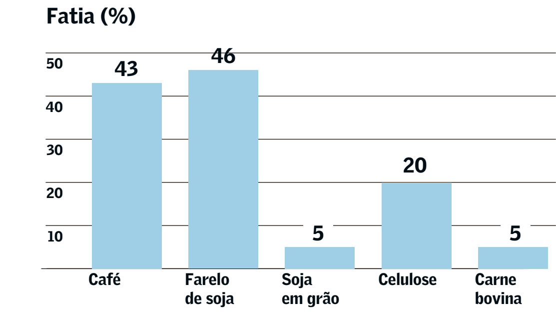
No setor de carnes, a dúvida é se os frigoríficos terão que demonstrar a rastreabilidade da carne que desembarcar após 30 de dezembro na UE, mas cujos bois foram criados e abatidos antes da vigência da lei. "O boi cuja carne entrar na UE em 2025 nasceu há dois anos", observa Fernando Sampaio, diretor de sustentabilidade da Associação Brasileira da Indústria Exportadora de Carnes (Abiec). Exportadores de carnes e de soja não planejam até o momento pedir o adiamento da vigência da EUDR.

O segmento de café também tem receios quanto ao período de transição. Na carta à Comissão Europeia, a ECF alerta que já há cargas de café verde que saíram de países produtores, mas que ainda serão processadas e entrarão no bloco apenas depois de 30 de dezembro. "Essas matérias-primas não têm sistema de due diligence da EUDR. Logo, os produtos finais destinados para serem a UE também não têm sistema de due diligence da EUDR", diz a carta.

Todos os setores também manifestam preocupação com o fato de a plataforma da UE que receberá os dados de rastreabilidade das cargas do mundo todo ainda não estar pronto e com a incerteza sobre a preservação da privacidade dos dados dos produtores das operações comerciais.

Exportações para a UE
Receita com embarques para o bloco em 2023 e peso no faturamento de cada commodity





Fonte: Ministério da Agricultura.

Setor de cacau mira programa para pastos

Políticas
De São Paulo

O setor do cacau quer participar do programa de conversão de pastagens degradadas do governo federal. Segundo representantes do setor, o cultivo do fruto em sistemas agroflorestais dá retorno financeiro aos produtores que atualmente têm pastos degradados e atende à demanda da indústria, que quer se livrar da dependência de importações.

O Instituto Arapyaú, o CocoaAction Brasil e as indústrias processadoras pediram a representantes do governo a inclusão do cacau em agrofloresta no programa. Segundo eles, para cobrir a necessidade de importação da amêndoa pela indústria, de 60 mil a 70 mil toneladas ao ano, seria necessário converter 90 mil hectares de pastos em sistemas agroflorestais com cacau.

Essa área não chega a 1% dos de 40 milhões de hectares que o governo pretende que seja convertido. Além disso, o volume de cacau que a conversão permitiria produzir atenderia metade do objetivo do plano Inova Cacau 2030. O plano, lançado no fim de 2023 pelo governo federal com apoio do setor produtivo, prevê o estímulo para que a produção nacional saia das atuais 220 mil toneladas ao ano para 400 mil toneladas anuais.

Carlos Augustin, assessor especial do Ministério da Agricultura e coordenador do comitê que cuida do programa, disse que todas as culturas são bem-vindas, mas que a prioridade agora é viabilizar a internalização dos recursos que o governo está atraindo para o programa.

A conta para realizar a transformação de pastos para agroflorestas não é barata, mas segundo seus defensores, faz sentido econômico para os produtores.

Cálculos do Instituto Arapyaú indicam que transformar solos degradados em sistemas agroflorestais com cacau custa de R$ 37 mil a R$ 38 mil por hectare. Esse custo leva em conta um sistema com produção de açaí e castanha, por exemplo, segundo Vinicius Ahmar, gerente de bioeconomia do Arayaú. Se outras culturas forem adicionadas ao consórcio, o custo pode subir para até R$ 50 mil o hectare.

"Mesmo assim, todos os sistemas têm viabilidade financeira", defende. Essa perspectiva, ressalta, não depende do atual preço do cacau, que disparou no último ano e chegou recentemente ao recorde de mais de US$ 11 mil a tonelada, e agora voltou para perto de US$ 7.000 a tonelada — patamar ainda muito elevado historicamente.

Segundo Ricardo Gomes, gerente de desenvolvimento territorial do Arapyaú, a receita adicional para o setor que pode ser gerada com a conversão de 90 mil hectares de pastos para sistemas agroflorestais com cacau pode oscilar entre R$ 3 bilhões e R$ 4,5 bilhões, a depender dos resultados de produtividade. "Os sistemas agroflorestais com cacau fecham a conta, rentabilizam o produtor, agregam para a conservação, para a manutenção de serviços ecossistêmicos e geram receita para o país."

O desafio, segundo Ahmar, é o acesso a crédito nas condições adequadas para investir em agroflorestas, o que significa sobretudo uma carência dilatada, adequada ao tempo em que as culturas começam a produzir. Um açaizeiro, por exemplo, começa a dar frutos no terceiro ano, e um cacaueiro, em cinco. "É necessário ter linhas customizadas", acrescenta Gomes.

Segundo ele, mesmo o Pronaf Agrofloresta não atende à necessidade de investimento em um sistema com cacau. "O sistema agroflorestal pode até começar com culturas temporárias que geram receita no início, mas o que segura o modelo são as perenes", avalia. *(CSR)*

220 mil
toneladas é a produção de cacau

Suinocultores ainda buscam saídas após as enchentes no RS

Diário de Bordo

Marcelo Beledeli
Para o Valor, de Travesseiro e Cruzeiro do Sul (RS)

Em 1982, a família de Vernei Kunz, produtor rural do município de Travesseiro, a 140 quilômetros de Porto Alegre, iniciou um projeto para criação de suínos. Os primeiros galpões foram construídos em uma área indicada pela sua avó, que apontou para um local que seria seguro. "Se houvesse enchente, o rio nunca chegaria ali", acreditavam, segundo ele.

O negócio prosperou, e tornou-se uma das maiores unidades de reprodução de suínos no Rio Grande do Sul, com uma produção anual de 45 mil leitões e 12 funcionários. Mas no dia 1º de maio de 2024, a previsão da avó de Kunz falhou. A fúria da enchente do rio Forqueta destruiu todos os galpões e a área de criação de suínos da família. A estrutura inteira se transformou em uma coleção de ferros retorcidos, pedaços de muros, lama e troncos de árvores.

Mais de 4 mil animais morreram na granja com a enchente. Das 1.300 matrizes, apenas 700 foram salvas. Todos os 3.500 leitões foram levados pelas águas.

Segundo Eduardo Kunz, filho de Vernei, o prejuízo causado pelas chuvas na propriedade de 25 hectares chega a R$ 15 milhões. Quase três meses após as enchentes, a família decidiu que vai abandonar a suinocultura. Por ora, o plano é limpar os escombros e preparar a área para plantar milho e soja.

"Nossa área ficou inviável para instalações com suínos. A parte mais baixa da propriedade é totalmente inundável, e a mais alta tem risco de deslizamento. Além disso, o valor do investimento para reconstruir tudo o que tínhamos é muito alto, então vamos fazer lavoura", afirma.

O medo de uma nova enchente é outro motivo para a desistência. "No rio Taquari houve três enchentes em oito meses. Não temos como saber se a próxima inundação vai acontecer em 80 anos ou oito meses. Quem sabe se no ano que vem vamos estar falando de enchente de novo?", indaga Vernei.

As perdas na suinocultura do Rio Grande do Sul causadas pelas enchentes chegam a R$ 80 milhões, de acordo com o Sindicato das Indústrias de Produtos Suínos do Rio Grande do Sul (Sips). A Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater-RS) informa que as chuvas mataram quase 15 mil suínos no Estado e causaram danos a 932 criações.

Se a decisão dos Kunz é abandonar a atividade, há quem queira recomeçar, mas não sabe como. Em Cruzeiro do Sul, município à beira do rio Taquari, o suinocultor Paulo Schneider viveu momentos de terror durante a enchente.

Junto com sua esposa, um funcionário de sua granja e dois cachorros, ele ficou preso dois dias e duas noites no sótão da casa em sua propriedade de cinco hectares. "Nas outras duas enchentes, no ano passado, somente o andar térreo tinha sido afetado. Mas, nessa última, a água chegou no segundo andar. A cada barulho dos cachorros eu achava que era um estalo da casa caindo", comenta. Os três conseguiram ser resgatados por uma retroescavadeira.

Em sua propriedade, 680 suínos foram levados pelas águas do rio Taquari. Apenas 10 animais foram encontrados vivos. "O mato aqui ao lado está cheio de porcos mortos", comenta Schneider.

Incluindo danos nas estruturas, Schneider calcula os prejuízos na granja em R$ 200 mil. Para recomeçar as atividades, ele estima que seriam necessários ao menos R$ 45 mil para reformas e compra de animais. No entanto, faltam recursos. "Estamos há um ano e meio sem entrar dinheiro no caixa de produção", lamenta.

Ele conta que os problemas começaram quando a cooperativa Languiru deixou de pagar por um lote de suínos que havia entregue. Em 2023, a Languiru abandonou a área de suínos e entrou em processo de liquidação extrajudicial.

Para não depender apenas dos suínos, Schneider também plantava milho para silagem. No entanto, as duas enchentes do rio Taquari em setembro e novembro de 2023 destruíram toda a colheita.

Após o anúncio da interrupção da coleta de leitões pela Languiru, 36 criadores, entre eles Schneider, formaram a Cooperativa dos Suinocultores dos Vales (Coosuval). Os suínos mortos pela enchente seriam o primeiro lote que o criador entregaria para a nova cooperativa. "A esperança era que esse lote iria reforçar o caixa. Mas a água levou embora nossa salvação. Está muito difícil agora", afirma.

MARCELO CURIA/VALOR



Vernei e Eduardo Kunz mostram foto da propriedade antes da tragédia

Sanidade
Equipes no RS concluem visitas e reiteram extinção de foco da Doença de Newcastle
B9

Investimentos Para Maciel, da AZ Quest, fundos multimercados não terão peso do passado C6

Dívida mobiliária Colchão cobre 8,2 meses, mas vencimentos de R$ 681 bi podem reduzir prazo C3

Câmbio Plano de Trump de desvalorizar o dólar é visto com ceticismo pelo mercado C2

Fusões e aquisições Barganhas e companhias que precisam de reestruturação despertam interesse

M&A de empresa listada ganha força

Fernanda Guimarães
De São Paulo

O desempenho fraco da bolsa brasileira, que derrubou o valor de mercado de muitas companhias, pode colocar em destaque operações de fusões e aquisições (M&As, pela sigla em inglês) envolvendo empresas listadas. Além de barganhas, companhias que precisam de reestruturação de capital são alvos de interesse. Assim, a procura também se volta a nomes com sobra de caixa.

Operações com a atenção direcionada para empresas que sofreram forte desvalorização em bolsa têm atraído o olhar de fundos de private equity (aqueles que compram participação em empresas), apurou o **Valor**. O interesse tem sido por companhias sem controlador definido, as chamadas "corporations". Muitas dessas aquisições, diz uma fonte, vêm sendo feitas por meio de fatias pequenas em aquisições na bolsa, exatamente para o fundo poder ter flexibilidade na hora da venda.

Porém, compras de controle não estão descartadas, embora nesses casos haja um obstáculo adicional se a intenção for fechar o capital da empresa. Exemplo recente foi a aquisição da Zamp, que opera o Burger King no Brasil, pelo Mubadala, que vem colocando de pé a estratégia de criar um grupo de franquias no país.

Já a lógica da busca por ajuste financeiro é o que está por trás do interesse da empresa de móveis e decoração Tok&Stok pela Mobly, que ainda possui caixa proveniente de sua abertura de capital, realizada em 2021. Procurada pelo **Valor**, a Tok&Stok não retornou.

Há ainda outras motivações para as operações de M&A. Uma delas tem sido a procura de um atalho para empresas de capital fechado para se tornarem listadas, em um momento em que falta visibilidade de quando a janela para novas ofertas iniciais de ações (IPOs, na sigla em inglês) poderá se reabrir. Ao se unir com uma companhia aberta, a de capital fechado se torna, no fim do processo, negociada em bolsa. Isso porque a fusão envolve, no geral, trocas de ações para efetivar a transação. Segundo fontes consultadas pelo **Valor**, a GetNinjas, muito desvalorizada desde sua abertura de capital, é um possível alvo por essa razão. A companhia, procurada pela reportagem, disse que não comenta "especulações de mercado". Frisou, ainda, que está focada em seus "planos de negócios".

O responsável pela área de fusões e aquisições do Bank of America (BofA) no Brasil, Diogo Aragão, diz que há na mesa operações potenciais e que muitas dessas transações têm ainda a ótica de capitalização de empresas. "Estamos vendo mais transações estruturadas", afirma.

A busca por reforço no balanço deve puxar outras transações ao longo do ano. O chefe do banco de investimento do Bradesco BBI, Felipe Thut, confirma que a necessidade de reforço na estrutura de capital tem sido um dos suportes para M&As envolvendo empresas listadas neste momento. De quebra, segundo ele, a companhia fechada se torna de capital aberto. "Há muita discussão nesse momento e conversas acontecendo, algo que cresceu com as perspectivas de juros [altos por mais tempo]".

ANA PAULA PAIVA/VALOR



"Há um recuo de alavancagem e ainda um ganho de sinergias"
Felipe Thut

Segundo o executivo do BBI, esse tipo de transação tem uma via de mão dupla. Além do ajuste do balanço e da redução de alavancagem para uma das empresas, tem ainda como benefício o ganho de sinergias. "O olhar é que, quando se somam as duas empresas, há um recuo de alavancagem e ainda um ganho de sinergias", diz.

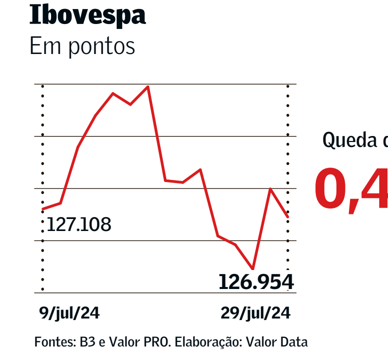
Leonardo Cabral, chefe do banco de investimento do Santander no Brasil, afirma que diversas operações de fusões e aquisições envolvendo empresas listadas fazem sentido e há discussões na mesa. No entanto, o executivo diz que o risco de o comprador não conseguir fechar o capital da empresa-alvo tem exigido soluções mais estruturadas, que trazem complexidade e alongam as negociações. "Economicamente esse tipo de transação faz todo o sentido."

É por isso que operações do gênero precisam ainda passar por uma fase de amadurecimento no país. Segundo Aragão, do BofA, para que esse tipo de transação, comum no exterior, se torne tendência no Brasil serão precisos um processo de educação do mercado e uma atenção às mudanças que estão sendo discutidas nas ofertas públicas de aquisições (OPAs), instrumento utilizado para o fechamento de capital ou mandatório em troca de troca de controle.

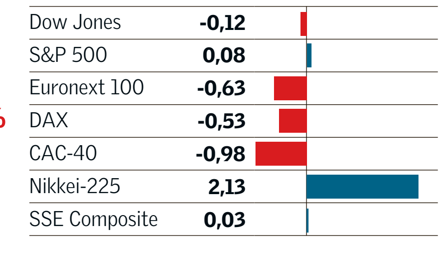
Com atenção a uma demanda já antiga do mercado, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) está debruçado sobre o tema e deverá, ainda neste ano, publicar a nova regulamentação das OPAs.

"A intenção é ter regras mais simples de serem executadas e se gerar menos discussão", diz o sócio da área de mercado e capitais do Pinheiro Neto Henrique Lang. Ele frisa, no entanto, que a falta de operações no mercado tem relação direta com o ambiente macro, e não com as regras da OPA.

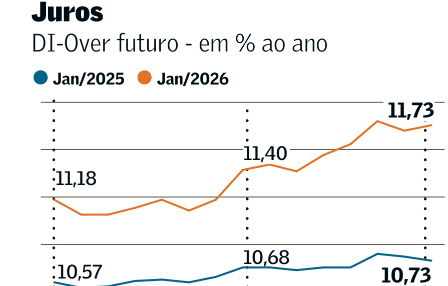
INÊS 249

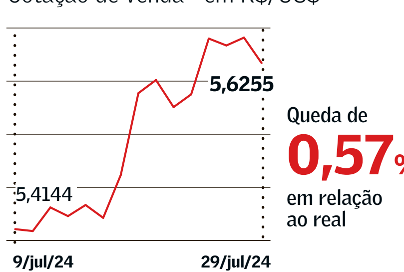


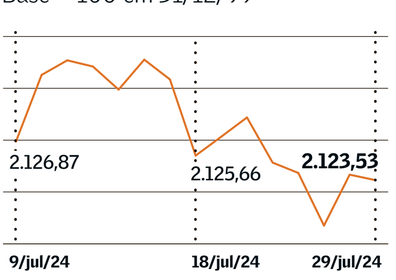
Bolsas internacionais
Variações no dia 29/jul/24 - em %



Dow Jones	-0,12
S&P 500	0,08
Euronext 100	-0,63
DAX	-0,53
CAC-40	-0,98
Nikkei-225	2,13
SSE Composite	0,03







Mercados Na bolsa, Ibovespa tem dia de queda, afetado pela dinâmica de aumento de prêmios no mercado de taxas e pela desvalorização das ações da Petrobras

Apesar de alívio com dólar, ansiedade pré-Copom deixa juro futuro em alta

Gabriel Roca, Maria Fernanda Salinet e Gabriel Caldeira
De São Paulo

Às vésperas das decisões de política monetária no Brasil e nos Estados Unidos, a dinâmica de piora das expectativas de inflação voltou a pesar na dinâmica dos juros futuros, em um ambiente que ainda contempla um déficit primário do setor público consolidado maior que o estimado pelo mercado. A bolsa registrou perdas, em um dia negativo para as ações da Petrobras. O câmbio, porém, se desvencilhou do contexto desfavorável para os ativos locais e o dólar fechou em queda contra o real.

No entanto, a sensação de que a depreciação do câmbio pode ser, em boa medida, definitiva, continuou no radar. No Boletim Focus, a piora das expectativas para o real se consolidou. Embora a mediana das projeções para o dólar no fim deste ano tenha se mantido em R$ 5,30, o ponto-médio das estimativas para a cotação da moeda americana em 2025 e em 2026 passou de R$ 5,23 para R$ 5,25.

O dólar encerrou o dia a R$ 5,6255, em queda de 0,57%, em um movimento que destoou de outras moedas ao redor do globo. No entanto, diante da piora recente do câmbio doméstico e da dinâmica desfavorável das expectativas inflacionárias, a ansiedade que recai sobre a decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) de amanhã tem tomado conta do mercado de juros, que continua a embutir nos preços um aumento de 1 ponto percentual na Selic até o fim deste ano.

Enquanto o horizonte relevante da política monetária deve abarcar, em especial, o ano-calendário de 2025, o Boletim Focus voltou a mostrar um aumento na mediana das projeções dos economistas de mercado para o IPCA do próximo ano, que passou de 3,90% para 3,96%. A inflação "implícita" também voltou a subir: a inflação extraída da NTN-B com vencimento em maio de 2025 passou de 4,59% para 4,62%.

Nesse ambiente, e diante de um contexto que contempla uma situação fiscal pior, como mostraram os dados de junho, os juros futuros voltaram a subir. A taxa do DI para janeiro de 2026 avançou de 11,705% para 11,73%, enquanto a do DI para janeiro de 2029 passou de 12,15% para 12,18%.

Em nota, os profissionais da Legacy Capital observam que o desvio da projeção no modelo de inflação do Banco Central em relação ao centro da meta, no cenário de juros estáveis ao longo do horizonte relevante, sempre foi um bom indicador da postura monetária a ser implementada pelo Copom. Eles notam que, durante os períodos em que os desvios foram respondidos com afrouxamento ou aperto das taxas de juros, o BC obteve sucesso relativo no cumprimento da meta.

"Nossas estimativas sugerem que a projeção de inflação a ser apresentada pelo BC, na reunião do Copom da próxima semana, no cenário com juros estáveis, dificilmente será inferior a 3,4%. O patamar de desvio de 0,4 ponto seria compatível com elevação imediata dos juros já nesta próxima reunião", aponta a Legacy.

3,96%
é a projeção para o IPCA de 2025 no Boletim Focus

Para os profissionais da gestora, nesse contexto, o BC precisaria preparar o mercado para um provável aumento na Selic já na reunião de setembro, "sob pena de induzir depreciação ainda maior da taxa de câmbio e desancoragem adicional das expectativas de inflação, o que tornaria o trabalho de reenquadramento da inflação à meta mais custoso, no futuro".

Vale apontar, ainda, que a sessão de ontem foi marcada por uma leve queda dos rendimentos dos Treasuries — a taxa da T-note de dez anos caiu de 4,200% para 4,179% —, enquanto as bolsas de Nova York rondaram os ajustes. O índice Dow Jones caiu 0,12%; o S&P 500 subiu 0,08%; e o Nasdaq ganhou 0,07%, em um ambiente de ampla expectativa pela decisão de política monetária do Federal Reserve (Fed), também na quarta-feira.

Já o Ibovespa não resistiu à alta dos juros futuros e à indefinição externa e encerrou o pregão em queda de 0,42%, aos 126.954 pontos. Em dia de queda do petróleo no mercado internacional, as ações ordinárias da Petrobras cederam 2,52%, enquanto as preferenciais caíram 2,02%, diante da possibilidade de a petroleira aumentar seus ativos e diminuir a distribuição de dividendos, o que pesou sobre a bolsa brasileira.

"O conjunto da obra acaba impactando mais do que dados isolados", diz o gestor Eduardo Grübler, da AMW, gestora de ativos da Warren. Para ele, a divulgação do decreto de programação orçamentária e financeira do governo, no qual será detalhado como o congelamento de R$ 15 bilhões irá ocorrer, poderá dar o tom de que cortes nas despesas poderão de fato ser executados.

"O mercado parece estar dando o benefício da dúvida para o governo, mas precisa de algo mais palpável, para mostrar que não vai ter uma benesse fiscal durante os próximos períodos", diz o gestor. "Mas o mercado dá sinais claros de que precisa de apenas dois ou três dados que sejam factíveis. O pessoal quer ver a bolsa subir."

Grübler destaca, ainda, a entrada de capital estrangeiro em julho na bolsa, com superávit de R$ 4,28 bilhões até o momento. "Não quer dizer que os desafios do Brasil não sejam importantes, mas o fluxo que vem de fora acaba mudando a conversa e é determinante para a bolsa no curto e médio prazo."

Expectativa de inflação cria dificuldade para o BC

Análise

Alex Ribeiro
De São Paulo

As expectativas de inflação do mercado financeiro para o ano que vem voltaram a se deteriorar, subindo de 3,9% para 3,96%, colocando mais pressão no Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) às vésperas de sua reunião de julho.

Com projeções do setor privado cada vez mais altas, fica mais difícil o colegiado convencer o mercado financeiro de que a simples manutenção da taxa básica de juros é suficiente para cumprir a meta de inflação de 3% em 2025. O mercado precifica altas de juros a partir de novembro.

Desde o mais recente encontro, de junho, as projeções de inflação do mercado financeiro acumulam uma alta de 0,16 ponto percentual, apesar da indicação dos membros do Copom de que estão unidos em uma estratégia mais conservadora.

A piora adicional das expectativas, porém, deve ser analisada com algum cuidado. Em parte, era esperada. As expectativas de inflação costumam ter uma certa inércia, ou seja, demoram para desacelerar, parar ou mudar de direção em resposta a fatos novos. Isso ocorre porque as expectativas representam a visão mediana do conjunto de analistas de mais de 200 instituições financeiras, e algumas levam mais tempo do que as outras para ajustar as suas projeções.

O ano de 2025 também está próximo o suficiente para ser contaminado pela evolução da inflação corrente. Desde a reunião de junho, os analistas reviram a sua projeção de inflação para 2024 de 4% para 4,1%, e isso acaba contaminando o índice de preços do ano seguinte. Reajuste de combustíveis e alta do dólar devem ter pesado nessa revisão.

O mais importante talvez seja o fato de que as expectativas de inflação para 2026 pararam de piorar desde fins de maio, embora estejam mais altas (3,6%) do que a meta (3%). Apenas a partir da reunião desta semana o Copom vai incluir o ano de 2026 no seu horizonte relevante. As projeções para os anos de 2027 em diante seguem estacionadas em 3,5%, também acima da meta de 3%, mas sem piora adicional. As expectativas para prazos mais longos são o principal termômetro da credibilidade da política monetária.

Isso não quer dizer que a piora nas expectativas para 2025 não tenha nada a ver com problemas na credibilidade do BC, que se esforça para colocar a inflação na meta em um ambiente bastante desfavorável.

O cenário externo para países emergentes piorou nas últimas semanas, os analistas consideraram insuficiente o congelamento de despesas para o cumprimento da meta fiscal deste ano e ainda há muita dúvida se o presidente do BC a ser nomeado pelo governo Lula terá autonomia de fato para perseguir a meta de inflação.

A alta adicional da projeção para 2025, porém, coloca uma dificuldade caso o Copom queira, mais uma vez, sinalizar que a manutenção dos juros em 10,5% é suficiente para levar o índice de preços para a meta (também de 3%) no ano que vem. Em junho, o Copom divulgou uma projeção alternativa de inflação que mostrava que, se não cortar os juros em 2025, a inflação ficaria em 3,1%. Em tese, as projeções do BC deveriam ser influenciadas pelos mesmos fatores negativos que levaram os analistas privados a rever as suas projeções.

Plano de Trump no câmbio é visto com ceticismo

Mary McDougall e Kate Duguid
Financial Times, de Londres e Nova York

O sucesso do plano do ex-presidente Donald Trump de desvalorizar o dólar se ganhar as eleições nos Estados Unidos parece "extremamente improvável", na avaliação de investidores, porque seria prejudicado por políticas de governo, como tarifas e cortes de impostos.

Nas últimas semanas, o ex-presidente e seu companheiro de chapa, J.D. Vance, têm falado sobre os benefícios de enfraquecer a moeda para impulsionar o setor manufatureiro do país e reduzir o déficit comercial. Mas estrategistas advertem que planos para desvalorizar o dólar seriam dispendiosos e teriam curta duração, ao mesmo tempo em que políticas populistas, como tarifas sobre produtos do exterior, anulariam seu efeito.

"Hoje existe uma grande contradição no mercado — Trump tem falado muito sobre a desvalorização do dólar, mas suas políticas devem sustentar a moeda, pelo menos no curto prazo", disse Michaël Nizard, gestor de fundos da Edmond de Rothschild.

No início do mês, em uma entrevista à Bloomberg, Trump afirmou que os EUA tinham um "grande problema de câmbio" que punha uma "carga enorme" sobre os fabricantes que vendem produtos no exterior.

A visão de Vance para os EUA, que ele expôs na Convenção Nacional do Partido Republicano também está centrada em um dólar mais fraco — reconstruir o setor manufatureiro americano internamente e reverter parte da globalização das décadas passadas.

Trump defende uma moeda mais fraca em um cenário em que o dólar, apesar de uma queda recente, subiu 15%, em comparação com uma cesta de outras moedas, desde que o presidente Joe Biden tomou posse, em janeiro de 2021. O déficit comercial dos EUA é um terço maior do que em 2019 e chegou a US$ 773 bilhões no ano passado. E também dentro de um quadro em que a economia dos EUA está forte e as taxas de juros estão nos níveis mais elevados dos últimos 23 anos.

Shahab Jalinoos, chefe de estratégia de câmbio do G10 do UBS, disse que não há nenhum caminho óbvio que um presidente possa seguir para desvalorizar a moeda. "O problema fundamental é que não existe a sensação de que o dólar esteja supervalorizado", explicou.

Um grande obstáculo para a proposta de Trump e Vance de enfraquecer a moeda é que as outras políticas que defendem poderiam ter o efeito oposto e sustentar o dólar. Trump já afirmou que quer impor uma tarifa de 60% sobre as importações chinesas e tarifas de 10% sobre as do resto do mundo se voltar à Casa Branca.

Estrategistas dizem que isso põe uma carga maior sobre as moedas de outros países cujo comércio transfronteiriço é maior em relação ao tamanho de suas economias.

Isto sugere que tarifas altas causariam mais danos às economias de outros países do que aos EUA, pois freariam seu crescimento e enfraqueceriam suas moedas. Na semana retrasada, a presidente do Banco Central Europeu (BCE), Christine Lagarde, deixou claro que tarifas provavelmente levariam o BCE a reduzir as taxas e a um euro mais fraco.

As tarifas também poderiam aumentar custos internos, ao estimular a inflação e manter as taxas de juro elevadas. Embora o impacto seja difícil de prever, disse Steve Englander, chefe mundial de pesquisa de câmbio do G10 do Standard Chartered, que estima que a proposta de Trump sobre tarifas pode elevar os preços em 1,8% ao longo de dois anos, na ausência de efeitos de segunda ordem.

"Se as demais condições forem iguais, as tarifas resultarão em um dólar mais forte, em particular se uma retaliação de parceiros comerciais na forma de tarifas elevar riscos adicionais de crescimento para a economia mundial", avaliou James Lord, chefe mundial de câmbio do Morgan Stanley.

Trump também já disse que pretende prorrogar os cortes de impostos cuja vigência termina no ano que vem e sugeriu novos cortes de impostos que poderiam aumentar a pressão sobre o enorme déficit orçamentário dos EUA e desacelerar o ritmo do ciclo de cortes das taxas do Federal Reserve (Fed, o banco central americano).

Mas estrategistas alertam ainda que as outras opções de Trump para desvalorizar o dólar são limitadas pela turbulência que seria sentida nos mercados internacionais. Não se tenta uma desvalorização do dólar desde o Acordo Plaza, em 1985, que teve algum êxito, mas era sustentado por uma queda nas taxas de juros dos EUA.

Trump poderia pressionar o Fed a baixar as taxas, mesmo que uma erosão da independência do banco central não seja uma política oficial de sua campanha eleitoral. De qualquer forma, é provável que isso alarmasse os mercados.

George Saravelos, chefe de pesquisa de câmbio do Deutsche Bank, calcula que o dólar teria de cair em até 40% para eliminar o déficit comercial dos EUA.

"O custo da ruptura é tão enorme... aqui o mercado será uma força compensatória poderosa", afirmou Edward Al-Hussainy, estrategista de taxas globais da Columbia Threadneedle. Para ele, qualquer intervenção para enfraquecer o dólar é "extremamente improvável".

Uma proposta para conseguir o enfraquecimento da moeda é a de que os EUA usem o Fundo de Estabilização Cambial do Tesouro. Mas esse fundo conta com cerca de US$ 200 bilhões em ativos para a compra de moedas de outros países e analistas temem que esses recursos se esgotem rapidamente.

"Isso é muito, muito mais difícil de implementar do que eles imaginam", disse Englander. "O Japão fez uma intervenção bem, bem pequena há um mês e isso lhe custou US$ 70 bilhões. E qual foi a sua eficácia?"

Além disso tudo, Trump e Vance ainda podem ter problemas com seus eleitores. "A forma mais óbvia de que esta desvalorização aconteça é se os EUA perderem seu excepcionalismo econômico", afirmou Jalinoos.

Mas o dólar continua a ser a moeda de reserva mundial e um refúgio em tempos de turbulência econômica. Uma das promessas do Partido Republicano para 2024 é "manter o dólar americano como a moeda de reserva mundial".

"As tarifas resultarão em um dólar mais forte, em particular se ocorrer retaliação de parceiros"
James Lord

ADAM BETTCHER/AP



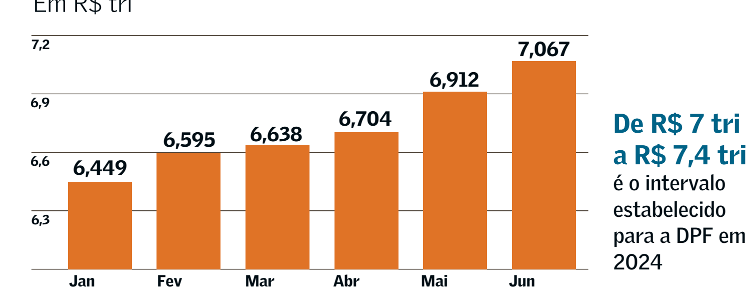
Ex-presidente Trump propõe tarifa de 10% sobre produtos da China

Tesouro Valor atual cobre 8,2 meses, mas resgates de R$ 681 bi entre agosto e setembro podem reduzir métrica a 7 meses

Prazo de colchão da dívida cairá com concentração de vencimento

Jéssica Sant'Ana e Estevão Taiar
De Brasília

Dívida Pública Federal
Em R$ tri



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional

De R$ 7 tri a R$ 7,4 tri é o intervalo estabelecido para a DPF em 2024

A Dívida Pública Federal (DPF) cresceu 2,25% entre maio e junho, terminando o primeiro semestre do ano em R$ 7,067 trilhões, de acordo com dados divulgados ontem pelo Tesouro Nacional. O crescimento foi fruto da emissão líquida de R$ 82,2 bilhões e da apropriação de juros de R$ 73,8 bilhões.

Por outro lado, as emissões totais da DPF corresponderam a R$ 94,54 bilhões, abaixo da média histórica do primeiro semestre do ano, que foi de R$ 132 bilhões. Isso se deu, segundo o coordenador-geral de Operações da Dívida Pública, Helano Borges, devido ao cenário de maior aversão ao risco na América Latina como um todo, com destaque para as eleições presidências no México. Com isso, as taxas cobradas pelo Tesouro em seus leilões acompanharam a "subida da curva de juros".

A expectativa é que a emissão da dívida volte para o patamar médio histórico em julho. "Vamos, provavelmente, caminhar para um volume de emissão [neste mês] de R$ 120 bilhões, estamos em R$ 113 bilhões", afirmou Borges.

Ele também destacou que neste mês foi observada uma "melhora da percepção de risco dos investidores em relação à América Latina". Foi o que "acabou contribuindo para que a curva [evolução das taxas futuras] de juros devolvesse parte do aumento observado no mês passado".

Ainda em relação ao resultado do mês passado, a participação de não-residentes na dívida mobiliária federal interna (DPMFi) variou de 9,76% em maio para 10,03% em junho.

Já o percentual vincendo em 12 meses da DPF recuou em junho, ficando em 20,67%, em comparação a 20,79% no mês anterior, enquanto o prazo médio caiu de 4,08 anos para 4,02 anos.

Indicador acompanhado de perto por investidores, o colchão de liquidez da DPMFi terminou o mês passado R$ 1,104 trilhão, ante R$ 1,031 trilhão em maio. O valor é suficiente para cobrir 8,2 meses de vencimentos de títulos à frente.

Nos próximos meses, a reserva deve cair para algo em torno de 7 meses, avaliou o Tesouro, porque julho, agosto e setembro concentram vencimentos de R$ 681 bilhões.

Outro destaque de junho foi o fato de a DPF ter ficado pela primeira vez em 2024 dentro dos limites do Plano Anual de Financiamento (PAF) da dívida. Esses limites vão de R$ 7 trilhões a R$ 7,4 trilhões, que é intervalo que o Tesouro espera que a dívida esteja até dezembro.

Em agosto, o Tesouro Nacional prevê anunciar se há necessidade de uma revisão dos parâmetros do PAF. Segundo Borges, o cenário mudou muito ao longo deste ano. Ele citou principalmente a atuação do Federal Reserve, o Fed, o banco central americano.

Por causa das surpresas altistas da inflação nos Estados Unidos, a autoridade monetária manteve a taxa básica de juros entre 5,25% e 5,5% ao ano ao longo do primeiro semestre, quando se imaginava que poderia começar a cortar as taxas de referência da economia.

"[Mas agora] os sinais estão mais claros de que o Fed vai começar a reduzir a taxa de juros lá, e aí vamos no próximo mês fazer essa avaliação se há necessidade de revisar algum parâmetro", disse Borges durante entrevista coletiva para comentar os dados.

O PAF de 2024 foi divulgado em janeiro. O documento detalha objetivos, diretrizes e metas que serão perseguidas na gestão da Dívida Pública Federal durante o exercício.

Borges também afirmou que os componentes da dívida têm ficado, em sua maior parte, dentro dos limites do PAF. A participação dos papéis pós-fixados na DPF ficou em 43,74% em junho. Pelos limites, essa participação deve variar entre 40% e 44%. Já os títulos prefixados representaram 22,67% da DPF. Os papéis ligados a índices de preços representaram 29,17% do total. Já aqueles ligados a câmbio ficaram em 4,42%. Com a exceção dos prefixados, que devem ficar entre 24% e 28%, todos permaneceram dentro das respectivas bandas.

Após semana de euforia, IPOs devem desacelerar em agosto nos EUA

Amy Or
Bloomberg

Os US$ 4,4 bilhões captados pela Lineage em sua oferta inicial de ações (IPO) ajudou a tornar a semana passada a mais movimentada dos últimos dois anos e meio na bolsa nos EUA. Essa euforia, no entanto, vai durar pouco, na avaliação de executivos de bancos, que preveem que o resto do verão no hemisfério norte será mais apagado.

De acordo com dados da Bloomberg, na semana passada as atividades de IPO nos EUA atingiram US$ 6,1 bilhões. Esse nível foi impulsionado pela oferta da Lineage, a gigante da área de armazenamento com temperatura controlada, e pelo valor acima da faixa prevista no IPO da empresa de software OneStream, apoiada pela KKR, que levantou US$ 490 milhões.

Foi a semana mais movimentada em IPO desde a de 6 de dezembro de 2021, quando foram captados US$ 8,1 bilhões, e superou até a semana de setembro em que empresas como a Arm Holdings conseguiram um total de US$ 5,9 bilhões.

Mas não há muitas perspectivas para alimentar esse ímpeto, pois nenhuma oferta pública inicial considerável está prevista para antes do Dia do Trabalho, 2 de setembro. "A atividade de IPO provavelmente será mais discreta durante o mês de agosto", disse Rob Stowe, chefe de ações para Américas do Barclays. "Mas as cinco ou seis semanas seguintes ao Dia do Trabalho devem ser uma janela bastante ativa, se o mercado mantiver o mesmo rumo."

Os bancos precisam limitar os IPOs a setembro e outubro, para escapar da volatilidade que as eleições presidenciais dos EUA podem causar mais adiante. Na avaliação deles, os dois meses finais de 2024 terão uma natureza mais oportunista para os emissores que querem levantar capital antes do fim do ano — desde que o mercado permita. "Minha intuição me diz que tudo ficará na calmaria", disse Becky Steinthal, chefe de mercados de tecnologia da Jefferies. "Muitas empresas estavam de olho no início de 2025, que parece ter sido empurrado para trás seis meses."

US$ 6,1 bi foram as captações com ações nos EUA na semana passada

Se houver desaceleração das ofertas, é provável que operações subsequentes (follow-on) e ofertas secundárias ocupem o centro das atenções, à medida que as empresas saiam da temporada de divulgação de resultados. Na segunda-feira, a empresa de private equity Thoma Bravo anunciou a venda de ações da Nasdaq equivalentes a US$ 2,7 bilhões, na quarta maior venda deste ano de ações de uma empresa que já é listada em bolsa.

Os IPOs nos EUA estão em recuperação, com US$ 28,4 bilhões captados até o momento neste ano. Isso representa quase o dobro do volume do mesmo período de 2023, embora o nível de atividade ainda esteja abaixo da média anterior à pandemia. Os quatro grandes IPOs da semana passada foram particularmente encorajadores para os operadores do mercado. Três — Lineage, OneStream e Latam Airlines – foram negociadas em alta no primeiro dia, mesmo com o pano de fundo da onda de vendas de ações de tecnologia, em que o índice Nasdaq 100 perdeu US$ 1 trilhão em valor de mercado. As ações da Lineage estão 7% acima do preço da IPO, apesar do fato de que o tamanho da oferta foi 20% maior do que o previsto de início.

Stowe, do Barclays, disse que é encorajador ver que o interesse em IPOs se mantém, mesmo com a troca das ações de empresas de tecnologia de grande capitalização por ações de empresas menores pelos investidores.

A OneStream teve o melhor desempenho das quatro empresas que fizeram suas ofertas na semana passada. Ela deu um salto de 34% em sua estreia, e sua avaliação subiu para pouco mais de US$ 6 bilhões, acima da última avaliação que recebera, em uma rodada de financiamento de 2021. As ações continuaram a subir durante as negociações de segunda-feira, para quase 40% acima do seu preço de oferta.

"A avaliação da OneStream foi conservadora em comparação com seus equivalentes próximos e foi um IPO em que as ações tinham um preço inferior ao de outras rodadas, mas isso obviamente valeu a pena", disse Matthew Kennedy, estrategista sênior da Renaissance Capital. "Esse é o tipo de desempenho que trará de volta investidores e emissores ao mercado de IPOs."

Acusação de fraude abala indústria de venda a descoberto

Tom Schoenberg e Katherine Burton
Bloomberg

Esmagados pelos mercados e atacados por executivos furiosos, operadores que fazem venda a descoberto ("short sellers", que lucram com a queda do valor de ativos e os vendem sem tê-los de fato) enfrentam agora a sua maior preocupação: o governo dos EUA.

Novas acusações por parte das autoridades federais de que um dos intervenientes mais proeminentes dessa indústria, Andrew Left, cometeu fraude em valores mobiliários enviam ondas de choque ao já reduzido campo de investidores especializados em apostas contra ações específicas. Para um grupo que há tempos gera polêmica ao enfrentar alguns dos maiores nomes do mundo dos negócios, é um momento particularmente preocupante.

O governo dos EUA passou anos investigando as práticas de venda a descoberto. Mas à medida que as investigações do Departamento de Justiça e da Securites and Exchange Comission (SEC, a comissão de valores mobiliários dos EUA) foram silenciadas nos últimos meses, muitos começaram a assumir que as investigações tinham fracassado. Até mesmo Left, que recuou depois que os investigadores apreenderam seus computadores e telefones, voltou ao jogo.

Tudo mudou na sexta-feira. Os promotores anunciaram acusações criminais contra ele, enquanto a SEC abriu uma ação civil — casos que poderiam derrubar sua empresa, a Citron, e mandá-lo para a prisão por anos.

De acordo com a SEC, Left gerou cerca de US$ 20 milhões em lucros provenientes de negociação ilegal envolvendo quase duas dúzias de empresas. Os promotores o acusaram de enganar repetidamente o público — questionando o que chamaram de relatórios sensacionalistas e descrevendo momentos em que ele indicou que manteria as apostas quando já estava no processo de retirar os ganhos da mesa.

A certa altura, Left gabou-se aos colegas de que algumas de suas declarações públicas levaram investidores de varejo a negociar da forma como ele queria e que era como tirar "doce de um bebê", de acordo com a SEC.

Outros short sellers e seus apoiadores argumentaram rapidamente que a alegada má conduta era exclusiva de Left e não deveria ser motivo de ampla repressão a esse tipo de operação.

Ainda assim, disseram alguns, isso pode tornar difícil para os short sellers encontrar financiadores. Alguns previram que talvez tenham de gastar mais em aconselhamento jurídico e moderar suas declarações públicas.

O advogado de Left atacou a acusação do governo, dizendo que era baseada numa "teoria defeituosa" de que o investidor tinha o dever de especificar seus planos de negociação, para além de revelar que estava ativo no mercado. O advogado alertou que as acusações terão efeito inibidor sobre a indústria de "short selling", prejudicando investidores públicos.

"O fato de o Sr. Left negociar os títulos sobre os quais pesquisa e escreve é bem conhecido, e não há regra ou lei que exija que um editor que divulga o que está negociando também publique suas intenções de negociação privada", disse o advogado James Spertus, em comunicado por e-mail. "As alegações apresentadas devem preocupar todos os investidores, porque a publicação de informações verdadeiras é fundamental para mercados eficientes."

Os short sellers atraíram um número crescente de antagonistas na última década. Os executivos das empresas visadas convenceram alguns acionistas de que os investidores "pessimistas" eram os verdadeiros maus atores. Os acadêmicos concordaram com pesquisas que mostram que os ativistas estavam ultrapassando os limites e adotaram táticas de "esmagar e agarrar", derrubando ações e depois desfazendo suas apostas antes que o público pudesse descobrir quem está certo. Legisladores realizaram audiências no Capitólio.

"Durante demasiado tempo, os 'short sellers' se beneficiaram da negligência regulamentar" *Paul Pelletier*

A acusação do Departamento de Justiça e a queixa da SEC agora dão novos argumentos aos críticos.

"Durante demasiado tempo, os short sellers se beneficiaram da negligência regulamentar, uma vez que as autoridades temiam que pudessem desencorajar o denunciante legítimo ocasional", disse Paul Pelletier, antigo procurador federal que representou uma empresa visada por um short seller.

Os casos do governo procuram traçar limites legais em torno de que tipo de discurso equivale a manipulação de mercado numa era em que pequenos investidores e gestores de fundos hedge debatem abertamente seus pontos de vista em plataformas de redes sociais e fóruns de mensagens on-line. A SEC observou que Left e Citron comandam "seguidores substanciais" on-line, com mais de 100 mil somente na rede social X. O problema, disseram as autoridades, é que Left usava tais plataformas para enganar o público.

O Departamento de Justiça acusou-o de anunciar "preços-alvo extremos" para algumas ações que estava analisando, ao mesmo tempo em que ocultava sua tentativa de sair dessas posições muito antes de os papéis atingirem esses níveis.

"Para lucrar com o movimento de preços pretendido desencadeado pelos relatórios e posts da Citron, o réu Left cobriu todas ou substancialmente todas as posições que ocupava em um papel visado, muitas vezes dentro de horas — às vezes minutos — após a publicação", de acordo com a acusação.

Left publica relatórios e promove apostas pessimistas há mais de 17 anos. Ele ganhou fama ao apontar irregularidades contábeis em empresas chinesas que migraram para os mercados dos EUA. Os promotores disseram que ele frequentemente fazia comentários em canais de notícias de negócios.

Ele estimou anteriormente que publicou cerca de 200 relatórios ao longo dos anos. Bem mais de uma dúzia das empresas que ele visava foram posteriormente retiradas da bolsa ou declararam falência. Num sinal da complicada relação entre as posições vendidas e os reguladores, as autoridades dos EUA deram seguimento a algumas das suas investigações, apresentando acusações civis ou criminais contra executivos de empresas que ele visava.

Os exemplos incluem a Valeant Pharmaceuticals, que Left acusou de estar no centro de um esquema de vendas ilícitas. Depois que o então procurador dos EUA Preet Bharara anunciou acusações em 2016 contra dois executivos ligados à empresa, ele fez referência ao papel desempenhado pelos sites de investidores e empresas de mídia.

No entanto, o negócio de short selling só ficou mais difícil nos últimos anos. Alguns pessimistas lutaram contra a corrente ascendente do longo mercado altista que começou após a crise financeira de 2008. Depois veio o advento da negociação de ações meme durante a pandemia, com investidores de varejo organizando contra-ataques a apostas contra GameStop e outras empresas em dificuldades.

Os lucros do short selling podem ser minúsculos, mesmo que um relatório bem fundamentado abale o mercado. A visão de Nate Anderson sobre o Adani Group no ano passado apagou até US$ 153 bilhões em valor de mercado, mas Anderson disse em comunicado neste mês que arrecadou pouco mais de US$ 4 milhões com a negociação.

E mesmo esses ganhos insignificantes podem ser eliminados, à medida que short sellers enfrentam custo de processos judiciais e, agora, investigações do governo.

Jim Chanos, talvez o short seller mais conhecido e mais antigo, transformou sua empresa num family office no fim do ano passado, depois de os ativos terem caído para menos de US$ 200 milhões. "Os investidores — principalmente os institucionais — simplesmente desistiram de retornos excessivos no lado vendido", disse sobre a decisão. "As pessoas simplesmente não queriam investir."

Novo título isento, LCD terá limite de R$ 10 bi

De Brasília

O presidente Lula sancionou, sem vetos, a criação da Letra de Crédito do Desenvolvimento (LCD). O novo título de renda fixa será usado por bancos públicos de fomento para captação de recursos com isenção de Imposto de Renda (IR) aos investidores pessoas físicas. Os papéis poderão ser emitidos já a partir deste ano e cada instituição financeira poderá captar até R$ 10 bilhões por ano.

A criação da LCD, aprovada pelo Senado no fim de junho, foi proposta pelo governo com o objetivo de expandir as fontes de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Mas o instrumento poderá ser utilizado também pelos bancos estaduais de desenvolvimento, como o BDMG (de Minas Gerais), o Bandes (Espírito Santo) e o BRDE (da região Sul do país). O novo título de renda fixa terá isenção similar à da Letra de Crédito do Agronegócio (LCA) e das Letras de Crédito Imobiliários (LCI), ou seja, o investidor pessoa física não pagará IR e não terá incidência do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF).

A LCD terá uma tributação reduzida de 25% para 15% para empresas tributadas pelo Simples ou com base no lucro real, presumido ou arbitrado. Os rendimentos tributados exclusivamente na fonte poderão ser excluídos na apuração do lucro real.

O governo estima uma renúncia de receita de R$ 312,5 milhões para 2024, R$ 937,4 milhões para 2025 e R$ 1,2 bilhão em 2026. O BNDES poderá adotar outras taxas de juros para remunerar o FAT e o Fundo da Marinha Mercante (FMM), suas principais fontes de financiamento. O banco poderá usar a taxa Selic e uma taxa prefixada para as micro e pequenas empresas (MPME) no lugar da Taxa de Longo Prazo (TLP).

Segundo o texto sancionado e publicado ontem no "Diário Oficial da União" (DOU), compete ao Conselho Monetário Nacional (CMN) disciplinar as condições de emissão da LCD, em especial as condições de resgate antecipado do título, que somente poderá ocorrer em ambiente de negociação competitivo, observado o prazo mínimo de vencimento; o estabelecimento de critérios e limitações adicionais de acordo com o porte e o perfil de risco da instituição emissora; a concessão de garantia pelo Fundo Garantidor de Créditos (FGC) para as operações relacionadas à emissão de LCD; e a alteração do limite de emissão anual por instituição emissora.

O governo estima que as LCDs não concorram com as LCAs e LCIs. A expectativa é que o novo papel corresponda, nos anos iniciais, a menos de 5% do estoque de instrumentos incentivados atualmente existentes, por causa da limitação no número de emissores.

INÊS 249

Finanças Indicadores

IMA - Índices de Mercado Anbima

Em 29/07/24

Índice	Referência	Valor do índice	Var. no dia %	Var. no mês %	Var. no ano %
IRF-M	1*	16.024,5157730	0,05	0,84	5,39
IRF-M	1+**	20.192,8342640	-0,07	1,04	1,26
IRF-M	Total	18.389,8655800	-0,03	0,97	2,49
IMA-B	5***	9.342,9473090	0,09	0,73	4,08
IMA-B	5+****	11.292,5177240	-0,05	2,47	-2,69
IMA-B	Total	9.956,7923650	0,02	1,62	0,50
IMA-S	Total	6.788,1400180	0,04	0,86	6,22
IMA-Geral	Total	8.231,4241610	0,02	1,10	3,54

Fonte: Anbima. Elaboração: Valor Data. * Prazo menor ou igual a 1 ano ** Prazo maior que 1 ano *** Prazo menor ou igual a 5 anos **** Prazo maior que 5 anos

Crédito

Taxas - em % no período

Linhas - pessoa jurídica	15/07	12/07	Há 1 semana	No fim de junho	Há 1 mês	Há 12 meses
Capital de giro pré até 365 dias - a.a.	33,97	33,58	33,26	29,38	31,90	31,83
Capital de giro pré sup. 365 dias - a.a.	25,25	26,27	26,48	24,27	26,46	24,41
Conta garantida pré - a.a.	50,19	46,97	41,01	47,85	41,95	42,04
Desconto de duplicata pré - a.a.	21,70	21,70	22,70	21,65	22,03	27,85
Vendor pré - a.a.	18,08	17,98	16,87	16,40	16,00	19,52
Capital de giro flut. até 365 dias - a.a.	18,46	18,69	17,84	18,22	19,24	21,23
Capital de giro flut. sup. 365 dias - a.a.	17,14	18,57	17,55	17,78	17,78	17,90
Conta garantida pós - a.a.	23,82	24,38	23,64	24,76	25,53	27,82
ACC pós - a.a.	8,31	8,50	8,22	8,34	8,75	8,60
Factoring - a.m.	3,22	3,22	3,25	3,27	3,30	3,49

Fontes: Banco Central, Anfac e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Juros externos

Empréstimos - em % ao ano

	29/07/24	26/07/24	Há 1 semana	No fim de junho	Há 1 mês	Há 12 meses
SOFR - empréstimos interbancários em dólar *						
Atual	-	5,3500	5,3300	5,3300	5,3300	5,3000
1 mês	-	5,3498	5,3464	5,3364	5,3364	5,0784
3 meses	-	5,3602	5,3589	5,3533	5,3533	5,0771
6 meses	-	5,3897	5,3892	5,3873	5,3873	4,9053
€STR - empréstimos interbancários em euro **						
Atual	-	3,6630	3,6640	3,6560	3,6560	3,4040
1 mês	-	3,6673	3,6674	3,7869	3,7869	3,4070
3 meses	-	3,8061	3,8170	3,8829	3,8829	3,2306
6 meses	-	3,8849	3,8903	3,9227	3,9227	2,8980
1 ano	-	3,9070	3,9030	3,8863	3,8863	1,9108
Euribor ***						
1 mês	-	3,621	3,630	3,632	3,632	3,585
3 meses	-	3,655	3,705	3,711	3,711	3,725
6 meses	-	3,591	3,641	3,682	3,682	3,958
1 ano	-	3,426	3,511	3,578	3,578	4,111
Taxas referenciais no mercado norte-americano						
Prime Rate	8,50	8,50	8,50	8,50	8,50	8,50
Federal Funds	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50
Taxa de Desconto	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50
T-Bill (1 mês)	5,38	5,38	5,37	5,37	5,37	5,35
T-Bill (3 meses)	5,28	5,29	5,32	5,36	5,36	5,43
T-Bill (6 meses)	5,13	5,13	5,09	5,32	5,32	5,48
T-Note (2 anos)	4,41	4,38	4,52	4,75	4,75	4,88
T-Note (5 anos)	4,08	4,08	4,17	4,38	4,38	4,18
T-Note (10 anos)	4,18	4,19	4,25	4,40	4,40	3,95
T-Bond (30 anos)	4,42	4,45	4,47	4,56	4,56	4,01

Fontes: ECB, EMMI, FRBNY e Valor PRO. Elaboração: Valor Data * Taxa baseada em transações de empréstimos overnight garantidos por títulos do Tesouro EUA. ** A taxa reflete os custos de empréstimos overnight sem garantia. ***Taxas da BBA e da Federação Bancária da União Europeia

Evolução das aplicações financeiras

Rentabilidade no período em %

	Mês						Acumulado	
Renda Fixa	jul/24*	jun/24	mai/24	abr/24	mar/24	fev/24	Ano*	12 meses**
Selic	0,83	0,79	0,83	0,89	0,83	0,80	6,09	11,68
CDI	0,83	0,79	0,83	0,89	0,83	0,80	6,09	11,68
CDB (1)	0,72	0,71	0,73	0,73	0,75	0,75	5,27	10,21
Poupança (2)	0,57	0,54	0,59	0,60	0,53	0,51	4,00	7,33
Poupança (3)	0,57	0,54	0,59	0,60	0,53	0,51	4,00	7,33
IRF-M	0,97	-0,29	0,66	-0,52	0,54	0,46	2,49	7,89
IMA-B	1,62	-0,97	1,33	-1,61	0,08	0,55	0,50	3,07
IMA-S	0,86	0,81	0,83	0,90	0,86	0,82	6,22	11,85
Renda Variável								
Ibovespa	2,46	1,48	-3,04	-1,70	-0,71	0,99	-5,39	4,93
Índice Small Cap	1,05	-0,39	-3,38	-7,76	2,15	0,47	-13,96	-11,96
IBrX 50	2,47	1,63	-3,11	-0,62	-0,81	0,91	-3,81	7,39
ISE	2,53	1,10	-3,61	-6,02	1,21	1,99	-7,87	-5,90
IMOB	3,76	1,06	-0,73	-11,56	1,10	1,27	-13,71	-8,32
IDIV	1,63	1,99	-0,99	-0,56	-1,20	0,91	-1,83	12,09
IFIX	0,18	-1,04	0,02	-0,77	1,43	0,79	1,27	6,09
Dólar Ptax (BC)	1,60	6,05	1,35	3,51	0,26	0,60	16,66	15,35
Dólar Comercial (mercado)	0,66	6,46	1,09	3,54	0,86	0,71	15,93	16,69
Euro (BC) (4)	2,63	4,73	2,89	2,37	0,07	0,25	14,20	13,15
Euro Comercial (mercado) (4)	1,74	5,07	2,79	2,43	0,71	0,38	13,39	14,54
Ouro (BC)	3,70	5,97	2,87	7,18	8,62	0,27	34,22	39,96
Inflação								
IPCA	-	0,21	0,46	0,38	0,16	0,83	2,48	4,23
IGP-M	-	0,81	0,89	0,31	-0,47	-0,52	1,10	2,45

Fontes: Anbima, Bacen, B3, Focus, FGV, IBGE e Valor PRO. Elaboração: Valor Data
* Rendimento até o dia 29/jul. ** Até jun/24. (1) rendimento bruto do 1º dia útil do mês (2) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos até 03/05/12. (3) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos a partir de 04/05/12. (4) Variação sobre o Real

Fundos de Investimento

Análise diária da indústria - em 24/07/24

	Patrimônio líquido	Rentabilidade nominal - %				Estimativa da captação líquida - R$ milhões			
Categorias	R$ milhões (1)	no dia	no mês	em 2024	em 12 meses	no dia	no mês	no ano	em 12 meses
Renda Fixa	3.601.950,73					1.352,62	77.971,93	275.174,25	244.399,27
RF Indexados (2)	145.138,17	-0,01	0,80	3,03	7,57	-548,68	-2.913,13	-10.081,06	-12.527,22
RF Duração Baixa Soberano (2)	702.973,23	0,04	0,65	5,49	10,69	221,26	29.026,36	59.431,51	44.950,35
RF Duração Baixa Grau de Invest. (2)	865.978,08	0,04	0,74	6,25	12,20	1.556,62	12.143,25	63.758,70	69.525,77
RF Duração Média Grau de Invest. (2)	185.152,26	0,04	0,05	6,32	12,28	88,67	4.728,24	77.532,59	82.409,47
RF Duração Alta Grau de Invest. (2)	169.277,21	0,03	0,69	4,96	9,13	37,62	-785,90	-4.007,56	-5.036,35
RF Duração Livre Soberano (2)	217.458,18	0,03	0,74	5,01	9,96	146,71	3.523,34	-12.182,90	-32.445,30
RF Duração Livre Grau de Invest. (2)	665.345,26	0,02	0,75	5,52	10,85	-87,92	21.812,45	-13.577,73	-33.458,05
RF Duração Livre Crédito Livre (2)	372.695,95	0,05	0,90	5,43	11,30	230,08	8.161,25	86.804,27	133.359,91
Ações	616.449,50					-196,35	-3.291,39	-2.892,44	38.368,92
Ações Indexados (2)	10.258,14	-0,14	2,06	-5,72	3,92	-41,59	-44,40	357,50	-748,02
Ações Índice Ativo (2)	30.486,88	-0,40	2,30	-6,34	1,75	-22,23	-1.350,98	-5.308,10	-5.239,56
Ações Livre	224.344,57	-0,66	2,03	-3,40	3,86	-140,17	-1.300,36	42,65	-4.303,22
Fechados de Ações	124.819,47	-0,48	0,11	-4,10	-2,40	0,00	178,58	-1.454,17	28.946,37
Multimercados	1.654.485,04					-2.026,09	-22.987,42	-100.039,99	-223.881,51
Multimercados Macro	143.454,97	-0,10	1,11	1,79	6,15	-330,40	-7.015,78	-34.409,84	-56.362,00
Multimercados Livre	630.638,32	-0,03	0,78	4,50	8,93	-965,67	-6.139,11	-8.958,56	-62.720,48
Multimercados Juros e Moedas	48.940,95	0,04	0,76	5,34	10,93	-90,98	-932,93	-8.823,46	-15.431,86
Multimercados Invest. no Exterior (2)	749.520,29	0,28	0,59	5,82	12,45	-648,08	-9.325,87	-49.132,18	-85.333,86
Cambial	6.266,24	1,15	1,68	20,29	26,45	-10,96	-459,30	-807,79	-1.554,63
Previdência	1.448.865,96					305,86	3.247,84	22.062,98	41.829,75
ETF	43.060,16					14,67	-1.184,57	-2.978,46	-4.808,60
Demais Tipos	2.035.269,31					30,82	5.175,95	54.313,14	55.130,49
Total Fundos de Investimentos	**7.371.077,62**					**-560,24**	**53.297,10**	**190.518,55**	**94.353,20**
Total Fundos Estruturados (3)	**1.769.943,71**					**1.250,01**	**43.942,64**	**76.996,99**	**130.961,36**
Total Fundos Off Shore (4)	**50.481,47**					-	-	-	-
Total Geral	**9.191.502,80**					**689,77**	**97.239,74**	**267.515,53**	**225.314,56**

Fonte: ANBIMA. (1) PL e captação líquida de cada tipo exclui os Fundos em Cotas, evitando dupla contagem. (2) Para os tipos que iniciaram em 01/10/2015, as rentabilidades do ano e 12 meses foram estimadas com base na amostra atual de fundos. (3) FIDC, FII, FIP e FMIEE. (4) PL dos tipos imobiliários e Off-Shore referentes ao mês de junho de 2024 * Rentabilidade sem período completo.Obs.: Fundos de Investimentos regidos pela ICVM 555/14, ICVM 522/12, ICVM 409/04, ICVM 359/02 e ICVM 141/91. Dados sujeitos a retificação em razão da representatividade da amostra ou cadastramento de novos fundos. PL de cada tipo considera, adicionalmente, a estimativa dos fundos que não informaram o PL na data de emissão do relatório

Custo do dinheiro

Em % no período

Taxas referenciais	29/07/24	26/07/24	Há 1 semana	No fim de junho	Há 1 mês	Há 12 meses
Selic - meta ao ano	10,50	10,50	10,50	10,50	10,50	13,75
Selic - taxa over ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,65
Selic - taxa over ao mês	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,5236
Selic - taxa efetiva ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,65
Selic - taxa efetiva ao mês	0,9071	0,9071	0,9071	0,7883	0,7883	1,0720
CDI - taxa over ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,65
CDI - taxa over ao mês	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,5236
CDI - taxa efetiva ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,65
CDI - taxa efetiva ao mês	0,9071	0,9071	0,9071	0,7883	0,7883	1,0720
CDB Pré - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	11,44
CDB Pré - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,9069
CDB Pós - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	12,49
CDB Pós - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,9853
Taxa de juros de referência - B3						
TJ3 - 3 meses (em % ao ano)	10,52	10,53	10,50	10,49	10,49	13,05
TJ6 - 6 meses (em % ao ano)	10,85	10,86	10,72	10,72	10,72	12,40
Taxas referenciais de Swap - B3						
DI x Pré-30 - taxa efetiva ao ano	10,43	10,44	10,42	10,42	10,42	13,33
DI x Pré-60 - taxa efetiva ao ano	10,45	10,47	10,44	10,44	10,44	13,23
DI x Pré-90 - taxa efetiva ao ano	10,52	10,53	10,50	10,49	10,49	13,08
DI x Pré-120 - taxa efetiva ao ano	10,60	10,63	10,56	10,55	10,55	12,87
DI x Pré-180 - taxa efetiva ao ano	10,87	10,84	10,72	10,72	10,72	12,46
DI x Pré-360 - taxa efetiva ao ano	11,44	11,43	11,14	11,18	11,18	11,33

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Mercado futuro

Em 29/07/24

DI de 1 dia	PU de ajuste	Taxa efetiva - em % ao ano	Contratos negociados	Cotação - em % ao ano Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em ago/24	99.882,22	10,406	236.570	10,402	10,410	10,402
Vencimento em set/24	99.020,59	10,430	147.048	10,424	10,432	10,428
Vencimento em out/24	98.201,40	10,454	491.998	10,450	10,470	10,450
Vencimento em nov/24	97.297,87	10,522	39.771	10,520	10,540	10,535
Vencimento em dez/24	96.538,96	10,613	4.194	10,610	10,655	10,625
Vencimento em jan/25	95.686,38	10,732	923.787	10,715	10,770	10,735
Vencimento em fev/25	94.779,85	10,864	2.628	10,855	10,900	10,865
Vencimento em mar/25	93.938,70	10,999	210	10,990	11,010	10,990
Vencimento em abr/25	93.140,25	11,109	150.197	11,090	11,160	11,120
Vencimento em mai/25	92.309,69	11,197	14	11,180	11,205	11,205
Vencimento em jun/25	91.435,59	11,286	61	11,280	11,295	11,295
Dólar comercial	**Ajuste do dia**	**Var. no dia em %**	**Contratos negociados**	**Cotação - R$/US$ 1.000,00 Mínimo**	**Máximo**	**Último**
Vencimento em ago/24	5.635,46	-0,61	244.545	5.615,00	5.671,00	5.617,50
Vencimento em set/24	5.653,54	-0,61	6.825	5.635,00	5.688,00	5.635,00
Vencimento em out/24	5.670,23	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em nov/24	5.690,33	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em dez/24	5.706,43	-	0	0,00	0,00	0,00
Euro	**Ajuste do dia**	**Var. no dia em %**	**Contratos negociados**	**Cotação - R$/€ 1.000,00 Mínimo**	**Máximo**	**Último**
Vencimento em ago/24	6.099,12	-0,92	420	6.094,20	6.130,60	6.094,20
Vencimento em set/24	6.127,27	-0,93	350	6.118,00	6.160,70	6.127,20
Vencimento em out/24	6.153,90	-	0	0,00	0,00	0,00
Ibovespa	**Ajuste do dia**	**Var. no dia em %**	**Contratos negociados**	**Cotação - pontos do índice Mínimo**	**Máximo**	**Último**
Vencimento em ago/24	127.570	-0,46	49.380	127.125	128.300	127.795
Vencimento em out/24	129.655	-	0	0	0	0
Vencimento em dez/24	131.767	-	0	0	0	0

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Indicadores do mercado

Em 29/07/24

Indicador	Compra	Venda	Variações % No dia	No mês	No ano	12 meses
Dólar (Ptax - BC) - (R$/US$)	5,6473	5,6479	0,02	1,60	16,66	19,52
Dólar Comercial (mercado) - (R$/US$)	5,6249	5,6255	-0,57	0,66	15,93	18,90
Dólar Turismo (R$/US$)	5,6710	5,8510	-0,40	0,97	15,92	19,17
Euro (BC) - (R$/€)	6,1087	6,1116	-0,33	2,63	14,20	17,16
Euro Comercial (mercado) - (R$/€)	6,0880	6,0886	-0,88	1,74	13,39	16,77
Euro Turismo (R$/€)	6,1659	6,3459	-0,80	2,06	13,17	16,85
Euro (BC) - (US$/€)	1,0817	1,0821	-0,36	1,02	-2,11	-1,97
Ouro*						
Banco Central (R$/g)	431,4209	431,4668	-0,36	3,70	34,22	44,82
Nova York (US$/onça troy)[1]	-	2.383,53	-0,54	2,53	15,41	21,74
Londres (US$/onça troy)[1]	-	2.392,10	0,74	2,77	15,99	22,66

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. ¹ Última cotação

TR, Poupança e TBF

Variações % no período

Período	TR	Poupança *	Poupança **	TBF
10/07 a 10/08	0,0748	0,5752	0,5752	0,8462
11/07 a 11/08	0,0707	0,5711	0,5711	0,8083
12/07 a 12/08	0,0670	0,5673	0,5673	0,7714
13/07 a 13/08	0,0670	0,5673	0,5673	0,7713
14/07 a 14/08	0,0707	0,5711	0,5711	0,8082
15/07 a 15/08	0,0744	0,5748	0,5748	0,8451
16/07 a 16/08	0,0744	0,5748	0,5748	0,8453
17/07 a 17/08	0,0745	0,5749	0,5749	0,8454
18/07 a 18/08	0,0709	0,5713	0,5713	0,8097
19/07 a 19/08	0,0671	0,5674	0,5674	0,7723
20/07 a 20/08	0,0671	0,5674	0,5674	0,7718
21/07 a 21/08	0,0708	0,5712	0,5712	0,8087
22/07 a 22/08	0,0745	0,5749	0,5749	0,8457
23/07 a 23/08	0,0745	0,5749	0,5749	0,8461
24/07 a 24/08	0,0754	0,5758	0,5758	0,8470
25/07 a 25/08	0,0710	0,5714	0,5714	0,8105
26/07 a 26/08	0,0673	0,5676	0,5676	0,7737

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. * Depósitos até 03/05/12 ** Depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012

B3 - Brasil, Bolsa, Balcão

Índices de ações em 29/07/24

	Índice	No dia	No mês	No ano	Em 12 meses
Variação % em reais					
Ibovespa	126.954	-0,42	2,46	-5,39	5,63
IBrX	53.611	-0,48	2,33	-5,03	6,11
IBrX 50	21.371	-0,48	2,47	-3,81	7,82
IEE	89.505	-0,05	1,38	-5,74	-0,30
SMLL	2.024	-1,13	1,05	-13,96	-12,67
ISE	3.467	-0,42	2,53	-7,87	-3,86
IMOB	872	-0,80	3,76	-13,71	-8,99
IDIV	8.907	-0,19	1,63	-1,83	12,39
IFIX	3.353	-0,67	0,18	1,27	5,41
Variação % em dólares					
Ibovespa	22.478	-0,45	0,84	-18,90	-11,62
IBrX	9.492	-0,50	0,72	-18,59	-11,22
IBrX 50	3.784	-0,50	0,85	-17,55	-9,79
IEE	15.848	-0,07	-0,22	-19,20	-16,59
SMLL	358	-1,16	-0,54	-26,25	-26,93
ISE	614	-0,45	0,91	-21,03	-19,57
IMOB	154	-0,83	2,13	-26,04	-23,86
IDIV	1.577	-0,21	0,03	-15,85	-5,97
IFIX	594	-0,69	-1,40	-13,20	-11,81

Fontes: B3, Banco Central e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Prêmio de risco do EMBI+*

Spread em pontos base **

País	Spread 29/07/24	26/07/24	Variação - em pontos No dia	No mês	No ano
Geral	408	406	2,0	5,0	63,0
África do Sul	323	324	-1,0	-4,0	-3,0
Argentina	1.558	1.562	-4,0	103,0	-349,0
Brasil	225	224	1,0	-6,0	30,0
Colômbia	312	308	4,0	6,0	47,0
Filipinas	81	83	-2,0	13,0	23,0
México	186	186	0,0	0,0	19,0
Peru	106	107	-1,0	4,0	4,0
Turquia	251	254	-3,0	-2,0	-25,0
Venezuela	19.429	16.987	2.442,0	860,0	-4.663,0

Fonte: JP Morgan. Elaboração: Valor Data. *Calculado pelo JP Morgan. **Sobre o título do tesouro americano

Reservas internacionais

Liquidez Internacional *, em US$ milhões

Fim de período		Diário	
nov/23	348.406	17/07/24	362.230
dez/23	355.034	18/07/24	362.317
jan/24	353.563	19/07/24	361.368
fev/24	352.705	22/07/24	361.261
mar/24	355.008	23/07/24	361.475
abr/24	351.599	24/07/24	361.907
mai/24	355.560	25/07/24	361.665
jun/24	357.827	26/07/24	361.948

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. *Agrega, aos valores do conceito Caixa, haveres como títulos de exportação e outros de médio e longo prazos

Índice de Renda Fixa Valor

Base = 100 em 31/12/99

	29/07/24	26/07/24	25/07/24	24/07/24	23/07/24	22/07/24
Índice	2.123,53	2.124,00	2.119,58	2.124,15	2.125,05	2.128,97
Var. no dia	-0,02%	0,21%	-0,22%	-0,04%	-0,18%	0,08%
Var. no mês	0,78%	0,80%	0,59%	0,81%	0,85%	1,04%
Var. no ano	2,82%	2,85%	2,63%	2,85%	2,90%	3,09%

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Câmbio

Em 29/07/24

Moeda	Em US$ * Compra	Venda	Em R$ ** Compra	Venda
Baht (Tailândia)	36,0100	36,0400	0,15670	0,15680
Balboa (Panamá)	1,0000	1,0000	5,6473	5,6479
Bolívar Soberano (Venezuela)	36,5159	36,6074	0,1543000	0,1547000
Boliviano (Bolívia)	6,8600	7,0100	0,8056	0,8233
Colon (Costa Rica)	523,3500	535,0000	0,010560	0,010790
Coroa (Dinamarca)	6,8965	6,8975	0,8187	0,8190
Coroa (Islândia)	138,0400	138,3700	0,04081	0,04092
Coroa (Noruega)	11,0037	11,0077	0,5130	0,5133
Coroa (Rep. Tcheca)	23,4790	23,4890	0,2404	0,2406
Coroa (Suécia)	10,8286	10,8316	0,5214	0,5216
Dinar (Argélia)	134,0600	135,3824	0,04171	0,04213
Dinar (Kuwait)	0,3058	0,3059	18,4613	18,4693
Dinar (Líbia)	4,8207	4,8430	1,1661	1,1716
Direitos Especiais de Saque ***	1,3258	1,3258	7,4872	7,4880
Dirham (Emirados Árabes Unidos)	3,6729	3,6731	1,5375	1,5377
Dirham (Marrocos)	9,9038	9,9112	0,5698	0,5703
Dólar (Austrália)***	0,6537	0,6539	3,6916	3,6932
Dólar (Bahamas)	1,0000	1,0000	5,6473	5,6479
Dólar (Belize)	1,9982	2,0332	2,7775	2,8265
Dólar (Canadá)	1,3853	1,3857	4,0754	4,0770
Dólar (Cayman)	0,8250	0,8350	6,7632	6,8459
Dólar (Cingapura)	1,3433	1,3441	4,2015	4,2045
Dólar (EUA)	1,0000	1,0000	5,6473	5,6479
Dólar (Hong Kong)	7,8100	7,8104	0,7230	0,7232
Dólar (Nova Zelândia)***	0,5866	0,5870	3,3127	3,3153
Dólar (Trinidad e Tobago)	6,7302	6,8260	0,8273	0,8392
Euro (Comunidade Européia)***	1,0817	1,0821	6,1087	6,1116
Florim (Antilhas Holandesas)	1,7845	1,8200	3,1029	3,1650
Franco (Suíça)	0,8859	0,8863	6,3718	6,3753
Guarani (Paraguai)	7559,0400	7572,6000	0,0007458	0,0007472
Hryvnia (Ucrânia)	40,9500	41,1000	0,1374	0,1379
Iene (Japão)	153,9500	153,9800	0,03668	0,03669
Lev (Bulgária)	1,8080	1,8084	3,1228	3,1238
Libra (Egito)	48,2800	48,3800	0,1167	0,1170
Libra (Líbano)	89500,0000	89600,0000	0,000063	0,000063
Libra (Síria)	13000,0000	13003,0000	0,00043	0,00043
Libra Esterlina (Grã Bretanha)***	1,2848	1,2852	7,2557	7,2587
Naira (Nigéria)	1580,0000	1660,0000	0,00340	0,00358
Lira (Turquia)	33,0350	33,0496	0,1709	0,1710
Novo Dólar (Taiwan)	32,8800	32,8980	0,17170	0,17180
Novo Sol (Peru)	3,7395	3,7415	1,5094	1,5103
Peso (Argentina)	930,5000	931,0000	0,00607	0,00607
Peso (Chile)	957,7000	958,1000	0,005894	0,005897
Peso (Colômbia)	4066,6100	4068,6100	0,001388	0,001389
Peso (Cuba)	24,0000	24,0000	0,2353	0,2353
Peso (Filipinas)	58,6020	58,6220	0,09633	0,09638
Peso (México)	18,6660	18,6700	0,3025	0,3026
Peso (Rep. Dominicana)	59,0600	59,4400	0,09501	0,09563
Peso (Uruguai)	40,2600	40,2900	0,14020	0,14030
Rande (África do Sul)	18,4614	18,4680	0,3058	0,3059
Rial (Arábia Saudita)	3,7514	3,7516	1,5053	1,5055
Rial (Irã)	42000,0000	42005,0000	0,0001344	0,0001345
Ringgit (Malásia)	4,6370	4,6410	1,2168	1,2180
Rublo (Rússia)	86,3955	86,4045	0,06536	0,06537
Rúpia (Índia)	83,7505	83,7675	0,06742	0,06744
Rúpia (Indonésia)	16275,0000	16285,0000	0,0003468	0,0003470
Rúpia (Paquistão)	278,4000	278,6000	0,02027	0,02029
Shekel (Israel)	3,7173	3,7206	1,5178	1,5194
Won (Coréia do Sul)	1382,1600	1382,5000	0,004085	0,004086
Yuan Renminbi (China)	7,2597	7,2603	0,7778	0,7780
Zloty (Polônia)	3,9701	3,9713	1,4220	1,4226

	Cotações Ouro Spot (2)	Paridade (3)	Em R$(1) Compra	Venda
Dólar Ouro	2375,53	0,01309	431,4209	431,4668

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: Valor Data
* Cotações em unidades monetárias por dólar. ** Cotações em reais por unidade monetária. *** Moedas do tipo B (cotadas em dólar por unidade monetária). (1) Por grama. (2) US$ por onça. (3) Grama por US$. Observações: As taxas acima deverão ser utilizadas somente para coberturas específicas de acordo com a legislação vigente. As contratações acima referidas devem ser realizadas junto às regionais de câmbio do Rio e de São Paulo. O lote mínimo operacional, exclusivamente para efeito das operações contratadas junto à mesa de operações do Banco Central em Brasília, foi fixado para hoje em US$ 1.000.000. Nota: em 29/03/10, o Banco Central do Brasil passou a divulgar, para a maior parte das moedas presentes na tabela, as cotações com até quatro casas decimais, padronizando-as aos parâmetros internacionais

Índices de ações Valor-Coppead

Em pontos

Índice	29/07/24	26/07/24	No fim de jun/24	dez/23	Variação - em % dia	mês	Ano
Valor-Coppead Performance	162.218,85	162.572,64	158.096,12	173.997,89	-0,22	2,61	-6,77
Valor-Coppead Mínima Variância	99.117,48	99.570,11	95.968,24	93.533,91	-0,45	3,28	5,97

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Captações de recursos no exterior

Últimas operações realizadas no mercado internacional *

Emissor/Tomador	Data de liquidação	Data do vencimento	Prazo meses	Valor US$ milhões	Cupom/ Custo em %	Retorno em %	Spread pontos-base **
BTG Pactual	08/04/24	08/04/29	60	500	6,25	-	-
Nexa	09/04/24	09/04/34	120	600	6,75	-	-
Movida	11/04/24	11/04/29	60	500	-	7,85	-
Aegea (1) (3)	25/06/24	20/01/31	79	300	9,0	8,375	-
República Federativa do Brasil (2)	27/06/24	22/01/32	91	2.000	6,125	6,375	212,8
Vale	28/06/24	28/06/54	360	1.000	6,4	6,458	210,0
XP	04/07/24	04/07/29	60	500	-	7	-

Fontes: Instituições e agências internacionais. Elaboração: Valor Data. * Atualizada em 29/07/24. ** Sobre o título do Tesouro americano de mesmo prazo. (1) Desenvolvimento sustentável (sustainabillity linked bond). (2) Títulos sustentáveis (green bonds). (3) Reabertura

ADR - Índices

Em 29/07/24

Índice	29/07/24	26/07/24	Em 28/06/24	29/12/23	29/07/23	Variação - em % dia	mês	ano	12 meses
S&P BNY	182,19	182,92	183,93	165,54	160,84	-0,40	-0,95	10,06	13,28
S&P BNY Emergentes	344,74	346,94	353,54	312,75	315,10	-0,63	-2,49	10,23	9,41
S&P BNY América Latina	188,06	189,35	189,48	225,28	211,20	-0,68	-0,75	-16,52	-10,96
S&P BNY Brasil	185,85	186,42	186,15	232,95	211,40	-0,31	-0,17	-20,22	-12,09
S&P BNY México	292,08	295,63	294,86	331,67	335,67	-1,20	-0,94	-11,94	-12,99
S&P BNY Argentina	215,85	221,64	230,09	178,27	153,54	-2,61	-6,19	21,08	40,58
S&P BNY Chile	137,40	138,40	137,44	162,12	184,00	-0,72	-0,03	-15,25	-25,33
S&P BNY Índia	3.109,41	3.125,50	3.032,46	2.923,01	2.871,30	-0,51	2,54	6,38	8,29
S&P BNY Ásia	214,14	215,23	219,12	189,60	188,89	-0,51	-2,27	12,94	13,36
S&P BNY China	306,25	305,89	302,10	336,11	377,05	0,12	1,37	-8,89	-18,78
S&P BNY África do Sul	210,02	209,44	200,45	199,87	230,63	0,28	4,77	5,08	-8,94
S&P BNY Turquia	36,90	37,41	34,29	22,45	22,20	-1,37	7,60	64,34	66,19

Fonte: S&P BNY Mellon. Elaboração: Valor Data

Bolsas de valores internacionais

País	Cidade	Índice	29/07/24	26/07/24	Variações % No dia	No mês	No ano	Em 12 meses	Em 12 meses Menor índice	Maior índice
Américas										
EUA	Nova York	Dow Jones	40.539,93	40.589,34	-0,12	3,63	7,56	14,33	32.417,59	41.198,08
EUA	Nova York	Nasdaq-100	19.059,49	19.023,66	0,19	-3,17	13,27	21,01	14.109,57	20.675,38
EUA	Nova York	Nasdaq Composite	17.370,20	17.357,88	0,07	-2,04	15,71	21,33	12.595,61	18.647,45
EUA	Nova York	S&P 500	5.463,54	5.459,10	0,08	0,06	14,54	19,23	4.117,37	5.667,20
Canadá	Toronto	S&P/TSX	22.779,56	22.814,81	-0,15	4,13	8,69	11,01	18.737,39	22.995,39
México	Cidade do México	IPC	52.515,78	52.819,58	-0,58	0,14	-8,49	-4,36	48.197,88	58.711,87
Colômbia	Bogotá	COLCAP	1.340,69	1.345,63	-0,37	-2,91	12,17	15,39	1.046,70	1.441,68
Venezuela	Caracas	IBVC	88.478,81	89.244,31	-0,86	12,43	52,99	149,04	34.894,95	90.723,50
Chile	Santiago	IPSA	6.486,19	6.432,16	0,84	1,13	4,65	2,32	5.407,50	6.810,91
Peru	Lima	S&P/BVL General	Feriado	29.682,90	-	-0,71	14,34	28,19	21.451,73	30.891,77
Argentina	Buenos Aires	Merval	1.481.241,56	1.542.021,75	-3,94	-8,07	59,32	223,57	441.515,67	1.715.609,97
Europa, Oriente Médio e África										
Euro	-	Euronext 100	1.465,62	1.474,98	-0,63	-1,26	5,02	4,64	3.425,66	4.149,65
Alemanha	Frankfurt	DAX-30	18.320,67	18.417,55	-0,53	0,47	9,37	11,24	14.687,41	18.869,36
França	Paris	CAC-40	7.443,84	7.517,68	-0,98	-0,48	-1,32	-0,44	6.795,38	8.239,99
Itália	Milão	FTSE MIB	33.640,83	33.812,44	-0,51	1,47	10,84	14,04	27.287,45	35.410,13
Bélgica	Bruxelas	BEL-20	4.116,86	4.088,20	0,70	5,91	11,03	8,67	3.290,68	4.116,86
Dinamarca	Copenhague	OMX 20	2.680,35	2.656,64	0,89	-7,18	17,38	34,60	1.970,75	2.952,52
Espanha	Madri	IBEX-35	11.117,80	11.165,90	-0,43	1,59	10,05	14,79	8.918,30	11.444,00
Grécia	Atenas	ASE General	1.468,01	1.469,25	-0,08	4,54	13,52	10,06	1.111,29	1.502,79
Holanda	Amsterdã	AEX	904,12	906,64	-0,28	-2,14	14,91	13,83	714,05	944,91
Hungria	Budapeste	BUX	73.745,69	73.174,10	0,78	2,29	21,65	38,26	53.235,03	73.745,69
Polônia	Varsóvia	WIG	84.110,95	83.712,63	0,48	-5,08	7,20	16,88	63.776,83	89.414,00
Portugal	Lisboa	PSI-20	6.699,06	6.669,78	0,44	3,38	4,73	8,72	5.824,40	6.971,10
Rússia	Moscou	RTS*	1.057,99	1.102,01	-3,99	-8,70	-2,35	2,35	982,60	1.211,87
Suécia	Estocolmo	OMX	2.580,00	2.578,75	0,05	0,41	7,58	14,47	2.049,65	2.641,47
Suíça	Zurique	SMI	12.214,90	12.241,49	-0,22	1,84	9,67	7,93	10.323,71	12.365,18
Turquia	Istambul	BIST 100	10.733,75	10.891,42	-1,45	0,81	43,69	51,88	6.856,11	11.172,75
Israel	Tel Aviv	TA-125	2.011,34	-	-2,07	3,28	7,23	8,03	1.608,42	2.069,46
África do Sul	Joanesburgo	All Share	81.011,63	81.120,51	-0,13	1,64	5,36	3,19	69.451,97	82.154,06
Ásia e Pacífico										
Japão	Tóquio	Nikkei-225	38.468,63	37.667,41	2,13	-2,82	14,95	17,43	30.526,88	42.224,02
Austrália	Sidney	All Ordinaries	8.224,30	8.153,40	0,87	2,63	5,04	7,99	6.960,20	8.303,50
China	Shenzhen	SZSE Composite	1.562,19	1.569,59	-0,47	-3,45	-15,00	-23,89	1.433,10	2.071,59
China	Xangai	SSE Composite	2.891,85	2.890,90	0,03	-2,55	-2,79	-11,72	2.702,19	3.291,04
Coréia do Sul	Seul	KOSPI	2.765,53	2.731,90	1,23	-1,15	4,15	6,03	2.277,99	2.891,35
Hong Kong	Hong Kong	Hang Seng	17.238,34	17.021,31	1,28	-2,71	1,12	-13,45	14.961,18	20.078,94
Índia	Bombaim	S&P BSE Sensex	81.355,84	81.332,72	0,03	2,94	12,62	22,97	63.148,15	81.355,84
Indonésia	Jacarta	JCI	7.288,90	7.288,17	0,01	3,19	0,22	5,63	6.642,42	7.433,32
Tailândia	Bangcoc	SET	Feriado	1.307,21	-	0,48	-7,67	-15,30	1.288,58	1.576,67
Taiwan	Taipé	TAIEX	22.164,49	22.119,21	0,20	-3,77	23,61	28,17	16.001,27	24.390,03

Fontes: Valor PRO, Bolsas de Bangcoc, Bogotá, Bombaim, Budapeste, Istambul, Jacarta, Joanesburgo, Lima, Madrid, Moscou e Zurique. Elaboração: Valor Data
* Índice expresso em dólares

TRIVOR S/A

CNPJ/MF 07.569.901/0001-48 / NIRE JCDF 53 3 0001095 1

Relatório da Diretoria

A Diretoria da **TRIVOR S/A**, nos termos legais e estatutários, vem colocar à disposição dos acionistas, as Demonstrações Financeiras encerradas em 31/12/2023, bem como colocar à disposição os documentos que as geraram.

Bernardo Queiroz Nunes Alves - Diretor Administrativo

Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro	2022	2023
ATIVO	**64.574.400,25**	**80.773.112,26**
CIRCULANTE	**12.998.347,60**	**11.845.309,68**
Disponibilidades Imediatas	1.252.290,74	638.460,31
Estoques de Bovinos	11.628.839,86	8.765.330,64
Adiantamentos a Funcionários e Terceiros	-	73.290,00
Créditos Realizáveis Diversos	117.217,00	2.368.228,73
NÃO CIRCULANTE	**51.576.052,65**	**68.927.802,58**
CRÉDITOS DE LONGO PRAZO	**6.164.947,46**	**9.712.629,26**
C/C Pessoas Ligadas (sócios)	5.771.885,22	960.170,21
Titulos a Receber	393.062,24	8.752.459,05
PERMANENTE	**45.411.105,19**	**59.215.173,32**
INVESTIMENTOS	**22.439.748,46**	**33.890.038,77**
Participações Societárias em Coligadas	22.439.748,46	33.890.038,77
IMOBILIZADO TANGÍVEL	**22.971.356,73**	**25.325.134,55**
Imóveis de Uso	19.665.144,21	19.665.144,21
Veículos Utilitários e Caminhões	1.855.477,78	2.075.248,27
Semoventes	368.148,81	828.148,81
Tratores, Máquinas, Implementos e Equipamentos	3.766.871,25	5.656.807,78
Benfeitorias e Instalações	1.976.387,66	2.581.834,68
Tanques, Bebedouros d'agua e Colchoeiras	306.208,14	336.208,14
Móveis e Utensílios	97.195,44	131.218,24
Currais e Cercas Divisórias	284.391,90	318.487,90
Outros Imobilizados	282.559,53	404.914,06
(-) Depreciações Acumuladas	(5.631.027,99)	(6.672.877,54)
PASSIVO	**64.574.400,25**	**80.773.112,26**
CIRCULANTE	**1.297.719,76**	**2.318.654,95**
Fornecedores	879.914,42	1.074.195,68
Obrigações Sociais e Fiscais	232.724,10	228.392,55
Empréstimos e Financiamentos	56.333,11	431.896,52
Outras Contas a Pagar	128.748,13	584.170,20
NÃO CIRCULANTE	**11.654.708,12**	**17.619.016,99**
Financiamentos	6.238.171,68	7.581.157,26
Títulos a Pagar	2.480.655,92	4.644.341,61
C/C Partes Relacionadas	2.935.880,52	5.393.518,12
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**51.621.972,37**	**60.835.440,32**
Capital Social	28.624.557,00	37.000.002,00
Ajustes Avaliações Patrimoniais	7.430.364,00	7.430.364,00
Reservas de Lucros	51.941,00	486.941,00
Adiantamento p/ Futuro Aumento de Capital (AFAC)	6.870.000,00	-
Lucros ou (-) Prejuízos Acumulados	8.645.110,37	15.918.133,32

Brasília- DF, 30 de abril de 2024.

Bernardo Queiroz Nunes Alves - Diretor Administrativo

Sebastião Nunes Borges - Contador CRC/DF 004579/O-5

MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS CAP.LUCROS	ADIANTAMENTO AUMENTO CAPITAL	RETENÇÃO DE LUCROS
SALDOS EM 31/12/2018	**15.150.000,00**	**7.430.364,00**	**11.781.000,00**	**(176.550,79)**
Lucros do Exercício de 2019	-	-	-	1.870.110,68
Aumento de Capital	11.781.000,00	-	(11.781.000,00)	-
SALDOS EM 31/12/2019	**26.931.000,00**	**7.430.364,00**	**-**	**1.693.559,89**
Lucros do Exercício de 2020	-	-	-	8.413.896,97
Aumento de Capital com Lucros	1.693.557,00	-	-	-
Distribuição de Lucros/Dividendos	-	-	-	**(1.693.557,00)**
SALDOS EM 31/12/2020	**28.624.557,00**	**7.430.364,00**	**-**	**8.413.899,86**
Lucros do Exercício de 2021	-	-	-	774.948,30
Aportes de Acionistas	-	-	6.870.000,00	-
Distribuição de Lucros/Dividendos	-	-	-	(8.150.010,00)
SALDOS EM 31/12/2021	**28.624.557,00**	**7.430.364,00**	**6.870.000,00**	**1.038.838,16**
Lucros do Exercício de 2022	-	-	-	8.621.108,21
Reservas de Lucros	-	**51.941,00**	**-**	(51.941,00)
Distribuição de Lucros/Dividendos	-	-	-	(962.895,00)
SALDOS EM 31/12/2022	**28.624.557,00**	**7.482.305,00**	**6.870.000,00**	**8.645.110,37**
Lucros do Exercício de 2023	-	-	-	15.867.065,95
Distribuição de Lucros/Dividendos	-	-	-	(8.159.043,00)
Aumento de Capital c/c Acionistas	1.505.445,00	-	-	-
Aumento de Capital Transf. AFAC	6.870.000,00	-	(6.870.000,00)	-
Reserva Legal	-	435.000,00	-	(435.000,00)
SALDOS EM 31/12/2023	**37.000.002,00**	**7.917.305,00**	**-**	**15.918.133,32**

Demonstração de Resultado do Exercício	2022	2023
RECEITAS BRUTA DE VENDAS	**6.879.418,71**	**11.323.235,85**
Vendas de Bovinos	6.310.030,24	7.071.849,89
Vendas Produtos Agrícolas	569.388,47	4.251.385,96
(-) DEDUÇÕES DE VENDAS	(86.219,44)	(128.777,32)
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	**6.793.199,27**	**11.194.458,53**
CUSTOS DIRETOS DAS VENDAS	**(4.302.771,20)**	**(11.067.918,02)**
Custos dos Bovinos Vendidos	(1.786.861,19)	(9.700.521,33)
Custos Produtos Agrícolas	(2.515.910,01)	(1.367.396,69)
LUCRO BRUTO SOBRE VENDAS	**2.490.428,07**	**126.540,51**
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	6.060.836,81	15.798.640,56
Equivalência Patrimonial	6.571.877,46	15.682.363,97
Receitas Alugueis Veículos, Máquinas e Imóveis	1.172.741,64	627.261,51
Superveniências Ativas	4.137.172,46	6.093.814,08
Outras Receitas Operacionais	9.775,97	17.323,00
Despesas Financeiras Líquidas	(698.508,50)	(893.397,97)
Pessoal e Encargos	(1.400.624,41)	(1.440.426,07)
Despesas Tributárias	(187.580,06)	(324.548,07)
Insubsistências Passivas	(43.676,07)	(52.142,06)
Administrativas e Gerais	(3.500.341,68)	(3.911.607,83)
LUCRO OPERACIONAL	**8.551.264,88**	**15.925.181,07**
RESULTADOS NÃO OPERACIONAIS	122.570,17	(387,05)
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS	**8.673.835,05**	**15.924.794,02**
PROVISÕES IRPJ / CSLL	(52.726,84)	(57.728,07)
LUCRO OU (-)PREJUIZO LÍQUIDO FINAL	**8.621.108,21**	**15.867.065,95**

As demonstrações financeiras, as notas explicativas completas e parecer dos auditores independentes, estão acessíveis pelo site www.valor.globo.com/valor-ri/ ou na sede da companhia.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	2022	2023
DISPONIBILIDADE INICIAL	**256.012,56**	**1.252.290,74**
INGRESSOS MONETÁRIOS	**16.126.893,76**	**30.909.284,52**
Aumento (Redução) Passivo Circulante	(2.154.866,93)	1.020.935,19
Aumento (Redução) Financiamentos e Contas Pagar L. Prazo	5.821.914,67	5.964.308,87
Receitas do Exercício (Exceto Equivalência Patrimonial)	12.459.846,02	18.186.521,80
Integralização de Capital	-	8.375.445,00
Dividendos Ativos	-	4.232.073,66
Aportes de Acionistas (AFAC)	-	(6.870.000,00)
DESEMBOLSOS MONETÁRIOS	15.130.615,58	31.523.114,95
Financiamentos a Clientes	(3.187.035,20)	8.359.396,81
Aplicações (Reduções) em Estoques	6.087.189,15	(2.863.509,22)
Aumento (Redução) Contas Correntes Pessoas Ligadas Ativas	474.802,10	(4.811.715,01)
Imobilizações Líquidas (Aquisições menos as Baixas)	1.136.479,85	3.395.627,37
Dividendos Distribuídos	962.895,00	8.159.043,00
Baixas de Depreciações de Bens Vendidos/Baixados	136.017,09	65.549,05
Aumento (Redução) Adiantamentos e Outros Créditos	116.167,00	2.324.301,73
Custos e Despesas do Ano (Exceto Depreciações/Equivalência)	9.404.100,59	16.894.421,22
DISPONIBILIDADE FINAL	**1.252.290,74**	**638.460,31**

DEMONSTRAÇÃO DO EBITDA	2022	2023
RESULTADO OPERACIONAL	**8.551.264,88**	**15.925.181,07**
(+/-) equivalência patrimonial	(6.571.877,46)	(15.682.363,97)
(+) Depreciações	1.006.514,68	1.107.398,60
(+) Despesas Financeiras Líquidas	698.508,50	893.397,97
EBITDA FINAL	**3.684.410,60**	**2.243.613,67**

CACHOEIRA PAULISTA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/ME nº 05.336.882/0001-84
NIRE nº 33.3002737-78

AVISO AOS DEBENTURISTAS DA 2ª (SEGUNDA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA CACHOEIRA PAULISTA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CACHOEIRA PAULISTA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A., sociedade por ações, com registro de emissor de valores mobiliários perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") sob o nº 22683, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, na Rua do Passeio, n.º 38, sala 1201, setor 2, Centro, CEP 20.021-290, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica ("CNPJ") sob nº 05.336.882/0001-84, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob o NIRE 333002737-78 ("Emissora"), emissora de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, da sua 2ª (segunda) emissão ("Debêntures"), as quais foram objeto de oferta pública, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada, nos termos do "*Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, Em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A.*" celebrada entre a Emissora e a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Agente Fiduciário"), em 06 de julho de 2021, conforme aditado de tempos em tempos ("Escritura de Emissão"), vem, por meio deste, **COMUNICAR** que, nos termos da Cláusula 8.4 da Escritura de Emissão, pretende realizar oferta de aquisição de parte das Debêntures, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, e da Resolução da CVM nº 77, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 77"), observadas as condições dispostas abaixo ("Oferta de Aquisição"):

Os termos iniciados com letras maiúsculas utilizados neste aviso que não estiverem aqui expressamente definidos terão os respectivos significados que lhes foram atribuídos na Escritura de Emissão.

(i) Objeto da Oferta de Aquisição: 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, da Emissora;

(ii) Quantidade de Debêntures objeto da Oferta de Aquisição: no máximo, 23.000 (vinte e três mil) Debêntures ("Quantidade de Debêntures da Oferta");

(iii) Data da Liquidação da Oferta de Aquisição: 20 de agosto de 2024, sendo certo que caso a prorrogação da referida data seja necessária, a Emissora irá divulgar novo comunicado aos titulares das Debêntures ("Debenturistas") com, no mínimo, 3 (três) dias úteis de antecedência à data inicialmente prevista para a liquidação da Oferta de Aquisição, observado o prazo mínimo de 15 (quinze) dias contados da data do novo comunicado para que os Debenturistas manifestem seu interesse de alienação das Debêntures objeto da Oferta de Aquisição, nos termos da Resolução CVM 77 ("Data de Liquidação");

(iv) Destinação das Debêntures objeto da Oferta de Aquisição: as Debêntures que venham a ser adquiridas pela Emissora em decorrência da Oferta de Aquisição serão mantidas na tesouraria da Emissora;

(v) Preço de Aquisição das Debêntures objeto da Oferta de Aquisição: o preço pelo qual as Debêntures serão adquiridas no âmbito da Oferta de Aquisição corresponderá: **(a)** saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior (inclusive) até a Data de Liquidação, acrescido de; **(b)** prêmio equivalente a 0,40% (quarenta centésimos por cento) ao ano, *pro rata temporis*, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis considerando a quantidade de Dias Úteis a transcorrer entre a Data de Liquidação e a Data de Vencimento das Debêntures ("Preço de Aquisição"), que em 20 de agosto de 2024 corresponderá a 2,7397%. O Preço de Aquisição será único para todas as Debêntures. O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente; e

(vi) Prazo para Manifestação dos Debenturistas: os Debenturistas deverão manifestar seu interesse de alienação das Debêntures objeto da Oferta de Aquisição dentro de 15 (quinze) dias contados da data desta comunicação, ou seja, impreterivelmente até o dia 14 de agosto de 2024 (inclusive) ("Prazo de Manifestação").

Outras informações:

Os Debenturistas que tiverem interesse em alienar suas Debêntures deverão, dentro do Prazo de Manifestação, manifestar sua adesão à Oferta de Aquisição, de forma escrita, por meio do envio de formulário à Emissora, com cópia para o Agente Fiduciário, na forma do Anexo I desta comunicação ("Termo de Transferência"), disponível em www.celeogroup.com/inversores/infobrasil/, por correio eletrônico (e-mail), nos endereços indicados abaixo:

(i) Para a Emissora:
At.: Diretoria de Relação com Investidores
E-mail: br.investidores@celeogroup.com

(ii) Para o Agente Fiduciário:
At.: Controles
E-mail: af.controles@oliveiratrust.com.br

A aquisição, pela Emissora, das Debêntures detidas pelos Debenturistas que aderirem à Oferta de Aquisição, nos termos e condições acima estipulados, será efetuada mediante o pagamento, pela Emissora, do Preço de Aquisição, na Data de Liquidação, por meio dos procedimentos operacionais da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão – Balcão B3 ("B3").

Sem prejuízo do envio, pelo Debenturista à Emissora, com cópia para o Agente Fiduciário, do Termo de Transferência, nos termos acima previstos, o procedimento para manifestação, pelo Debenturista, de interesse de alienação das Debêntures de que é titular no âmbito da Oferta de Aquisição deve ser realizado diretamente pelo Debenturista no sistema NoMe, através de seu custodiante contratado. O lançamento é feito em Títulos e Valores Mobiliarios > Cadastramento de Operações > Recompra pelo Emissor > Manifestação de Venda para o Emissor. Para que o lançamento da adesão à Oferta de Aquisição possa ser efetuado, é necessário que o período previsto para esta manifestação já tenha sido cadastrado no sistema. Esta função permite ao Debenturista registrar de forma unilateral a sua manifestação de interesse de alienação das Debêntures para a Emissora, em data pré-agendada. O período para a realização deste lançamento de forma unilateral é até 14 de agosto de 2024 (inclusive), podendo ser parcial ou total. O envio da manifestação de interesse de alienação das Debêntures para a Emissora, bem como a desistência desse envio, quando efetuados fora desse período, devem ser confirmados pelo Escriturador. Os lançamentos de manifestação de interesse e de desistência em relação à alienação das Debêntures para a Emissora só poderão ser realizados dentro do Prazo de Manifestação.

Sem prejuízo das condições da Oferta de Aquisição previstas acima, a Oferta de Aquisição permanecerá válida caso a quantidade de Debêntures indicada nas manifestações de interesse enviadas pelos Debenturistas em relação à Oferta de Aquisição seja inferior à Quantidade de Debêntures da Oferta. Ainda, nos termos do §5º, do artigo 19, da Resolução CVM 77, os Debenturistas poderão condicionar sua adesão à Oferta de Aquisição a que haja a aceitação: **(i)** de Debenturistas interessados em alienar a totalidade da Quantidade de Debêntures da Oferta (incluindo as Debêntures de titularidade do referido Debenturista); ou **(ii)** de Debenturistas interessados em alienar Debêntures representando uma quantidade mínima das Debêntures (incluindo as Debêntures de titularidade do referido Debenturista), definida conforme critério do próprio Debenturista, mas que não pode ser superior à Quantidade de Debêntures da Oferta. Nesse sentido, os Debenturistas deverão indicar qualquer destas eventuais condições adicionais para sua adesão à Oferta de Aquisição no Termo de Transferência.

Caso a quantidade de Debêntures em relação aos quais os Debenturistas tenham manifestado seu interesse de alienação no âmbito da Oferta de Aquisição seja superior à Quantidade de Debêntures da Oferta, a Emissora irá, nos termos do §6º, do artigo 19, da Resolução CVM 77, realizar a aquisição de tais Debêntures de forma proporcional, sendo certo que cada Debenturista que tiver indicado interesse em alienar suas Debêntures deverá ter, pelo menos, 1 (uma) Debênture adquirida no âmbito da Oferta de Aquisição.

O presente comunicado tem caráter irretratável, sem prejuízo da possibilidade de revogação ou alteração de qualquer das condições aqui previstas, até o fim do Prazo de Manifestação, desde que: **(i)** tal revogação ou alteração seja comunicada ao Agente Fiduciário e a todos os Debenturistas pelos mesmos meios de divulgação deste comunicado; **(ii)** seja concedido prazo igual ou maior do que o Prazo de Manifestação para que **(a)** os Debenturistas que já tenham manifestado seu interesse em alienar Debêntures possam revogar ou alterar tal interesse, presumida a manutenção do interesse em caso de silêncio; e **(b)** os Debenturistas que não tenham manifestado interesse em alienar suas Debêntures possam fazê-lo.

Até o fim do Prazo de Manifestação, os Debenturistas podem tornar sem efeito o presente comunicado e a Oferta de Aquisição.

A Emissora esclarece que a realização da Oferta de Aquisição e a efetiva aquisição de Debêntures no âmbito da Oferta de Aquisição foi aprovada em reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 29 de julho de 2024.

Rio de Janeiro, 30 de julho de 2024.

Luiz Carlos Leite

Diretor de Relações com Investidores

INÊS 249

Investimentos Para Maciel, taxação de fundos fechados exclusivos piorou cenário; puxada por crédito, gestora cresceu 15% no primeiro semestre

Multimercados não terão peso do passado, diz CEO da AZ Quest

ANA PAULA PAIVA/VALOR

Maciel, CEO da AZ Quest: "Depois das mudanças de tributação, não vejo nossa indústria voltar a ser como era"

Liane Thedim
Do Rio

Depois de amargar dois anos negativos — 2022 e 2023 —, a indústria de fundos teve um primeiro semestre desafiador e a taxação dos fundos fechados exclusivos piorou o quadro. A avaliação é do CEO da gestora AZ Quest, Walter Maciel, que não acredita em mudanças significativas até o fim do ano. "Depois das mudanças de tributação, não vejo nossa indústria voltar a ser como era", afirma. "Não vai ser melhor ou pior, vai ser diferente. Relativamente a outras classes, a de multimercados não será mais tão grande."

Com a taxação, o dinheiro desses fundos encontrou outros destinos. "A isenção fiscal para quem tinha fundo exclusivo fechado trazia um CDI a mais em rendimento a cada cinco ou seis anos", comenta. "Multimercados e ações encolheram e houve migração grande para produtos estruturados e de crédito, que conseguem absorver um volume maior com mais liquidez."

Segundo Maciel, quando o investidor voltar a ter disposição para risco, a renda variável vai crescer mais do que os multimercados. Ele aponta que, no mercado acionário brasileiro, a relação entre preço e lucro está em seus menores níveis históricos, o que poderia significar boas oportunidades. Mas fatores macroeconômicos, como a desconfiança em relação à política fiscal do governo brasileiro e a demora dos Estados Unidos em reduzirem os juros, impedem a recuperação.

"É um cenário agressivo para a indústria de fundos. Há uma série de instrumentos para se proteger de volatilidade, mas, de imprevisibilidade, não. Quando mina a confiança do investidor é muito ruim para a economia."

Conforme dados da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima), no primeiro semestre do ano os fundos registraram captação líquida positiva de R$ 159 bilhões, o segundo melhor para o período nos últimos cinco anos, puxada pela classe de renda fixa. Os fundos de crédito privado são destaque, com captação líquida entre janeiro e maio de R$ 163 bilhões. Já os de infraestrutura ficaram R$ 53,2 bilhões no azul no período.

> "É um cenário agressivo para a indústria. Quando mina a confiança do investidor é muito ruim"
> *Walter Maciel*

Nos multimercados, por outro lado, os resgates continuam predominando. No primeiro semestre, as saídas líquidas foram de R$ 81 bilhões, ante retiradas de R$ 52,4 bilhões no mesmo período de 2023. Os fundos de ações também tiveram captação líquida negativa (R$ 111 milhões). Em 2023, a classe ficou no vermelho em R$ 180,7 bilhões e, em 2022, R$ 86,3 bilhões. Em 2020, quando os juros chegaram a 2% por causa da pandemia, os multimercados tiveram a maior captação líquida da indústria, de R$ 103,8 bilhões.

Para mudar o apetite para risco do investidor, afirma, seria preciso que o afrouxamento monetário começasse nos Estados Unidos ou que fossem adotadas medidas concretas na área fiscal, com estratégia clara de cortes de gastos, o que diz, tem chance remota acontecer. De acordo com Maciel, em algum momento os juros terão efeito sobre a economia americana, o que levará o banco central do país a iniciar o corte de juros. A medida permitirá novas reduções no Brasil também, se a questão fiscal doméstica estiver resolvida. "Não tem mal que dure para sempre, e talvez ano que vem seja melhor".

Ele aponta ainda uma questão estrutural da indústria de fundos brasileira, que faz com que muitas estratégias acabem se assemelhando bastante, contribuindo para o desempenho negativo: "São mais de 950 gestores para pouco mais de 400 empresas listadas na bolsa. Não faz sentido. É gestor demais."

O executivo comemora o crescimento de 15% no primeiro semestre da AZ Quest, que atingiu a marca de R$ 30 bilhões sob gestão, sendo que a área de crédito hoje responde por 50% do total. Em investimentos alternativos são R$ 2,5 bilhões. Ele diz que a gestora funciona como se fossem várias miniempresas, com cada equipe buscando bater seu objetivo de rentabilidade para estar pronto para captar quando fizer sentido para o investidor. "Temos dez estratégias diferentes, e a diversificação ajuda muito no resultado porque nos deixa menos expostos ao cenário macroeconômico."

Para o segundo semestre, a ideia é fazer novas emissões de fundos de investimento imobiliários, de infraestrutura, crédito privado e quantitativos. Neste mês, a AZ Quest fechou uma emissão de R$ 145,4 milhões de seu fundo de investimento em participações em infraestrutura (FIP-IE) AZ Quest Infra-Yield II. Com isso, o patrimônio mais do que dobrou, para R$ 250 milhões, e o número de cotistas subiu de mil para quase cinco mil. Segundo Samuel Santos, gestor responsável pela estratégia de infraestrutura, é o primeiro fundo listado na B3 focado em debêntures não isentas do setor.

Número de pessoas que investem em FIDCs dispara

Mariana Ribeiro e Victoria Netto
De São Paulo e Rio

As pessoas físicas passaram a investir mais em fundos de investimento em direitos creditórios (FIDCs) em 2024, de acordo com a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (Anbima). Relatório divulgado ontem pela entidade mostra que 37,8 mil pessoas investiam no instrumento em maio deste ano, alta de 70% na comparação com o final de 2023.

A resolução 175 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) abriu as portas para que investidores em geral entrassem nesse produto, que antes era voltado especificamente para investidores profissionais e qualificados.

"Nossa expectativa é que a adaptação do estoque de FIDCs às novas normas, que acontecerá em novembro deste ano, abra espaço para um crescimento ainda maior que o registrado até aqui", afirma, em nota, Sergio Cutolo, diretor da Anbima.

Além dos investidores pessoa física, a Anbima destaca a relevância dos fundos de investimento, segundo maior público com cotas de FIDCs. De acordo com o relatório, havia 29 mil fundos investindo na categoria em maio.

Em maio, 71,6% dos ativos de FIDCs abertos tinham liquidez superior a 360 dias. "Ou seja, em períodos de estresse e grandes ondas de resgate, os gestores desses fundos podem ter dificuldades em liquidar seus ativos e honrar a demanda de seus cotistas", diz a associação.

No fim de 2023, o percentual era de 65,6%. Apesar da alta comparada a 2023, o resultado é inferior aos níveis de 2022 e 2021, de 80,9% e 85,2%, respectivamente.

A entidade afirma ainda que a existência de fundos financeiros abertos com participação em FIDCs fechados também oferece um risco de liquidez devido às dificuldades para atender ao resgate dos cotistas. Em maio de 2024, havia 1.656 fundos desse tipo.

> **37,8 mil**
> **era o número de cotistas PF nos FIDCs em maio**

Ontem, a CVM também divulgou seu boletim econômico e mostrou que as emissões de valores mobiliários cresceram 63% no primeiro semestre de 2024, quando comparados ao mesmo período de 2023. Até junho, o total emitido foi de R$ 440,1 bilhões, contra R$ 268,9 bilhões do ano anterior. O destaque ficou com o mercado de renda fixa, em especial debêntures, com um valor total de R$ 225,2 bilhões, ante R$ 93,1 bilhões no primeiro semestre do ano anterior.

No mercado secundário, também de janeiro a junho deste ano, a média diária de volume financeiro no mercado de ações (lote padrão) ficou abaixo da média do mesmo intervalo do ano passado, enquanto no mercado de fundos de investimentos imobiliários (FIIs) e debêntures o volume financeiro foi superior.

No acumulado dos seis meses do ano até junho foram, registrados 530,2 milhões de contratos de derivativos liquidados em bolsas, contra 470,4 milhões de contratos registrados de janeiro a junho de 2023. O montante considera juros futuros (DI), dólar futuro e Ibovespa futuro - este último foi o único que ficou abaixo, somando 11,9 milhões de contratos no primeiro semestre de 2024, contra 16,6 milhões em igual intervalo de 2023.

Já no segundo trimestre de 2024, o número de regulados cresceu 1,4% ante o primeiro trimestre deste ano, chegando à marca de 88.421 participantes. O maior crescimento foi observado no setor de plataformas eletrônicas de investimento participativo ("crowdfunding"), com aumento trimestral de 5% na quantidade de regulados.

A estimativa para o valor total do mercado regulado é de R$ 57,91 trilhões em 2024, 24% acima do ano passado. Excluindo os derivativos computados pelo estoque nocional de ambos os anos, o valor aumenta 9,4% (R$ 1,29 trilhão). O destaque fica para o crescimento dos fundos de investimento, que representa R$ 1,32 trilhão.

A CVM destaca que o número apresentado "consiste em estimativas e não inclui todos os valores mobiliários sob a sua jurisdição" e que, para os anos anteriores, corresponde à informação de final de período.

Política monetária: quão restritiva é a Selic a 10,5%?

Palavra do gestor



Felipe Sichel

Em um ambiente de incerteza sobre o ritmo de desinflação da economia, o Banco Central optou, acertadamente, por não intensificar o ritmo de redução da Selic durante o ciclo de cortes recentemente interrompido (ou encerrado). Para diferenciar ainda mais este ciclo dos anteriores, a Selic foi reduzida em um ambiente de expectativas de inflação acima da meta e atividade resiliente. Aos olhos do Comitê de Política Monetária (Copom), o ciclo foi caracterizado como um ajuste no grau de restrição monetária — e não como uma flexibilização que buscou uma taxa de juros nominal expansionista.

Há atualmente uma discussão, representada na estrutura a termo da curva de juros, acerca da eventual necessidade de retomada do ciclo de altas de juros. A pergunta fundamental reside em quão restritiva a taxa de 10,5% efetivamente é, o que auferimos através do espaço entre a Selic e o juro nominal neutro.

Por sua vez, o juro nominal neutro é composto pela expectativa de inflação e o juro real neutro. Sendo uma variável não observável e de difícil estimação, o juro real neutro tem um amplo intervalo de confiança em torno de seu valor, o que enseja, naturalmente, cautela na interpretação deste.

Nossa estimativa do juro real neutro encontra-se próxima a 6%, tendo ascendido continuamente desde meados de 2020. Dentre seus componentes, destaca-se o aumento na contribuição do juro externo, haja vista a abertura da parte longa da curva de juros americana desde 2021.

Se somarmos a esta estimativa de juro real neutro a expectativa de inflação de 3,9% para o ano de 2025 (extraída do Boletim Focus divulgado em 22 de julho), chegaremos à conclusão de que a taxa de 10,5% é somente marginalmente restritiva ante expectativa de inflação notadamente elevada. Dado o já mencionado intervalo de confiança em torno do juro neutro, é fácil observar os riscos em torno da postura monetária atual.

Por outro lado, o BC sinalizou, no último Relatório Trimestral de Inflação (RTI), que a mediana de suas estimativas de juro real neutro está em 5% (média: 4,9%). Logo, há um ponto percentual a mais de restrição monetária se compararmos a taxa real neutra indicada no RTI com a estimada em 6%.

Dada a já mencionada incerteza inerente à projeção do juro real neutro, é pouco razoável que a autoridade monetária se mova de forma incremental caso conclua que o grau de restrição apropriado foi consumido (seja por avanço das expectativas de inflação, seja por mudanças no juro real neutro). Neste ambiente, o aperto da Selic deveria ser intenso.

Nota-se, no entanto, que este não é o cenário base atual, mas muito dependerá da evolução do câmbio e seu impacto sobre a inflação esperada para 2025. Com nossa expectativa de câmbio presente, acreditamos que a maior parte do movimento de depreciação tenha ocorrido durante o segundo trimestre e este começo de terceiro trimestre de 2024.

O repasse cambial para a inflação de 2025 será relevante, mas a maior parte dele já estaria contratado. O risco, crescente, é que a desvalorização cambial ainda não tenha sido encerrada. Logo, o repasse para a inflação seria, naturalmente, maior.

A economia doméstica segue aquecida, mas há de se considerar o ambiente externo. Especificamente, parece-nos que o cenário nos EUA está menos desafiador no curto prazo. A atividade dá sinais de arrefecimento sem colapso, enquanto o susto inflacionário do primeiro trimestre ficou, com a informação recebida até o momento, contido.

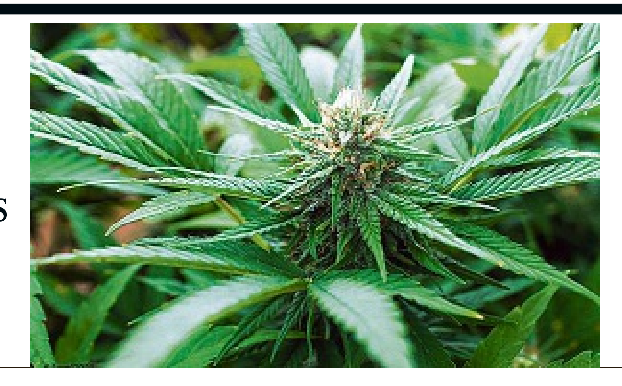
O juro básico nos EUA parece ser restritivo apesar do juro real neutro ter, possivelmente, subido no passado recente. Isto tem se mostrado no arrefecimento dos indicadores recentes de mercado de trabalho e inflação. Assim, a chance de chegarmos ao final do ano com cortes de juros do Federal Reserve é substancial.

Tal qual nos EUA, o principal risco doméstico é a política fiscal. Aqui, a credibilidade em torno dos objetivos do governo exerce grande influência no prêmio de risco. Nova frustração na política fiscal (algo com probabilidade longe de desprezível) levará, tudo mais constante, a mais uma rodada de deterioração do juro real neutro e das expectativas de inflação. Ou seja, confirmar-se-ia o ambiente em que a taxa de 10,5% realmente não é mais restritiva o suficiente para garantir a convergência da inflação no horizonte relevante.

Em contrapartida, a ausência de nova deterioração fiscal somada a uma marginal apreciação do real contra o dólar pode confirmar que a Selic está em patamar apropriado. Nota-se que os riscos para a condução da política monetária são variados. O BC não tem alternativa que não observar os determinantes da sua postura de política monetária e agir se houver clara evidência de que não está restritivo o suficiente. Só assim garantirá o grau de aperto monetário que produza a convergência da inflação e a ancoragem das expectativas.

Felipe Sichel é economista-chefe da Porto Asset
E-mail
felipe.sichel@portoseguro.com.br

TJSP
Farmácia de manipulação pode comercializar derivados de cannabis sativa
valor.globo.com/legislacao



Opinião Jurídica
O problema da multa de Schrödinger: é e não é
E2

TRT-SP
Fisioterapeuta obtém vínculo de emprego
valor.globo.com/legislacao



Valor E
Terça-feira, 30 de julho de 2024

Civil Dez anos depois da Lei Anticorrupção, assédio, trabalho escravo e racismo entram em pauta

Compliance evolui com investimento em tecnologia e investigação de novos temas

Fernando Teixeira
De São Paulo

Passados mais de dez anos da entrada em vigor da Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013), que disseminou no país o conceito de "compliance" e abriu um novo mercado de trabalho para especialistas e consultorias, muita coisa mudou. De início uma novidade restrita à redação de códigos de ética e criação de canais de denúncia, o compliance evoluiu e hoje é baseado em softwares que investigam milhares de fontes de informação em busca de indícios e suspeitas sobre potenciais fornecedores, clientes e funcionários.

Além de corrupção, hoje se investigam temas como racismo, assédio sexual, questões ambientais, ilícitos trabalhistas, violações a proteção de dados, crimes financeiros, terrorismo ou qualquer assunto que possa gerar uma crise de imagem e reputação. Em pauta está a observância de leis nacionais e normas de conformidade que regulam o acesso a mercados interno, de comércio exterior, de capitais e crédito.

A pesquisa "Maturidade do Compliance", da consultoria KPMG, de 2024, mostra que 85% das grandes empresas têm código de ética, 70% têm profissional dedicado ao compliance e 74% dos executivos se dizem comprometidos com a causa. A nova preocupação é a tecnologia. Segundo o relatório Compliance on Top, da empresa Legal, Ethics & Compliance (LEC), os principais investimentos da área estão na revisão dos métodos de controle e uso de tecnologia.

O resultado é um novo mercado para softwares de compliance e consultorias de investigação. A Kronoos, lawtech lançada em 2020, por exemplo, cresce 40% ao ano fornecendo softwares de dados que reviram 3,5 mil bases nacionais e internacionais atrás de informações sobre fornecedores, funcionários e clientes. O software vasculha sites de tribunais, de notícias e de órgãos públicos nacionais e internacionais.

Para Alexandre Pegoraro, CEO da Kronoos, o mercado tem crescido com o avanço da agenda ESG (meio ambiente, responsabilidade social e governança) e a maior informatização de bases de dados públicas, principalmente na Justiça, o que facilita a busca por informações on-line.

Segundo Pegoraro, contribui também a grande preocupação das empresas com escândalos que se espalham rapidamente pelas redes sociais. "A empresa evita entrar em uma relação de negócios se sabe que pode ter problemas", diz o executivo. A empresa produziu 21 mil dossiês de compliance só em 2023.

Fernando Fleider, CEO da multinacional Protiviti, conta que no começo era tudo feito a mão, mas com o tempo a tecnologia se tornou indispensável e o processo foi sendo automatizado para atingir grandes volumes de informação. Em 2023, a empresa produziu no Brasil 265 mil diligências de compliance.

Hoje os relatórios de conformidade, afirma Fleider, podem incluir os mais variados tipos de normas e bases de dados. Uma tendência por lá é o crescimento dos relatórios de pessoas físicas na contratação de funcionários. Um comentário racista em uma rede social ou uma mentira no currículo podem barrar uma contratação.

Para Fernanda Barroso Carneiro, diretora da Kroll para América Latina, a grande mudança hoje é que de início as empresas tinham uma postura mais reativa a denúncias, esperando o alerta para tomar providências. Hoje é mais clara a postura preventiva, o que explica a grande procura por relatórios de conformidade.

Em certos casos, diz Fernanda, os problemas podem não ser captados pelo robô de análise de dados, que faz varreduras de larga escala. Por isso, é preciso alguém para analisar esses dados. "Quanto mais sensível a relação com um fornecedor, com uma pessoa física, mais cuidado é preciso ter ao se analisar o problema", afirma.

Emerson Melo, sócio de investigação e litígios da KPMG, diz que, até hoje, é mantida a observação de princípios tradicionais do compliance, como a ideia de "cultura de integridade". Mas, acrescenta ele, em um contexto de grandes empresas, com milhares de funcionários e relações de negócios, a tecnologia é a única forma de assegurar a observação de deveres de conformidade, como treinamentos e checagem de histórico.

"A tecnologia é uma aliada nos processos de auditoria interna, traz mais efetividade e assertividade ao processo", afirma Melo. Ele calcula que seu setor fez 6 milhões de levantamentos de conformidade de terceiros nos últimos três anos, com uso intensivo de tecnologia.

Fabrício Pasquot, sócio do escritório LO Baptista Advogados, chama a atenção para a questão do compliance global e a internacionalização dos riscos. Normas de conformidade da União Europeia, da Organização Mundial de Comércio (OMC) e da Organização para o Desenvolvimento Econômico e Social (OCDE) vêm exigindo bons antecedentes em temas como meio ambiente e direitos sociais. Segundo ele, são regras cada vez mais amplas e rígidas.

Algumas empresas atendem nichos, como setores regulados e prevenção ao assédio. Criada em 2016, a startup Compliasset atende setores com grande fluxo de novas normas e regulações, como a área financeira.

Dan Struogo, CEO da Compliasset, notou que o ritmo de mudanças na regulação do setor financeiro não era acompanhado por relatórios de compliance convencionais. Produtos como criptomoedas e novos meios de pagamento trouxeram um ritmo de inovação intenso, segundo ele.

Da constatação de que os canais de denúncia existentes não funcionavam bem para assédio, nasceu a SafeSpace, startup criada em 2020 por quatro sócias. Segundo Rafaela Frankenthal, CEO da empresa, a questão do assédio começou a entrar na agenda de grandes empresas a partir do movimento "me too" ("eu também"), de 2017. A partir daí, empresas perceberam que escândalos do tipo podem gerar crises de reputação de grandes proporções, justificando o investimento.

O advogado Valdir Simão, sócio do Warde Advogados, ex-ministro da Controladoria-Geral da União (CGU), constata que o compliance foi mudando à medida que novas preocupações foram surgindo e sendo incorporadas às atribuições das estruturas de compliance já existentes. "Os sistemas foram ganhando maturidade e sendo internalizados nas empresas. A preocupação não é mais apenas a responsabilização pela lei, mas a reputação", diz.

Simão observa que novas tecnologias têm muito a acrescentar, mas é preciso manter a atenção aos princípios básicos da cultura de conformidade e evitar que a automatização excessiva crie novos riscos, deixando decisões complexas nas mãos de robôs, o que pode excluir relações de negócios de forma equivocada. "Nada substitui uma análise criteriosa da informação. É um risco grande restringir o acesso ao mercado por uma questão reputacional."

DIVULGAÇÃO



Alexandre Pegoraro: mercado tem crescido com o avanço da agenda ESG e a maior informatização de bases de dados públicas, principalmente na Justiça

"Comentário racista em rede social ou mentira no currículo podem barrar uma contratação"
Fernando Fleider

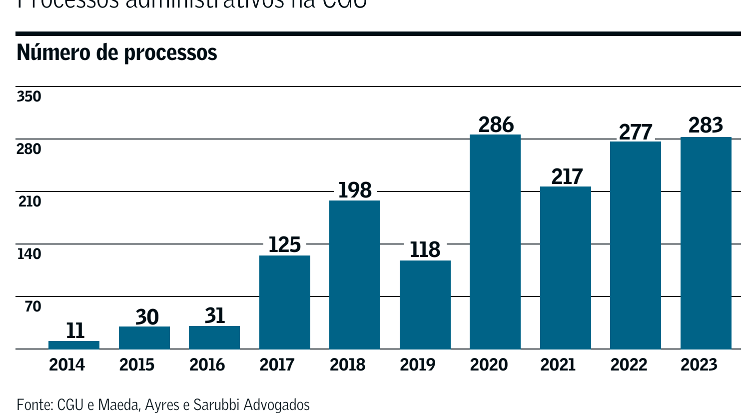
CGU abre mil processos por corrupção em 4 anos

Fernando Teixeira
De São Paulo

Desde a época da Operação Lava-Jato, o número de processos por corrupção abertos pela Controladoria-Geral da União (CGU) cresceu cinco vezes, ao invés de diminuir. Nos primeiros quatro anos, entre 2014 e 2017, foram 198 processos. Nos últimos quatro, entre 2020 e 2023, 1.063 novos processos. O total de multas aplicadas pela CGU com base na Lei Anticorrupção ultrapassa hoje R$ 1 bilhão.

Os números se somam aos processos encerrados em acordos de leniência, em que informações sobre corrupção eram trocadas por redução da pena. Foram 38 acordos fechados, cerca de um terço derivados de processos da Operação Lava-Jato, somando R$ 18 bilhões em penalidades. Do total, R$ 9 bilhões já foram pagos.

Contra a corrupção
Processos administrativos na CGU



Fonte: CGU e Maeda, Ayres e Sarubbi Advogados

Segundo o advogado Carlos Ayres, sócio do Maeda, Ayres e Sarubbi Advogados, os números da CGU mostram que, mesmo passada a tempestade da Lava-Jato, as empresas devem continuar atentas a seus programas de compliance anticorrupção. "O número de processos de responsabilização por corrupção na CGU teve um salto gigantesco e a taxa de questionamento na Justiça é muito baixa", diz Ayres.

Ele observa que, mesmo antes da criação da Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013), a CGU já estava estruturando sua área para a abertura de Processos Administrativos de Responsabilização (PAR). O resultado, afirma, é uma equipe bem treinada e dedicada, fazendo da CGU uma estrutura ativa na caça a casos de corrupção.

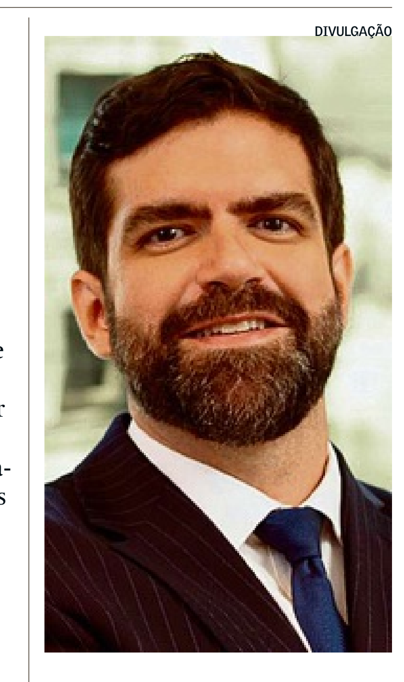
Além de trazer graves crises de reputação, escândalos de corrupção podem resultar em multas impostas pela CGU de valores relevantes. Uma multa aplicada à empresa americana CFC Consulting Group chegou a R$ 384 milhões no ano de 2020. A Vale foi multada em R$ 86 milhões em 2022 por fatos relacionados ao desastre de Brumadinho (MG) e a Telefônica recebeu uma multa de R$ 45 milhões em 2020 por tentar dar de presente a funcionários públicos ingressos para a Copa do Mundo de 2014.

O advogado Carlos Ayres diz que o alto volume de processos e o risco de receber multas elevadas justificam maior atenção à área de compliance anticorrupção. Ele observa que por um lado a tecnologia ajuda a revirar milhares de e-mails e trocas de mensagens atrás de indícios de desvios. Assim a empresa pode encontrar casos de corrupção antes que as autoridades descubram primeiro. A dúvida é o que fazer quando o caso vem à tona.

Um tema em estudo é o maior estímulo aos acordos de leniência. Os acordos foram criados para o setor privado se antecipar às autoridades, admitir a culpa e evitar que o problema se repita. Contudo, pouco mais de 2,4% dos processos já abertos pela CGU acabaram em acordo.

A solução, afirma Ayres, pode ser a instituição do acordo sem multa. Pela Lei Anticorrupção, o mecanismo pode reduzir em até dois terços a multa aplicável, mas o incentivo parece pequeno para levar empresas a confessar a ocorrência de mal-feitos. A hipótese começa a ser analisada por especialistas, inclusive na CGU.

DIVULGAÇÃO



"Risco de multas elevadas justifica maior atenção à área de compliance"
Carlos Ayres

INÊS 249

O problema da multa de Schrödinger: é e não é

Opinião Jurídica

Caio Cesar Nader Quintella

A física quântica e o direito tributário são campos imensamente distantes do conhecimento, entre os quais poucos foram aqueles que conseguiram criar pontes — não exatamente aquele de Einsten-Rosen, com seu poder de conexão interestelar —, como a comprovadamente erigida pelo jusfilósofo alagoano Francisco Cavalcante de Miranda com o célebre Dr. Albert.

Além de toda motivação óbvia para essa estranheza recíproca, considerando ser uma ciência humana e a outra ciência natural, ao Direito é intrínseco, definidor e tem como partícula fundamental a conexão lógica entres seus objetos, sujeitos e todas as relações inseridas nos seus subsistemas, enquanto as descobertas da Física, muitas vezes, se comparadas ou consideradas conjuntamente, levam décadas ou séculos para alcançar uma unificação coesa e coerente — ou, simplesmente, não se alcança.

Posto isso, firmamo-nos agora ao solo brasileiro para tratar de alguns atos infralegais tributários, quais sejam: a Instrução Normativa (IN) nº 2.205/2024, da Receita Federal, e o Parecer SEI nº 943/2024/MF, elaborado pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), ambas estabelecendo as hipóteses de extensão da "exclusão de multas" quando mantida a autuação sofrida pelo contribuinte pelo voto de qualidade no Carf (parágrafo 9-A do artigo 25 do Decreto nº 70.235/72, introduzido pelo artigo 2º da Lei nº 14.689/23).

Aqui se seleciona apenas uma dessas penas: a multa aduaneira. Em resumo, no artigo 3º, inciso III, da instrução normativa é claro e objetivo que, mesmo se mantidas por voto de qualidade, não aplica às multas aduaneiras a exclusão prevista. Não há motivação ou explicação lá registrada. Porém, essas são tão logo encontradas no normativo anterior, o Parecer SEI nº 943/2024/MF, o qual, em seu item III.1.2.2.3, após citar a Constituição da República, leis federais, jurisprudência dos tribunais superiores e a lição de uma das maiores autoridades acadêmicas e administrativas no tema do direito aduaneiro, proclama "é possível identificar distinção entre os ramos do direito tributário e aduaneiro no que tange às respectivas finalidades. Enquanto o direito tributário é marcadamente arrecadatório, com sopesamentos que buscam atender a valores e princípios albergados pelo ordenamento e, eventualmente, operar efeitos extrafiscais, o objetivo do direito aduaneiro é regulatório, visando disciplinar o comércio exterior sob diferentes aspectos", o que fundamenta ao final a conclusão de que "o julgamento das multas aduaneiras não atrai a incidência artigo 25, parágrafo 9º-A, do Decreto nº 70.235/72 por ausência de subsunção do capítulo decisório à hipótese legal".

Ocorre que no Carf, os contribuintes muitas vezes alegam, exatamente, que a aplicação das multas na atividade de comércio exterior não se subsome às normas de direito tributário ou do correspondente processo administrativo, regido pelo amplo, geral e antigo Decreto nº 70.235/72, vez que possui natureza e regulação diversa. Por exemplo, no caso da prescrição intercorrente, requerem a observância da previsão do artigo 1º, parágrafo 1º da Lei nº 9.873/1999, que limita, sob pena de extinção, em três anos a paralisação do procedimento ou do processo administrativo de ações punitivas.

O ápice de tal debate foi em 2021, no Pleno do Carf, quando se propôs revisar a sua Súmula nº 11 (não se aplica a prescrição intercorrente no processo administrativo fiscal), a qual é formada exclusivamente por acórdãos precedentes sobre tributos federais e suas penas — e nenhuma infração aduaneira ou medidas de defesa do mercado — para excluir da sua abrangência as multas do comércio exterior.

Adotando a tese da Fazenda Nacional nos casos individuais, na Reunião do Pleno do Carf de 2021, em sustentação para rejeição da alteração do enunciado dessa súmula, repetiu-se que deve se estender às multas aduaneiras todas as prescrições, normas e efeitos do processamento litigioso do crédito tributário, expressamente afirmando que é descabida qualquer exceção. Isso foi acatado pela maioria do Pleno. E assim, centenas, se não, milhares, de acórdãos se acumulam aplicando essa súmula para afastar a prescrição invocada, sob tal argumento de ampla abrangência legislativa.

Ora, após essa instrução normativa e o parecer SEI, teremos que, no mesmo processo, sobre a mesma autuação, a alegada caducidade procedimental por paralisia poderá (muito provavelmente irá) ser afastada sob a justificativa de que o Decreto nº 70.235/72 e as regras do processo administrativo tributário se estendem indistintamente às multas aduaneiras e, se tal resultado for decidido por voto de qualidade, ao mesmo tempo, também será negada ao contribuinte a exclusão dessa pena, pois "o julgamento das multas aduaneiras não atrai a incidência artigo 25, parágrafo 9º-A, do Decreto nº 70.235/72 por ausência de subsunção do capítulo decisório à hipótese legal".

Eis aqui o problema da multa de Schrödinger — no qual, assim como a animação do célebre felino do acadêmico austríaco, simultaneamente uma pena sujeita-se e não se sujeita às normas do processo administrativo tributário federal, observa-se a legislação geral e dela se excepciona por sua peculiaridade, desde suas raízes constitucionais —, é e não é.

O tema aponta para o milenar venire contra factum proprio, muito bem traduzido na esfera do direito administrativo como princípio da lealdade da administração e na vedação de condutas contraditórias do Estado, mormente em apenamento dos cidadãos e particulares. Por fim, deve-se ter em vista que não há aqui acusação ou agressão, mas a detecção e o apontamento por um observador de que, em meio a tanta complexidade, modificações, formulações e suas infinitas relações dinâmicas, assim como na Física, surgiu um conflito lógico, que demanda simples conciliação, entrelaçamento e integração.

Caio Cesar Nader Quintella é sócio de Nader Quintella Advogados, ex-conselheiro da Câmara Superior do Carf, professor e mestre em Direito Tributário pela PUC-SP

Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.

CNPJ nº 05.321.920/0001-25 - NIRE nº 35.3.0019303-2

Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária nº 02/24 Realizada em 10 de Abril de 2024

10/04/2024, às 10h45min, realizada por videoconferência. Acionistas representando 100% do capital social. **(i)** Aprovar, sem ressalvas ou restrições, por unanimidade, as contas da Diretoria, o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2023. **(ii)** Considerando o resultado apurado pela Companhia no exercício social encerrado em 31/12/2023, que aponta um prejuízo no importe de R$ 6.742.638,45, as Acionistas deliberam, sem ressalvas e por unanimidade: **(a)** Não destinar parcela do Lucro à Reserva Legal, considerando que o saldo desta já atingiu o limite máximo de 20% do Capital Social da Companhia, conforme previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76; **(b)** Absorver, nos termos do parágrafo único do artigo 189 da Lei nº 6.404/76, o montante total do prejuízo, ou seja, R$ 6.742.638.45, do saldo da conta de Reserva de Retenção de Lucros o valor até 31/12/2023; e **(c)** Tendo em vista que a Companhia apurou prejuízo no exercício social findo em 31/12/2023, não distribuir dividendos às Acionistas, com fulcro no parágrafo 3º do artigo 17, parágrafo 4º do artigo 202, todos da Lei nº 6.404/76. **(iii)** Aprovar, sem ressalvas e por unanimidade, o Plano de Investimento Anual da Companhia para o exercício de 2024, nos termos do material de apoio que, após assinado digitalmente pelas Acionistas presentes, ficará arquivado na sede da Companhia. **(iv)** Observados os votos apartados das Acionistas Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. e Alupar Investimento S.A., que ficarão arquivados na sede da Companhia, aprovar, por maioria do capital social, representada pelas Acionistas Alupar Investimento S.A., Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. e Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A., a Política de Remuneração Variável da Diretoria, referente ao exercício de 2024, conforme indicadores e metas definidas no material de apoio que, após assinado digitalmente pelas Acionistas presentes, será arquivado na sede da Companhia. A base será a remuneração do mês de dezembro/2024, devendo ser observada a proporcionalidade de dias de permanência no respectivo cargo durante o exercício de 2024. **(v)** Aprovar, sem ressalvas ou restrições, por unanimidade, a distribuição, a título de dividendos originados da rubrica Reserva de Retenção de Lucros, o valor de R$ 17.000.000,00, podendo o pagamento ocorrer em parcelas, conforme disponibilidade de caixa, não podendo ultrapassar o exercício de 2024. **Lavratura da Ata:** Nada mais a ser tratado. São Paulo, 10/04/2024. **Mesa:** Silvia Carolina Villas Boas - Presidente; Valéria Aparecida da Silva Ramos Garcia - Secretária. **JUCESP** nº 282.505/24-6 em 22/07/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.

CNPJ nº 05.321.987/0001-60 - NIRE nº 35.3.0019302-4

Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária nº 02/24 Realizada em 10 de Abril de 2024

10/04/2024, às 10h30min, realizada por videoconferência. Acionistas representando 100% do capital social. **Deliberações: (i)** Aprovar, sem ressalvas ou restrições, por unanimidade, as contas da Diretoria, o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2023; **(ii)** Considerando o resultado apurado pela Companhia no exercício social encerrado em 31/12/2023, que aponta um lucro líquido no importe de R$ 104.570.326,27, as Acionistas deliberam, sem ressalvas e por unanimidade: **(a)** Não destinar parcela do Lucro à Reserva Legal, considerando que o saldo desta já atingiu o limite máximo de 20% do Capital Social da Companhia, conforme previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76; **(b)** Destinar o valor de R$ 26.353.794,61, à conta de Reserva de Incentivo Fiscal, decorrente da fruição do benefício fiscal de redução do Imposto de Renda, na forma da legislação em vigor, referente ao exercício de 2023; **(c)** Referendar a distribuição de dividendos no montante de R$ 43.368.240,76, aprovada pelo Conselho de Administração em Reunião de nº 07/23, realizada em 29/09/2023, acima do dividendo mínimo obrigatório; e **(d)** Distribuir, a título de dividendos adicionais, superiores aos mínimos obrigatórios, o saldo do lucro líquido no montante de R$ 34.848.290,90, podendo o pagamento ocorrer em parcelas, conforme disponibilidade de caixa, não podendo ultrapassar o exercício de 2024; **(iii)** Aprovar, sem ressalvas e por unanimidade, o Plano de Investimento Anual da Companhia para o exercício de 2024, nos termos do material de apoio que, após assinado digitalmente pelas Acionistas presentes, ficará arquivado na sede da Companhia; **(iv)** Observados os votos apartados das Acionistas Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. e Alupar Investimento S.A., que ficarão arquivados na sede da Companhia, aprovar, por maioria do capital social, representada pela Acionista Alupar Investimento S.A., a Política de Remuneração Variável da Diretoria, referente ao exercício de 2024, conforme indicadores e metas definidas no material de apoio que, após assinado digitalmente pelas Acionistas presentes, será arquivado na sede da Companhia. A base será a remuneração do mês de dezembro/2024, devendo ser observada a proporcionalidade de dias de permanência no respectivo cargo durante o exercício de 2024. **Lavratura da Ata:** Nada mais a ser tratado. São Paulo, 10/04/2024. **Mesa:** Silvia Carolina Villas Boas - Presidente; Valéria Aparecida da Silva Ramos Garcia - Secretária. **JUCESP** nº 282.562/24-2 em 22/07/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

MAPFRE BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº 09.007.935/0001-74 - NIRE 35300343212

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2024

DATA, HORA E LOCAL: Em 30 de abril de 2024, às 11h00 na sede social da **MAPFRE BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.** ("**Companhia**"), localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 11.711, 21º andar, Brooklin, CEP 04578-000. **PRESENÇA:** Presentes as acionistas titulares de ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas da Companhia. **CONVOCAÇÃO:** Dispensada em razão da presença de acionistas titulares de ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, conforme dispõe o artigo 124, parágrafo 4º, da Lei n.º 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"). **MESA:** Assumiu a presidência Felipe Costa da Silveira Nascimento, que convidou Simone Pereira Negrão para exercer a função de secretária. **ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre **(i)** exame, discussão e aprovação das contas dos administradores, das Demonstrações Financeiras, do Relatório da Administração da Companhia, do Relatório do Comitê de Auditoria, do Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2023; **(ii)** a destinação do lucro líquido apurado no Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2023; **(iii)** a remuneração dos administradores da Companhia para o exercício social de 2024. **Publicações:** O Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, o Relatório do Comitê de Auditoria e o Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31.12.2023, foram publicados no jornal "Valor Econômico", páginas G1 a G10, na edição de 30 de abril de 2024. **I - Deliberações:** Os acionistas da Companhia decidiram, por unanimidade e sem ressalvas: **(i) aprovar** as contas dos administradores, o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, o Relatório do Comitê de Auditoria e o Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2023; **(ii) aprovar** a destinação do lucro líquido apurado no Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2023 no valor total de **R$ 1.264.622.157,21** (Um bilhão, duzentos e sessenta e quatro milhões, seiscentos e vinte e dois mil, cento e cinquenta e sete reais e vinte e um centavos), da seguinte maneira: **(a) R$ 65.697.202,81** (sessenta e cinco milhões, seiscentos e noventa e sete mil, duzentos e dois reais e oitenta e um centavos), representando 5% (cinco por cento) do lucro líquido apurado, para a Reserva Legal da Companhia, nos termos do art. 193 da Lei das Sociedades por Ações; e **(b) R$ 312.061.713,34** (trezentos e doze milhões, sessenta e um mil, setecentos e treze reais e trinta e quatro centavos) a título de distribuição de dividendos mínimo obrigatório à acionista da Companhia, os quais serão pagos até 30.09.2024, da seguinte forma: **b.1.** à acionista MAPFRE Internacional S.A. (nova denominação da MAPFRE América S.A.) o valor de **R$ 309.482.937,42** (Trezentos e nove milhões, quatrocentos e oitenta e dois mil, novecentos e trinta e sete reais e quarenta e dois centavos); e **b.2.** à acionista MAPFRE Investment S.A. (nova denominação da FANCY Investment S.A.) o valor de **R$ 2.578.775,92** (Dois milhões, quinhentos setenta e oito mil, setecentos e setenta e cinco reais e noventa e dois centavos); e, **(c) R$ 886.863.241,06** (Oitocentos e oitenta e seis milhões, oitocentos e sessenta e três mil, duzentos e quarenta e um reais e seis centavos) destinados à Reserva de Investimentos da Companhia; **(iii) aprovar** a remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício social de 2024, incluindo benefícios de qualquer natureza e verbas de representação, correspondente a R$ 21.351.995,40 (vinte e um milhões, trezentos e cinquenta e um mil, novecentos e noventa e cinco reais e quarenta centavos). **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi suspensa a sessão pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, que, depois de lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os presentes. **ASSINATURAS: Mesa:** Felipe Costa da Silveira Nascimento, Presidente da Mesa, Simone Pereira Negrão, Secretária da Mesa; **Acionista:** MAPFRE Internacional S.A. (p.p. Felipe Costa as Silveira Nascimento e Sidney Rodrigues); MAPFRE Investment S.A. (p.p. Felipe Costa da Silveira Nascimento). **Certidão:** A presente ata é cópia fiel do original, lavrada em livro próprio. São Paulo, 30 de abril de 2024. **Felipe Costa da Silveira Nascimento -** Presidente da Mesa; **Simone Pereira Negrão -** Secretária da Mesa. **JUCESP nº 218.189/24-2 em 07/06/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.**

Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.

CNPJ/MF nº 87.376.109/0001-06

Edital de Convocação – Assembleia Geral Extraordinária

Ficam os acionistas da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. ("Companhia"), convocados a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), a ser realizada no dia 05.08.2024, com início às 16:00 horas, por meio de videoconferência, para deliberarem, em primeira chamada, sobre a seguinte ordem do dia: **(I)** Eleger membros do Conselho de Administração; e **(II)** Ratificar a composição dos membros do Conselho de Administração. Por questões de segurança, pedimos aos acionistas interessados em participar da AGE, que enviem e-mail à caixa departamental govcorporativo@zurich-santander.com.br, solicitando o link de acesso até dia 02.08.2024. Encontram-se à disposição dos acionistas na sede social da Companhia, cópias dos documentos referentes às matérias a serem deliberadas na AGE convocada. São Paulo, 26/07/2024. Claudio Alberto Chiesa – Presidente do Conselho de Administração. (27, 30 e 31/07/2024)

EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.

CNPJ nº 10.319.371/0001-94 - NIRE nº 35.3.0036052-4

Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária nº 02/24 Realizada em 10 de abril de 2024

10/04/2024, às 10h15min, realizada por videoconferência. Acionistas representando 100% do capital social. **Deliberações: (i)** Aprovar, sem ressalvas ou restrições, por unanimidade, as contas da Diretoria, o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2023. **(ii)** Considerando o resultado apurado pela Companhia no exercício findo em 31/12/2023, que aponta um lucro líquido no importe de R$ 39.752.631,30, as Acionistas deliberam, sem ressalvas e por unanimidade: **(a)** Destinar a importância de R$ 1.987.631,56, à conta de Reserva Legal, na forma do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, que correspondem a 5% do lucro líquido do exercício de 2023; **(b)** Destinar o valor de R$ 5.012.378,47, à conta de Reserva de Incentivo Fiscal, decorrente da fruição do benefício fiscal de redução do Imposto de Renda, na forma da legislação em vigor, referente ao exercício de 2023; **(c)** Distribuir, a título de dividendos mínimos obrigatórios, o montante de R$ 8.188.155,32, observado o disposto no artigo 31 do Estatuto Social, podendo o pagamento ocorrer em parcelas, conforme disponibilidade de caixa, não podendo ultrapassar o exercício de 2024; e **(d)** Distribuir, a título de dividendos adicionais, superiores aos mínimos obrigatórios, o saldo do lucro líquido no montante de R$ 24.564.465,95, podendo o pagamento ocorrer em parcelas, conforme disponibilidade de caixa, não podendo ultrapassar o exercício de 2024. **(iii)** Aprovar, sem ressalvas e por unanimidade, o Plano de Investimento Anual da Companhia para o exercício de 2024, nos termos do material de apoio que, após assinado digitalmente pelas Acionistas presentes, ficará arquivado na sede da Companhia. **Lavratura da Ata:** Nada mais a ser tratado. São Paulo, 10/04/2024. **Mesa:** Edilene Luna Almeida Valério - Presidente; Aparecida da Silva Ramos Garcia - Secretária. **JUCESP** nº 282.559/24-3 em 22/07/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

CNPJ nº 04.416.923/0001-80 - NIRE nº 35.3.0018473-4

Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária nº 02/24 Realizada em 10 de abril de 2024

10/04/2024, às 11 horas, realizada por videoconferência. Acionistas representando 100% do capital social. **Deliberações: (i)** Aprovar, sem ressalvas ou restrições, por unanimidade, as contas da Diretoria, o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2023. **(ii)** Considerando o resultado apurado pela Companhia no exercício findo em 31/12/2023, que aponta um lucro líquido no importe de R$ 26.862.277,00, as Acionistas deliberam, sem ressalvas e por unanimidade: **(a)** Não destinar parcela do Lucro à Reserva Legal, considerando que o saldo desta já atingiu o limite máximo de 20% do Capital Social da Companhia, conforme previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76; **(b)** Destinar o valor de R$ 7.359.355,39, à conta de Reserva de Incentivo Fiscal, decorrente da fruição do benefício fiscal de redução do Imposto de Renda, na forma da legislação em vigor, referente ao exercício de 2023; **(c)** Distribuir, a título de dividendos mínimos obrigatórios, o montante de R$ 4.875.730,40, observado o disposto no artigo 31 do Estatuto Social, podendo o pagamento ocorrer em parcelas, conforme disponibilidade de caixa, não podendo ultrapassar o exercício de 2024; e **(d)** Destinar à conta de Reserva de Retenção de Lucros o valor de R$ 14.627.191,21, referente ao saldo do lucro líquido do exercício de 2023. **(iii)** Aprovar, sem ressalvas e por unanimidade, o Plano de Investimento Anual da Companhia para o exercício de 2024, nos termos do material de apoio que, após assinado digitalmente pelas Acionistas presentes, ficará arquivado na sede da Companhia. **(iv)** Observados os votos apartados das Acionistas Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. e Alupar Investimento S.A., que ficarão arquivados na sede da Companhia, aprovar, por maioria do capital social, representada pela Acionista Alupar Investimento S.A., a Política de Remuneração Variável da Diretoria, referente ao exercício de 2024, conforme indicadores e metas definidas no material de apoio que, após assinado digitalmente pelas Acionistas presentes, será arquivado na sede da Companhia. A base será a remuneração do mês de dezembro/2024, devendo ser observada a proporcionalidade de dias de permanência no respectivo cargo durante o exercício de 2024. **Lavratura da Ata:** Nada mais a ser tratado. São Paulo, 10/04/2024. **Mesa:** Silvia Carolina Villas Boas - Presidente; Valéria Aparecida da Silva Ramos Garcia - Secretária. **JUCESP** nº 282.504/24-2 em 22/07/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

MAPFRE BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF Nº 09.007.935/0001-74 - NIRE 3530034321-2

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 28 DE MAIO DE 2024 - 18H00

I - DATA, HORA E LOCAL: Em 28 de maio de 2024, às 18:00h, a reunião ocorreu de forma híbrida, com os presentes na sede da Companhia, na Avenida das Nações Unidas nº 11.711, 21º andar e virtualmente, mediante a participação de membros e de convidados por videoconferência pela plataforma Microsoft Teams. **II - PRESENÇAS:** Presentes os conselheiros Sr. Eduardo Campozana Gouveia (Presidente), Sr. Felipe Costa da Silveira Nascimento (Primeiro Vice-Presidente), Sra. Maria Leticia de Freitas Costa (Segunda Vice-Presidente), Sr. Sidney Rodrigues, Fabiano Sardá, Sra. Heloisa Belotti Bedicks, Sr. Santiago Javier Fernández Valbuena, Juan Carlos Lanau Arilla, Óscar José Celada Rodríguez e Nelson Filipe de Oliveira Lopes Alves (os três últimos como convidados). **III - CONVOCAÇÃO:** Dispensada em razão da presença de todos os membros, conforme dispõe o artigo 12 do Estatuto Social da Companhia. **IV - MESA:** Assumiu a presidência da mesa o Sr. Eduardo Campozana Gouveia, que convidou a Sra. Simone Negrão para exercer a função de Secretária. **V - ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre a alteração da diretoria. **VI - DELIBERAÇÕES:** Os membros do Conselho de Administração resolveram, por unanimidade e sem ressalvas: **(a) aprovar** a destituição, com efeitos a partir de 03 de junho de 2024, do Sr. **Julien Clausse,** francês, casado, administrador, portador do RNM nº V425625HDIREXEX e inscrito no CPF/ME sob nº 231.772.198-69, do cargo de Diretor da MAPFRE Brasil Participações S.A. Ao Diretor, ora destituído, a Companhia outorga a mais ampla, geral e rasa quitação quanto ao período em que permaneceu no exercício de suas funções, para nada mais reclamar, a qualquer título. **(b)** em razão da deliberação acima, a diretoria da Companhia passa a ter a seguinte composição:

MEMBROS TITULARES	CARGO	INÍCIO DO MANDATO	TÉRMINO DO MANDATO
Felipe Costa da Silveira Nascimento	Presidente	29.04.2024	A.G.O. 2027
Vago	Vice-Presidente	–	–
Sidney Rodrigues	Diretor	29.04.2024	A.G.O. 2027
Juan Carlos Lanau Arilla	Diretor	29.04.2024	A.G.O. 2027
Tiago de Freitas Vieira	Diretor	29.04.2024	A.G.O. 2027
Antonio Clemente Campanário	Diretor	29.04.2024	A.G.O. 2027
Ivan Paraskevopoulos Silva	Diretor	29.04.2024	A.G.O. 2027
Nelson Filipe de Oliveira Lopes Alves	Diretor	29.04.2024	A.G.O. 2027
Oscar Jose Celada Rodriguez	Diretor	29.04.2024	A.G.O. 2027

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, foi suspensa a sessão pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, que, depois de lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os presentes. **ASSINATURAS: Mesa:** Eduardo Campozana Gouveia, Presidente e Simone Pereira Negrão, Secretária. **Conselheiros:** Eduardo Campozana Gouveia, Felipe Costa da Silveira Nascimento, Maria Leticia de Freitas Costa, Sidney Rodrigues, Fabiano Sardá, Heloisa Belotti Bedicks, Santiago Javier Fernández Valbuena. **CERTIDÃO:** A presente ata é cópia fiel da original, lavrada em livro próprio. **Eduardo Campozana Gouveia -** Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Mesa; **Simone Pereira Negrão -** Secretária da Mesa. *(Esta página é parte integrante da ata da Reunião do Conselho de Administração da MAPFRE Brasil Participações S.A., realizada em 28 de maio de 2024 às 18h00).* **JUCESP nº 256.336/24-6 em 27/06/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.**

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.

CNPJ nº 04.416.935/0001-04 - NIRE nº 35.3.0018472-6

Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária nº 02/24 Realizada em 10 do Abril de 2024

10/04/2024, às 10h, realizada por videoconferência. Acionistas representando 100% do capital social. **Deliberações: (i)** Aprovar, sem ressalvas ou restrições, por unanimidade, as contas da Diretoria, o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2023. **(ii)** Considerando o resultado apurado pela Companhia no exercício findo em 31/12/2023, que aponta um lucro líquido no importe de R$ 191.026.850,79, as Acionistas deliberaram, sem ressalvas e por unanimidade: **(a)** Não destinar parcela do Lucro à Reserva Legal, considerando que o saldo desta já atingiu o limite máximo de 20% do Capital Social da Companhia, conforme previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76; **(b)** Destinar o valor de R$ 42.966.126,36, à conta de Reserva de Incentivo Fiscal, decorrente da fruição do benefício fiscal de redução do Imposto de Renda, na forma da legislação em vigor, referente ao exercício de 2023; **(c)** Distribuir, a título de dividendos mínimos obrigatórios, o montante de R$ 37.015.181,11, observado o disposto no artigo 31 do Estatuto Social, podendo o pagamento ocorrer em parcelas, conforme disponibilidade de caixa, não podendo ultrapassar o exercício de 2024; e **(d)** Distribuir, a título de dividendos adicionais, superiores aos mínimos obrigatórios, o saldo do lucro líquido no montante de R$ 111.045.543,32, podendo o pagamento ocorrer em parcelas, conforme disponibilidade de caixa, não podendo ultrapassar o exercício de 2024. **(iii)** Aprovar, sem ressalvas e por unanimidade, o Plano de Investimento Anual da Companhia para o exercício de 2024, nos termos do material de apoio que, após assinado digitalmente pelas Acionistas presentes, ficará arquivado na sede da Companhia. **(iv)** Observados os votos apartados das Acionistas Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. e Alupar Investimento S.A., que ficarão arquivados na sede da Companhia, aprovar, por maioria do capital social, representada pela Acionista Alupar Investimento S.A., a Política de Remuneração Variável da Diretoria, referente ao exercício de 2024, conforme indicadores e metas definidas no material de apoio que, após assinado digitalmente pelas Acionistas presentes, será arquivado na sede da Companhia. A base será a remuneração do mês de dezembro/2024, devendo ser observada a proporcionalidade de dias de permanência no respectivo cargo durante o exercício de 2024. **(v)** Aprovar, sem ressalvas ou restrições, por unanimidade, a distribuição, a título de dividendos adicionais originados da rubrica Reserva de Lucros à Realizar, o montante de R$ 4.389.275,57, podendo o pagamento ocorrer em parcelas, conforme disponibilidade em caixa, não podendo ultrapassar o exercício de 2024. **Lavratura da Ata:** Nada mais a ser tratado. São Paulo, 10/04/2024. **Mesa:** Silvia Carolina Villas Boas - Presidente; Valéria Aparecida da Silva Ramos Garcia - Secretária. **JUCESP** nº 282.561/24-9 em 22/07/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado

CNPJ/MF 90.400.888/0001-42 - NIRE 35.300.332.067

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados os acionistas a comparecerem na Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") que será realizada no dia 30 de agosto de 2024, às 15 horas, na sede social da Companhia, localizada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek nº 2041 - 2º mezanino, Vila Nova Conceição, São Paulo/SP, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: **(a)** ELEGER novo membro para compor o Conselho de Administração da Companhia; e **(b)** CONFIRMAR a composição do Conselho de Administração da Companhia. **Observação para participação e Voto durante a realização da Assembleia.** Participação na Assembleia: os Acionistas, seus representantes legais ou procuradores poderão participar da Assembleia por qualquer das formas abaixo: **Presencialmente** - Os acionistas ou seus representantes legais deverão comparecer à AGE munidos dos documentos hábeis de identidade. Na hipótese de representação de acionista por procurador, os acionistas deverão depositar na sede social da Companhia (endereço referido abaixo), com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas antes da realização da AGE, instrumento de mandato outorgado na forma da lei; **Por Boletim de Voto a Distância** - a Companhia implementou o sistema de votação a distância nos termos da Resolução CVM 81/22, possibilitando que nossos Acionistas enviem boletins de voto a distância diretamente à Companhia, ao escriturador ou por seus respectivos agentes de custódia, conforme procedimentos descritos no Manual de Participação da Assembleia Geral. Nossa recomendação aos acionistas é que façam uso dos instrumentos de voto a distância, seja pelos meios eletrônicos disponíveis ou ainda pelo envio de votos escritos à Companhia ou outorga de procurações padronizadas com orientação de voto, conforme instruções disponibilizadas na Proposta da Administração para Assembleia Geral Extraordinária de 30 de agosto de 2024. **Informações Adicionais:** 1. Conforme disposto na Resolução CVM nº 70/22, é de 5% (cinco por cento) o percentual mínimo de participação no capital votante necessário ao requerimento do processo de voto múltiplo para eleição dos membros do Conselho de Administração; 2. Conforme disposto no § 2º do artigo 161 da Lei nº 6.404/76 e art. 4º da Resolução CVM nº 70/22, a instalação do Conselho Fiscal pela Assembleia Geral deverá ocorrer a pedido de acionistas que representem, no mínimo, 2% (dois por cento) das ações com direito a voto, ou 1% (um por cento) das ações sem direito a voto; e 3. Os documentos relacionados às matérias a serem examinadas e deliberadas na AGE encontram-se à disposição dos acionistas (i) na sede social da Companhia, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2041 Wtorre JK, 9º andar - Departamento Jurídico Societário, onde poderão ser consultados, em dias úteis, no horário das 10:00 até as 16:00 horas, e também em seu website (www.ri.santander.com.br - em Governança Corporativa >> Atas de Reunião e Assembleia); (ii) no website da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e (iii) no website da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (http://www.b3.com.br).

São Paulo, 26 de julho de 2024

Deborah Stern Vieitas

Presidente do Conselho de Administração

USINA AÇUCAREIRA S. MANOEL S/A.

CNPJ 60.329.174/0001-24 - NIRE: 35.300.040.937

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 19 DE JUNHO DE 2024

Data, Horário e Local: Aos 19 (dezenove) dias do mês de junho de 2024, às 14:30h (quatorze horas e trinta minutos), na sede social da Companhia, localizada no município de São Manuel, Estado de São Paulo, na Fazenda Boa Vista, s/nº, CEP 18.650-970. **Composição da Mesa:** Presidente: Pedro Dinucci; Secretário: Moacir Fernandes Filho. **Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da companhia, a saber: Pedro Dinucci, Camillo Dinucci Fernandes, Carlos Dinucci, Jayme Dinucci Fernandes, Renato Dinucci Sobrinho e Renato Gennaro. **Ordem do Dia:** eleição dos membros da Diretoria, com mandato anual que vigorará até a posse dos que vierem a ser eleitos em 2025; e fixar divisão da remuneração anual e global dos administradores. **Deliberações:** Na conformidade da Ordem do Dia, as seguintes deliberações foram tomadas, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas: **(i) aprovar** a eleição dos Srs. **Carlos Dinucci**, brasileiro, casado, engenheiro civil, domiciliado no município de São Manuel, Estado de São Paulo, na Fazenda Boa Vista, s/n, CEP 18.650-970, portador da Carteira de Identidade RG nº 7.493.045-X SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 019.792.768-89, para o cargo de **Diretor Presidente**; **Pedro Dinucci,** brasileiro, casado, engenheiro civil, domiciliado no município de São Manuel, Estado de São Paulo, na Fazenda Boa Vista, s/n, CEP 18.650-970, portador da Cédula de Identidade RG nº 43.721.951-3 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob nº 370.699.668-57, para o cargo de **Diretor Superintendente**; **Sérgio Roberto Nicoletti**, brasileiro, separado judicialmente, bacharel em direito, residente e domiciliado em São Manuel, Estado de São Paulo, na Rua Agostinho Vitagliano, 19, Chácara Saltinho, CEP 18652-248, portador da Carteira de Identidade RG nº 7.913.410-5 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 515.047.588-20, para o cargo de **Diretor Adjunto**; e **Moacir Fernandes Filho**, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado em Botucatu, Estado de São Paulo, na Rua Nelo Cariola, 445, Centro, CEP 18603-570, portador da Carteira de Identidade RG nº 13.678.046-5-SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 081.776.088-19, para o cargo de **Diretor Adjunto**, com mandato anual que vigorará até a posse da diretoria que será eleita em 2025. Os Srs. Carlos Dinucci, Pedro Dinucci, Sérgio Roberto Nicoletti e Moacir Fernandes Filho, acima qualificados, tomam posse de seus cargos por meio da assinatura dos termos de posse no respectivo livro societário da Companhia e, declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercerem a administração da Companhia, conforme Declaração de Desimpedimento constante no **Anexo I** da presente ata, autorizando pela Mesa e que será arquivado na sede da Companhia; e **(ii) Fixar** a divisão da remuneração anual e global aprovada em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada nesta data, na seguinte proporção: (i) R$ 1.865.000,00 (um milhão, oitocentos e sessenta e cinco mil reais) para o Conselho de Administração, a qual será distribuída entre seus membros, conforme vier a ser decidido pelo Presidente do Conselho de Administração; e, R$ 6.260.000,00 (seis milhões, duzentos e sessenta mil reais) para a Diretoria, a qual será distribuída entre seus membros, conforme vier a ser decidido pelo Diretor Presidente. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a presente ata foi lavrada, lida, aprovada e assinada por todos os presentes. São Manuel, 19 de junho de 2024. **Presidente da Mesa -** Pedro Dinucci; **Secretário da Mesa:** Moacir Fernandes Filho. **Membros do Conselho:** Pedro Dinucci, Camillo Dinucci Fernandes, Carlos Dinucci, Jayme Dinucci Fernandes, Renato Dinucci Sobrinho, Renato Gennaro. **Jucesp** nº 285.413/24-7 em 25/07/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

PECINI LEILÕES

EDITAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS E COMUNICAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES - ONLINE

DATA: 1º Público Leilão 06/08/2024 às 14h00 | 2º Público Leilão 08/08/2024 às 14h00

ANGELA PECINI SILVEIRA, Leiloeira Oficial, Matrícula Jucesp nº 715, autorizada pela Credora Fiduciária **SÃO CLEMENTE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.** - CNPJ nº 10.273.475/0001-05, venderá em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, de acordo com os artigos 26, 27 e parágrafos da lei Federal nº 9.514/97, e posteriores alterações, o **IMÓVEL: LOTE DE TERRENO Nº 08, DA QUADRA "U", DO LOTEAMENTO "PARQUE RESIDENCIAL SÃO CLEMENTE – FASE II"**, bairro Boa Vista, Monte Mor/SP, **COM ÁREA SUPERFICIAL DE TERRENO DE 250,00m²**. Medidas e confrontações do terreno: situa-se com frente para o lado par da Rua 41, distante 50,00m do início da curva de concordância desta com o lado ímpar da Rua 20 e na quadra completada pela do lado par da Avenida 1 e do lado ímpar da Rua 40 (trecho 1), o que tudo mede 10,00m de frente para o lado par da Rua 41; do lado direito de quem da mesma olha para o imóvel mede 25,00m, confrontando com o Lote nº 07; do lado esquerdo, no mesmo sentido, mede 25,00m confrontando com o Lote nº 09; e no fundo mede 10,00m, confrontando com o Lote nº 22. Matrícula nº 2.192 do CRI de Monte Mor/SP. Inscrição Municipal nº 15.13.90.0.082.01.000.0. Consolidação da Propriedade em 01/07/2024. **VALORES: 1º PÚBLICO LEILÃO: R$ 198.108,58. 2º PÚBLICO LEILÃO: R$ 402.906,24. Ônus do Arrematante: i)** pago à vista do valor do arremate + 5% da leiloeira; **ii)** custas cartorárias, impostos e taxas para lavratura/registro da escritura, certidões (inclusive da vendedora); **iii)** quitação dos débitos de IPTU vencidos antes e após os leilões; **iv)** observar as restrições urbanísticas e construtivas do loteamento; **v)** arcar com as custas, impostos e despesas para a regularização de eventual construção/benfeitoria junto a todos os órgãos públicos e privados competentes; **vi)** custas e despesas com eventual desocupação; **vii)** venda *ad corpus*. Imóvel entregue no estado em que se encontra. Ficam os Devedores Fiduciantes **FERNANDO DOS SANTOS GONZAGA** – CPF: 325.434.488-02 e **FERNANDA CRISTINA TEIXEIRA** – CPF: 326.225.048-10, comunicados das datas dos leilões, também pelo presente edital, tendo em vista que se encontra em lugar ignorado, para o exercício da preferência. **Os interessados deverão, obrigatoriamente, tomar conhecimento do Edital de Leilão e Regras para Participação disponíveis no portal da Pecini Leilões, não podendo alegar desconhecimento. Informações: www.pecinileiloes.com.br. E-mail: contato@pecinileiloes.com.br. Whatsapp: (11) 97577-0485. Fone: (19) 3295-9777. Av. Rotary nº 187, Jd. das Paineiras, Campinas/SP.**

FREITAS LEILOEIRO OFICIAL

CONSULTE NOSSA AGENDA DE LEILÕES NO SITE: WWW.FREITASLEILOEIRO.COM.BR
Central de informações: (11) 3117.1000

Acesse nossas mídias sociais:
YOUTUBE.COM/FREITASLEILOEIRO
INSTAGRAM.COM/FREITASLEILOEIRO
FACEBOOK.COM/FREITASLEILOEIRO

ATENÇÃO: PARA A COMPRA EM LEILÃO O ARREMATANTE PRECISA ESTAR EM REGULARIDADE FISCAL PERANTE A RECEITA FEDERAL.

LEILÃO DE VEÍCULOS - 210 LOTES - DIA: 31/07/2024 - 10h00 - 4ª FEIRA - PRESENCIAL E ON-LINE

AV. JUSCELINO KUBITSCHEK DE OLIVEIRA, 1360 - SANTA BÁRBARA D'OESTE/SP | VISITAÇÃO: 31/07/2024, a partir das 08h00 - verificar informações no site

CHASSIS: WP0AA2Y12MSA17499 - 988671121PKN40660 - 98MHS7005J4A60813 - 3VWHJ6BU2KM127655 - 1C4RJFAG0CC290424 - 9BWDA05U49T127149 - 9BD195193C0229464 - 9BWAA45U4FT063913 - 9BD363A11NYZ15723 - 9BWAA05U2CT073361 - 9BD341A5XLY652166 - 9BWAA05U0DP030017 - 988611152GK075521 - 9BWHB09N15P012822 - 9BD27844PD7690311 - 9BWAG45U1LT020186 - 9C2KD0810RR070804 - 9C6SG5910N0013689 - 9C2KC2200NR172470 - 9C2MC4400KR001842 - 9C2JC4830NR014438 - 9C2KC2200NR125858 - 2G1F91EJ8D9124822 - 93YBSR76HDJ555585 - 9BGSU19F0EC105943 - 9C2KC2200PR058406 - 9C2KC2200PR401649 - 9C2KC2210MR034771 - 9C2KC2200PR353532 - 9BD17309C64166867 - 9BD17140A62631600 - 9BWKB05Z484085560 - 8AFFZZFFC9J299908 - 9BWDA05U7CT044967 - 9BD15844AB6539195 - 9BWAG4122HT505741 - 9BFZF55A1A8463276 - 9BWAA05U9CP036526 - 935FCKFV88B518293 - 9BWAA05Z3A4026035 - 9BHBG51CAFP302598 - 9BWAA05W8AP099308 - 9C2KD0810PR242238 - 9C2KC2200RR314095 - 9C2KC2500RR059556 - 9C2KC2200RR307806 - 99KCPK390RM103672 - WV1DB42H5GA031003 - WBAUE7106BE009511 - 1J4RR4GG2BC582332 - 9BD197163E3185432 - 9BWCA05X62P090593 - 9BFBSZGDA6B580914 - 9BWAA45U0FP086209 - 9BHBG51CAHP670844 - 3FAHP08Z68R199056 - 935FCKFVYAB501211 - 93YBSR1TH9J074531 - 9BD118121A1087081 - 935FCKFVYCB528379 - 9BGKS48B0FG151982 - 9BFZF26P688216878 - 93YRBB000MJ469103 - 8AD2MKFWXBG031077 - 9BGTS75W09C101849 - 9BFZF20A378267239 - 93HGE57608Z101845 - 9BD195A4ZM0898850 - 9BD13531CB2168196 - 9BWKA05Z374096972 - 3N1BC1CD5BL350821 - KMHJN81BP8U857653 - 93Y4SRF84KJ361746 - 9BGRP48F0EG180879 - 9BFZH55L8L8395945 - 93YBSR7RHDJ668242 - 8ADUWNFGYMG515043 - 9C2KC2200NR156568 - 9C6RG3850R0055331 - 9C2KC2500RR036040 - 9C2KC2500RR053852 - 9C2PC4820RR000170 - 99KPCKBYJRM716204 - 9BHBG41CAJP842116 - 988611152GK006223 - 9BFZH55J6H8422405 - 8AD3CN6BTAG017313 - 9BGKT69L0FG179529 - 8A1BB8B059L145135 - 9BGTT69B03B166693 - 9BFZF55P6D8390124 - 9BWAA05W9DP088127 - 9BFZF55A7D8400171 - 935FCKFVYCB552119 - 9BFZK53A5CB367560 - 9BWAA05U1DP044542 - 8A1BB8215GL757733 - 9BWDA05U5CT007593 - 9BFZF55P6A8481955 - 9BWAB05U39T142225 - 9BGAV48W08B207148 - 9BWAA05U2AT013352 - 9C2JC4830RR015923 - 9C6SG5910N0034698 - 9BGKL48U0KB244463 - 9BWJB09N86P022198 - 9BWCA05XX5T203487 - 93YLSR6RHBJ703791 - 9BD27803MB7300381 - 9BWDB45U2MT079017 - 9BGTR08W06B105897REM - 9BGRZ08909G197938 - 935FCKFVYAB511427 - 93Y5SRD04GJ981514 - 9BGKS69L0EG164148 - 9362AKFW96B029469 - 9BWCA05W38T098397 - 3VWSH49M88M667760 - 9362AKFWXAB010347 - 9BWCA05W68T213316 - 8AFAR22F8FJ284674 - 9BWLB05U2CP153208 - 9BWAA05U7AP071918 - 9BD19242RA3093843 - 9BWAA05W0AP049518 - 9BFZE55P4B8625927 - 9BGPB69M0DB178703 - 8AFSZZFFCEJ209923 - 93YLSR7UHCJ899255 - 8BCLCRFJYDG504510 - 9BD195102C0194827 - 935CHRFN26B501336 - 9BGCA80X0CB105913 - 9BD27803A87091575 - 3CZRE28709G501159 - 9BWAA05U4BT106066 - 9BGXH19607C134456 - 9BFZF54P6E8022920 - 93YRBB008JJ011949 - 9BGPB69N0FB218794 - 9BWAA05U8CP010385 - 3VWLN6162DM047521 - 9BFZF55A7C8306869 - 9BM9582079B672358 - 9BM6931964B373731 - 953658263PR000829 - 9BW9J82418R811855 - 93YRBB006KJ401482 - 93HFB9640EZ170477 - 9BD17202LA3506051 - 93Y5SRD04FJ542018 - 9BD11818LE1271579 - 9BWAB45U2MT061734 - 93Y4SRD64HJ389501 - 9BFZD55P7KB627368 - 9BWAA45Z6E4057180 - 9BD11818MF1317226 - 93YRBB009KJ561629 - 9BHGB811BKP083966 - 9BRBL3HE1J0154101 - 94DFCAP15LB202050 - 9BD17106LA5458788 - 9BFZH55S0M8070067 - 3N1DK3CD6CL220863 - 8AFAR23N9HJ423378 - 98RDB21B4KA005474 - 9BFZF26PX78219538 - 9BGKT48V0HG210600REM - 9BFZF55P8D8441199 - 9BHBG51DAEP233839 - 9BD5781FFLY368563 - 93XATGK1WRCP10215 - 93YRHAMH7KJ895612 - 2FMDK48C79BA48152 - 8A1BB8W05CL263658 - 9BGXL19005C116761 - 9536E8234DR330433 - 9C2KC1670FR559763 - 99KV4001ZLM102542 - 9UK2A3A21G0391030 - 9BRK29BT2G0073873 - 9BWDB45UXNT085665 - 9BFZD55R7JB605628 - 9BD17106LC5784859 - 9BFZF55P7B8056732 - 9BGEB48H0PG200630 - 9BRB33BE4P2166300 - 9BWAG4129JT524048 - 9BRK19BT6J2097737 - 9BFZE55H5B8621569 - 9C2KF3410NR002691 - 9BR72ZEC488715680 - 93XGNK740AC959703 - YV1FS40CDG2413377 - 9BFZB55P8E8909171 - 9BGEX76H0MB216840 - 98867512WLKK01653.

SERGIO VILLA NOVA DE FREITAS - Leiloeiro Oficial - JUCESP - 316

•**Condições de venda e pagamento dos leilões:** Cheque no valor total da arrematação, que deverá ser trocado por TED à favor do Leiloeiro, em até 24 horas após o leilão + Cheque de 5% de comissão do Leiloeiro, acrescido das despesas administrativas constantes no catálogo do leilão. Os veículos serão vendidos no estado, sem garantias. Multas, inclusive de averbação; débitos; IPVA's, pré-existentes ou decorrentes da regularização, por conta do arrematante. A procedência e evicção de direitos dos veículos deste leilão são de inteira e exclusiva responsabilidade dos Comitentes Vendedores. Demais condições constam no catálogo distribuído no leilão.

Odontoprev S.A.

CNPJ/ME nº 58.119.199/0001-51
NIRE 35.300.156.668
Companhia Aberta
Certidão
Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada em 13 de Dezembro de 2023 às 15h00, por videoconferência. JUCESP nº 284.089/24-2 em 24/07/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

ETSE - Empresa de Transmissão Serrana S.A.

CNPJ nº 14.929.924/0001-81 - NIRE nº 35.3.0041876-0

Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária nº 01/24 Realizada em 10 de abril de 2024

10/04/2024, às 09h30min, realizada por videoconferência. Acionistas representando 100% do capital social. **Deliberações: (i)** Aprovar, sem ressalvas ou restrições, por unanimidade, as contas da Diretoria, o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2023. **(ii)** Considerando o resultado apurado pela Companhia no exercício social findo em 31/12/2023, que aponta um lucro líquido no importe R$ 38.022.329,88, as Acionistas deliberam, sem ressalvas e por unanimidade: **(a)** Destinar a importância de R$ 1.901.116,49, à conta de Reserva Legal, na forma do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, que correspondem a 5% do lucro líquido do exercício de 2023; **(b)** Distribuir, a título de dividendos mínimos obrigatórios, o montante de R$ 9.030.303,35, observado o disposto no artigo 31 do Estatuto Social, podendo o pagamento ocorrer em parcelas, conforme disponibilidade de caixa, não podendo ultrapassar o exercício de 2024; **(c)** Distribuir, a título de dividendos adicionais, superiores aos mínimos obrigatórios, o montante de R$ 17.090.910,04, podendo o pagamento ocorrer em parcelas, conforme disponibilidade de caixa, não podendo ultrapassar o exercício de 2024; e **(d)** Destinar à conta de Reserva de Retenção de Lucros o valor de R$ 10.000.000,00, referente ao saldo do lucro líquido do exercício de 2023. **(iii)** Aprovar, sem ressalvas ou restrições, por unanimidade, o Orçamento da Companhia para o exercício de 2024, nos termos do material de apoio que, após assinado digitalmente pelas Acionistas presentes, ficará arquivado na sede da Companhia. **(iv)** Não fixar a remuneração para a Administração da Companhia no exercício de 2024. **Lavratura da Ata:** Nada mais a ser tratado. São Paulo, 10/04/2024. **Mesa:** Paulo Roberto de Godoy Pereira - Presidente; Edilene Almeida Luna - Secretária. **JUCESP** nº 269.631/24-0 em 22/07/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00348904642024

UASG - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 90124/2024.
Nº Processo: 024.00063850/2024-17.
Objeto: Aquisição de Medicamentos para o Atendimento de Demandas Judiciais.
Total de Itens Licitados: 12 (doze).
Valor total da licitação: (sigiloso).
Disponibilidade do edital: 30/07/2024.
Horário: das 08h00 às 12h00.
Endereço: Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 188 - Cerqueira César - São Paulo.
Link do PNCP: https://www.gov.br/pncp/pt-br.
Entrega das Propostas: a partir de 31/07/2024 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 12/08/2024 às 09h30 no site: www.gov.br/compras.

Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A.

CNPJ nº 26.643.937/0001-79 - NIRE nº 35.3.0049854-2

Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária nº 02/24 realizada em 10 de abril de 2024

10/04/2024, às 09h45min, realizada por videoconferência. Acionistas representando 100% do capital social. **Deliberações: (i)** Aprovar, sem ressalvas ou restrições, por unanimidade, as contas da Diretoria, o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2023. **(ii)** Considerando o resultado apurado pela Companhia no exercício findo em 31/12/2023, que aponta um lucro líquido, no importe de R$ 94.005.948,95, as Acionistas deliberam, sem ressalvas e por unanimidade: **(a)** Não destinar parcela do Lucro à Reserva Legal, considerando que o saldo desta já atingiu o limite máximo de 20% do capital social da Companhia, conforme previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76; **(b)** Destinar o valor de R$ 8.021.368,50, à conta de Reserva de Incentivo Fiscal, decorrente da fruição do benefício fiscal de redução do Imposto de Renda, na forma da legislação em vigor, referente ao exercício de 2023; **(c)** Distribuir, a título de dividendos mínimos obrigatórios, o montante de R$ 21.496.145,11, observado o disposto no artigo 32 do Estatuto Social, podendo o pagamento ocorrer em parcelas, conforme disponibilidade de caixa, não podendo ultrapassar o exercício de 2024; e **(d)** Distribuir, a título de dividendos adicionais, superiores aos mínimos obrigatórios, o saldo do lucro líquido no montante de R$ 64.488.435,34, podendo o pagamento ocorrer em parcelas, conforme disponibilidade de caixa, não podendo ultrapassar o exercício de 2024. **(iii)** Aprovar, sem ressalvas e por unanimidade, o Plano de Investimento Anual da Companhia para o exercício de 2024, nos termos do material de apoio que, após assinado digitalmente pelas Acionistas presentes, ficará arquivado na sede da Companhia. **Lavratura da Ata:** Nada mais a ser tratado. São Paulo, 10/04/2024. **Mesa:** Edilene Almeida Luna - Presidente; Eduardo Fucs - Secretário. **JUCESP** nº 282.560/24-5 em 22/07/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Gama Academy Treinamento Profissional S.A.

CNPJ/MF nº 20.612.827/0001-63 - NIRE 35300570839

Edital de Convocação para Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os Sr(as) Acionistas Gama Academy Treinamento Profissional S.A. ("Companhia") para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), **a ser realizada de modo exclusivamente digital**, no dia 08 de agosto de 2024, às 17:00 horas, a fim de eleger os membros para compor o Conselho de Administração da Companhia, na forma da Lei e do Estatuto Social. **Instruções Gerais:** 1. A assembleia será realizada de **modo exclusivamente digital** pelo sistema de videoconferência zoom, através de link e senha de acesso, a serem disponibilizados conforme itens 3 e 4 abaixo; 2. Será admitida a participação de todos os acionistas titulares, na data da assembleia, das ações de emissão da Companhia, por si, seus representantes legais ou procuradores, conforme Livro de Registro de Ações. 3. Nos termos do Art. 126 da Lei nº 6.404/76, deverão ser observados os seguintes procedimentos: (a) A Companhia solicita aos acionistas o encaminhamento por e-mail de procurações, com firma reconhecida ou assinatura digital do outorgante, e documentos de representação em até 2 (dois) dias anteriores a data da realização da AGE, em conformidade com o caput do Artigo 8º do seu Estatuto Social; e (b) Documentos a serem apresentados pelos acionistas: (i) pessoas físicas - documento de identificação, (ii) pessoas jurídicas - documento de identificação do representante legal do acionista, devidamente acompanhado de cópia autenticada ou original do seu ato constitutivo, bem como da documentação de representação societária, identificando o seu representante legal (ata de eleição de diretoria). 4. Admite-se a apresentação dos documentos de identificação mencionados no item 3 destas instruções por meio digital, através do e-mail isabella.carvalho@cattapretaleal.adv.br; 5. Os acionistas que apresentarem a documentação de identificação até o dia 06 de agosto de 2024 receberão o link e a senha de acesso à sala de videoconferência virtual, que será de uso restrito e intransferível; 6. Para fins de esclarecimento, os acionistas poderão participar da assembleia desde que apresentem os documentos até trinta minutos antes do horário estipulado para a abertura dos trabalhos, ainda que tenham deixado de enviá-los previamente. 7. Por fim, a assembleia realizada exclusivamente de modo digital será considerada como realizada na sede da companhia.

São Paulo (SP), 27 de julho de 2024.
Guilherme Colin de Soárez - Conselheiro de Administração.

CIDADE DE SÃO PAULO — INFRAESTRUTURA URBANA E OBRAS

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Concorrência **nº 90013/24/SIURB** - Processo **nº 6022.2024/0005585-1** - Objeto: **contratação de empresa especializada em engenharia para elaboração de projeto executivo e execução de obras de microdrenagem e serviços complementares na Avenida do Estado** - Critério de julgamento: **MENOR PREÇO GLOBAL** - Data da sessão pública: **16/09/2024 às 10:30h** - LOCAL: **Rua XV de Novembro, 165 - 2º andar - Sala de Reunião do Departamento de Projetos - Centro - São Paulo - SP - CEP 01013-001** - LINK: https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br/md_epubli_visualizar.php?NN9_XYkIoWT-z3FB6nHBkcHV0druuMVVdOa9Jh8qvdwO8M0IGQz2k5jJyssnPP7SXH7M0TkK-pgOfiCrYWmwWfUPVu0fDM3LZl65o2K9CSJJ-ya3VCTSi3HHcb0wC-sE.

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 385ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 21H0974929) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 30 DE AGOSTO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 09 DE SETEMBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 385ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 385ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 24 de agosto de 2021, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **30 de agosto de 2024, às 14:10 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **09 de setembro de 2024, às 14:10 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 385ª Série da 1ª Emissão - (IF 21H0974929), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 30 de julho de 2024
OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 268ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 20A0978038) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 20 DE AGOSTO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 29 DE AGOSTO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 268ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 268ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 23 de janeiro de 2020, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **20 de agosto de 2024, às 14:20 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **29 de agosto de 2024, às 14:10 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de setembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 268ª Série da 1ª Emissão – (IF 20A0978038), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 30 de julho de 2024
OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA 1ª SÉRIE DA 15ª EMISSÃO (IF CRA021001EM) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 20 DE AGOSTO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 29 DE AGOSTO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

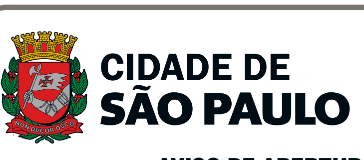
Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª Série da 15ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRA", "CRA" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª Série da 15ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 05 de julho de 2021, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRA ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **20 de agosto de 2024, às 14:00 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **29 de agosto de 2024, às 14:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRA 1ª Série da 15ª Emissão – (IF CRA021001EM), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRA; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRA (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRA poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRA ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRA ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRA, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 30 de julho de 2024
OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

CIDADE DE SÃO PAULO — SUBPREFEITURA ITAQUERA

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Processo **SEI: 6041.2024/0001682-5** - Concorrência**: 90014/SUB-IQ/2024**
Objeto: **Contratação de empresa especializada para revitalização, adequação, adaptação e melhorias em área municipal - Rua Anselmo Rodrigues, nº 40, Conjunto José Bonifácio - Itaquera, no Município de São Paulo -** DIA: **13 de agosto de 2024 às 09h30min.**
LOCAL: **Subprefeitura Itaquera - Rua Augusto Carlos Bauman nº 851 - Itaquera.**
As empresas interessadas em participar da Concorrência nº 90014/SUB-IQ/2024, deverá consultar o sitio eletrônico compras.gov.br e o Edital disponível: diariooficial.prefeitura.sp.gov.br .



CIDADE DE SÃO PAULO — ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Pregão eletrônico: **50/SMADS/2023 - PROCESSO: 6024.2023/0006857-0**

Objeto: **Licitação na modalidade pregão, realizada na forma eletrônica, para promoção de sistema de registro de preços, visando futura e eventual aquisição de colchões diversos (solteiro desabrigado, solteiro acolhimento, solteiro idoso, casal e berço), destinados a atender às necessidades da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (Smads), da Prefeitura do Município de São Paulo (PMSP), de acordo com o termo de referência constante do anexo I do edital -** Download do edital: **https://epubli.prefeitura.sp.gov.br** e **https://gov.br/compras**

Sessão de abertura: **12/08/2024 às 11:00 horas (DF).**

CIDADE DE SÃO PAULO — SAÚDE

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÕES

A **SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE** torna público as licitações abaixo. Os pregões serão realizados pela plataforma COMPRAS.GOV. Os editais poderão ser consultados e/ou obtidos pelo WWW.COMPRAS.GOV.BR ou pelo Painel de Negócios da PMSP, endereço https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br/md_epubli_controlador.php?acao=negocios_pesquisar.

Processo: **6018.2024/0054724-8** - Pregão eletrônico **Nº 90549/2024-SMS.G**
Tipo menor preço - Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS OBJETIVANDO O FORNECIMENTO DE PARA O FORNECIMENTO DE DISPOSITIVO, PARA INCONTINÊNCIA FECAL E BOLSA DE COLOSTOMIA.** A abertura/realização da sessão pública do pregão ocorrerá a partir das **09h30min, do dia 08 de agosto de 2024,** a cargo da **4ª CPL/SMS.**

Processo: **6018.2024/0023993-4** - Dispensa eletrônica **Nº 90522/2024-SMS.G**
Objeto: **AQUISIÇÃO DE TERMO-HIGRÔMETRO DIGITAL INTERNO E EXTERNO e TERMÔMETRO DIGITAL PARA REFRIGERAÇÃO COM CABO EXTENSOR.** A abertura/realização da sessão pública da Dispensa Eletrônica ocorrerá a partir das **08h00min do dia 05 de agosto de 2024,** a cargo da **10ª CPL/SMS.**

Processo: **6018.2024/0003275-2** - Pregão eletrônico **Nº 90555/2024-SMS.G**
Tipo menor preço - Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE PARA PACIENTES ACAMADOS COM ALTO NÍVEL DE DEPENDÊNCIA NECESSITANDO DE CUIDADOS DOMICILIARES PARA ATENDIMENTO DE FONOAUDIOLOGIA E FISIOTERAPIA RESPIRATÓRIA E MOTORA DOMICILIAR.** A abertura/realização da sessão pública do pregão que ocorrerá a partir das **09h00min, do dia 13 de agosto de 2024,** a cargo da **17ª CPL/SMS.**



CIDADE DE SÃO PAULO — EDUCAÇÃO

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico **N° 004/DRE-CL/2024 -** Processo SEI**: 6016.2024/0010975-4**
Objeto: **Abertura de licitação para aquisição de cadeiras universitárias com prancheta e balcões para recepção, para uso no Centro de Formação da DRE-CL, conforme especificações constantes do Anexo I do Edital -** Tipo**: MENOR VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM.**
Data/hora da sessão pública: **10h30 do dia 09/08/2024** - Edital e seus Anexos poderão ser obtidos, até o último dia que anteceder a abertura, mediante recolhimento de guia de arrecadação, ou através da apresentação de *pen-drive* para gravação, ou na sede da Diretoria Regional de Educação Campo Limpo, à Avenida João Dias, 3763 - Jardim Santo Antônio - São Paulo-SP, CEP 05801-000, nos dias úteis, das 8 horas às 16 horas, ou através da internet pelo site https://www.gov.br/pncp/pt-br - Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP e https://www.gov.br/compras/pt-br.

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 344ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 21D0733768) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 30 DE AGOSTO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 09 DE SETEMBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 344ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 344ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 22 de abril de 2021, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **30 de agosto de 2024, às 14:00 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **09 de setembro de 2024, às 14:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 344ª Série da 1ª Emissão - (IF 21D0733768), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 30 de julho de 2024
OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

**SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
DELEGACIA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO PAULO**

MINISTÉRIO DA **FAZENDA**



AVISO DE LICITAÇÃO

A Delegacia de Administração Tributária da Receita Federal do Brasil em São Paulo – DERAT/SPO – torna pública a abertura da licitação: Pregão Eletrônico nº 90002/2024. Objeto: contratação de serviços continuados de manutenção, preventiva e corretiva, de sistema de ar-condicionado central e de aparelhos de ar condicionado das unidades administradas pela Delegacia de Administração Tributária da Receita Federal do Brasil em São Paulo, DERAT/SPO, com equipe residente e fornecimento de peças, constituído de equipamentos de climatização por água gelada e de equipamentos de ar-condicionado, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus Anexos.

Data de abertura: 12/08/2024 – Horário: 14:00 h
UASG: 170312
Local: Site https://www.gov.br/compras/pt-br

**São Paulo, 26 de julho de 2024
ERASMO DE SOUZA DIAS
Chefe do Serviço de Programação e Logística da DERAT**

INÊS 249



SUBPREFEITURA SANTO AMARO

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Concorrência **Nº 01/SUB-SA/2024 -** PROCESSO SEI **Nº 6053.2024/0001714-2**
Objeto: **Contratação de empresa de Engenharia ou Arquitetura para execução de obras de manutenção e readequação do CDC Jardim Manacá, localizado à Rua Juari, 320, Campo Grande, São Paulo, SP -** Tipo de Licitação: **MENOR PREÇO -** Data/hora da sessão pública: **05/09/2024 às 09:30h -** ENTREGA DOS ENVELOPES: **até as 08h30mim do dia 05/09/2024 -** LOCAL: **Praça Floriano Peixoto, 54 - 2° andar, Ala A - Santo Amaro - São Paulo/SP -** O Edital e seus anexos poderão ser adquiridos pelas interessadas no horário das 09:00 às 16:00 horas, até o último dia útil que anteceder a abertura, na Praça Floriano Peixoto, 54 - 2° andar, Ala A - Santo Amaro - São Paulo/SP ou as informações podem ser baixadas pelo site https://www.gov.br/compras/pt-br (UASG 927353) ou no site https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br/md_epubli_controlador.php?acao=inicio.

SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO

COMUNICADO

Acha-se aberta na Secretaria de Estado da Saúde a licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 90088/2024,** referente ao processo nº **024.00096774/2024-26**, objetivando a **AQUISIÇÃO DE BANDAGENS ELÁSTICAS PARA ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS JUDICIAIS,** a ser realizado por intermédio do "Portal de Compras do Governo Federal", **cuja abertura está marcada para o dia 12/08/2024 às 10:00 horas.**
Os interessados em participar do certame deverão **acessar a partir de 30/07/2024** o site www.compras.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes.
O Edital da presente licitação encontra-se disponível no Portal Nacional de Compras Públicas https://www.gov.br/pncp/pt-br e no site www.e-negociospublicos.com.br.

AVISO DE LICITAÇÃO

O Senac São Paulo comunica a realização da Licitação, na modalidade Pregão Eletrônico.

PREGÃO ELETRÔNICO N° 0052.2024.PE.0045

ABERTURA: 15 DE AGOSTO DE 2024, ÀS 10H

OBJETO: "PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE JARDINS E PAISAGISMO PARA A UNIDADE DO SENAC OSASCO."

RETIRADA DO EDITAL: disponível para conhecimento público no site www.sp.senac.br/sites/licitacao

Informações adicionais:
licitacao.gms@sp.senac.br
Telefone: (11) 3236-2954

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 325ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 21C0483517) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 16 DE AGOSTO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 325ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 325ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 09 de março de 2021, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 2ª (segunda) convocação no dia **16 de agosto de 2024, às 14:20 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 325ª Série da 1ª Emissão – (IF 21C0483517), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 30 de julho de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores



AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00349674332024

UASG - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Modalidade: Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 90017/2024.
Nº Processo: 024.00053249/2024-16.
Objeto: Constituição de Sistema de Registro de Preços para aquisição futura de medicamentos.
Total de Itens Licitados: 10 (dez).
Valor Total da Licitação: sigiloso.
Disponibilidade do Edital: 30/07/2024.
Horário: das 08h00 às 18h00.
Endereço: Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 188 - Cerqueira César - São Paulo.
Link do PNCP: https://www.gov.br/pncp/pt-br.
Entrega das Propostas: a partir de 31/07/2024 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 12/08/2024 às 09h00 no site: www.gov.br/compras.



CULTURA

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Processo: **6025.2024/0019100-0 -** Pregão: **90028 SMC-G-2024**
Critério de julgamento de MENOR PREÇO GLOBAL - Objeto: **Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de eventos, abrangendo planejamento estrutural e operacional, organização, execução, acompanhamento prévio, durante e posterior ao evento, fornecimento de infraestrutura, alimentos e bebidas, equipamentos técnicos, mão de obra capacitada e qualificada; serviços, documentações pertinentes no que se refere à locação de espaço físico e realização do evento; estruturas, mobiliário e paisagismo necessários e adequados à proposta do evento; fornecimento de layout ou design do evento, compreendendo a montagem, evento e desmontagem; limpeza, manutenção, instalações elétricas, hidráulicas, de equipamentos e outros serviços correlatos para atendimento ao estande da SMC na BIENAL DO LIVRO 2024, que ocorrerá em São Paulo durante dias 31/08/2024 (início das montagens) a 16/09/2024 (desmontagem), conforme especificações constantes no Termo de Referência, Adendos e Anexos deste Edital -** Data/hora da sessão pública: **13 de agosto de 2024, às 10:00 horas.** Download do edital: https://www.gov.br/compras.





Ganho de escala
Políticas sociais do Brasil viram referência e são replicadas no exterior F2

Financiamento
Bancos de fomento podem atrair recursos para transição energética F3

ESG
Fundos de impacto impulsionam agendas social e ambiental F4

Quem tem fome tem pressa

Conjuntura Na presidência do G20, o Brasil tem capacidade de atrair investimentos para financiar transição energética e inclusão social, além de inspirar políticas de combate à pobreza

A COP28 foi encerrada no ano passado com o compromisso, assumido por cerca de 200 países, de triplicar a capacidade global de energia renovável até 2030. No mesmo horizonte, as Nações Unidas têm como um de seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável a erradicação da pobreza extrema. Mas como financiar a transição energética e a inclusão social? Os dois temas são prioritários na agenda do Brasil na presidência do G20.

O caminho passa pela reforma dos bancos multilaterais, de modo a democratizar o acesso a crédito, dizem especialistas. O governo brasileiro também propõe tributar os super-ricos. Um passo nesse sentido foi dado na semana passada, quando, em encontro no Rio, ministros das Finanças se comprometeram a "cooperar" para taxar os bilionários, embora um acordo sobre a criação de um imposto global sobre grandes fortunas não tenha sido alcançado.

Mas o desafio do combate à pobreza vai além do acesso a recursos e adoção de programas de transferência de renda. É necessária uma abordagem multidimensional. O Brasil é modelo em diversas frentes, entre eles o Bolsa Família, replicado em mais de 80 países, e agricultura familiar associada à merenda escolar. As moedas sociais também têm se mostrado uma ferramenta eficaz de inclusão: usadas em pagamentos do dia a dia, financiam linhas de crédito e custeiam até benefícios sociais. Hoje o país tem 189 moedas do tipo em circulação.

INÊS 249



Conjuntura Programas têm reconhecimento internacional e entram no cardápio de alternativas da Aliança Global contra a Fome que o governo brasileiro lançou no âmbito do G20

Políticas sociais do Brasil viram referência e são replicadas no exterior

Cássia Almeida
O Globo, do Rio

A desigualdade de renda no Brasil, uma das mais altas do mundo, fez do país um celeiro de boas práticas de políticas sociais. O exemplo mais famoso é o Bolsa Família, adotado em mais de 80 países, neste modelo de transferência de renda condicionada à vacinação das crianças e frequência escolar. No rol de alternativas para tirar a população da extrema pobreza, que atinge 9% do total, no cálculo de Marcelo Neri, diretor da FGV Social, ainda entram o microcrédito e a agricultura familiar, principalmente quando está associada ao programa de merenda escolar. São tecnologias que podem ser adaptadas em menor ou menor grau em outros países.

O economista de Bangladesh Muhammad Yunus fundou em 1976 um programa de microcrédito inédito que passou a ser referência mundial, a ponto de seu criador ter ganhado o Prêmio Nobel da Paz em 2006, por ter tirado milhões da pobreza. No Brasil, com as altas taxas de juros, a política de inclusão produtiva tem espaço para crescer, embora já seja relevante no Nordeste. O programa Crediamigo, do Banco do Nordeste (BNB), nasceu há 26 anos e atende a todos os Estados nordestinos, além do norte de Minas Gerais e do Espírito Santo. No ano passado, foram emprestados 10,6 bilhões.

"O programa preencheu uma lacuna. O acesso a crédito era praticamente inexistente na década de 2000. A política não é só emprestar, está condicionada ao acompanhamento e orientação. Faz muita diferença no retorno, porque a orientação permite que o dinheiro seja bem aplicado. Os anos mostraram que isso ajudou. Hoje, são 14 mil operações por dia", afirma Paulo Câmara, presidente do BNB.

A tecnologia social é sustentada por agentes de crédito que atuam como os agentes de saúde e de assistência social, dando apoio e mapeando as necessidades dos clientes. O BNB tem recebido representantes de outros países, principalmente da América Latina, que têm estrutura socioeconômica semelhante à brasileira, para replicar o programa nos seus países.

As operações são na grande maioria para clientes com renda familiar de até R$ 3 mil, que representam 62,6% da carteira. Apenas 9% vão para os que têm renda acima de R$ 5 mil. O principal obstáculo para essa população é a garantia. O banco criou o aval solidário que une três pessoas numa espécie de consórcio para formar a garantia. Hoje, a inadimplência está em 4%, um pouco acima da média de pessoas jurídicas de 3,3% em junho, segundo o BC.



DIOGO ZACARIAS/MF

Paulo Câmara, do BNB: em 2023, foram emprestados R$ 10,6 bilhões para programa Crediamigo

As taxas de juros se aproximam do crédito consignado, em média, 1,89% ao mês, com 65% dos empréstimos na faixa entre R$ 100 e R$ 3 mil. Os valores, pelo programa, podem chegar a R$ 21 mil. "Temos estrutura do Crediamigo espalhadas em 400 municípios e pretendemos chegar a mil até fim de 2025. Quanto mais presença do nosso pessoal, mais pessoas se credenciam a estar no programa", afirma Câmara. E as mulheres, assim como no Bolsa Família, são o maior público do Crediamigo, 68,3%, apesar de elas não serem a maioria entre os microempreendedores, diz Neri.

"O Bolsa Família tem um viés feminino por construção, mais de 90% dos beneficiários são mulheres. É proposital. Pesquisando sobre o Crediamigo, embora os microempresários nordestinos sejam dois terços homens, eles eram um terço dos clientes do Crediamigo. Tem uma sobrerepresentatividade feminina. Elas têm lucro menor, mas se beneficiam mais do microcrédito. Elas têm um salto maior. E qualquer impacto sobre as mulheres tem um efeito sobre as crianças", explica Neri.

Ele lembra que as taxas de juros são altas no país e o crédito é de curto prazo, mais para o consumo e alta renda. Uma série de vieses não são para o crédito produtivo popular como o microcrédito. "É importante abrir os olhos para essa política. Talvez, uma parte do sucesso do Crediamigo, que tem uma concentração forte no Nordeste e entre as mulheres, seja a conjunção com o Bolsa Família, embora só 38% sejam beneficiários do Bolsa Família."

O empecilho maior, na visão do executivo, é a taxa de juros. O foco do programa é que as pessoas que estão no Bolsa Família tenham condições de empreender. Com esse objetivo, outra perna do programa, desta vez subsidiado pelo governo federal, é o Acredita, que cobra 0,70% ao mês, destinado principalmente ao público do Cadastro Único. O programa conta com um Fundo Garantidor de Crédito de R$ 1 bilhão, mais € 20 milhões doados pelo banco de investimento e fomento alemão KFW. Com esse fundo, espera-se alavancar até R$ 12 bilhões de crédito. A taxa é de 8,85% ao ano. O programa já foi incorporado pelo BNB e pelo Banco da Amazônia. O objetivo é atender 2 milhões de pessoas.

Bolsa Família ganha mais recursos e incorpora novas regras para ter o benefício

O Globo, do Rio

Mais de 80 países replicam o programa Bolsa Família, de transferência condicionada de renda (que exige vacinação e frequência escolar), diante da eficiência da tecnologia social no combate à pobreza e à fome. No Brasil, o programa criado em 2004, unificando várias políticas públicas de assistência, atende, atualmente, 20,8 milhões de famílias, destinando a elas R$ 680,90 em média. A política foi incluída no cardápio de alternativas que serão oferecidas aos países na Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, que teve seu prélançamento na semana passada, na reunião dos ministros de Desenvolvimento dos países do G20, no Rio.

O sociólogo Rafael Osório, pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), diz que, após a experiência de 20 anos, o programa hoje tem seu melhor desenho, com boa focalização — o cadastro único como instrumento para chegar às famílias pobres — e, agora, com mais recursos. O gasto mensal é de, aproximadamente, R$ 14 bilhões. "É uma fórmula que muitos países adotaram, partindo de três modelos: o brasileiro, o chileno e o mexicano. São modelos de programas que já passaram por avaliações e são baseados em evidências de sua efetividade", afirma Osório.

O Bolsa Família cresceu, passando de uma média de 13 milhões de domicílios atendidos para os 20 milhões atuais. Nesse período, houve reajuste dos benefícios que, além do piso de R$ 600, transferem adicional para crianças de 0 a 6 anos, para gestantes e nutrizes e outro valor para as famílias com crianças de 7 a 18 anos, com um período de transição, se o domicílio ultrapassar a renda exigida para receber a transferência.

Essa regra de proteção foi incorporada ao programa em junho. Essa era uma das lacunas da política: inibia a busca de acesso ao emprego formal por receio de perder a transferência. Agora, mesmo conseguindo um emprego e melhorando a renda a ponto de ultrapassar o limite exigido, a família continua recebendo os recursos por até dois anos, desde que cada integrante do domicílio receba o equivalente a até meio salário mínimo (R$ 660). A família também tem assegurado o retorno ao programa se perder renda e ficar em situação de pobreza novamente, sem burocracia.

Estudo do Instituto Mobilidade e Desenvolvimento Social mostrou que uma parcela importante das pessoas que estavam inseridas no programa conseguiu sair da condição de pobreza. Dos beneficiários que estavam no grupo em 2005, 64,1% saíram da situação de vulnerabilidade em 2019, mas 20,4% ainda permaneciam dependentes das transferências. O restante estava incluído no Cadastro Único, mas fora do programa. "A gente sempre dizia que o programa era bom, mas precisava pôr mais dinheiro. E puseram, mas como política social não é adequado ter um piso por família. O ideal é ter um valor per capita [para se adequar ao tamanho da família]", diz Osório.

DIVULGAÇÃO/ MIN DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL



Programa Bolsa Família atende hoje 20,8 milhões de famílias e destina a elas, em média, R$ 680,90

O piso foi implementado no governo Jair Bolsonaro e mantido no governo Lula, quando a composição familiar voltou a ser considerada para definição de valores adicionais no benefício. Famílias com crianças, gestantes e mulheres que amamentam recebem valor extra. Outra mudança foi a inclusão de um período de transição se o domicílio ultrapassar a renda máxima permitida para receber a transferência (o teto é renda familiar menor ou igual a R$ 218 por pessoa).

Apesar de considerado eficiente no combate à pobreza, há riscos para o sucesso do programa, entre eles, a falta de reajuste. Em 2023, houve a PEC da Transição, que previu recursos para os programas sociais, mas como o gasto com o Bolsa Família não é uma despesa obrigatória, existe a possibilidade de redução do dinheiro destinado ao projeto para manter o equilíbrio fiscal.

O economista Marcelo Neri, diretor da FGV Social, fez estudos sobre o efeito multiplicador do Bolsa Família. Segundo ele, cada real gasto tem impacto na demanda total da economia que corresponde a três vezes o gasto previdenciário e cinco vezes o valor do FGTS, em termos de efeito anticíclico. A maior parte do dinheiro é usada para comprar alimentos, material escolar e roupas. "Sem o programa, 14% da população estaria na pobreza extrema, e não 9%, como é hoje", diz.

Para Neri, um ponto a ser aperfeiçoado é a provisão de seguro ligado ao programa. Ele cita pesquisa que aponta parentes e vizinhos como a maior rede de proteção, em casos de emergência. "Mas quando todos perdem juntos, seria importante ter um seguro. Isso é cada vez mais necessário por causa das mudanças climáticas." *(CA)*

Programa escolar promove a inclusão de pequenos produtores

O Globo, do Rio

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) integrado com a agricultura familiar estará no cardápio de alternativas da Aliança Global contra a Fome que o governo brasileiro lançou na semana passada no âmbito do G20. É um programa "virtuoso", classifica o sociólogo Rafael Osório, pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), ao aliar alimentação saudável, inclusão produtiva e comércio local na mesma política.

Segundo o ministro Wellington Dias, do Desenvolvimento Social, a "alimentação escolar, além de combater a desnutrição, ajuda na renda quando integrada com compras da agricultura familiar". Além disso, o Brasil adotou no último Plano Safra a "Floresta Produtiva", onde os mais pobres são qualificados para coletas de sementes, produção de mudas e plantação com cuidados até a planta ganhar maturidade A ação ocorre em áreas cadastradas com desmatamento, incêndios ou enfraquecidas por erros no uso do solo. E assim, fora das unidades de conservação, várias plantas daquele bioma recuperam floresta e a partir da produção geram renda para os mais pobres.

Segundo o ministro, na Amazônia, há experiências com açaí, castanheira, guaraná, cacau, bacuri e cupuaçu. O apoio à agricultura familiar, aquela mais dependente das transferências governamentais, ganhou força com o Programa de Aquisição de Alimentos do governo federal, ainda nos anos 2000, quando Francisco Menezes presidia o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea). Atualmente, ele é assessor de políticas da ActionAid, organização internacional voltada para combate à desigualdade e pobreza.

"As compras institucionais incentivaram o cooperativismo entre os pequenos agricultores, num programa administrado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) para doação a populações vulneráveis, escolas e formação de estoque. Esse foi o pontapé inicial da merenda escolar associada à agricultura familiar. Em 2011, o governo determinou que pelo menos 30% da compra de alimentos para os 40 milhões de alunos das escolas públicas fossem da agricultura familiar, próxima dos locais das unidades escolares. "Isso abriu um mercado para agricultura familiar que nunca se tinha visto", diz Menezes.

R$ 75 bi
é a verba destinada ao Pronaf para 2024/2025

Segundo a secretária nacional de Segurança Alimentar do Ministério de Desenvolvimento Social, Lilian Rahal, há cidades, como São José do Rio Preto, em São Paulo, que chegam a comprar 70% da merenda escolar da agricultura familiar. O governo brasileiro coopera diretamente com 70 países da América Latina e da África na adoção desse programa de alimentação escolar. "Esse programa e a Embrapa são as grandes estrelas lá fora. Ter criado essa chave entre agricultura familiar, respeitando os hábitos alimentares regionais, explica o sucesso do programa. Mas o trabalho começou antes. O Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) tem 30 anos. Houve um rol de políticas de crédito e de assistência que fomentaram o setor. Para 2024/2025, foram destinados R$ 75 bilhões ao Pronaf.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) beneficiou 85 mil famílias no ano passado, atendendo com doações cozinhas solidárias nas periferias das cidades. Foi incluído no programa a compra de leite de pequenos produtores. Desde a criação, já foram beneficiadas 500 mil famílias. Menezes chama a atenção para a instabilidade no financiamento do PAA, que chegou ao fim de 2022 com apenas R$ 90 milhões de financiamento. Em 2018, o montante alcançou R$ 800 milhões.

JARBAS OLIVEIRA/ VALOR



Apoio à agricultura familiar ganhou força com o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

O mesmo aconteceu com a merenda escolar. "Quem não lembra de crianças dividindo ovo na merenda. O valor repassado ficou cinco anos sem reajuste. As verbas foram recompostas. Em 2023, o Programa de Aquisição de Alimentos chegou a quase R$ 1 bilhão e o valor per capita da merenda foi reajustado em 30%, diz Menezes. "O principal problema é o orçamento. Como é discricionário [não obrigatório] entra na concorrência com outros programas como o Bolsa Família. Fica espremido no Orçamento", afirma Rahal.

Menezes defende também que haja um planejamento para que a política de segurança alimentar considere emergências climáticas "Eventos como os do Rio Grande do Sul, na Amazônia, no Cerrado e no Pantanal ocorrerão de forma mais frequente . E é preciso haver políticas prontas para serem disparadas quando eles ocorrerem. A agricultura familiar no Rio Grande do Sul teve grandes perdas de sua produção e com o solo fortemente prejudicado para os próximos plantios", diz. *(CA)*



Cenário Transição energética demanda apoio político, muito investimento e maior acesso dos emergentes às fontes

Bancos de fomento podem atuar como catalisadores de recursos privados

DIVULGAÇÃO



Luciana Costa, do BNDES: banco quer ajudar a consolidar parques de geração eólica e solar e já aportou R$ 163 bi em projetos de energia renovável

Mônica Magnavita
Para o Valor, do Rio

A COP28 terminou com o compromisso assumido por cerca de 200 países de triplicarem a capacidade global de energia renovável até 2030, o que significa atingir 11 terawatts em menos de sete anos. A meta da transição energética, fator essencial para reduzir emissões de gases de efeito estufa em 43% até 2030 em comparação a 2019, demanda, na visão de especialistas, apoio político, investimento em grande escala e acesso dos países emergentes a fontes de recursos adequados.

Bancos de desenvolvimento e multilaterais ganham papel de destaque como agentes catalisadores de recursos privados, hoje concentrados em poucos e ricos mercados. Nesse contexto, o novo papel das instituições de fomento entrou na agenda de prioridades do Brasil em 2024, ano em que o país preside o G20.

Os esforços dos grupos de transição do G20 rumo às metas de descarbonização de setores estão concentrados na ampliação das fontes de financiamento, democratização do acesso ao crédito e adoção de novos mecanismos de apoio. Hoje, 85% do investimento global em energias renováveis beneficiam menos de 50% da população mundial. A África, por exemplo, foi responsável por 1% da capacidade adicional de energia limpa em 2022 e abriga mais de 560 milhões de pessoas sem acesso à eletricidade.

Há avanços, mas insuficientes, diz Juliano Assunção diretor executivo do Climate Policy Initiative, da PUC-Rio. Os investimentos em transição energética, de US$ 1,8 trilhão em 2023, foram recorde, segundo a Agência Internacional de Energia, mas ainda estão longe dos US$ 4,8 trilhões necessários até 2030 para o setor atingir emissões líquidas zero.

É nesse contexto que as reformas de bancos multilaterais ganharam prioridade no G20, já que são capazes de garantir apoio aos países menos atrativos para recursos privados. Entre os itens da agenda do grupo de finanças consta a adoção ou ampliação, pelos bancos multilaterais, de mecanismos de-risking (limitação da exposição), por meio de instrumentos capazes de mitigar o risco dos projetos, reduzindo o custo de capital para o investidor.

"O G20 está tratando esse tema como uma das potenciais proposições que trará em novembro, no encerramento dos trabalhos", diz Luiz Assis, sócio da área de financial advisor da Deloitte. As discussões sobre o novo papel dos bancos multilaterais não visam apenas ampliar recursos para financiamento, mas garantir que essas instituições atuem mais para alavancar capital privado.

"Podem ajudar a viabilizar projetos no início, onde há maior risco. Quando já estiverem em andamento, emitirão bonds para diminuírem a participação. Conseguirão com o mesmo capital desenvolver mais projetos", diz Assis. Outros instrumentos são os de garantias de performance, blended finance (que une recursos públicos, de fomento e capital privado) e hedge cambial, nos moldes do Eco Invest, programa do governo que incentiva a entrada de capital estrangeiro no país para investimentos na transição energética.

O BID vem atuando nessa direção. "O financiamento para transição não pode vir só do setor público e de bancos multilaterais. Boa parte terá de vir do setor privado, com participação de investidores institucionais. O BID é um catalisador para gerar escala e impacto", diz Marcelino Madrigal, chefe da divisão de energia do BID.

O Brasil tem credenciais para liderar o tema, com o BNDES servindo de modelo na consolidação dos parques de geração eólica e solar. O banco aportou R$ 163 bilhões em projetos de energia renovável, equivalentes a 67,3 GW. "No mundo, 65% das emissões vem do setor energético, no Brasil são 18%. Temos essa matriz mais limpa porque o BNDES participou do financiamento de todas as rotas tecnológicas", diz Luciana Costa, diretora de infraestrutura, transição energética e mudança climática do banco. Segundo ela, a estimativa de investimentos globais em energia limpa para 2024 é de cerca de US$ 2 trilhões, superior ao US$ 1,2 trilhão previsto para os combustíveis fósseis. A maior parte irá para China, Europa, Índia e EUA.

> "Financiamento não pode vir só do setor público e de bancos multilaterais. Parte terá de vir do setor privado"
> *Marcelino Madrigal*

"Há um gap grande de investimentos para América Latina e África. O Brasil não enfrenta esse problema. Conseguimos atrair funding para investimentos em energia renovável porque não ficamos dependentes de recursos externos e nem de outros bancos de fomento", diz. Na etapa rumo à descarbonização do setor, o papel do banco, segundo Costa, é de manter sua relevância no fomento a projetos de combustíveis de baixa emissão de CO_2, como diesel verde (HVO), combustível sustentável de aviação (SAF) e biobunker (motores de navio), além do hidrogênio verde, que tem na energia 70% de seu custo.

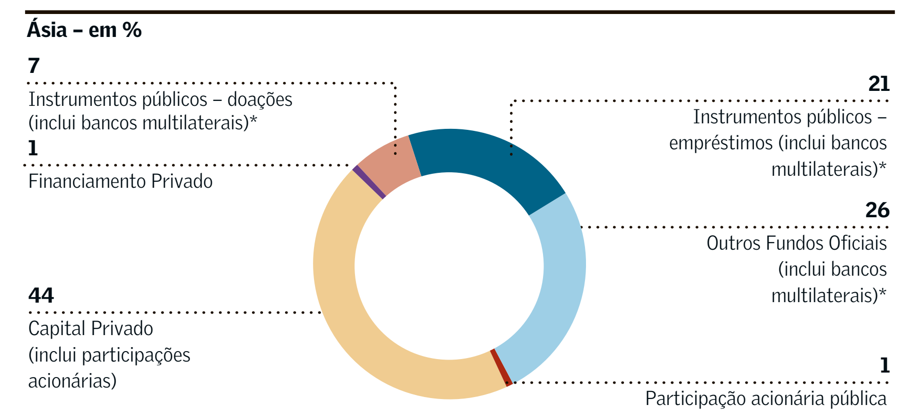
"Vamos financiar os primeiros projetos de hidrogênio verde e via equity em alguns projetos, por meio da BNDESpar, que tem como estratégia a transição energética, climática e economia circular", diz Costa. A atuação será via fundos, com possível participação direta no futuro.

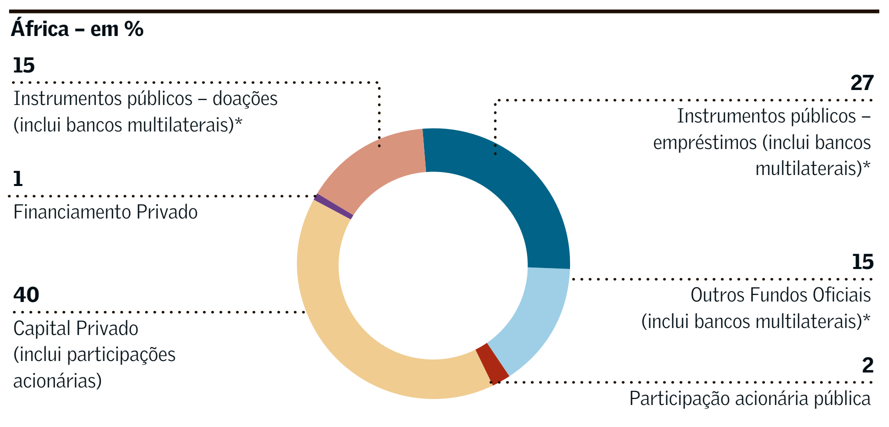
Hoje, o instrumento mais relevante do banco para o setor é o Fundo Clima, que conta com R$ 32 bilhões, dos quais R$ 28,3 bilhões para projetos de energia de baixo carbono. Parte disso tem como origem a linha de crédito assinada entre BNDES e BID no ano passado. Também em 2023, as duas instituições lançaram a Coalizão Verde, para promover iniciativas ao desenvolvimento sustentável na região amazônica.

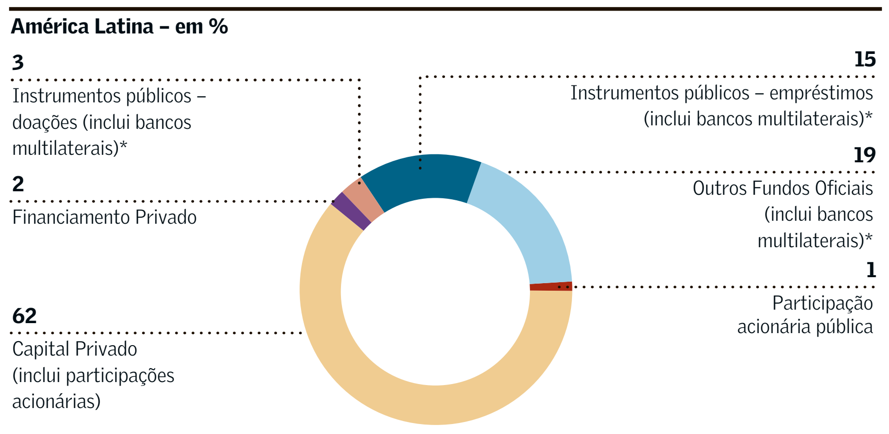
O BID possui projetos de transição energética de US$ 3,9 bilhões, com alocação anual US$ 1 bilhão. Entre 2015 e 2022, as regiões da América Latina e do Caribe ampliaram sua capacidade renovável em 51%, atingindo 64% de geração a partir de fontes renováveis. O ritmo deve acelerar, já que a previsão é de aumento da demanda por energia a uma média anual de 2,3% entre 2022 e 2050.

Mercados emergentes

Fluxo global de recursos para projetos de energia renovável







Fonte: Deloitte com base nos dados da OCDE entre 2013 e 2021 *A participação de bancos multilaterais pode ser feita com diversos instrumentos financeiros, como empréstimos, recursos doados e participações.

Moeda social garante renda e fortalece a economia local

Letícia Lopes
O Globo, do Rio

DIVULGAÇÃO

> Prefeituras e bancos comunitários com moedas sociais usam plataforma de Melo

Pareadas ao real, as moedas sociais brasileiras têm operações bem semelhantes às realizadas na moeda oficial do país. São usadas em pagamentos do dia a dia, financiam linhas de crédito e custeiam até benefícios sociais. Mas, com circulação restrita às suas comunidades, elas têm um potencial além: incentivam a economia solidária local e promovem a inclusão financeira dos mais pobres. A primeira experiência surgiu há 26 anos no Conjunto Palmeiras, na periferia de Fortaleza (CE). Com uma população empobrecida e sem trabalho formal, lideranças comunitárias desenvolveram o PalmaCard: feita num mimeógrafo, a caderneta de crédito registrava data e valor das compras feitas nos comércios locais. No fim do mês, o usuário pagava, em real, o que tinha comprado ao Banco Palmas, que repassava os valores aos comerciantes cadastrados.

O modelo evoluiu até a criação da moeda palmas, com cédulas de diferentes valores. Com o tempo, se tornou uma versão digital, pela plataforma E-dinheiro. "Todas as prefeituras e bancos comunitários que têm moedas sociais usam a plataforma, de maneira independente, pagando uma mensalidade que custeia o sistema. Temos 282 funcionários atuando na manutenção e no suporte aos usuários", diz Joaquim Melo, coordenador institucional do Banco Palmas e fundador do E-dinheiro.

Professor da FGV Eaesp, Eduardo Diniz observa que o surgimento das primeiras moedas sociais do mundo remontam ao início do século passado: a austríaca Wörgl e a suíça Wir — esta ainda em circulação — foram criadas em meio às dificuldades econômicas da crise de 1929. "Quando entramos em crise, a palavra que mais se escuta dos economistas é austeridade, ou seja, menos dinheiro circulando. Isso afeta diretamente quem é mais vulnerável, e as pessoas têm que inventar alternativas. As moedas sociais aparecem aí: cobrem um espaço onde há gente precisando trabalhar, mas não há dinheiro", analisa.

Assim como a palmas, do Ceará, as primeiras moedas sociais brasileiras foram criadas na mesma época em que o real se consolidava após décadas de hiperinflação. Por isso, conta o professor, houve resistência do Banco Central, que avaliava que as iniciativas "iam contra o real". O BC, porém, mudou de ideia ao longo dos anos e hoje valida e regula as moedas sociais: elas precisam ser lastreadas no real, para não criar inflação, e ter "reservas cambiais" na moeda oficial do país.

A experiência no Ceará abriu caminho para outras comunidades Brasil afora, principalmente em favelas, áreas rurais e territórios indígenas e quilombolas. Já são 189 moedas sociais em circulação no país, sendo a maioria delas, 178, autônomas, restritas a determinadas comunidades. Outras onze são apostas de prefeituras. As cidades de Indiaroba e Nossa Senhora do Socorro, no Sergipe, têm a aratu e a ipê amarelo, respectivamente, enquanto a gaúcha Santiago tem a moeda pila. O Rio tem a pedra bonita, em Itaboraí, itajuru, em Cabo Frio, Saquarema com a saquá e a caboclinho, de Iguaba, além da elefantina de Porciúncula e a macaíba de Macaé.

A primeira moeda fluminense foi uma aposta de Maricá, ainda em 2013. A cidade tem 133 mil dos seus 192 mil habitantes recebendo a moeda. A maioria dos beneficiários, cerca de 93 mil pessoas, fazem parte de uma programa de renda básica, que paga 230 mumbucas por pessoa às famílias registradas no Cadastro Único (CadÚnico). Além disso, o Programa de Proteção ao Trabalhador (PPT) dá cerca de 700 mumbucas a trabalhadores autônomos e microempreendedores individuais (MEIs), como ambulantes, taxistas, entregadores por aplicativo e profissionais de beleza. O mesmo valor é pago aos servidores municipais, como vale-alimentação.

A mumbuca é aceita em 16 mil estabelecimentos comerciais e prestadores de serviço da cidade, num movimento mensal de cerca de R$ 48 milhões. O prefeito Fabiano Horta (PT) explica que a política é financiada, principalmente, com recursos vindos dos royalties de petróleo. "A moeda trouxe uma profunda transformação da economia local. Ajuda os mais vulneráveis a ter renda e impulsiona a criação de novos negócios, com geração de emprego e fortalecimento das periferias", analisa.

Niterói seguiu o exemplo e, em 2021, lançou a moeda arariboia, que beneficia mensalmente 100 mil pessoas de 45 mil famílias em situação de vulnerabilidade, com 218 arariboias. Ao mês, o município aporta R$ 19 milhões no programa de distribuição de renda. Assim como em outras cidades, o recolhimento de impostos funciona normalmente. Nas operações de conversão para o real, 2% ficam retidos e são direcionados para um fundo que financia iniciativas de economia solidária na cidade, como coletivos de produção, cooperativas e outras ações comunitárias.

As operações não ficam restritas às compras em comércios locais ou serviços prestados por empreendedores da cidade. Alguns bancos comunitários ou municipais também apostam na concessão de crédito nas moedas locais. A pioneira Palmas cobra de 0,25% a 1% de juros mensais nas linhas de crédito pessoal ou para empresas. As taxas variam de acordo com o montante emprestado.

INÊS 249



Financiamento Com juros menores, modelo de investimento acelera negócios com foco socioambiental

Fundos de impacto impulsionam agenda ESG

Carin Petti
Para o Valor, de São Paulo

Mudas de cacau, banana, mandioca e árvores nativas da Amazônia começam a tomar o lugar do pasto no sítio de Luziane Sousa, em Parauapebas, no Pará. "Antes, o que tinha ali estava quase morrendo", conta. O cultivo das novas espécies em seis dos dez hectares da propriedade fica por conta da Belterra, especializada na implementação de agroflorestas. Pelo arrendamento, a proprietária recebe R$ 1.500 mensais — que aumenta em 75% a renda familiar.

O negócio, crido em 2020, tem como foco a implementação de agroflorestas para venda de produtos, como o cacau das terras de Luziane, para gigantes como a Cargill. "Por termos 3.500 hectares sob gestão, em cerca de 50 pequenas e médias propriedades, conseguimos acessar grandes compradores", diz o CFO da empresa, Marcelo Pereti. Agora a Belterra se prepara para comercialização de crédito de carbono, em parceria com a Amazon.

Em troca da disponibilização das terras para regeneração, os proprietários têm duas opções de remuneração: arrendamento ou recebimento de parcela do valor das vendas da produção agrícola — fatia que pode variar de 5% a 50%, conforme o estado de conservação da área e a disponibilidade de mão de obra e maquinário do proprietário.

Em 2023, a empresa buscou R$ 700 mil para comprar mais mudas e construir um viveiro em Parauapebas. Crédito bancário não era opção. "Quando você vai ao banco e diz que vai fazer uma agrofloresta de cacau, dendê e açaí, eles não têm um método de análise do crédito pela falta de histórico em empreendimentos semelhantes", afirma Pereti. "A questão da garantia é também um grande entrave", acrescenta.

DIVULGAÇÃO



Amanda Santana, da Tucum: empresa oferece treinamento a indígenas para gestão de negócios

A saída foi recorrer à plataforma de empréstimo coletivo da Sitawi Finanças do Bem, ONG com foco em mecanismos financeiros para a promoção da economia de impacto. Lançado em 2019, o sistema tem o objetivo de possibilitar os investimentos de qualquer pessoa física e não só de investidores qualificados, diz o diretor vice-presidente da organização, Bruno Girardi. O modelo permite que se empreste quantias a partir de R$ 10 para organizações de impacto socioambiental. Até agora a plataforma financiou mais de R$ 16 milhões para cerca de 40 organizações, entre empresas, cooperativas e ONGs — 60% delas com atuação na Amazônia.

R$ 25 mi
é o fundo da Amaz para projetos de impacto

Para a Belterra, os juros anuais, para a operação de três anos, ficaram em 14% — taxa válida tanto para a remuneração dos investidores quanto para o valor cobrado da empresa. Em outros casos, os juros pagos pelos empréstimos são menores que os ganhos de quem investe. Nestas situações, a conta fecha graças ao modelo de blended finance — o financiamento híbrido que, no caso, mistura recursos de investidores remunerados com doações de parceiros filantrópicos. "Se as organizações beneficiadas pelas rodadas de investimento fossem obter empréstimos no sistema bancário tradicional, pagariam juros de até 35% ao ano", compara Girardi. Na sua avaliação, com juros menores, o negócio é menos pressionado a ter retornos financeiros elevados. Com isso, pode gerar mais impacto socioambiental.

Outra empresa beneficiada pelo modelo é a Tucum, da empreendedora Amanda Santana. Em duas rodadas, em 2019 e 2023, ela conseguiu R$ 770 mil — R$ 130 mil da Sitawi e o restante da Amaz, financiadora e aceleradora de empreendimentos com foco em impacto socioambiental na Amazônia, coordenada pelo ONG Idesam (Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia).

Os recursos foram utilizados para, com o lançamento de uma plataforma de comércio eletrônico, ampliar o negócio de compra e venda de artesanato produzido por cerca de 3 mil mulheres de 50 povos indígenas do Amazonas, Pará, Acre, Mato Grosso e outros oito Estados. Com o sistema, elas podem tanto comercializar seus produtos na loja online da Tucum, que compra e revende as peças, como abrir uma loja própria no marketplace criado pela empreendedora.

A Tucum oferece treinamento às indígenas para a gestão dos negócios, com foco em áreas como finanças, comunicação, logística e gerenciamento dos estoques. Entre os grupos atendidos, está a Associação das Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro, que une diferentes etnias de regiões fronteiriças com a Colômbia, como os povos Baniwa, Baré e Tucano. No ano passado, a dívida com a Amaz foi trocada pela participação da aceleradora no negócio. É que a organização opera com mútuos conversíveis — modalidade de empréstimos, comum para startups, em que, após determinado período, os valores devidos podem ser convertidos em participação societária em caso de interesse do investidor.

Além da Tucum, o fundo de R$ 25 milhões da Amaz investe em outras 12 empresas. Os recursos vêm tanto de investidores privados, como family offices, como de doações de organizações filantrópicas. "Só que não adianta fazer a capacitação e deixar o empreendedor cheio de água na boca para aplicar tudo aquilo que aprendeu no crescimento do negócio se faltar dinheiro, que é o combustível no tanque para percorrer essa jornada", diz Mariano Cenamo, CEO da Amaz. Por isso, a organização tem a meta de criar até o ano que vem um novo fundo, de R$ 75 milhões, para algo entre 15 e 20 empresas, incluindo negócios em estágio bastante inicial.

Para Cenamo, os altos retornos esperados pelos fundos de venture capital ainda são um entrave à busca de recursos no mercado. A opinião é compartilhada por Priscila Martins, diretora de relacionamento institucional da Artemisia, organização que também acelera e financia o empreendedorismo socioambiental. "O capital adequado é mais paciente, menos ambicioso e mais voltado ao impacto. É preciso entender que provar a viabilidade do modelo destes negócios leva mais tempo", diz. A Artemisia atua com recursos não reembolsáveis e com reembolsáveis.

Universalização pode somar R$ 58 bilhões por ano ao PIB

Domingos Zaparolli
Para o Valor, de São Paulo

Investir em saneamento básico é uma ação que gera amplo retorno econômico e social, com impacto na saúde pública, na educação e na produtividade. Estudo da consultoria GO Associados e do Instituto Trata Brasil (ITB) estima que o Brasil precisa investir R$ 46,3 bilhões por ano por 11 anos seguidos para universalizar os serviços de água tratada e esgotamento sanitário. Efetivado, o investimento proporcionará um crescimento do PIB de R$ 58,1 bilhões anualmente.

O país está longe de alcançar o patamar de investimento necessário. A média dos últimos cinco anos terminados em 2022 foi de R$ 20,9 bilhões. "Neste ritmo, a universalização só ocorrerá em 2070", diz Luana Pretto, presidente-executiva do ITB. O estudo "Avanços do Novo Marco Legal do Saneamento Básico no Brasil de 2024" avalia os impactos até aqui da Lei nº 14.026/2020, que completou quatro anos em julho. O marco legal determina o atendimento de 99% da população com abastecimento de água tratada e 90% com esgotamento sanitário até 2033.

De acordo com o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), 15,1% da população não conta com água potável e 44% vivem em moradias que não contam com coleta de esgoto. São mais de 90 milhões de brasileiros diretamente afetados. Apenas 51,2% do esgoto gerado no país é tratado. O restante é despejado na natureza, impactando o meio ambiente e a qualidade de vida de todo o país.

O estudo da GO Associados e do ITB demonstra que o país convive com duas realidades bastante distintas em relação às perspectivas de universalização do saneamento. De um lado, estão governos que buscam parcerias com a iniciativa privada para viabilizar a universalização dos serviços. De outro, gestores públicos inertes.

Desde 2020 até junho deste ano, de acordo com a GO Associados, foram firmados 30 contratos de parcerias público-privadas (PPPs) e concessões para viabilizar a universalização dos serviços para atender municípios em vários Estados do país, como Amapá, Rio de Janeiro, Ceará e Alagoas. Os contratos somam investimentos de R$ 71 bilhões para o atendimento total de 33 milhões de pessoas.

Em julho, o governo de São Paulo vendeu 31,7% das ações da Sabesp. A nova controladora, a Equatorial, prometeu investir R$ 70 bilhões até 2029 na universalização da água e do esgoto nas 375 cidades atendidas pela companhia. A GO Associados estima que a privatização impulsionará um investimento de R$ 260 bilhões no atendimento de 30,6 milhões de pessoas.

A consultoria constatou que há outros 12 projetos de concessões e PPPs programados para irem a leilão até 2026 que, uma vez efetivados, vão promover mais R$ 115 bilhões de investimentos em capex e impactar um total de 36 milhões de pessoas em 12 Estados. Foram identificados ainda outros 67 potenciais projetos em diferentes estágios de maturação que podem atender 5 milhões de pessoas.

> "Quem mora onde não há saneamento está mais exposto a verminoses e doenças"
> *Jaime Oliveira*

Por outro lado, o estudo também constatou a existência de 579 municípios, onde moram por volta de 10 milhões de pessoas, que não demonstraram capacidade de universalização do saneamento e também não há, até aqui, nenhuma sinalização por parte de seus gestores na busca de solução para o problema. Roraima, Paraíba, Piauí e Acre concentram a maioria destas cidades. "São municípios que investem, em média, R$ 27,29 por habitante ao ano em saneamento, quando o valor médio necessário é de R$ 231,00", diz Pretto.

A falta de saneamento básico afeta principalmente a população mais pobre e perpetua a pobreza. De acordo com pesquisa do ITB e da EX Ante Consultoria Econômica, entre os brasileiros com renda domiciliar per capita de até meio salário mínimo, 44,9% não contam com coleta de esgoto e 43,7% não têm água tratada. Entre os brasileiros com renda domiciliar per capita acima de três salários mínimos, os déficits são de 4,1% e 3,4% respectivamente. "Quem mora onde não há saneamento está mais exposto a verminoses e doenças", diz Jaime Oliveira, pesquisador da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (Ensp). "Pessoas constantemente doentes são pouco produtivas, faltam ao trabalho e perdem renda, faltam mais à escola e têm mais dificuldade de aprendizado."

Segundo o ITB, por ano, mais de 40 milhões de pessoas se afastam temporariamente de suas atividades em consequência de doenças geradas pela falta de saneamento. Entre os estudantes que são moradores de domicílios sem água tratada e coleta de esgoto, as notas no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) são, em média, 14% menores em comparação com aqueles que vivem em áreas saneadas.

Universalizar os serviços de água tratada e esgoto tem potencial de ampliar em 4,9% a renda média das pessoas expostas à falta de saneamento, diz a Ex Ante. Também reduz os gastos públicos com saúde. "A estimativa é que cada R$ 1 investido em saneamento economize R$ 5 em saúde pública", diz Oliveira. Outro benefício seria a redução de vetores de doenças.

DIVULGAÇÃO



Luana Pretto, do ITB: neste ritmo, a universalização do saneamento só ocorrerá em 2070

Déficit concentrado nos mais pobres

Falta de saneamento é maior em famílias com até 2 salários mínimos

Salário mínimo	Déficit de água em %	Déficit de coleta de esgoto em %
Até 1/2	43,7	44,9
De 1/2 a 1	36,3	39,3
Mais de 1 até 2	29,7	27,9
Mais de 2 até 3	5	4,9
Mais de 3	3,4	4,1

Fonte: Trata Brasil e Ex Ante Consultoria Econômica

'Licença social' viabiliza atendimento para baixa renda

De São Paulo

Um dos principais desafios para a universalização do saneamento básico é levar os serviços de água tratada e coleta de esgoto até as favelas e outras comunidades carentes do país. Além de implementar a infraestrutura em terrenos irregulares e moradias informais, os prestadores de serviços precisam conquistar uma espécie de "licença social", o apoio da comunidade para a implementação da infraestrutura, principalmente em localidades dominadas pelo crime organizado. Outro desafio é estabelecer uma tarifa com valor condizente com a renda dos moradores.

"A população precisa estar convencida dos benefícios gerados pelo saneamento, caso contrário os prestadores de serviços não entram na comunidade e, se entrar, os moradores não pagam pelos serviços", diz Jaime Oliveira, pesquisador da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (Ensp). Para obter a "licença social" de operação, as companhias têm adotado duas estratégias. Uma é privilegiar a contratação de funcionários oriundos das comunidades. A Águas do Rio, do grupo Aegea, que atende a 26 cidades do Rio de Janeiro e vários bairros da capital fluminense, conta com cerca de 12 mil colaboradores, entre contratados e prestadores de serviços terceirizados, sendo que 50% deles são provenientes de comunidades atendidas pela companhia.

A outra estratégia é o estabelecimento de tarifas sociais. De acordo com a Associação e Sindicato Nacional das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto (Abcon Sindcom), 10,5% dos clientes residenciais atendidos por operadores privados são contemplados com tarifas sociais. O contrato de privatização da Sabesp, por exemplo, estabelece um desconto de 10% nas tarifas da população de baixa renda.

A Aegea é uma das pioneiras no país no estabelecimento de estratégias de implementação de serviços de saneamento em comunidades carentes. Em 2018, a subsidiária Águas de Manaus criou o programa Vem Com a Gente (VCG), incorporado ao modelo operacional da companhia que, hoje, atende 500 municípios em 15 Estados.

Metade das casas de Manaus (AM) está em favelas e assentamentos informais, muitas delas palafitas construídas nas margens dos igarapés. "Foram feitas visitas porta a porta, para entender as dificuldades locais", diz Édison Carlos, presidente do Instituto Aegea. Para levar a infraestrutura em áreas de palafitas, foram implementadas redes aéreas de água sem contato com os igarapés. Já são 200 km de redes de água tratada implementadas em áreas vulneráveis da cidade, que beneficiam cerca de 200 mil pessoas.

A companhia agora está dedicada a implementação de um sistema de coleta e tratamento de esgoto nas casas em palafitas, que realiza a drenagem sanitária por meio de redes aéreas com conexões às redes coletoras existentes nas proximidades. O modelo exige um mapeamento da localização do banheiro de cada casa e a implementação de conexões intra-residenciais, fornecidas pela empresa.

A Aegea também estabeleceu dois modelos de tarifas sociais. A "Tarifa 10", que estabelece a cobrança fixa de R$ 10 nas contas de água e de esgoto para clientes que estão em situação de vulnerabilidade social. Hoje, são 28 mil famílias atendidas. E a "Tarifa Manauara", que atende 100 mil famílias por meio de descontos na tarifa. No Rio de Janeiro, 470 mil famílias atendidas pela Águas do Rio contam com tarifas sociais. *(DZ)*

CONTEÚDO ESPECIAL COM APOIO DE 



Estado do Rio investe no fortalecimento do empreendedorismo feminino

Em sintonia com a prioridade do G20 para redução da desigualdade, programa Empreenda+Mulher conecta, mobiliza e capacita empreendedoras fluminenses



© DIVULGAÇÃO

Governo do RJ promove diálogo, capacitação, rodada de negócios e oferta de crédito para empreendedoras

Desde que o Brasil assumiu a presidência do G20, em dezembro passado, a redução da desigualdade entrou para a lista de prioridades do grupo que reúne as maiores economias do planeta. Alinhado a esse esforço por assegurar oportunidades iguais, o governo do Estado do Rio tem como pilares a garantia dos direitos da mulher e o fortalecimento feminino no mundo dos negócios.

Por meio do programa Empreenda+Mulher, parceria das secretarias de Desenvolvimento Econômico e da Mulher, o governo fluminense mobiliza e conecta empreendedoras, com diálogo, capacitação, rodada de negócios e oferta de crédito.

— O programa Empreenda+Mulher surge da necessidade de uma política pública para atender, fomentar e fortalecer essas mulheres que são parte motriz na economia do Rio de Janeiro. São muitos afazeres além de conduzir o próprio negócio. Era necessário que déssemos suporte emocional, de inspiração, além da parte técnica — afirma Karol Mendez, superintendente de Autonomia Econômica da Secretaria de Estado da Mulher.

Em pouco mais de um ano, o Empreenda+Mulher realizou seis encontros, que atingiram mais de 1.200 mulheres, sendo que 431 delas participaram das rodadas de negócios com potencial de R$ 6,7 milhões em contratos futuros. As mesas de inspiração reúnem empresárias locais já estabelecidas, que compartilham experiências; representantes das secretarias estaduais, que abordam as políticas públicas; e empreendedoras iniciantes, que dividem dificuldades e conquistas.

— No Empreenda+Mulher, proporcionamos capacitação de alta qualidade, permitindo que nossas participantes adquiram conhecimentos essenciais para gerir e expandir seus negócios. Além disso, promovemos rodadas de negócios, facilitando a conexão entre empreendedoras e potenciais parceiros, investidores e clientes. O governo do Estado está empenhado em criar um ambiente de suporte e desenvolvimento, onde cada mulher possa explorar seu potencial máximo — destaca a superintendente da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Andréia Crocamo.

> **"O Empreenda+Mulher surge da necessidade de uma política pública para atender e fortalecer as mulheres no desenvolvimento do seu negócio"**
> **KAROL MENDEZ**
> Superintendente de Autonomia Econômica da Secretaria de Estado da Mulher

Entre muitos desafios debatidos nesses eventos estão a desigualdade de oportunidades em comparação com os homens, a multiplicidade de tarefas além da gestão do empreendimento e a dificuldade para obter empréstimos.

— A questão de gênero é muito forte no acesso ao crédito. E, quando a mulher é casada, consegue crédito mais fácil do que quando é solteira. Também é muito importante a identificação dessa mulher: sair do "estou ajudando em casa" para "sou empresária", "sou empreendedora". A gente tem investido muito forte no crédito e na capacitação para que elas se compreendam gestoras — afirma Karol.

Segundo a superintendente, apenas 9% das mulheres que empreendem no Rio de Janeiro conseguiram empregar outras pessoas, e o governo do Estado está empenhado em aumentar esse percentual. Nos encontros do Empreenda+Mulher, as empresárias têm contato com representantes de bancos e outras instituições financeiras, tiram dúvidas e discutem possíveis financiamentos. O Empreenda+Mulher e outras ações do governo do estado serão discutidos em nível internacional no G20 social, que antecede a Cúpula de Líderes.

SELO CERTIFICA EMPRESAS QUE PROMOVEM DIREITOS DA MULHER



O governo do Estado do Rio criou o Selo Empresa Amiga da Mulher. A certificação é destinada a empresas comprometidas com a promoção e a defesa dos direitos da mulher e já foi entregue a 32 organizações.

Um dos certificados é o 15º Ofício de Notas, que aderiu aos Princípios de Empoderamento das Mulheres, da ONU Mulheres. Entre muitas ações, o cartório organiza e participa de iniciativas de fortalecimento feminino, apoia instituições que militam na causa e promove marketing interno voltado para as mulheres.

— Acreditamos que o empoderamento feminino é chave para uma sociedade mais equitativa e próspera. O Selo Empresa Amiga da Mulher nos inspira a continuar promovendo iniciativas que garantam às mulheres as oportunidades e o apoio necessários para liderar e inovar — afirma Michelle Novaes, tabeliã substituta e CEO do 15º Ofício.

Movimentos buscam reconhecimento de empresárias

Conciliar diversos afazeres, ser respeitada como gestora e garantir acesso a crédito estão entre os desafios

Muitas mulheres que seguem o caminho do empreendedorismo escolheram, como passo seguinte, a criação de movimentos de apoio, desenvolvimento e estímulo a empresárias em diferentes etapas de suas trajetórias. O programa Empreenda+Mulher, do governo do Estado, apoia esses movimentos.

Há nove anos, Fernanda Oliveira fundou a escola de natação Splash e, três anos depois, criou o projeto Mulheres de Sucesso de Nova Friburgo:

— Meu primeiro desafio foi ser empreendedora mulher numa sociedade onde sempre os homens ditavam as regras. Ser respeitada foi um grande avanço e uma grande dor. O Mulheres de Sucesso une mulheres para o desenvolvimento pessoal, social e de seus negócios. Oferece capacitações, networking, venda de produtos, negócios.



© ARQUIVO PESSOAL

Sonia é uma das fundadoras do movimento Saber+Universo Feminino

Em junho, Fernanda foi curadora do Empreenda+Mulher de Nova Friburgo, uma edição simultânea à Fevest, maior feira de lingerie, moda praia e fitness da América Latina.

— Foram 25 horas de palestras, e o evento contagiou a cidade.

Para Sonia Viana, uma situação familiar difícil durante a pandemia foi determinante para a abertura do próprio negócio, o Fit com Tempero.

— Minha mãe ficou doente, e tivemos algumas questões financeiras. Foi então que decidi empreender. Escolhi algo que eu amo, que é cozinhar, e optei pelas refeições saudáveis. Nesse processo tive uma mentora que, certa vez, me levou a um evento de mulheres empreendedoras, onde eu me encontrei — conta Sonia, que nasceu em São Sebastião do Alto e mora em Niterói.

Em 2022, Sonia e uma amiga fundaram o movimento Saber+Universo Feminino:

— Começamos a promover eventos com palestras, relacionamento, workshop, a mulherada foi gostando. Estive em três encontros do Empreenda+Mulher: o lançamento no Palácio Guanabara, depois Niterói e Itatiaia. Às vezes você tem um poder aquisitivo alto, mas tem dificuldade, com suas emoções, a família, o dia a dia. Nisso, nós mulheres nos igualamos.

Kelly Gomes já teve loja de roupas, vendeu bijuterias e semijoias. Hoje participa do Empreenda+Mulher e dedica-se ao projeto Reaja Mulher, que criou há quatro anos em Volta Redonda. O projeto ajuda mulheres em vulnerabilidade a conseguirem sua independência financeira.

— Uma das situações mais difíceis para a mulher em um relacionamento abusivo é voltar ao mercado de trabalho. Por isso, esses programas são tão importantes.

PRODUZIDO POR 

INÊS 249

FABIO CORDEIRO/ AGÊNCIA O GLOBO



Francisco Goés, do Valor (da esq. para a dir.), Carolina Grottera, do Ministério da Fazenda, Morgan Doyle, do BID, Pedro Ferreira de Souza, do Ipea e Bruna Mascotte, da Catavento Consultoria

Conjuntura Brasil tem condições de atrair maiores volumes de investimentos, mas relação entre risco e retorno tende a dificultar o financiamento de projetos

Acesso a capital ainda é desafio para acelerar transição energética

Kariny Leal e Alessandra Saraiva
Do Rio

Em um momento em que as políticas relacionadas ao clima permeiam a sociedade como um todo e deixam de se restringir ao âmbito ambiental, especialistas avaliam que o Brasil tem condições de atrair maiores volumes de investimentos globais em iniciativas que ajudem a combater as mudanças climáticas. Mas mesmo que o país tenha recursos naturais diferenciados, como fontes para desenvolver energias renováveis, a atração de capital segue sendo um desafio. A relação entre risco e retorno dos países emergentes no geral, aí incluído o Brasil, tende a tornar mais difícil o acesso a financiamentos para projetos na comparação com regiões mais desenvolvidas.

Esses temas fizeram parte do evento: "O Desafio de Financiar o Desenvolvimento Inclusivo e Sustentável", na terça-feira (23), no Rio. Foi o terceiro evento do projeto G20 no Brasil, promovido pelos jornais O Globo, **Valor** e rádio CBN, que incluiu discussões sobre transição energética, redução das desigualdades e erradicação da extrema pobreza.

Conforme dados da Agência Internacional de Energia (IEA, na sigla em inglês), o mundo deve atingir em 2024 o recorde de US$ 3 trilhões em investimentos em energia. Deste valor, aproximadamente US$ 2 trilhões devem ser direcionados para energia limpa e US$ 1 trilhão para fontes fósseis. Há cinco anos, o investimento em energia limpa rondava US$ 1,2 trilhão. A dificuldade de atração desses investimentos por parte dos países em desenvolvimento foi um dos desafios destacados pelos especialistas no painel "Levantando recursos contra a pobreza e pelo meio ambiente: como financiar a agenda do desenvolvimento justo e sustentável".

Com base no levantamento da IEA, a sócia da Catavento Consultoria, Bruna Mascotte, afirmou que os emergentes precisam desenvolver alternativas para garantir os recursos e fazer com que o dinheiro chegue até os projetos. "Além das políticas públicas, o setor privado desempenha importante papel na alocação, mas existe também o desafio do custo de capital e do ambiente regulatório, que não ajudam", disse Mascotte. "Mesmo dentro dos países emergentes, a distribuição não é igualitária. Um estudo da BloombergNEF afirma que, em 2023, foram investidos US$ 35 bilhões em transição energética nos países neste nível de desenvolvimento. Nessa lista, o Brasil está à frente da Índia. Mas os países africanos só investiram cerca de 3% deste total", complementou.

Na visão da especialista, a boa notícia é que a necessidade, atualmente, é de investir em tecnologias que são maduras, o que mitiga possíveis riscos tecnológicos. "A questão é endereçar os desafios, como a dificuldade de ter um ambiente de negócios atrativo, com estabilidade jurídica. A viabilidade econômica dos projetos é prejudicada mesmo com o Brasil apresentando recursos solares e eólicos eficientes", afirmou.

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) é um dos agentes envolvidos na tarefa de fazer avançar a pauta do investimento em transição energética. Morgan Doyle, representante do BID no Brasil, que esteve no evento, afirmou que uma das atuações do banco é conectar os investidores privados aos projetos alinhados às pautas de ESG, sigla que designa práticas ambientais, sociais e de governança.

"Nosso papel é articular com diversos atores para trazer inovações que possam ter impacto na discussão para que os projetos saiam do papel e para servir de ponte entre a poupança global, que tem muito interesse em financiar projetos alinhados em ESG bem estruturados. Além disso, existe a percepção desmedida de risco. Nosso papel, além de financiar, é trazer outros [agentes] para aproveitarem as oportunidades", disse.

Segundo Doyle, o BID aprovou em 2024 um incremento de capital no BID Invest, o braço privado do banco, com projetos de parcerias público-privadas (PPPs) que permitirão dobrar a capacidade de emprestar. "O Brasil vai ser um dos principais beneficiados do incremento", ressaltou Doyle. Em fevereiro deste ano, o BID assinou acordos que somaram US$ 5,4 bilhões com o Ministério da Fazenda, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o Banco Central do Brasil para incentivar investimentos e oferecer proteção cambial para projetos que promovam a transição para práticas sustentáveis. A organização apoiou o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima com uma linha de crédito de US$ 2 bilhões e colocou à disposição do Banco Central um limite de US$ 3,4 bilhões para coberturas cambiais.

O Brasil corresponde à maior carteira do BID, atualmente, com US$ 20 bilhões em projetos com setores público e privado. O banco tem sede em Washington, nos Estados Unidos, e escritórios em 26 países da América Latina, além de unidades em Tóquio e Madri para mobilizar doadores. Para Morgan Doyle, os aportes do BID funcionam como instrumentos de garantia e de atratividade para outros investidores globais.

"Um dólar pode atrair três ou quatro e viabilizar investimentos em áreas como resiliência climática, infraestrutura ou ainda em novas fronteiras de desenvolvimento como hidrogênio verde e combustível sustentável de aviação. Nossa visão é que o Brasil pode ser um celeiro de novas soluções globais em áreas ambientais e sociais. Por isso, viabilizar essas ferramentas com o apoio financeiro adequado é essencial", observou Doyle.

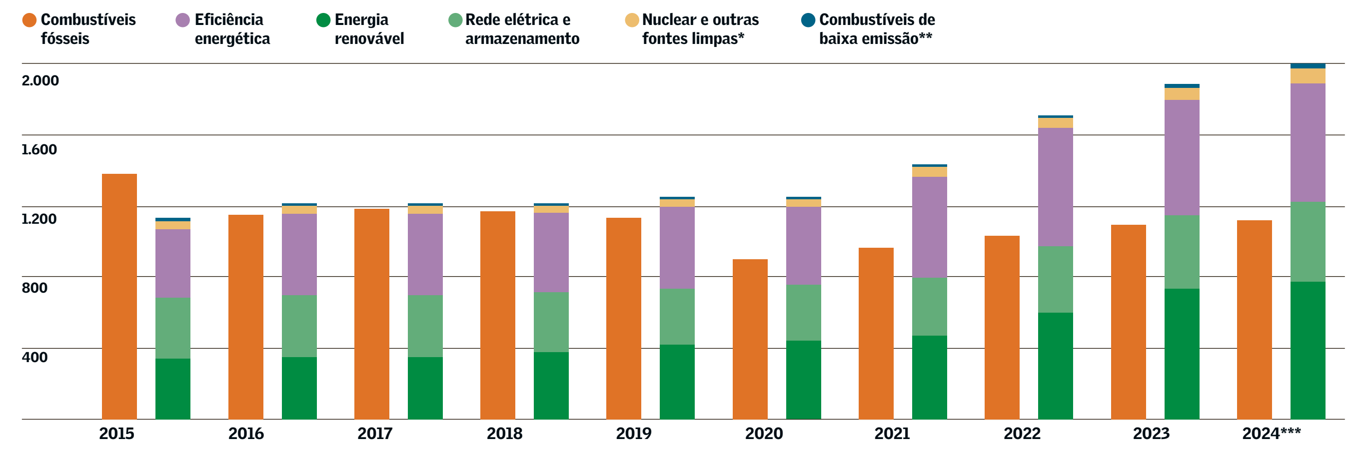
A disponibilidade de recursos governamentais é um ponto que diferencia o estágio dos países na adoção de práticas de transição energética. Carolina Grottera, diretora de programa da secretaria executiva do Ministério da Fazenda, afirmou que, ainda que o Brasil passe por um cenário fiscal desafiador, existe um compromisso da União em combater os efeitos das mudanças climáticas, apesar de ser com menos recursos do que para outras iniciativas, como o combate à pobreza. "O governo precisa ser criativo nas soluções. Existe o esforço de mobilizar e canalizar recursos para financiar a transformação ecológica", afirmou.

Grottera disse que, ainda que não exista o espaço fiscal necessário, o país tem promovido instrumentos que direcionem recursos para setores estratégicos ou que alavanquem investimentos domésticos e internacionais. Ela cita, como exemplo, o plano de ação lançado pela Fazenda para desenvolver uma "taxonomia sustentável", o estabelecimento de classificações para definir de forma objetiva os ativos ou categorias que contribuam para objetivos climáticos.

"Vamos ter uma definição do que é sustentável ou não para que os agentes e o próprio governo possam dar mais incentivos para atividades que ajudem a descarbonizar a economia. É útil também para evitar o greenwashing [falsas práticas sustentáveis]", disse Grottera. Pedro Ferreira de Souza, sociólogo e pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que compôs a mesa, destacou a capacidade brasileira de aprimorar a gestão de programas sociais nos últimos anos, como o caso do Bolsa Família. "Aconteceu por um processo importante de aprimoramento, precisamos reconhecer os sucessos do país."

Investimento global em energia
Aportes em fontes limpas têm aumentado em relação às fósseis





Fonte: Agência Internacional de Energia (IEA) e Catavento. *Outras fontes limpas: combustíveis fósseis com captura e armazenamento de carbono, hidrogênio ou amônia e bombas de calor de larga escala. ** Combustíveis de baixa emissão: Bioenergia, hidrogênio de baixa emissão e captura e armazenamento de carbono associado a combustíveis fósseis. *** Estimativa

"Nossa visão é que o Brasil pode ser um celeiro de novas soluções globais em áreas ambientais e sociais"
Morgan Doyle

"Setor privado desempenha importante papel na alocação, mas existe o desafio do custo de capital e do ambiente regulatório"
Bruna Mascotte

Grupo deve cooperar na taxação de super ricos

O Globo, do Rio

O G20 se comprometeu a "cooperar" para tributar os bilionários, mas sem chegar a um acordo sobre a criação de um imposto global sobre grandes fortunas, segundo declaração final emitida sexta-feira passada pelos ministros das Finanças no Rio de Janeiro. "Respeitando plenamente a soberania fiscal, nos esforçaremos para cooperar a fim de garantir que as pessoas super-ricas sejam efetivamente tributadas", diz o texto assinado pelas maiores economias do mundo.

Além do Brasil, França, África do Sul, Espanha e União Africana apoiaram a criação de um imposto global sobre os super-ricos, enquanto EUA e Alemanha se opuseram, considerando que a tributação deve ser competência de cada país.

Um acordo global para uma tributação mínima sobre bilionários é uma das principais propostas econômicas do Brasil em sua presidência rotativa do G20. A taxação, segundo estudo feito pelo economista francês Gabriel Zucman, diretor do Observatório Fiscal Europeu, a pedido do Brasil, poderia gerar receitas de até US$ 688 bilhões às nações (R$ 3,7 trilhões) anualmente.

R$ 3,7 tri
em receitas podem ser gerados para as nações

Tal montante — que é similar ao Produto Interno Bruto (PIB) da Argentina e ao da Polônia — poderia ser usado para enfrentar questões globais para as quais já não se encontra espaço em orçamentos públicos cada vez mais enxutos.

O potencial de arrecadação de um imposto sobre grandes fortunas depende de uma séride fatores, como o número de pessoas a serem tributadas, da taxa do imposto, do número de nações que o adotarem e das ferramentas disponíveis para identificar, fiscalizar e cobrar os contribuintes.

O cálculo do valor no estudo de Zucman considera uma taxa de 3% sobre indivíduos com patrimônio superior a US$ 100 milhões e bilionários (acima de US$ 1 bilhão). No cenário de uma alíquota de 2% apenas sobre bilionários, o valor arrecadado seria de US$ 250 bilhões.

O economista celebrou que "pela primeira vez na história, os países do G20 concordam que a forma como tributamos os multimilionários deve ser modificada".

Em entrevista ao "Globo" em abril, Zucman afirmou que tributar bilionários e grandes multinacionais é tarefa moral, econômica e política. Para ele, ainda levará alguns anos até que se chegue a um consenso.

No entanto, o novo tributo não precisa do acordo de todos os países para vigorar, podendo funcionar em nações individualmente. Uma das opções seria a criação do "imposto de saída", que incidiria sobre os contribuintes que deslocassem seus ativos para nações que ficarem de fora de um eventual acordo.

ANA PAULA PAIVA/VALOR



"Pela 1ª vez, países do G20 concordam que a forma como tributamos os multimilionários deve ser modificada"
Gabriel Zucman



Engajamento Especialistas defendem abordagem multidimensional no combate à fome e à pobreza

Ações devem ir além da transferência de renda

Carolina Nalin
O Globo, do Rio

Para além da transferência de renda, o desafio global de combate à fome e à pobreza necessita de políticas públicas com uma abordagem multidimensional. Política habitacional, concentração de renda e racismo são algumas das questões estruturais que devem estar contempladas nas iniciativas para que sejam alcançados resultados mais efetivos. Esta foi a avaliação geral de especialistas durante o painel "Aliança Global contra a Pobreza e a Fome e novos caminhos para as políticas sociais", em seminário promovido pelos jornais "O Globo" e **Valor Econômico** e a rádio CBN.

O painel, que ocorreu no dia (23) de lançamento da Aliança Global contra a Pobreza e a Fome pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, discutiu novos caminhos para as políticas sociais. Em sua fala de abertura, o ministro do Desenvolvimento Social, Wellington Dias, destacou a necessidade de uma cooperação com países mais desenvolvidos para erradicar a desnutrição e a pobreza. Isso porque o mundo "fracassou" nesse objetivo, afirmou. Dados do relatório "O Estado da Segurança Alimentar e da Nutrição no Mundo (SOFI)", da ONU, apontam que mais de 700 milhões de pessoas passavam fome em 2023.

Dias comemorou a queda da fome no âmbito brasileiro em 2023, ao que atribuiu à retomada de políticas que voltaram a ser incorporadas como um "plano de Estado" depois de, segundo ele, serem jogadas para escanteio a partir de 2018. Mas disse que ainda há um trabalho de busca ativa para alcançar as 8,4 milhões de pessoas que convivem com o fantasma da fome no país, segundo relatório da ONU.

Durante a pandemia, o Brasil voltou ao Mapa da Fome, do qual estava fora, pelo menos, desde o triênio de 2014 a 2016. Dias lembrou dos impactos positivos do Fome Zero, criado há duas décadas no primeiro governo Lula, e destacou a retomada do programa no ano passado por meio do "Brasil sem fome". Com caráter multissetorial, o projeto agora introduz soluções — como o atendimento do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) às cozinhas solidárias — e incorpora novos desafios, como o impacto da covid-19.

"Não é só distribuição de dinheiro. Não é só cesta de alimentos. É preciso caminhar com a ciência", frisou o ministro. "Quando o presidente Lula retoma [no terceiro mandato em 2023], ele não só abraça a causa de combate à fome como lança o plano 'Brasil sem Fome' e traz de volta a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional", acrescentou. Dias também enfatizou que a fome caminha lado a lado de outros desafios como a desigualdade de renda e a falta de moradia. Por isso, investir em política habitacional e até facilitar o acesso à medicamentos à população mais vulnerável são pilares importantes dessa equação, apontou.

"Boa parte das pessoas que estão na pobreza não têm moradia. Por isso que têm que ter programa com forte subsídio. Na Bahia, visitei uma família que recebia R$ 1.050 reais do Bolsa Família, mas como não tinha casa, aquele dinheiro ia para aluguel. E eles precisavam de medicamentos de uso contínuo que custavam R$ 1.600. Por isso, as políticas têm que estar integradas", destacou o ministro, ao convocar a colaboração de países ricos na Aliança Global contra a Fome, mobilizando recursos e compartilhando conhecimentos para a elaboração de um plano coordenado de combate à desnutrição.

O economista Marcelo Neri, diretor do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getulio Vargas (FGV Social), por sua vez, ponderou que as estatísticas de fome e desigualdade relacionadas ao Brasil ainda apontam um longo caminho pela frente. O período de 2014 a 2023 representou uma "década perdida", com pouco avanço sobre redução das disparidades sociais, destacou Neri. "Essa é a marca brasileira e talvez seja o desafio mais difícil e o mais importante de ser atingido", afirmou.

Além do lento avanço no combate à desigualdade, os números divulgados pela ONU sinalizaram que a insegurança alimentar no Brasil ainda é maior que em 2013. Isso apesar de a extrema pobreza estar no menor nível histórico, de 8,3% da população, segundo dados da FGV Social. "É verdade que essa distância [entre pobreza e insegurança alimentar] provavelmente diminuiu, mas não acabou totalmente", observou Neri.

Os números acabam por indicar, na visão de Neri, que as políticas de transferência de renda como o Bolsa Família e a melhora do emprego são necessárias, mas insuficientes para combater a insegurança alimentar. Para o economista, é preciso distinguir essas duas temáticas para poder ampliar a eficácia das políticas públicas. "O que explica isso [aumento da insegurança alimentar]? Alta dos preços dos alimentos? Falta de apoio à agricultura familiar? Falta de reajuste no programa de merenda escolar? Falta separar essas duas coisas [fome e pobreza], que parecem juntas", destacou.

Segundo Neri, a boa notícia, contudo, é que o Brasil tem uma vantagem em relação ao tema da insegurança alimentar não só por ser um grande produtor de alimentos, mas pelo seu histórico em implementar políticas públicas nesta direção. "A gente conhece o problema. Temos agora que renovar os objetivos. O fim da pobreza é apenas o começo."

Viviana Santiago, diretora executiva da Oxfam, destacou a necessidade de discutir o combate à pobreza e à fome levando em conta outra questão estrutural como pano de fundo: a concentração de renda. A Oxfam é uma confederação de 19 organizações e mais de 3 mil parceiros, que atuam em mais de 90 países na busca de soluções para a pobreza, desigualdade e injustiça. A sigla da entidade vem de Oxford e Famine (na tradução, Comitê de Oxford para o Alívio da Fome). "Temos de enderaçar a questão inteira. Não temos pobreza como obra do destino. A pobreza é consequência da concentração [de renda]", afirmou Santiago.

Segundo ela, o mundo sustenta hoje uma estrutura social que legitima a riqueza e criminaliza a pobreza. Nessa lógica, disse Santiago, os mais pobres são pobres porque "não se esforçam ou não trabalham". Assim, não se ganha tração para enfrentar os efeitos da concentração de renda, que é a produção da pobreza. Ela defendeu ainda a atuação de um Estado capaz de distribuir recursos de forma mais justa. "A questão tributária e fiscal estão todas estruturadas ou para desmantelar a pobreza e a desigualdade ou para continuar permitindo um desenvolvimento que deixa as pessoas para trás", argumentou.

Já Carolina Almeida, assessora internacional do Geledés Instituto da Mulher Negra, afirmou que não se pode discutir fome e pobreza sem considerar as questões de gênero e de raça. Isso porque, apontou ela, as mulheres pretas e pardas são as mais vulneráveis em termos socioeconômicos e são as que mais ocupam postos informais de trabalho. "No Brasil e em outros países que sofrem com a colonização de pessoas negras, quando falamos de combate à pobreza, não dá para tirar o racismo e sexismo dessa equação", disse. Ela também destacou a necessidade de políticas públicas que combatam as desigualdades raciais e de gênero no país.

"Não temos pobreza como obra do destino. A pobreza é consequência da concentração [de renda]"
Viviana Santiago

GABRIEL DE PAIVA/ AGÊNCIA O GLOBO



Cássia Almeida, do Globo (da esq. para dir.), Viviana Santiago, da Oxfam, Wellington Dias, do Ministério do Desenvolvimento Social, Carolina Almeida, do Geledés, e Marcelo Neri, da FGV Social

Empoderamento feminino é debate essencial

Carolina Nalin
O Globo, do Rio

Na presidência anual do G20, o Brasil tem a oportunidade de liderar o debate de igualdade de gênero e raça e levar o tema do empoderamento econômico das mulheres para o centro das discussões econômicas do grupo que reúne as maiores economias do mundo. Essa é a avaliação de Carolina Almeida, assessora internacional do Geledés Instituto da Mulher Negra, organização não governamental que participa de fóruns internacionais e defende políticas públicas de igualdade racial e de gênero. Ao lado de outras pesquisadoras e representantes da sociedade civil, Almeida trabalha como co-facilitadora do Grupo de Trabalho 8 (Empoderamento de Mulheres), que foca na defesa dos direitos das mulheres.

De março a julho, o grupo de trabalho preparou as recomendações do policy brief, um documento que serve para informar e influenciar as discussões e decisões dos líderes e ministros do G20. Entre os eixos temáticos, o documento abordou desde mudanças climáticas, educação e combate à violência até representação na vida pública e empoderamento econômico das mulheres.

Segundo a assessora do Geledés, o empoderamento econômico se tornou o tema-chave do grupo diante da sua relevância para emancipação das mulheres, sobretudo das mulheres negras. Isso por conta dos desafios que esta parcela da população ainda enfrenta. Dados do IBGE apontam que 32,3% das mulheres do Brasil estão abaixo da linha de pobreza, com a situação sendo ainda mais grave para negras ou pardas (41,3%). O desemprego no primeiro trimestre de 2024 atingiu 9,8% para mulheres, comparado a 6,5% para homens.

Todos esses obstáculos se inserem, diz Almeida, num cenário em que a arquitetura financeira internacional se mostra defasada e incapaz de atender as necessidades globais para a superação das desigualdades. "Falar sobre o empreendedorismo neste momento também da presidência do Brasil no G20 é estratégico. A liderança do Brasil traz essa oportunidade de influenciar a agenda internacional", afirma a especialista.

Dentro das recomendações, a construção de um empreendedorismo sustentável é um dos principais pilares defendidos pelas especialistas que fazem parte do grupo de trabalho de Empoderamento de Mulheres. Trata-se de uma lógica bem diferente do atual "empreendedorismo de sobrevivência", explica Almeida, em que mulheres negras criam pequenos negócios como forma de subsistência básica, com baixo crescimento e pouca lucratividade devido à falta de acesso à capital.

"Queremos um empreendedorismo capaz de expandir e gerar empregos, com recursos financeiros, mentoria, apoio técnico e acesso à crédito. Tudo que garanta que as mulheres negras possam empreender de modo a agregar valor nas cadeias locais e globais. Não queremos um empreendimento de uma pessoa só", afirmou Almeida.

A especialista argumenta que o racismo tem um impacto financeiro negativo sobre o desenvolvimento econômico do país. Relatório do Citigroup aponta que os Estados Unidos poderiam adicionar US$ 5 trilhões em atividade econômica se diminuíssem a desigualdade racial entre americanos negros e brancos. A pesquisa foi conduzida no contexto norte-americano, lembra Almeida, mas pode servir de base para o Brasil diante da similaridade da desigualdade racial e social em ambos os países.

"Depreende-se que haveria ganhos similares aqui também. O empoderamento econômico das mulheres negras possibilita essa dupla virada de chave, garantindo progresso econômico juntamente com a justiça racial", afirma a assessora do Geledés. Tecidas as recomendações, as ações do GT8 do G20 agora se voltam para o "advocacy", um conjunto de ações que visam engajamento e apoio à implementação das recomendações apresentadas no "policy brief". Um momento crucial antes da reunião da cúpula de líderes do G20, em novembro.

Por isso, há na esteira uma série de eventos em parceria com o Civil 20 (C20), Women 20 (W20), Think 20 (T20) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) com foco no papel dos bancos de desenvolvimento no empoderamento econômico das mulheres negras, conta a assessora do Geledés.

Para Almeida, a principal expectativa é que o governo brasileiro, assim como outros membros do G20, implementem políticas públicas de empoderamento econômico voltadas às mulheres negras. "O Estado brasileiro não tem e nunca teve política pública orientada especificamente às mulheres negras, o que é surpreendente dado que somos a maioria populacional no país. Nossa expectativa é de que finalmente tenha chegado esse momento", conclui.

41,3%
das mulheres negras estão abaixo da linha de pobreza

NATÁLIA SENA/ DIVULGAÇÃO



Equipe do Geledés Instituto da Mulher Negra, que participa de fóruns internacionais e defende políticas públicas de igualdade racial e de gênero

INÊS 249

Evoluir sempre é o que nos alimenta.

E você, o que te

ali
menta?

A JBS nasceu há 70 anos.
Hoje, está presente em 5 continentes,
na casa de milhões de famílias pelo
planeta. Mas suas raízes estão no Brasil,
onde é a maior empregadora do país.
A JBS produz todos os tipos de proteínas
e tem um propósito bem desafiador:
alimentar uma população mundial que
não para de crescer, conservando
o meio ambiente. Ou seja, fazer mais
com menos. Por isso, evoluir é o que
vai continuar nos alimentando.

JBS

Alimentando
o que alimenta
o mundo

WMcCann | JBS